PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
PETIÇÃO INICIAL
Evento:
DISTRIBUÍDO POR SORTEIO
Data:
15/12/2024 11:56:00
Usuário:
GO007181 - JOAO DOMINGOS DA COSTA FILHO
Processo:
5041669-45.2024.4.02.5001
Sequência Evento:
1

JOÃO DOMINGOS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

AO JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA ESPÍRITO SANTO

POR DEPENDÊNCIA AOS AUTOS DE Nº 5009610-04.2024.4.02.5001

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DOS CLIENTES E CONSUMIDORES DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E BANCÁRIAS, associação civil, inscrita no CNPJ sob o nº 53.341.903/0001-00, com sede à Avenida D, Quadra G11, Lote 01, nº 411, 4º andar, Setor Marista, município de Goiânia/GO, CEP 74.150-040, endereço eletrônico: raimundononato@abradeb.com.br; vem, respeitosamente, à digna presença deste juízo, por intermédio de seus procuradores e advogados, que ao final subscrevem, com fundamento no **art. 1º, §2º da Lei nº 7.345/85 e art. 91 do Código Defesa do Consumidor,** propor a presente

Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Provisória de Natureza Antecipada

contra os (as):

I. o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS,** autarquia federal, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência – MTP, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.979.036/0001-40, com sede no Setor de Autarquias Sul – SAUS, Quadra 2, Bloco "O", Brasília/DF, CEP 70.070-946, com endereço eletrônico em "pres@inss.gov.br";

II. a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S/A - DATAPREV**, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul – SAUS, Quadra 01, Bloco "E/F", 8º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-931, com endereço eletrônico em "ouvidoria@dataprev.gov.br" e "jaime.pereira@dataprev.gov.br";

III. **a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS DO BRASIL - CONAFER,** associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.815.352/0001-00, situada no Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 06, Bloco "A", Salas 226/234, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.306-905, com endereço eletrônico em "dir.gov.convenio@conafer.org.br", "chefedegabinete@conafer.org.br", "sec.presidencia@conafer.org.br", e "atendimento@conafer.org.br";

IV. a **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG**, entidade sindical sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.683.202/0001-34, situada no Setor de Mansões, Parque Way, S/N, Quadra 1, Conj 2, Lote 02 - Núcleo Bandeirante – Brasília – DF, CEP 71.735-102, com endereço eletrônico em "contag@contag.org.br" e "secretariageral@contag.org.br";

V. a **UNIÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS E PREVIDÊNCIA – UNIBAP**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.416.634/0001-71, situada no Setor Rádio e TV Sul, Quadra 701, Conjunto D, Bloco A, Sala 415, Asa Sul – Brasília – DF, CEP 70.340-907, com endereço eletrônico em "fatimaaraujo1129@gmail.com" e "ouvidoria@unibapprev.org";

VI. a **ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTAÇÕES E PENSIONISTAS DO BRASIL – AAPB**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.062.946/0001-69, situada na Avenida Santos Dumont, 3131, Sala 210, 2º Andar, Aldeota - Fortaleza – CE, CEP 60.150-165, com endereço eletrônico em "aapb.associacao@gmail.com";

VII. a **ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS MUTUALISTA PARA BENEFÍCIOS COLETIVOS – AMBEC**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.254.798/0001-00, situada na Rua Helena, 309, conjunto 64 - Vila Olimpia - São Paulo – SP, CEP 04.552-050, com endereço eletrônico em "ambec@ambec.org", "contato@ambec.org" e "juridico@ambec.org";

VIII. a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE NACIONAL – ABRAPPS**, antiga ANAPPS, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.804.925/0001-49, situada na Avenida Borges de Medeiros, 410,

conjunto nº 710 - Centro Histórico - Porto Alegre – RS, CEP: 900.20-020, com endereço eletrônico em “contabilidade@anapps.org.br”;

IX. a **REDE IBERO-AMERICANA DE ASSOCIAÇÕES DE IDOSOS NO BRASIL – RIAAM BRASIL**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.100.605/0001-29, situada na Rua dos Tamoios, 462, conjunto 1205, Centro - Belo Horizonte – MG, CEP 30.120-054, com endereço eletrônico em "secretaria@riaambrasil.org.br”, “presidencia@riaambrasil.org.br” e “mmachadocota@gmail.com";

X. o **CÍRCULO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS – CINAAP**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.014.107/0001-07, situada na Rua Guerino Giovani Leardini, 103 A, Vila Barreto - São Paulo – SP, CEP 02.937-040, com endereço eletrônico em “contato@cinaap.com.br” e “cinaapassociacao@gmail.com”;

XI. a **UNIÃO NACIONAL DE AUXÍLIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS – UNASPUB**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.168.653/0001-96, situada na Rua Ministro Hermenegildo de Barros, 80, Itapoã - Belo Horizonte -MG, CEP 31.710-230, com endereço eletrônico em “unaspub@gmail.com”;

XII. a **ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS PENSIONISTAS DOS REGIMES GERAL E PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – AAPPS/UNIVERSO**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.302.024/0001-07, situada na Avenida Augusto Maynard 475, São José – Aracaju – SE, CEP 49.015-380, com endereço eletrônico em “sac@associacaouniverso.org.br”;

XIII. a **CAIXA DE ASSISTÊNCIA AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS – CAAP**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.721.637/0001-28, situada na Rua Pedro Borges, nº 30 - Sala 1001, Centro - Fortaleza – CE, CEP 60.055-901, com endereço eletrônico em “caap.brasil@gmail.com”;

XIV. a **ASSOCIAÇÃO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – AP BRASIL**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 41.001.558/0001-79, situada na Rua do Trabalho, 414, Rancho Novo - Nova Iguaçu – RJ, CEP 26.013-060, com

endereço eletrônico em “"apbrasilpresidencia@gmail.com”, “falecono-sco@apbrasil.org” e “falecomapbrasil@gmail.com";

XV. a **CENTRAL NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS SANTO ANTÔNIO – CENAP-ASA**, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.490.345/0001-76, situada na Rua Nossa Senhora das Graças, 132, bairro Nossa Senhora das Graças, Fortaleza, Ceará, CEP 60310-000, com endereço eletrônico em “contato@santoantonioassociacao.com.br";

XVI. a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS TRABALHADORES DA PESCA E AQUICULTURA – CBPA**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.062.390/0001-05, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco E, Lote 15, Sala 303, Ed. Prime, Asa Sul – Brasília – DF, CEP 70.070-120, com endereço eletrônico em “vladformiga@hot-mail.com”, “cbpabr@gmail.com” e “sac@cbpabr.org.br";

XVII. a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS – COBAP**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 91.340.141/0001-09, situada no Setor SHCS CR Quadra 507, Bloco A, Loja 61 - Asa Sul - Brasília – DF, CEP 70.351-510, com endereço eletrônico em “"cobap@cobap.org.br” e “ronaldo@cobap.org.br";

XVIII. o **CENTRO DE ESTUDOS DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS – CEBAP**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.152.106/0001-85, situada na Avenida Eusébio Matoso 690, conjunto 89, Pinheiros - São Paulo – SP, CEP 05.423-000, com endereço eletrônico em “contato@cebap.org.br”, e “administrativo@ce-bap.org.br";

XIX. a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS – APDAP PREV**, antiga ACOLHER, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.699.920/0001-99, situada na Avenida Prefeito Humberto dos Santos, 1600, Comercial São Mateus Open Plaza, Lojas 01, 02, 03, Fernando Collor – Nossa Senhora do Socorro – SE, CEP 49.155-050, com endereço eletrônico em “sac@ap-dapprev.org.br” e “sac@acolher-se.org.br";

XX. a **ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA – ABENPREV/AMBA-PEN**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.992.407/0001-24, situada na SIG, Quadra 02, 420/440, Sala 212,

Subsolo 02, Zona Industrial – Brasília – DF, CEP 70.610-420, com endereço eletrônico em “mariajuracina@abenprev.org.br” e “atendimento@abenprev.org.br";

XXI. a **ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS, SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL – ASABASP BRASIL**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 41.034.197/0001-67, situada na Rua Prado, 09, Fundos, Santa Cruz - Rio de Janeiro – RJ, CEP 23.555-012, com endereço eletrônico em “asabaspbrasil@gmail.com” e “faleconosco@asabasp.org";

XXII. a **ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NACIONAL – AAPEN**, antiga ABSP, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.508.538/0001-50, situada na Avenida Santos Dumont, 2849, Sala 701, Aldeota – Fortaleza – CE, CEP 60.150-165, com endereço eletrônico em “"franciscasilvass.1952@outlook.com” e “atendimento@aapen.org";

XXIII. a **UNIÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL – UNSBRAS/UNABRASIL**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.215.187/0001-40, situada na Rua do Rocio, 199, conjunto 111 - Vila Olímpia – São Paulo – SP, CEP 04.552-000, com endereço eletrônico em “gestao@unsbras.org.br”, “contato@unsbras.org.br” e “atendimento@unsbras.org.br";

XXIV. a **ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DO BRASIL – AAB**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.521.300/0001-65, situada na ST SCS, Quadra 06, Bloco A, Sala 408, Loja 153, Ed. Bandeirantes, Asa Sul – Brasília – DF, CEP 70.300-910, com endereço eletrônico em "dogivalaab2@outlook.com”, “coordenacao@aabrasil.com.br” e “contato@aabrasil.com.br";

XXV. a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA NAÇÃO – ABAPEN**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.216.963/0001-52, situada na Rua Arnóbio Marques, 254, Sala 2003, Santo Amaro – Recife – PE, CEP 50.100-130, com endereço eletrônico em “administrativo@abapen.org.br” e “contato@abapen.org.br";

XXVI. a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS – ASBRAPI**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ

sob o n.º 41.191.842/0001-55, situada na Rua Costa Leite, 54, Centro – Maceió – AL, CEP 57020-340, com endereço eletrônico em "adm@asbrapi.org.br" e "sac@asbrapi.org.br";

XXVII. o **MASTER PREV CLUBE DE BENEFÍCIOS – MASTER PREV,** associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.012.440/0001-71, situada na Rua Alameda Tocantins, 350 – Conj 101, Alphaville, Centro Industrial e Empresarial - Barueri – SP, CEP 06.455-020, com endereço eletrônico em "solange@masterprev.org", "contato@masterprev.org" e "info@masterprev.org";

XXVIII. a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONTRIBUINTES DO REGIME GERAL PREVIDÊNCIA SOCIAL – ABRASPREV**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.289.751/0001-68, situada na Avenida Afonso Pena, 262, Sala 2109, Edifício Mesbla, Centro - Belo Horizonte – MG; CEP 30.130-923, com endereço eletrônico em "gestao@abrasprev.org.br" e "contato@abrasprev.com.br";

XXIX. a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS – ANDDAP**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.701.604/0001-26, situada na Rua Santa Luzia, 48, 3º Andar, CJ 32, Sé, São Paulo – SP, CEP 01.513-030, com endereço eletrônico em "marlene@anddap.org" e "contato@anddap.org";

XXX. a **ASSOCIAÇÃO DE AMPARO SOCIAL AO APOSENTADO E PENSIONISTA – AASAP**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.508.418/0001-17, situada na Alameda Rio Negro, 161, Edifício West Point – Sala 502, Alphaville, Barueri – SP, CEP 06.454-000, com endereço eletrônico em "giovanni@aasap.org" e "contato@aasap.org";

XXXI. o **SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES – SINDIAPI-UGT**, entidade sindical sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.509.421/0001-69, situado na Rua Dr. Ricardo Batista, 44, Bela Vista - São Paulo, SP, CEP 01.326-040, com endereço eletrônico em "sindiapi@sindiapi.com.br", "presidencia@sindiapi.com.br" e "tesouraria@sindiapi.com.br";

XXXII. o **SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS DO BRASIL – SINAB**, entidade sindical sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º

23.713.047/0001-06, situado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio 878, 1º Andar, Sala 11, Bairro: Bela Vista - São Paulo – SP, CEP 01.318-002, com endereço eletrônico em “contato@sinab.net.br”, “bartolomeu.sinab@gmail.com” e “bartolomeu.franca@ig.com.br";

XXXIII. o **SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORÇA SINDICAL – SINDNAPI-FS**, entidade sindical sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.040.532/0001-03, situado na Rua do Carmo, 171, Centro - São Paulo – SP, CEP 01.019-020, com endereço eletrônico em “sintraapi@gmail.com”;

XXXIV. a **AMAR BRASIL CLUBE DE BENEFÍCIOS – AMAR BRASIL/ABCB**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.911.488/0001-44, situada na Rua Funchal,538, Sala 163, 16º Andar, Vila Olímpia - São Paulo – SP, CEP 04.551-060, com endereço eletrônico em “contato@amarbrasilclube.com”; e

XXXV. a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À PENSIONISTAS E APOSENTADOS – AASPA**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.833.928/0001-58, situada na Avenida Raja Gabaglia, 3.950, Loja 20C, Estoril, Belo Horizonte – MG, CEP 30.494-310, com endereço eletrônico em “presidencia@aaspa.org.br”; pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Sumário

1. OBJETO DA PRESENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA 10
2. DOS FATOS 11
2.1 A MÍDIA E O TCU 13
2.2 A NEGLIGÊNCIA IMPERDOÁVEL DO INSS: REITERADA FALHA NA FISCALIZAÇÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 17
2.3 A FRAUDE CONTINUADA 27
2.3.1 CONTAG 37
2.3.2 AMBEC 40
2.3.3 SINDIAPI-UGT 44
2.3.4 UNIBAP 47
2.3.5 AABP 53
2.3.6 ABRAPPS 56
2.3.7 SINAB 60
2.3.8 RIAAM BRASIL 62
2.3.9 CINAAP 65
2.3.10 UNASPUB 68
2.3.11 AAPPS-UNIVERSO 71
2.3.12 CAAP 74
2.3.13 CONAFER 77
2.3.14 AP BRASIL 81
2.3.15 CBPA 84
2.3.16 SINDNAPI - FS 88
2.3.17 AMAR BRASIL 91
2.3.18 COBAP 95
2.3.19 CEBAP 98
2.3.20 APDAP PREV – ACOLHER 101
2.3.21 AMBAPEN (ABENPREV) 105
2.3.22 ASABASP BRASIL 108
2.3.23 AAPEN (ABSP) 111
2.3.24 UNABRASIL (UNSBRAS), AAB, ABAPEN, MASTERPREV, ASBRAPI, ABRASPREV, CENAP.ASA, AASPA, ANDDAP, AASAP 114
a) UNABRASIL (UNSBRAS) 117

b) MASTERPREV 117

c) ABAPEN, ABRASPREV, CENAP.ASA e AASPA 119

d) ASBRAPI, AAB, ANDDAP E AASAP 121

3. PRELIMINARES 124

4. DO MÉRITO 136

5. DA RESCISÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA POR FORÇA LEGAL 153

6. DA RESCISÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FACE À INEFICÁCIA REGULATÓRIA E FISCALIZATÓRIA DO INSS 157

7. DA RESCISÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FACE À ILEGITIMIDADE DAS ENTIDADES DEMANDADAS 179

8. DA VIOLAÇÃO PELO INSS DOS PRINCÍPIOS DE MORALIDADE E BOA-FÉ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 188

9. DA RESPONSABILIDADE DO INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL – INSS 192

10. DA RESPONSABILIDADE DA DATAPREV 200

11. DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS ENTIDADES DE CLASSE 204

12. DOS DANOS 213

12.1. Dos danos materiais individuais – repetição em dobro do indébito 213

12.2. Dos danos morais individuais 217

12.3. Dano moral coletivo 227

12.4. Do dano social 238

13. DA TUTELA DE URGÊNCIA 248

14. DAS PROVAS 259

15. DO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA 268

16. DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS 272

17. DAS CUSTAS PROCESSUAIS 273

18. DOS REQUERIMENTOS 273

1. OBJETO DA PRESENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A presente Ação Civil Pública é instaurada para confrontar e desmantelar um dos maiores esquemas de desvio sistemático de verbas previdenciárias já registrados na história do Brasil, o qual tem perdurado por anos sob a conivência e negligência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A fraude **afeta diretamente cerca de 8 milhões de aposentados e pensionistas**, constituindo-se como a população mais vulnerável do país, **muitos dos quais enfrentam condições de saúde debilitadas e dependem exclusivamente desses recursos para sua sobrevivência e dignidade.**

Documentos e investigações revelam que, **de maneira contínua e orquestrada, associações supostamente representativas têm desviado mensalmente aproximadamente R$300 milhões de reais das verbas previdenciárias de milhões de pessoas.** Estas cifras somam-se a um **total de cerca de R$ 9 bilhões desviados nos últimos dez anos**, conforme dados extraídos do Portal da Transparência, um indicativo assombroso da profundidade e da amplitude do esquema em questão.

A malha de fraudes foi extensivamente documentada e confirmada através de investigações rigorosas conduzidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), auditorias internas do próprio INSS e diligências investigativas da Controladoria-Geral da União (CGU). Tais **investigações apontaram que mais de 90% dos descontos realizados nos benefícios previdenciários dos aposentados e pensionistas carecem de qualquer forma de autorização legítima**, revelando um padrão de conduta das associações que oscila entre a manipulação explícita e a usurpação descarada de recursos.

Alarmantemente, mesmo diante dessas descobertas chocantes e da evidente urgência em abordar tais irregularidades**, as medidas necessárias para interromper os descontos associativos não foram implementadas**, perpetuando a exploração da vulnerabilidade de milhões de aposentados e pensionistas do INSS. **As associações envolvidas persistem em suas operações, encobrindo suas atividades ilícitas sob o véu de prestação de serviços**, enquanto em realidade, a maioria dos descontados **sequer têm ciência da existência** ou do **propósito desses descontos**, **ou da associação a que supostamente pertencem**.

Não o bastante, as associações envolvidas nesta ação civil pública enfrentam um volume significativo de reclamações e ações judiciais que sublinham a gravidade de suas práticas ilícitas. No site "Reclame Aqui", foram registradas

cerca de **69.220 reclamações** contra essas entidades, majoritariamente por descontos não autorizados em benefícios previdenciários. Além disso, segundo o portal "Justiça em Números" do CNJ, estas associações estão listadas entre os maiores litigantes de sua categoria no Brasil, com mais de **227.700 processos judiciais** em curso.

Neste contexto, **se faz imprescindível que o Poder Judiciário intervenha decisivamente para cessar essa prática abusiva e garantir uma reparação efetiva**. A ação visa obter determinação judicial que suspenda imediatamente todos os descontos e repasses efetuados às associações implicadas, mantendo-os suspensos até o completo processamento e julgamento da lide, bem como a condenação dos réus ao ressarcimento integral de todos os danos causados às vítimas desse esquema criminoso.

Esta medida é crucial não apenas para cessar o prejuízo continuado aos beneficiários, mas também para restaurar a integridade e a confiança no sistema de seguridade social, e para reafirmar os princípios de justiça e equidade que devem reger as interações dentro de uma sociedade civilizada e democrática.

2. DOS FATOS

Os aposentados e pensionistas do nosso país, cidadãos que dedicaram anos de suas vidas ao trabalho, contribuições e esforço, hoje estão sendo submetidos a uma exploração vil e desumana, que põe em risco sua própria subsistência. Aqueles que dependem de seus benefícios previdenciários – uma verba alimentar que lhes garante o mínimo para sobreviver – têm sido vítimas de **descontos indevidos** praticados de forma **fraudulenta** por associações e sindicatos, com a **conivência**, ou ao menos, com a **negligência imperdoável do INSS**.

Os aposentados e pensionistas do nosso país, cidadãos que dedicaram anos de suas vidas ao trabalho, contribuições e esforço, hoje estão sendo submetidos a uma exploração vil e desumana, que põe em risco sua própria subsistência. Aqueles que dependem de seus benefícios previdenciários – uma verba alimentar que lhes garante o mínimo para sobreviver – têm sido vítimas de **descontos indevidos** praticados de forma **fraudulenta** por associações e sindicatos, com a **conivência**, ou ao menos, com a **negligência imperdoável do INSS**.

Recentemente, foi revelado um escândalo de grandes proporções envolvendo um esquema fraudulento de **descontos associativos**, que resultou no

desvio, de mais de R$ 2 bilhões entre 2021 e 2024. Esses valores foram indevidamente subtraídos dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS, comprometendo a renda de milhões de segurados que dependem desse benefício para sua subsistência.

Nesse contexto, os **descontos associativos** referem-se a valores subtraídos diretamente da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do INSS, que são destinados a associações e sindicatos que representam esses segurados. Em sua essência, esses descontos só podem ser realizados mediante **autorização expressa** dos beneficiários, conforme determina o **artigo 115, inciso V, da Lei nº 8.213/1991**, e são regulamentados pelo **Decreto nº 3.048/1999**.

Esses dispositivos legais são claros: **nenhum desconto pode ser efetuado sem o consentimento expresso do aposentado ou pensionista**. As associações que desejam receber esses valores *deveriam* seguir rigorosos protocolos de transparência e legalidade, assegurando que o benefício do filiado seja respeitado.

Para que o desconto aconteça, essas associações precisam firmar um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Este acordo é um instrumento formal, necessário para que as entidades possam efetuar os descontos diretamente nos benefícios previdenciários. Ele exige que as associações mantenham a documentação comprobatória da autorização do beneficiário, e essa documentação deve ser prontamente apresentada ao INSS sempre que solicitada. As entidades que firmam esses acordos assumem o dever de proteger os interesses de seus filiados e garantir que **qualquer valor retirado de seus benefícios seja autorizado de forma livre e esclarecida.**

As associações aptas a firmar esses acordos são, em tese, entidades representativas de trabalhadores e aposentados, como sindicatos e associações de classe e a sistemática de tais descontos ocorre por meio de **operacionalização entre a DATAPREV e essas entidades**, que tem por função essencial a defesa e promoção dos direitos e interesses de seus associados, oferecendo suporte jurídico, representação coletiva, orientação sobre benefícios, e acesso a serviços que melhorem a qualidade de vida dos aposentados e pensionistas, sempre com ética e transparência.

Essas organizações, de acordo com a legislação, **podem firmar ACT's com o INSS para operar os descontos associativos.** No entanto**, a realidade dos fatos revela um quadro desolador,** no qual as práticas adotadas por essas

entidades, longe de proteger seus associados, **os submetem a uma verdadeira exploração financeira.**

2.1 A MÍDIA E O TCU

Foi diante de **denúncias midiáticas** crescentes que vieram à tona práticas fraudulentas e abusivas no âmbito dos descontos associativos. Idosos de todo o país começaram a relatar que seus benefícios estavam sendo descontados por associações com as quais jamais tiveram qualquer tipo de contato ou vínculo formal. Reportagens mostraram o sofrimento dessas pessoas, muitas delas com **dificuldades cognitivas** ou com **acesso limitado à informação**, que sequer sabiam que estavam sendo cobradas. A cada mês, uma parte de seus **benefícios alimentares**, essenciais para a sua sobrevivência, **era retirada sem justificativa.**

Tais denúncias, amplamente repercutidas, motivaram a **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados** a solicitar uma investigação ao **Tribunal de Contas da União (TCU)**. O **TCU** instaurou o processo **TC 032.069/2023-5, em anexo**[1], em que foi determinada uma **auditoria especial** para investigar a prática desses descontos indevidos, tanto em relação a empréstimos consignados quanto a contribuições associativas.

No decorrer das investigações, o INSS informou que, **até o mês de setembro de 2023**, 28 associações e entidades possuíam Acordo de Cooperação Técnica ativos a título de descontos associativos.

Para tanto, entre janeiro/2021 a 17/novembro/2023**,** foram repassados para essas entidades cerca de **R$ 2.725.409.059 (dois bilhões, setecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e nove mil e cinquenta e nove reais)**, descontados diretamente da folha de pagamento de aposentados e pensionistas de todo o país.

Através da auditoria, contudo, identificou-se a existência de descontos de mensalidade associativa não autorizados, cujas principais causas são a ausência de verificação da filiação do beneficiário e de sua autorização previamente à averbação dos descontos; a fragilidade na ferramenta de

[1] Anexo 4.

bloqueio e desbloqueio para a averbação de descontos; e a falta de avaliação periódica das reclamações referentes a descontos indevidos.

A situação se agravou quando verificado o **crescimento absurdo** do número de **filiados com descontos associativos ativos** em um **período de 2 anos**. Segundo a auditoria implementada pelo TCU, algumas dessas associações tiveram um crescimento **exponencial** no número de filiados em um curto período, **saltando de nenhum associado em Dez/2021 para centenas de milhares em Dez/2023.** Vejamos a tabela a seguir:

ENTIDADES	CNPJ	12/2021	12/2022	12/2023
COBAP	91.340.141/0001-09	162.950	177.645	244.702
CONTAG	33.683.202/0001-34	1.455.403	1.432.415	1.380.660
CONAFER	14.815.352/0001-00	231.242	443.754	641.454
SINTAPI/CUT	04.077.473/0001-48	3.980	3.797	3.630
SINDNAP/FS	04.040.532/0001-03	237.699	325.603	366.207
SINDIAPI/UGT	11.509.421/0001-69	8.937	48.050	54.763
RIAAM	09.100.605/0001-29	27.493	25.136	23.746
UNIBAP	13.416.634/0001-71	53.542	82.357	99.871
AAPB	06.062.946/0001-69	989	77.452	70.427
AMBEC	08.254.798/0001-00	3	40.557	601.624
CONTRAF-BRASIL (FETRAF)	08.427.212/0001-61	40.222	38.767	38.425
SINTRAAPI/CUT	04.506.612/0001-01	N. PRODUÇÃO	1.453	3.500
ABRAPPS	10.804.925/0001-49	N. PRODUÇÃO	3.650	5.764
SINAB	23.713.047/0001-06	N. PRODUÇÃO	8.110	57.241
UNASPUB	08.168.653/0001-96	N. PRODUÇÃO	44.436	148.296
AAPPS – UNIVERSO	08.302.024/0001-07	N. PRODUÇÃO	97.434	296.580
CAAP	04.721.637/0001-28	N. PRODUÇÃO	65.343	59.905
CINAAP	37.014.107/0001-07	N. PRODUÇÃO	8.046	57.196
AP BRASIL	41.001.558/0001-79	N. PRODUÇÃO	44.121	80.393
FITF/CNTT/CUT	12.675.296/0001-20	N. PRODUÇÃO	92	168
AMAR BRASIL – ABCB	39.911.488/0001-44	N. PRODUÇÃO	53.258	212.625
CBPA	38.062.390/0001-05	N. PRODUÇÃO	N. PRODUÇÃO	341.439
ACOLHER	07.699.920/0001-99	N. PRODUÇÃO	N. PRODUÇÃO	255.717
CEBAP	09.152.106/0001-85	N. PRODUÇÃO	N. PRODUÇÃO	49.020
ABENPREV	29.992.407/0001-24	N. PRODUÇÃO	N. PRODUÇÃO	67.012
ABABASP BRASIL	41.034.197/0001-67	N. PRODUÇÃO	N. PRODUÇÃO	15.969
ABSP	07.508.538/0001-50	N. PRODUÇÃO	N. PRODUÇÃO	382.381
TOTAL		**2.222.460**	**3.021.476**	**5.160.365**

Fonte: INSS –Processo TCU - 032.069/2023-5 - Solicitação do Congresso Nacional – Anexo 4.

No total, havia em dezembro/2021 um total de 2,2 milhões de associados, mas em dez/2023 esse número subiu para mais de 5,5 milhões de associados (variação de cerca de 150% em dois anos).

Infelizmente, esse crescimento não foi fruto de campanhas de conscientização ou de serviços efetivamente prestados aos aposentados, mas sim de práticas fraudulentas, que incluem o **aliciamento de segurados sem o seu conhecimento. Essas associações conseguiram** captar bilhões de reais **em descontos**, enquanto os aposentados e pensionistas – muitos deles com **dificuldades cognitivas** ou sem acesso a informações adequadas – **sequer sabiam que estavam sendo cobrados.**

Durante a análise, ficou evidente que o **INSS não tem cumprido** com rigor as exigências normativas relacionadas aos descontos de mensalidades associativas nos benefícios previdenciários. Constatou-se o flagrante **descumprimento do art. 655, III, § 1º, da Instrução Normativa PRES-INSS 128/2022**, vigente à época dos fatos apurados. A norma previa que os descontos apenas poderiam ser realizados mediante a **apresentação prévia dos termos de filiação** e de autorização dos segurados. Contudo, o relatório revelou que a prática adotada pelo INSS foi diametralmente oposta: bastava que as entidades associativas enviassem mensalmente à DATAPREV **uma lista com os dados de segurados e respectivos valores a serem consignados, sem qualquer comprovação inicial de autorização.**

O relatório do TCU também destacou o crescimento vertiginoso de reclamações sobre descontos indevidos, especialmente nos últimos anos. **Entre 2021 e 2023**, a Ouvidoria do INSS recebeu 762 manifestações de segurados indignados com a retenção de valores **não autorizados**, com 581 queixas apenas em 2023. Adicionalmente, dados obtidos em plataformas de denúncia, como o site Reclame Aqui, confirmaram o aumento das práticas abusivas.

Foram quase **30.000 reclamações** contra entidades associativas conveniadas com o INSS no período analisado, com destaque negativo para a Ambec, Conafer, Universo e Unaspub, que concentraram **mais de 2.000 denúncias cada**, todas no polo passivo da presente demanda. **Além disso, foi apurado que em quase todos os casos, mais de 80% das reclamações eram acerca da não autorização do desconto.**

A apuração do TCU revelou ainda que a sistemática adotada não apenas facilita a ocorrência de irregularidades, **mas incentiva práticas predatórias contra aposentados e pensionistas.** A ausência de controles efetivos transforma os segurados em alvos fáceis para **entidades** que, longe de cumprir sua

função representativa, **lesam de forma sistemática aqueles que dependem integralmente de seus benefícios para sobreviver.**

A indignação que permeia as conclusões do TCU reflete a gravidade da situação: os aposentados brasileiros, já marcados por desafios econômicos e sociais, não podem continuar sendo vítimas de práticas abusivas e negligência estatal. O relatório foi, portanto, mais do que um alerta, um chamado à justiça e à responsabilização dos responsáveis.

Ao final das investigações, **ficou decidido em junho de 2024**, por meio do **Acórdão nº 1.115/2024** do Plenário do TCU, que **o INSS deveria tomar as seguintes medidas:**

Resumo das principais determinações do TCU

Implementação de Mecanismos Tecnológicos Avançados:	Foi exigido o uso de assinatura eletrônica avançada e reconhecimento biométrico para autorizar descontos em benefícios previdenciários, especialmente relacionados a mensalidades associativas.
Bloqueio e Controle de Descontos	A adoção de ferramentas mais robustas de bloqueio e desbloqueio de descontos, garantindo que somente possam ser registrados mediante consentimento explícito e validado pelo beneficiário.
Revisão das Autorizações de Desconto:	As entidades associativas devem apresentar documentação comprobatória das autorizações previamente emitidas pelos beneficiários para todos os descontos averbados.
Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas	A criação de um sistema específico para rastrear e salvaguardar os dados relativos à filiação e às autorizações dos segurados.
Fiscalização Regular e Aplicação de Penalidades	Avaliação periódica de reclamações e auditorias para identificar e punir irregularidades nas práticas das entidades sindicais e associativas que realizam os descontos, devendo rescindir unilateralmente os acordos.
Análise de Entidades Beneficiárias:	Verificação da natureza e legitimidade das entidades beneficiárias dos descontos, incluindo a área de atuação e a conformidade com o objeto social declarado.
Uniformização dos Controles de Segurança:	Adoção de controles semelhantes aos já exigidos para empréstimos consignados, incluindo a obrigatoriedade de autenticação biométrica e disponibilização de contratos via o aplicativo “Meu INSS”.

Conclusão: O TCU alertou que medidas urgentes deveriam ser adotadas pelo INSS, desde a reestruturação do sistema de autorização de descontos até a responsabilização dos gestores e entidades envolvidas.

2.2 A NEGLIGÊNCIA IMPERDOÁVEL DO INSS: REITERADA FALHA NA FISCALIZAÇÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Simultaneamente à investigação do TCU, o **INSS**, **pressionado pelas denúncias,** instaurou uma **auditoria interna** para apurar a extensão dos problemas. A auditoria revelou uma série de **irregularidades gritantes cometidas, inclusive, pelo próprio INSS.** Em setembro de 2024 foi divulgado pelo órgão o **Relatório de Apuração das Denúncias** Relativas a Descontos Associativos na Folha de Pagamentos do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), em anexo[2].

Em análise preliminar, a auditoria constatou a elevada materialidade financeira do processo, evidenciando um valor surpreendentemente alto de **R$ 3,07 bilhões**, repassados a título de **descontos associativos entre janeiro de 2023 e maio de 2024**, bem como um número expressivo de beneficiários envolvidos, totalizando **7.692.313 pessoas com descontos aplicados em suas folhas de pagamento** até maio de 2024**, quando 33 entidades possuíam ACT ativo com o INSS.**

Nota-se que, entre o período de novembro de 2023 e maio de 2024, mesmo diante de tantas denúncias de fraude, o INSS firmou Acordo de Cooperação Técnica com mais 05 entidades para fins de desconto direto no benefício previdenciário.

Além disso, verificou-se um volume substancial de requerimentos para **exclusão desses descontos, com 1.163.455 solicitações registradas nos canais de atendimento do INSS no mesmo período**, o que indica insatisfação generalizada e suscita questionamentos quanto à regularidade dos procedimentos.

Do total de pedidos de exclusão de descontos apresentados, conforme informações fornecidas pelos beneficiários, **1.056.290 (um milhão, cinquenta e**

[2] Anexo 5.

seis mil e duzentos e noventa) – impressionantes 90,78% – indicaram claramente a **ausência de qualquer autorização por parte dos segurados**. Este dado, por si só, evidencia a escala gigantesca do desrespeito à lei e ao direito básico de milhões de aposentados e pensionistas, **cujos benefícios – que possuem natureza alimentar e garantem sua sobrevivência – foram criminosamente furtados através de descontos fraudulentos.**

Ainda mais grave, constou-se que **33.317 casos sequer possuem informações** sobre a existência de autorização, demonstrando uma gestão desorganizada e omissa por parte do INSS. E, como se não bastasse, apenas 73.848 dos descontos **(meros 6,35%)** foram supostamente autorizados, **o que reforça a profundidade do escândalo**. Vejamos:

Tabela 2 – Tarefas de "Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício" **(código 3854) para o período compreendido entre janeiro de 2023 e maio de 2024.**

Mês da criação	Desconto não autorizado	Desconto autorizado	Não consta resposta	Total
jan/23	19.624	2.720	51	22.395
fev/23	15.538	2.721	28	18.287
mar/23	19.050	3.121	35	22.206
abr/23	19.607	2.477	53	22.137
mai/23	26.013	3.213	51	29.277
jun/23	14.557	2.015	26	16.598
jul/23	22.032	2.120	4	24.156
ago/23	43.645	3.298	45	46.988
set/23	50.643	3.729	133	54.505
out/23	60.900	5.297	188	66.385
nov/23	64.084	6.909	369	71.362
dez/23	67.293	6.732	513	74.538
jan/24	109.330	7.099	2.000	118.429
fev/24	84.735	6.030	29.515	120.280
mar/24	148.530	7.096	12	155.638
abr/24	192.764	6.584	73	199.421
mai/24	97.945	2.687	221	100.853
Total de requerimentos	1.056.290	73.848	33.317	1.163.455

Fonte: Elaboração própria com base na extração realizada em 04.06.2024 por meio do BG-Tarefas.

Relatório de Apuração do INSS/2024. Pág. 13 – Anexo 5.

Nesse sentido, com base nos ACT firmados, 8 entidades eram obrigadas a manter sob sua guarda as autorizações digitalizadas de seus associados e disponibilizá-las ao INSS sempre que requeridas, enquanto **as outras 21 entidades**

integrantes da amostra estavam obrigadas ao encaminhamento da documentação de forma digitalizada ao INSS.

Quando solicitado pelo INSS, entretanto, 09 (nove) entidades, **não apresentaram nenhum documento comprobatório** da autorização dos segurados para a promoção dos descontos nos benefícios. **Contudo, até o momento, nenhum ACT foi rescindido, o que evidencia claramente que as supostas autorizações de descontos são, em sua grande maioria, falsificadas.**

A autorização prévia dada pelo beneficiário constitui-se requisito indispensável para consignar o desconto relacionado à mensalidade associativa, conforme previsto no **inciso V do art. 15 do Decreto nº 3.048/99**. Na forma dos acordos vigentes, contudo, o INSS atribui à entidade a responsabilidade por atestar intenção do segurado, a qual é efetivada por meio da assinatura do titular, manual o eletrônica, nos termos de filiação e autorização, **o que mais uma vez demonstra a fragilidade dos controles existentes no sentido de garantir a segurança necessária às operações, em desconformidade com o §1º do art. 154 do Decreto nº 3.048/1999.**

Nas palavras utilizadas no próprio relatório:

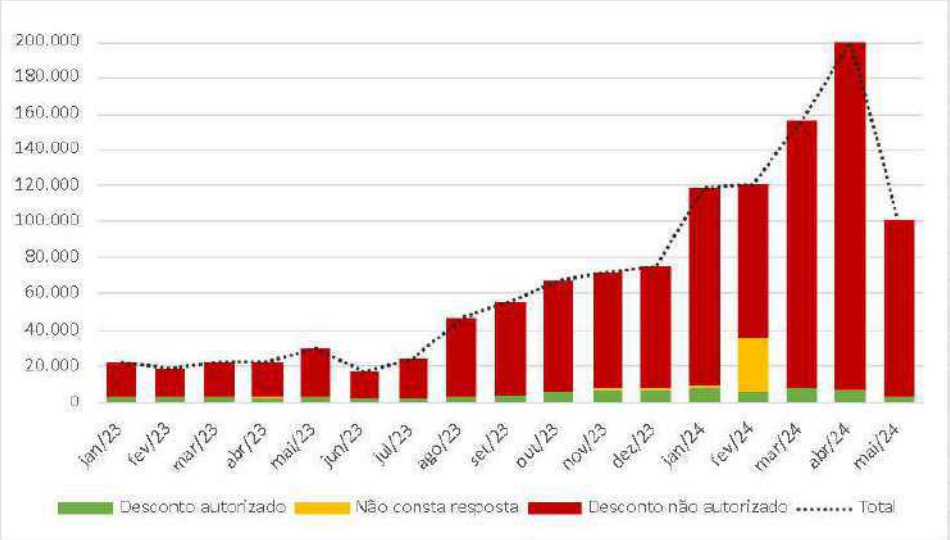
> Em que pese se tratar de relação de consumo entre as partes, **cabe ao Instituto, em defesa dos interesses dos seus beneficiários, confirmar a real intenção do beneficiário de consignar em seu benefício o valor referente à mensalidade associativa, assegurando o desconto apenas nos benefícios em que o titular tenha optado inequivocamente por essa forma de pagamento da mensalidade**, de modo a atender plenamente ao requisito legal estabelecido no inciso V do art. 154 do Decreto nº 3.048/1999.

Portanto, o processo de fiscalização apresenta fragilidades quanto à segurança das operações, em desacordo com o §1º do art. 154 do mesmo decreto. Embora seja uma relação de consumo, **cabe ao INSS assegurar que o desconto seja aplicado apenas quando houver confirmação inequívoca do beneficiário, atendendo ao requisito legal.**

Esse panorama revela, de maneira inequívoca, uma prática generalizada de apropriação indevida de recursos pertencentes **à parcela mais vulnerável da sociedade**, configurando um **verdadeiro ataque à dignidade dos beneficiários.**

Conforme gráfico elaborado pelo próprio INSS durante a auditoria, no período compreendido entre janeiro de 2023 e maio de 2024, o **ápice dos pedidos de exclusão** dos descontos associativos ocorreu entre **janeiro de 2024 e maio de 2024,** quando algumas **denúncias midiáticas já haviam sido divulgadas** à população brasileira:

Gráfico 1 - Total de requerimentos do serviço "Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício" (código 3854) – jan/2023 a mai/2024

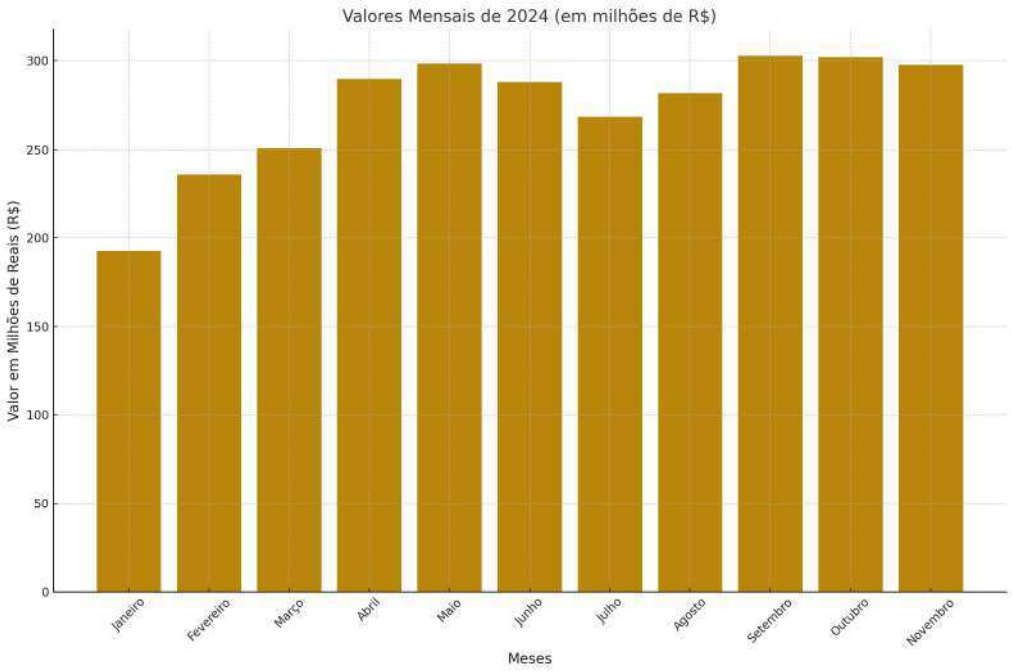


Fonte: Elaboração própria com base na extração realizada em 04.06.2024 por meio do BG-Tarefas.

Relatório de Apuração do INSS/2024 – Anexo 5.

Em contrapartida, em consulta realizada pela própria Associação autora, de acordo com o Portal da Transparência, **os valores repassados às Associações** rés nesse mesmo período, **somente aumentaram a cada a mês[3]:**

[3] Fonte: Portal da Transparência



Fonte: Portal da Transparência – CGU – Anexo 6 e Anexo 9.

No mês de maio de 2024 (**mês seguinte ao ápice de pedidos de exclusões**), foram repassados cerca de **R$ 298.343.182,44** (duzentos e noventa e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para as associações. A média se manteve nos meses seguintes, caindo um pouco em julho, mas atingindo o absurdo patamar de **R$ 302.612.747,78** (trezentos e dois milhões, seiscentos e doze mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos), **o que denota a total falta de ação por parte do INSS quanto às irregularidades denunciadas, tanto pela mídia quanto pelo Tribunal de Contas da União.**

Não o bastante, o relatório do INSS expôs uma realidade revoltante e inaceitável: **mais de 513.369** tarefas relacionadas a descontos em benefícios previdenciários **apresentam indícios de irregularidades no período de janeiro de 2023 a maio de 2024.**

Desta forma, durante a auditoria, constatou-se que o INSS tem falhado drasticamente ao cumprimento de seu dever legal. Longe de proteger os interesses dos beneficiários, se mostra conivente e negligente ao permitir, sistematicamente, que associações aplicassem descontos massivos sem comprovação de autorização.

As vítimas dessas práticas são **idosos e pensionistas** que dependem integralmente de seus benefícios previdenciários para sobreviver. Muitos, em situação de vulnerabilidade social, são aliciados ou enganados, sem qualquer amparo. O benefício previdenciário, verba alimentar protegida constitucionalmente, **foi dilapidado por uma conduta inaceitável do próprio órgão que deveria garantir sua integridade.**

Os resultados apresentados no referido relatório apenas confirmam o que está evidente: várias são as irregularidades e o INSS tem negligenciado seus beneficiários e permitido de forma clara e proposital que eles sejam espoliados, permitindo que as associações lhes roubem bilhões de reais sem qualquer sanção. Além de constatar que o INSS **operacionaliza consignações de mensalidades associativas sem a devida comprovação da autorização do segurado,** o órgão ainda praticou as seguintes irregularidades:

b.1) Desbloqueio em lote para inclusão de descontos associativos a pedido da CONTAG, em descumprimento ao § 1º - A do art. 154 do Decreto nº 3.048/1999.

A partir de 30 de junho de 2020, com a publicação do Decreto nº 10.410, **os benefícios previdenciários passaram a ser automaticamente bloqueados para o desconto de mensalidades associativas, exigindo autorização prévia, pessoal e específica do beneficiário para desbloqueio, conforme o §1º-A do art. 154 do Decreto nº 3.048/99**. Regulamentado por normativas internas, como a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128/2022 e Portaria DIRBEN/INSS nº 1.060/2022, o desbloqueio ou novo bloqueio passou a ser feito exclusivamente por solicitação direta do titular, por meio do serviço específico (código 16315).

Esse procedimento visava garantir a proteção do segurado, assegurando que descontos associativos sejam realizados apenas com anuência expressa e documentada, e atribui às entidades representativas a responsabilidade de obter a autorização formal de seus associados para descontos via DATAPREV, **sem prerrogativa de solicitar o desbloqueio diretamente.**

Contudo, em 2023, o INSS autorizou irregularmente o desbloqueio em lote de 34.487 benefícios a pedido da CONTAG, sem comprovação de autorização prévia dos segurados, em flagrante descumprimento ao §1º-A do art. 154 do Decreto nº 3.048/99. Essa decisão foi embasada em pareceres

internos que invocaram a garantia constitucional da livre associação, desconsiderando que a normativa exige autorização expressa do titular e que as entidades DEVEM adotar outros meios de contribuição.

O procedimento evidencia falhas administrativas, com conivência do INSS, ao negligenciar a manifestação individual dos beneficiários e desrespeitar normas de proteção ao segurado, configurando violação dos princípios legais e regulamentares aplicáveis.

b.2) Falhas na avaliação de novas parcerias com entidades que tiveram acordos rescindidos com o INSS anteriormente.

Compete ao INSS monitorar os acordos firmados e aplicar penalidades às entidades que descumprirem as condições do ACT e do plano de trabalho, conforme §1º-F do art. 154 do Decreto nº 3.048/99, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, Art. 667 da PRES/INSS IN 128/2022 e art. 34 da PRES/INSS IN 162/2024. Em caso de reincidência ou condutas lesivas ao beneficiário ou ao INSS, **o acordo poderá ser rescindido.**

Assim, durante a auditoria foi verificado se as entidades com ACT rescindido formalizaram novos acordos com o INSS e se corrigiram as inconsistências que levaram à rescisão. A análise incluiu entidades listadas em no sistema da Previdência Soaicla, como ABAMSP, ANAPPPS, ASBAPI e CENTRAPE, que tiveram seus ACT rescindidos após investigações do Ministério Público e da Polícia Civil por irregularidades, e a ABSP, que também sofreu fiscalização.

Duas dessas entidades, ABRAPPS e AAPEN, **firmaram novos ACTs, mas com persistência de riscos**. No caso da ABRAPPS, a Divisão de Gerenciamento de Acordos recomendou cautela devido ao histórico de queixas, mas um novo ACT foi assinado em 2021. Para a AAPEN, após recusas iniciais, um novo acordo foi aprovado e formalizado em 2023.

Ao comparar a lista de entidades com ACT ativos e repasse financeiro conforme a Nota Técnica nº 28/2024 com a lista de ACT rescindidos, constatou-se que dois novos ACT foram formalizados com a **ABRAPPS (antiga ANAPPS)** e **AAPEN (antiga ABSP).** A análise do processo de formalização desses novos acordos revelou que a Divisão de Gerenciamento de Acordos de Cooperação (DGACO) havia alertado, nos processos de 2020 e 2021, **sobre os riscos de celebrar novo**

acordo com a ABRAPPS devido a ações judiciais por descontos não autorizados.

Apesar do cumprimento de requisitos formais, a DGACO recomendou que o acordo fosse suspenso até a conclusão das investigações e alertou sobre o risco de o INSS ser responsabilizado civilmente por danos.

Em Nota Técnica Nº 14/2021/DGACO/COGEC/CGEUC/DIRAT (SEI 298427), a DGACO **reforçou a inviabilidade do acordo, sugerindo que o INSS evitasse firmar tal ajuste até que os riscos fossem completamente mitigados**. Essa recomendação foi aprovada pelas coordenações da DIRBEN em março de 2021.

No entanto, em setembro de 2021, a Divisão de Consignação em Benefícios (DCBEN), à época responsável pela análise dos processos de ACT, alterou esse posicionamento, propondo celebração de novo acordo **o qual então foi formalizado e publicado no DOU em outubro de 2021.**

A AAPEN (antiga ABSP) teve seu novo pedido de acordo inicialmente indeferido por alterações estatutárias, mas, após recurso, o pedido foi acatado e o ACT formalizado em 17/03/2023.

A rápida renovação desses acordos expôs o INSS a riscos, devido ao histórico de prejuízos aos beneficiários. **Não o bastante, a ausência de monitoramento por parte do INSS levou à reincidência de práticas irregulares pela AAPEN, conforme apontado em processos de 2023.** Da mesma forma, a ABRAPPS teve fiscalização iniciada em 2023, mas sem avaliação concluída pelo INSS até julho de 2024.

Dessa forma, não se observou nos novos processos de formalização de parcerias com a ABRAPPS e AAPEN a certificação, pelo Instituto, de que estariam sanadas as razões pelas quais os acordos foram rescindidos, ensejando, tal fato, **claramente a negligência do INSS, por omissão injustificada no desempenho do dever de fiscalização.**

b.3) Descumprimento das disposições do Decreto nº 3.048/99 quanto ao acompanhamento da execução das parcerias.

A auditoria revelou ainda que o INSS deixou de realizar **fiscalizações ordinárias** semestrais previstas nos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), essenciais para validar a autorização dos descontos associativos, conforme exigido pelo

art. 115, V, da Lei nº 8.213/91 e pelo art. 154, V, do Decreto nº 3.048/99. Essas fiscalizações, exigidas pelos ACT para garantir a regularidade dos descontos e assegurar que eles estão de acordo com os termos de adesão dos beneficiários, devem seguir as cláusulas de monitoramento e avaliação do inciso VIII do art. 42 da Lei nº 13.019/14, e a execução deve obedecer ao art. 51 do Decreto nº 8.726/2016.

Dos nove ACT examinados, oito incluíam a obrigatoriedade de fiscalização semestral após publicação no Diário Oficial da União (DOU), exceto o acordo com a MasterPrev. No entanto, **o INSS não realizou essa fiscalização** nos termos estipulados. Apenas a entidade UNIBAP foi fiscalizada mais de uma vez, com uma fiscalização iniciada em 03/04/2023 e outra em 07/12/2023. As demais entidades, incluindo AAPPS/UNIVERSO, AMBEC, Amar Brasil/ABCB, CAAP, CBPA, CONAFER e RIAAM Brasil, **só foram fiscalizadas uma única vez, em 07/12/2023, em um ato conjunto previsto no processo SEI nº 35014.466924/2023-03.**

A CGPAG tentou argumentar que as fiscalizações não foram realizadas em 2022 devido à extinção da Divisão de Acordos Nacionais de Benefícios (DANB), transferindo as atribuições para a DCBEN, que enfrenta insuficiência de servidores para cumprir essa demanda.

Entretanto, ainda em 2022, mesmo assim o INSS firmou 12 novos ACTs, indicando que os acordos continuaram a ser formalizados sem o cumprimento das fiscalizações necessárias para garantir a segurança e a conformidade desses descontos com os direitos dos beneficiários.

Quadro 05 – ACT formalizados no ano de 2022

Entidade	Processo	Data publicação ACT
CONAFER	35014.061731/2022-71	06.03.2022
CINAAP	35014.096651/2021-55	19.04.2022
UNASPUB	35014.283172/2021-77	27.04.2022
AAPPS/Universo	35014.025829/2022-64	29.04.2022
CAAP	35014.066276/2021-19	12.05.2022
FITF/CNTT/CUT	35014.281485/2021-91	12.05.2022
AP BRASIL	35014.436588/2021-02	29.06.2022
CONTRAF (FETRAF)	35014.193691/2022-25	29.06.2022
CBPA	35014.414462/2021-79	15.07.2022
COBAP	35014.183465/2022-36	31.08.2022
ABCB/Amar Brasil	35014.107280/2022-25	08.11.2022
CEBAP	35014.274730/2022-94	26.12.2022

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria.

Relatório de Apuração do INSS/2024 - Anexo 5.

A Procuradoria Federal Especializada do INSS (PFE/INSS) recomendou que o INSS avaliasse os **riscos** e garantisse a capacidade de fiscalização adequada antes de formalizar os ACT. A DIRBEN, no entanto, não apontou limitações operacionais para realizar as fiscalizações, exceto no caso do ACT com a RIAAM, onde a DCBEN alertou sobre a **falta de servidores para fiscalização, mas o acordo foi firmado mesmo assim.** Nos processos analisados, a DIRBEN considerou suficientes os mecanismos de fiscalização dos ACT, confiando na verificação dos termos de adesão dos beneficiários. Contudo, na prática, **encontrou dificuldades para confirmar a autenticidade das autorizações.**

Além disso, a DIRBEN não implementou as fiscalizações periódicas previstas e não abordou adequadamente as limitações do modelo fiscalizatório, assumindo o risco de efetivar descontos sem garantir a autorização expressa dos beneficiários. Como resultado, as entidades ABCB/Amar Brasil, AMBEC, AAPPS-UNIVERSO, CAAP, CBPA, CONAFER, MASTERPREV, RIAAM-BRASIL e UNIBAP não foram fiscalizadas conforme pactuado.

Desta forma, a auditoria aponta **grave falha do INSS em fiscalizar** esses acordos de cooperação. Embora as normativas prevejam fiscalizações regulares das associações, essas **fiscalizações foram negligenciadas** ou simplesmente não ocorreram. O INSS, ao falhar em cumprir seu papel fiscalizador, permitiu que

associações agissem livremente, sem qualquer controle ou supervisão. Como resultado, aposentados e pensionistas, já fragilizados pela idade e pelas dificuldades financeiras, **foram submetidos a uma exploração imoral e desumana.**

Por fim, uma série de outras irregularidades em relação aos ACT que indicam que a conveniência e o interesse público na manutenção das parcerias não foram asseguradas sob a perspectiva de custos e de impacto no atendimento ao cidadão pelo INSS, dentre elas: 1) Ausência de ressarcimento integral dos custos operacionais; 2) Impacto negativo na fila de requerimentos do INSS; 3) Impacto financeiro ao beneficiário do INSS em decorrência aos descontos não autorizados.

2.3 A FRAUDE CONTINUADA

O comportamento negligente não só viola o dever legal de fiscalização do INSS, mas também compromete gravemente os direitos fundamentais de milhões de cidadãos. As denúncias aqui mencionadas e as auditorias realizadas pelo TCU e pelo próprio INSS, revelaram um panorama de descaso da máquina pública com parcela mais importante e vulnerável da população brasileira.

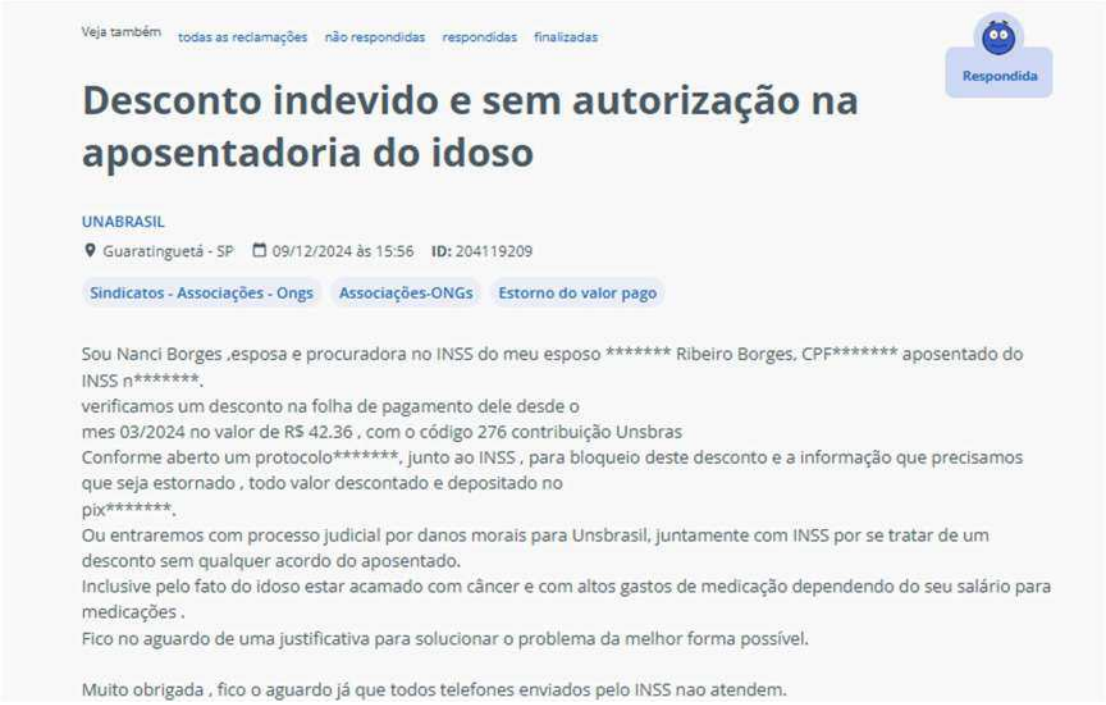
Ao encararmos os fatos revelados, torna-se inevitável uma conclusão estarrecedora: mesmo diante de evidências incontestáveis, a inércia administrativa perpetua um esquema de fraudes generalizadas que escarnece dos princípios mais basilares da moralidade pública e da justiça social. Em um cenário de tamanha negligência e descaso, é imperativo que o Poder Judiciário assuma o protagonismo, garantindo a proteção dos direitos dos vulneráveis e restabelecendo a ordem jurídica em face de tamanha afronta à dignidade daqueles que confiaram no sistema para sua subsistência.

Atualmente, mais de **33 associações e confederações** possuem **Acordo de Cooperação Técnica ativo com o INSS** para fins de descontos associativos e recebem do órgão todos os meses. Conforme dados retirados do Portal da Transparência[4], estão sendo repassados para todas essas associações cerca de **R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) TODOS os meses.**

[4] Disponível em: < https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/pagamento/513001579042024OB000660?ordenarPor=fase&direcao=desc> - Anexo 6 e Anexo 9.

Através de um simples levantamento de dados realizado pela associação autora junto ao Portal da Transparência, **foi possível constatar que ao longo dos últimos 10 (dez) anos, foram repassados para essas 33 associações e confederações cerca de R$ 8.736.543.149,60 (oito bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos)**, descontados diretamente da folha de aposentados e pensionistas.

Em contrapartida, os números de reclamações e denúncias referentes à descontos indevidos nos benefícios de milhões de aposentados e pensionistas só crescem, juntas as 33 associações somam cerca **69.220 reclamações registradas no site Reclame Aqui**, as quais em sua quase totalidade com a mesma narrativa: **idosos estão tendo valores descontados indevidamente de sua folha de pagamento todos os meses.** Vejamos algumas dessas reclamações:



Veja também todas as reclamações não respondidas respondidas finalizadas

Respondida

Desconto indevido e sem autorização na aposentadoria do idoso

UNABRASIL

Guaratinguetá - SP 09/12/2024 às 15:56 ID: 204119209

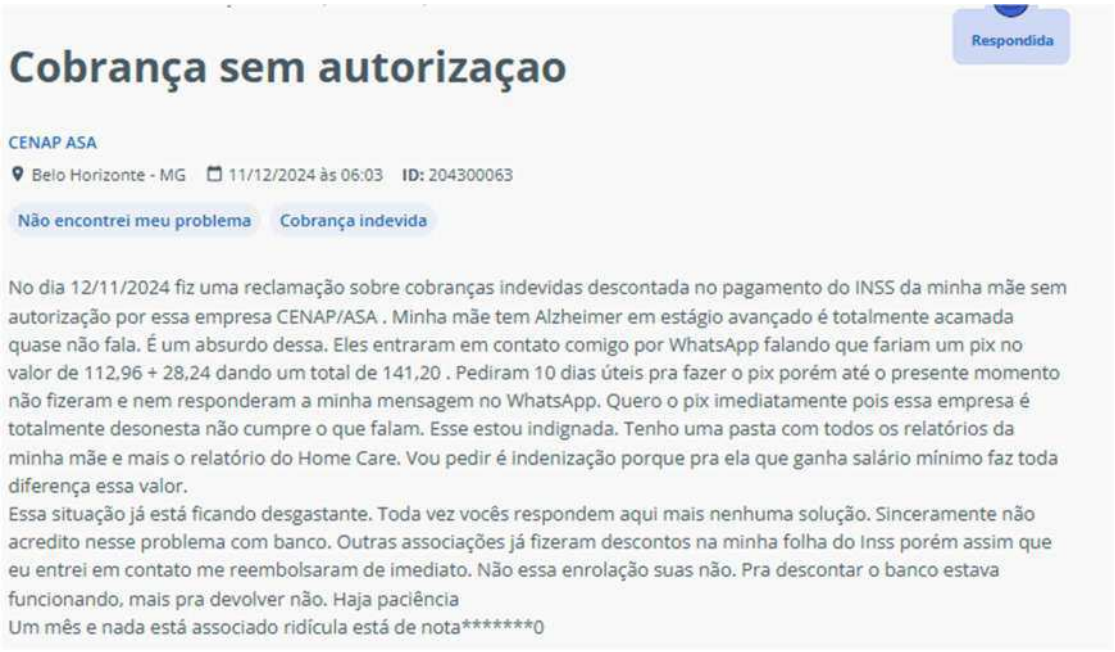
Sindicatos - Associações - Ongs | Associações-ONGs | Estorno do valor pago

Sou Nanci Borges ,esposa e procuradora no INSS do meu esposo ******* Ribeiro Borges, CPF******* aposentado do INSS n*******.
verificamos um desconto na folha de pagamento dele desde o
mes 03/2024 no valor de R$ 42.36 , com o código 276 contribuição Unsbras
Conforme aberto um protocolo*******, junto ao INSS , para bloqueio deste desconto e a informação que precisamos que seja estornado , todo valor descontado e depositado no
pix*******.
Ou entraremos com processo judicial por danos morais para Unsbrasil, juntamente com INSS por se tratar de um desconto sem qualquer acordo do aposentado.
Inclusive pelo fato do idoso estar acamado com câncer e com altos gastos de medicação dependendo do seu salário para medicações .
Fico no aguardo de uma justificativa para solucionar o problema da melhor forma possível.

Muito obrigada , fico o aguardo já que todos telefones enviados pelo INSS nao atendem.

Fonte: Reclame Aqui[5]

[5] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/unsbras/desconto-indevido-e-sem-autorizacao-na-aposentadoria-do-idoso_XabG2sb-_dvI3fmq/>. Acesso em 10/12/2024.



Fonte: Reclame Aqui[6]



Fonte: Reclame Aqui[7]

Nota-se que são **relatos de pessoas extremamente vulneráveis**, muitos **doentes e acamados**, que nunca se filiaram voluntariamente a essas entidades, **desmontando completamente o argumento de que elas existem para beneficiar seus supostos associados.**

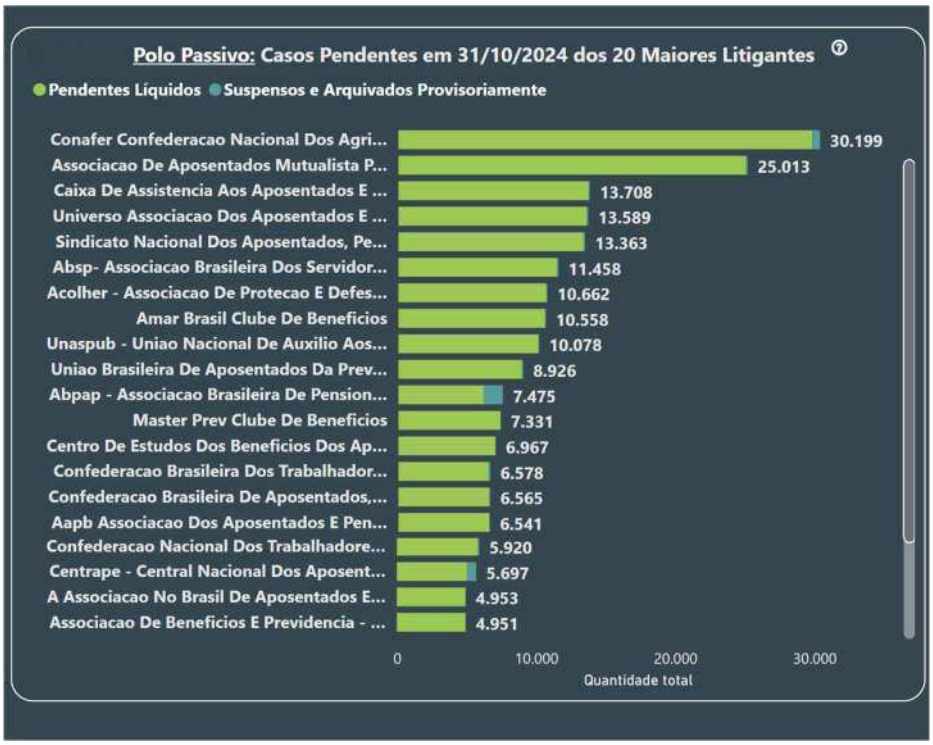
A simulação no oferecimento de supostos benefícios pelas associações investigadas torna-se ainda mais evidente diante das milhares de reclamações de aposentados e pensionistas que, ao verificarem seus benefícios

[6] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/central-nacional-de-aposentados-e-pensionistas-associacao-santo-antonio/cobranca-sem-autorizacao_IR3wsYpERcxJFX04/>
[7] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/conafer-brasil/descontando-sem-minha-permissao_jBZSeSQb_BZPjlLT/>

previdenciários, descobrem estar contribuindo há anos com essas entidades sem sequer saber de sua existência. Esses relatos revelam que os segurados jamais foram informados sobre qualquer prestação de serviço ou benefício oferecido pelas associações, o que demonstra claramente que nenhum serviço foi efetivamente disponibilizado ou utilizado.

Se de fato essas entidades tivessem prestado qualquer tipo de serviço aos supostos associados, seria lógico que ao menos algum **comunicado, informe ou documento formal** tivesse sido enviado para informar sobre os benefícios contratados. Contudo, a ausência total de contato ou prestação de contas aos segurados reforça a conclusão de que **essas associações não existiam para beneficiar os aposentados e pensionistas, mas apenas para explorar financeiramente seus benefícios previdenciários**.

Ademais, quando olhamos para o panorama judicial, a situação é ainda mais preocupante. Segundo os dados da Justiça em Números, portal do Conselho Nacional de Justiça, ao filtrarmos os 20 maiores litigantes no polo passivo através do Segmento de Atividades, os 20 lugares são ocupados por entidades que figuram no polo passivo da presente Ação Civil Pública e por entidade que já teve seu ACT rescindido no passado (CENTRAPE). Vejamos:

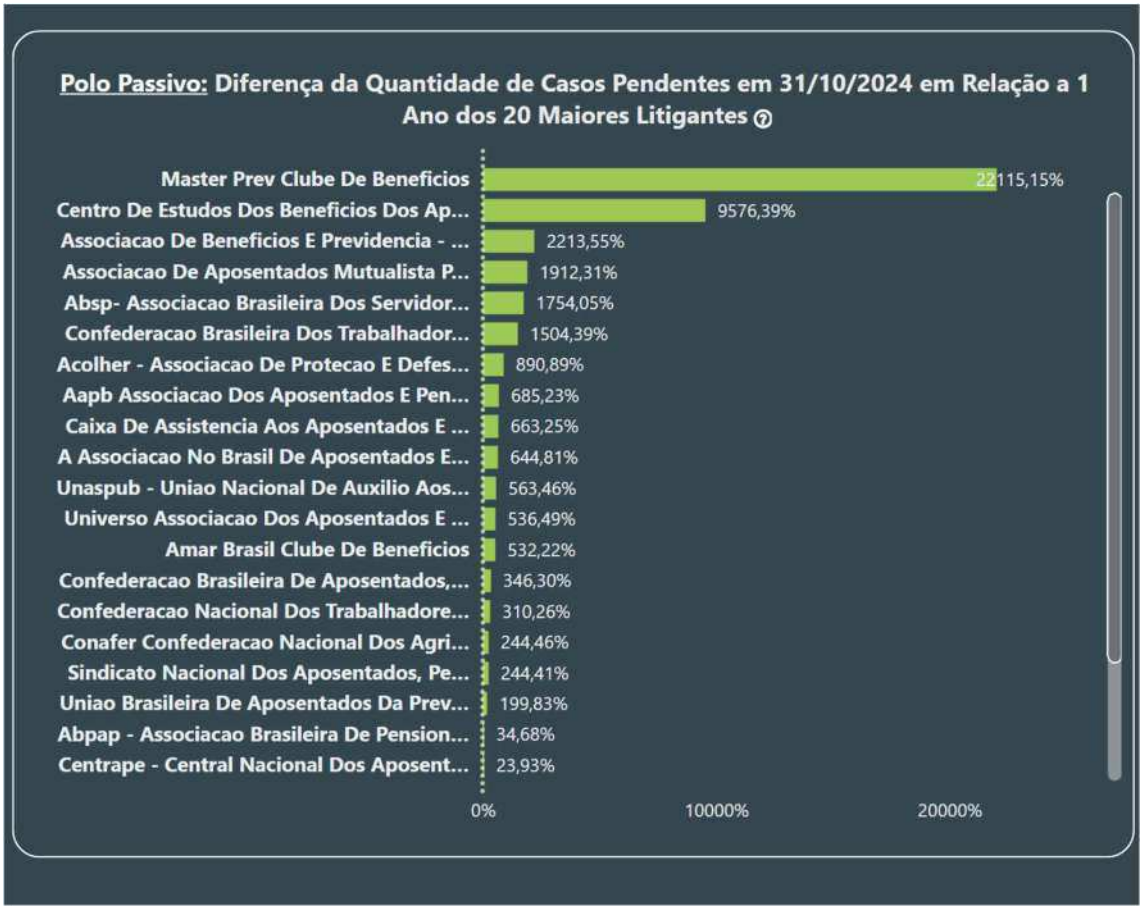


Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>

Ao todo, as 20 associações no topo dos Maiores Litigantes do Brasil, com dados atualizados até 31/10/2024, possuem 210.532 processos judiciais em seu desfavor.

Não o bastante, para as associações que não aparecem no painel, a situação não é diferente. Através de consulta no site Escavador, foi possível constatar que as outras 14 associações somam juntas cerca de 17.171 processos judiciais em figuram no polo passivo. **Ou seja, juntas, as 33 associações possuem mais de 227.700 processos judiciais em seu desfavor.**

O painel nos apresenta ainda que, em comparação com o ano passado, **o crescimento do número de ações judiciais é vertiginoso.** Vejamos:



Percentual de aumento na quantidade de ações judiciais entre o ano de 2023 e 2024.
Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>

A magnitude desses números não é apenas alarmante – é uma denúncia gritante contra a negligência sistemática e deliberada do órgão que deveria

zelar pelos direitos dos segurados e das ações criminosas e covardes das entidades que, em tese, deviam agir em prol dos aposentados e pensionistas brasileiros.

Apesar da expressiva quantidade de processos judiciais em desfavor dessas associações, é importante destacar que ainda há grande subnotificação por parte dos aposentados e pensionistas vítimas dessas organizações criminosas. Conforme amplamente demonstrado, **são quase 8 milhões de vítimas com descontos criminosos averbados em seus benefícios, sendo que em apenas 1 ano, mais de 1 milhão de consumidores solicitaram a exclusão, com a justificativa de que nunca haviam autorizado. Portanto, a quantidade de processos judiciais ajuizados reflete apenas uma pequena parte do problema.**

Em junho de 2024, a **Controladoria Geral da União**, divulgou[8] que estava em campo realizando entrevistas com beneficiários do INSS que possuem desconto referente à contribuição associativa. O objetivo seria avaliar a regularidade da incidência de contribuição associativa na folha de pagamento de segurados aposentados e pensionistas, **a partir da confirmação de que o segurado efetivamente autorizou esse desconto**. Equipes de auditoria estariam realizando entrevistas com beneficiários até o fim de junho, em todo o Brasil.

Nesse contexto, **no dia 03 de dezembro de 2024,** o Jornal Metrópoles, pioneiro em formular denúncias de fraudes e irregularidades nos descontos associativos debitados dos benefícios previdenciários de milhões de aposentados em todo o Brasil, veiculou nova matéria[9] **onde relata os resultados das investigações da CGU.**

Conforme apontado pela reportagem, uma auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) analisou a significativa arrecadação de entidades que realizam descontos de mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

---

[8] Disponível em: < https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2024/06/auditores-da-cgu-realizam-entrevistas-com-beneficiarios-do-inss>. Acesso em 11/12/24.

[9] Disponível em: https://www.metropoles.com/sao-paulo/farra-do-inss-desconto-indevido-atinge-98-dos-aposentados-diz-cgu. Acesso em 11/12/24.

A investigação concluiu que 98% dos 1.273 aposentados entrevistados em todo o país afirmaram nunca ter autorizado tais descontos em seus benefícios.

As entrevistas foram conduzidas em todas as 27 unidades da Federação, a auditoria abrangeu 31 entidades e revelou, ainda, **que 96% dos aposentados ouvidos declararam não estar vinculados a nenhuma associação, o que comprova uma fraude generalizada envolvendo os descontos realizados.** Diante dos achados, a CGU recomendou ao INSS a avaliação da suspensão de convênios com entidades que apresentaram um "aumento súbito no quantitativo de descontos" no período entre 2023 e 2024.

Conforme citado na reportagem, de acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU), o crescimento exponencial da arrecadação dessas entidades tende a se manter. Em **2023**, essas associações registraram faturamento de **R$ 1,3 bilhão**, com expectativa de encerrar o ano de 2024 arrecadando **R$ 2,6 bilhões, valores descontados diretamente dos benefícios de aposentados.**

Essas entidades justificam a cobrança de mensalidades, que podem ultrapassar R$ 70 por mês, alegando oferecer vantagens em serviços como seguros e auxílios. No entanto, o problema se agrava diante do volume significativo de irregularidades: mais de 60 mil processos judiciais já foram ajuizados, revelando casos de descontos indevidos efetuados contra aposentados que nunca tiveram conhecimento ou relação com as associações, sendo surpreendidos com os débitos em suas folhas de pagamento.

Conforme divulgado na reportagem, **a investigação realizada constatou que diversas entidades possuem uma quantidade expressiva de "associados domiciliados em Unidades da Federação distintas da localização de suas sedes ou escritórios".** Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU**), ainda que tais entidades contem com correspondentes em outras localidades, o acesso aos serviços oferecidos seria significativamente limitado.** Tal restrição decorre, em grande parte, da necessidade de interação remota, o que seria pouco provável diante da limitada familiaridade dos beneficiários com ferramentas e recursos digitais.

Ademais, **a CGU destacou relatos obtidos durante as entrevistas, nos quais pessoas responderam em nome dos titulares dos benefícios**. Esses relatos **evidenciam situações em que os beneficiários não poderiam, em tese, ter assinado termos de autorização ou fichas de filiação devido a condições específicas.**

Entre os exemplos mencionados estão pessoas com deficiência que inviabiliza a manifestação de vontade, indivíduos com doenças graves que restringem sua locomoção, indígenas residentes em aldeias que não sabem ler ou escrever, bem como residentes no exterior que não mantiveram contato com tais associações durante o período em que estavam no Brasil.

Além disso, empresários suspeitos de operar algumas dessas entidades foram alvo de mandados de busca e apreensão executados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo (MPSP). Eles estão sob investigação por crimes de associação criminosa, **lavagem de dinheiro** e **estelionato** em larga escala contra milhares de aposentados.

A matéria do Jornal Metrópoles relata ainda que, de acordo com a CGU, quando confrontados com os documentos que supostamente comprovavam suas filiações, **os entrevistados pela auditoria negaram qualquer vínculo com as entidades indicadas, bem como não reconheceram as assinaturas constantes dos termos de filiação e autorização de descontos.**

Em relação a **20 das entidades investigadas**, a auditoria revelou que **100% dos aposentados entrevistados afirmaram nunca terem se filiado a elas**. São elas:

1. Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP)
2. Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap)
3. Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec)
4. Associação de Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB)
5. União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Unsbras)
6. Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (Conafer)

7.	**Associação Universo (AAPS)**
8.	**Confederação Nacional dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)**
9.	**Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (Abapen)**
10.	**União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (Unaspub)**
11.	**Associação dos Aposentados do Brasil (AAB)**
12.	**Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionista e Idosos (Asbrapi, também conhecida como PrevAbrap)**
13.	**Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT (Sindiapi)**
14.	**União Brasileira de Aposentados da Previdência (UNIBAP)**
15.	**Associação de Benefícios e Previdência (Abenprev)**
16.	**Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas (CINAAP)**
17.	**Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social (Abrasprev)**
18.	**Associação de Suporte Assistencial e Beneficente Para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (Asabasp Brasil)**
19.	**Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos (Riaam Brasil)**
20.	**Sindicato dos Aposentados do Brasil (Sinab)**

Fonte: Jornal Metrópoles[10]

Trata-se, portanto, de um dos maiores escândalos de fraude sistemática contra aposentados e pensionistas do INSS já vistos. É uma afronta direta à Constituição, à legislação previdenciária e aos mais básicos **princípios de respeito e justiça social**. Essa conduta não pode ser tolerada, e a responsabilização dos agentes, entidades e órgãos envolvidos é imperativa e urgente.

Contudo, mesmo diante de **denúncias massivas**, **inúmeros pedidos de exclusão**, **reclamações formais**, **milhares de processos judiciais**, bem como das **auditorias do TCU, do próprio INSS e da CGU**, além de **investigações comandadas pela Polícia Federal e pelos Ministérios Públicos**, o **esquema de descontos indevidos permanece ativo**, e **nenhum Acordo de Cooperação Técnica**

[10] Disponível em: https://www.metropoles.com/sao-paulo/farra-do-inss-desconto-indevido-atinge-98-dos-aposentados-diz-cgu. Acesso em 11/12/24.

(ACT) foi rescindido. Qual seria a explicação para tamanho descaso com a parcela mais vulnerável da população brasileira?

Neste ponto, evidencia-se o **caráter conveniente e conivente** da autarquia na perpetuação das ilicitudes, uma vez que algumas das associações demandadas, responsáveis por milhares de **descontos indevidos**, integram a composição do **Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)**, órgão superior de **deliberação colegiada vinculado ao Ministério da Previdência Social**.

Composição	
Aposentados e Pensionistas	
Gerson Maia de Carvalho Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT)	**José Avelino Pereira** Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)
Warley Martins Gonçalles Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)	**Obede Muniz Teodoro** Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)
Tonia Andrea Inocentini Galleti Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical (SINDNAPI)	**Evandro José Morello** Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

Desta forma, a ineficácia dos meios regulatórios até então implementados pelo INSS encontra uma explicação clara. Associações e sindicatos diretamente interessados na manutenção dessas práticas ilícitas participam ativamente do CNPS, acompanhando, avaliando e influenciando de forma sistemática a gestão e as decisões políticas da Previdência Social. Esse poder de influência decisória, além de ser incompatível com os princípios de imparcialidade e proteção dos segurados, fortalece essas entidades, permitindo que elas permaneçam impunes diante de práticas ilícitas flagrantes.

Há que se destacar que estamos diante de um público majoritariamente composto por segurados **vulneráveis**, sendo que cerca de **83% dos afetados recebem, em média, apenas dois salários-mínimos mensais**. Trata-se, portanto, de **verba de natureza eminentemente alimentícia**, indispensável para a **subsistência do segurado e de sua família**. Qualquer subtração indevida desse recurso compromete diretamente sua **dignidade e segurança alimentar**, configurando uma violação grave aos direitos fundamentais desses cidadãos.

Diante desse cenário, é **inadmissível que o poder público permaneça omisso ou, pior, anua com práticas temerárias** que atingem justamente a parcela mais vulnerável da população, para quem o sistema previdenciário deveria ser um instrumento de **proteção e amparo social**.

Deste modo, não apenas o INSS, mas cada uma das entidades e associações que figuram o polo passivo da presente demanda tem contribuído, mês a mês, para perpetuação da fraude generalizada aqui exposta.

É o que expomos a seguir.

2.3.1 CONTAG

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), mantém, desde 1994, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, permitindo a operacionalização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários. Conforme apurado pela auditoria do INSS, **até maio de 2024**, a CONTAG contabilizava **impressionantes 1.336.360 filiados com descontos ativos em seus benefícios**, consolidando-se como a entidade com o maior número de associados e, consequentemente, o maior volume de repasses mensais realizados pelo INSS.

Os descontos de mensalidades associativas da CONTAG estão no percentual de 2% (dois por cento) do valor dos benefícios previdenciários dos aposentados associados aos sindicatos de trabalhadores rurais afiliados/vinculados à CONTAG e o consequente repasse do percentual destinado às Federações e Sindicatos a ela vinculados é 20% a 75%, respectivamente.

Conforme dados obtidos no Portal da Transparência[11], apenas nos últimos dez anos, a CONTAG recebeu do INSS a exorbitante quantia de R$ 3.796.300.926,84 (três bilhões, setecentos e noventa e seis milhões, trezentos mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos), valor este subtraído diretamente dos benefícios previdenciários de milhões de aposentados e pensionistas.

Todavia, **tal montante colide frontalmente com um cenário marcado por inúmeras reclamações e litígios judiciais** nos quais beneficiários relatam

[11] Anexo 6.

desconhecer totalmente a existência da CONTAG e, mais grave ainda, **afirmam jamais terem autorizado qualquer desconto de seus benefícios.**

No contexto dos processos judiciais, em suas defesas, a CONTAG apresenta documentos de consumidores que teriam supostamente se filiado a sindicatos locais em suas cidades. No entanto, se trata de pessoas extremamente humildes e com baixa capacidade de letramento, **muitos são trabalhadores rurais que sequer tinham ciência de que estavam autorizando descontos diretamente em seu benefício previdenciário.**

Outrossim, não raras vezes aportam ao Judiciário casos de **falsificação de assinatura**[12] em termos de autorização para descontos associativos, prática recorrente na atuação da **CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, conforme constatado no processo n.º 0700098-46.2021.8.02.0043[13]:

Autos n° 0700098-46.2021.8.02.0043
Ação: Procedimento Comum Cível
Autor: [redacted]
Réu: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - Contag

No caso em análise, apesar da demandada alegar que a autora efetuou a assinatura da autorização dos descontos, e ter juntado aos autos prova a tal respeito, essa foi claramente refutada pela análise pericial ás fls. 384/408, em que foi constatada que a assinatura da carta de autorização de fls. 164 NÃO PARTIU do mesmo punho escritor da Sra. ZENILDA VICENTE DA SILVA, e por isso é FALSA.

Assim, reputo que não foi entabulada qualquer relação jurídica precedente entre as partes a justificar descontos de taxas associativas, notadamente ao ser constatada fraude na assinatura da autorização.

Não o bastante, a CONTAG está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[14] para sua categoria, com um total de 5.920 processos em que figura no polo passivo.

Além disso, **são centenas de reclamações no Reclame Aqui contra a entidade**, onde os consumidores relatam, em sua quase totalidade, a existência de

[12] Prática que transcende o ilícito civil para configurar **ilícito penal**, sujeito às sanções previstas no art. 298 do Código Penal Brasileiro. Não obstante a **atividade criminosa**, o **INSS ainda mantém ACT ativo com a CONTAG**.
[13] Anexo 9.
[14] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>

descontos não autorizados em seus benefícios previdenciários. Vejamos algumas dessas reclamações:

> **Contag**. Buriticupu – MA. 09/12/2024 às 10:05. **ID:** 204062861. Ao verificar extrato de pagamento do meu benefício, **verifiquei alguns descontos, aos quais não autorizei, sendo estes titulados como CONTRIBUIÇÃO CONTAG 220, com parcelas variadas que totalizam o referente a R$ 1.173,52 (mil cento e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos), gostaria que fossem cessados tais descontos e restituído o valores pagos indevidamente**. Atenciosamente, ERLICA[15].

> Contag. Codó – MA. 27/11/2024 às 14:46. ID: 203036929. **Olá através deste, solicito todos os instrumentos contratuais que firmou com esta instituição financeira, já tentei solicitar por outros canais de atendimento da instituição financeira mas não obtive sucesso. A integralidade dos extratos com movimentações financeiras relacionadas com os referidos contratos; Posição atual do saldo devedor e saldo credor. Ressalta que o presente pedido está amparado no Código de Defesa do Consumidor,** em especial no direito do requerente a obter informações adequadas, claras e transparentes acerca dos serviços contratados com esta instituição, a teor do artigo 4o caput e artigo 6o., inciso III daquele diploma legal.[16]

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade **sequer sabem do que se trata o desconto**. **Desconhecem a entidade e tampouco sabem quais os supostos benefícios que uma filiação poderia oferecer.**

Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**. Isso deixa evidente que** os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados.** A relação pretendida nunca existiu. **Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas**

---

[15] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/contag/desconto-indevido_Y2moqujEuoISz-_p/>

[16] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/contag/tarifa-indevida_DsbGw1ysWrnqWrJI/>. Acesso em 10/12/24.

um esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.**

A gravidade da situação se acentua quando se constata que **a CONTAG está no epicentro de um dos maiores descalabros já registrados no campo dos descontos associativos**, prática esta que, lamentavelmente, foi perpetuada sob a conivência explícita do INSS. Em um episódio emblemático, ocorrido em 2023, **o INSS autorizou, de forma manifestamente irregular, o desbloqueio em lote de 34.487 benefícios previdenciários, a pedido da CONTAG, sem que houvesse qualquer comprovação de autorização prévia e expressa dos segurados, em flagrante violação ao disposto no §1º-A do art. 154 do Decreto nº 3.048/99.**

O parecer que respaldou tal decisão invocou, de maneira absolutamente distorcida, a garantia constitucional da liberdade de associação, **ignorando completamente que a normativa exige autorização expressa do beneficiário, além de determinar que as entidades associativas utilizem meios alternativos de arrecadação.**

Durante auditoria conduzida pelo INSS, verificou-se ainda que as **justificativas apresentadas** para o desbloqueio em lote **careciam** de qualquer correspondência com os dados do sistema BG-Tarefas e com **a realidade fática à época da solicitação, estando completamente desprovidas de evidências que pudessem legitimá-las.**

Esse quadro evidencia não apenas a **prática reiterada de atos criminosos pela CONTAG, mas também a inaceitável omissão do INSS, que, ao tolerar e colaborar com tais condutas, expôs milhões de segurados a prejuízos financeiros e à violação de seus direitos fundamentais.**

A cifra bilionária arrecadada ao longo de uma década revela um esquema que afronta os princípios de moralidade, legalidade e proteção ao segurado, pilares basilares do sistema previdenciário, **devendo a CONTAG ser condenada ao ressarcimento de todos os danos causados.**

2.3.2 AMBEC

A Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (AMBEC), desde 31 de agosto de 2021, mantém Acordo de Cooperação Técnica (ACT)

com o INSS que possibilita a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários dos segurados. Até maio de 2024, **a AMBEC contabilizava surpreendentes 580.730 filiados com descontos ativos**, cada um submetido à cobrança de uma mensalidade fixa de R$ 45,00, totalizando um fluxo financeiro expressivo para a entidade.

Conforme apurado através do Portal da Transparência[17], desde o início dos repasses, **em janeiro de 2022, até novembro de 2024**, a AMBEC recebeu a impressionante cifra de **R$ 393.720.090,91 (trezentos e noventa e três milhões, setecentos e vinte mil, noventa reais e noventa e um centavos).**

Tais valores, no entanto, contrastam com uma avalanche de reclamações e **ações judiciais movidas** por aposentados e pensionistas contra a associação. No portal Reclame Aqui, por exemplo, a AMBEC já acumulava, **até novembro de 2024, mais de 9.230 denúncias**, quase todas elas relatando descontos indevidos e a completa ausência de vínculo associativo com a entidade.

Pedimos vênia para transcrever exemplo das milhares de reclamações feitas através do Reclame Aqui:

> ASSOCIAÇÃO INDEVIDA. AMBEC. Novo Hamburgo – **RS 29/11/2024** às 14:50. ID: 203229771. Percebi que o valor da **aposentadoria estava menor,** há alguns meses mas **não conseguia o acesso ao extrato sozinho, pedi ajuda da minha filha** e vimos que estava sendo descontado há algum tempo essa **associação que eu não reconheço e não contratei, liguei para o inss para cancelar no mes passado, a moça informou que havia conseguido mas esse mes cobrou novamente,** disse que tinha que ligar na central pra pedir o reembolso, mas quando ligo eles desligam na minha cara, atendentes matheus e julio fizeram isso. Quero meus valores de volta, pois não fiz essa contratação[18].

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade sequer sabem do que se trata o desconto. Desconhecem a entidade e tampouco sabem quais os supostos benefícios que uma filiação poderia oferecer. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que**

---

[17] Anexo 6.

[18] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/ambec/associacao-indevida_sG5GQgitZ86ki_cm/. Acesso em 09/12/2024.

poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

No contexto dos processos judiciais, **já são quase 26 mil em desfavor da AMBEC** e milhares de sentenças procedentes para declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes e determinar o ressarcimento por danos materiais e morais causados, em razão da incapacidade total da entidade em comprovar a associação legítima.

Não o bastante, a AMBEC ocupa a segunda posição de sua categoria na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[19], com um total de 25.013 processos em que figura no polo passivo.

Ademais, a análise histórica dos dados demonstra um cenário de fraude sistêmica e abusos flagrantes. A investigação conduzida pelo TCU revelou que, em **dezembro de 2021**, a AMBEC possuía **apenas 3 associados**, número que **inexplicavelmente saltou** para mais de **40 mil em dezembro de 2022** e **601.624 em dezembro de 2023.**

Essa evolução estrondosa de filiados, contudo, é licitamente impossível e evidencia a manipulação de informações com o objetivo de viabilizar um esquema fraudulento de descontos.

Os dados extraídos do Portal da Transparência[20] ilustram ainda mais a gravidade da situação. **Em janeiro de 2022**, primeiro mês de repasses, **a AMBEC recebeu modestos R$ 134,70**, valor que se **repetiu em fevereiro e março** do mesmo ano. Contudo, **em abril de 2022**, esse valor **saltou para R$ 1.235.558,20**

[19] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 10/12/24.
[20] Anexo 9.

(um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), indicando um acréscimo de **mais de 35 mil novos filiados em apenas três meses** — cenário **absolutamente incompatível com a realidade de filiações voluntárias e regulares.**

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

A situação se agravou ainda mais ao longo de 2024. Somente em fevereiro deste ano, a associação recebeu o recorde de **R$ 35.944.784,80, seguido por uma queda expressiva nos meses subsequentes,** *coincidindo com um aumento substancial nos pedidos de exclusão de descontos associados*, conforme constatado por auditoria do INSS.

Além disso, durante a auditoria realizada pelo INSS a **AMBEC** foi uma das associações que **deixou de enviar a documentação solicitada pelo órgão** para permitir a averiguação acerca da validade e existência de autorização dos beneficiários para descontos associativos averbados em seus proventos a pedido da ré.

A auditoria apurou ainda que a AMBEC ocupa a segunda posição em representatividade de tarefas de requerimento de exclusão de desconto associativo com indicativo de não consentimento do requerente.

Não o bastante, conforme constatado pela auditoria do INSS, desde a publicação do respectivo ACT no DOU, a AMBEC deveria ter sido fiscalizada

semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, no total, **ela deveria ter sido fiscalizada pelo INSS em 32 oportunidades até 31.05.2024.** Contudo, até maio de 2024, **a primeira e única fiscalização ordinária ocorreu apenas em 07.12.2023.**

Esse contexto revela uma série de práticas ilícitas, onde aposentados e pensionistas, muitos deles vulneráveis e com rendas limitadas, foram submetidos a descontos arbitrários e indevidos, subtraindo valores essenciais para sua subsistência. Trata-se de um **esquema criminoso** que afronta os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da moralidade administrativa e da proteção previdenciária, **consolidando uma das mais graves violações de direitos dos segurados nos últimos anos.**

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a AMBEC que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

Portanto, a atuação da AMBEC evidencia uma clara tentativa de enriquecimento ilícito, com o agravante de contar com a colaboração negligente ou dolosa do INSS, responsável por operacionalizar os descontos sem a devida comprovação de autorização expressa dos segurados, conforme exige o §1º-A do art. 154 do Decreto nº 3.048/99. **Tal conivência não apenas permitiu, mas estimulou a perpetuação desse esquema.**

2.3.3 SINDIAPI-UGT

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI/UGT), desde 2017, mantém um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, sendo o mais recente firmado em dezembro de 2020, com vigência até dezembro de 2025. Esse acordo permite a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários dos segurados.

Conforme apurado pela auditoria do INSS, até maio de 2024, o SINDIAPI/UGT contava com **55.180 filiados** submetidos à cobrança de uma mensalidade fixa de **R$ 50,00 (cinquenta reais)**, gerando um fluxo financeiro significativo para a entidade. Através do Portal da Transparência[21] é possível verificar que desde o início dos repasses, em abril de 2017, até novembro de 2024, a organização já havia recebido a expressiva quantia de **R$ 56.270.444,62** (cinquenta e seis milhões, duzentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), conforme dados obtidos no Portal da Transparência.

Outro ponto que chama a atenção, é **o aumento exponencial de valores repassados a ré em curto período**. Isso porque entre abril de 2017 e setembro de 2021, a ré recebia uma média de repasses menor do que R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês. Em outubro de 2021, no entanto, esse valor subiu para **R$ 109.406,87** (cento e nove mil, quatrocentos e seis reais e oitenta e sete centavos), **saltando para o número impressionante de R$ 1.156.770,53** (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta reais e cinquenta e três centavos) no mês de agosto de 2022, ou seja, **menos de 1 ano depois.**

Esse aumento no montante de repasses é fruto de um aumento diretamente proporcional dos números de associados com desconto ativo, o que ocorreu de forma exponencial em se tratando da SINDIAPI. O relatório do TCU apontou que em dezembro de 2021 a ré possuía apenas 8.937 filiados, passando para 48.050 em dezembro de 2022 e 54.763 em dezembro de 2023. Esse crescimento, no entanto, é absolutamente incompatível com a realidade de filiações lícitas.

Apesar dos números grandiosos, a atuação do SINDIAPI/UGT tem sido objeto de **diversas denúncias e processos judiciais**, expondo a prática de descontos indevidos em benefícios previdenciários. Apenas no portal Reclame Aqui, a entidade acumula **mais de 300 reclamações**, além de milhares de processos judiciais que revelam **práticas abusivas e ilícitas**. Vejamos exemplo dessas reclamações:

> Cobrança indevida de Sindicato junto ao INSS. São Sebastião – SP. 28/11/2024 às 15:56. ID: 203143095. **Recentemente tomei ciência**

[21] Anexo 6.

> **dos casos através da mídias, e fui consulta o me contra cheque e ai percebi que tampem sou vitima deste sindicato. Desde Janeiro de 2023. Estão descontando R$50,00 mensalmente.** Já solicitei o cancelamento via INSS, e peço o estorno dos valores indevidos com juros e correções, até a presente data. Tentei negociar via telefone se sucesso[22].

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade sequer sabem do que se trata o desconto. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Não o bastante, nos processos judiciais, em sua defesa, a entidade frequentemente apresenta como "comprovação" de filiação **ligações telefônicas supostamente autorizativas**, prática **expressamente vedada pelo INSS**, que exige adesões formalizadas por escrito, acompanhadas de cópia de documento do filiado.

A conduta do SINDIAPI/UGT demonstra um padrão **deliberadamente predatório**. Os funcionários da entidade, ao que tudo indica de um “Call center”, **ligam diretamente** para aposentados, frequentemente **idosos e vulneráveis**, utilizando um discurso manipulado e promessas enganosas para ludibriá-los. Essas ligações são feitas com **todas as informações pessoais do segurado já em posse da entidade**, **incluindo número do benefício,** valor da aposentadoria, data de nascimento e cidade de residência, **o que agrava ainda mais a violação de privacidade e a sensação de vulnerabilidade.**

Durante a chamada, os atendentes oferecem **"benefícios" irreais e supostamente exclusivos**, como assistência jurídica e a possibilidade de ingressar com a **"Revisão da Vida Toda"**, sem esclarecer as condições ou os custos envolvidos. Os aposentados **não recebem informações claras**, precisas e completas,

---

[22] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/sindiapi-sp/cobranca-indevida-de-sindicato-junto-ao-inss_NLpoP9Nk5P5lJE48/

sendo pressionados a "formalizar" a adesão por meio de um **link enviado por SMS**, prática igualmente **proibida pelas normas do INSS**.

LINK PARA ACESSO À GRAVAÇÃO DA LIGAÇÃO TELEFÔNICA: https://drive.google.com/file/d/1JLHTn3GUU_edW-qsn9CmV-pJNWLQTT42/view?usp=sharing

(Anexado ao processo 5938458-54.2024.8.09.0051 – TJGO – pela própria Ré)

LINK PARA ACESSO À GRAVAÇÃO DA LIGAÇÃO TELEFÔNICA: https://drive.google.com/file/d/1gtUpFY64FRLaDxqXRIHnCNN-vMyi1eM_Lx/view?usp=sharing

(Anexado ao processo **5400251-29.2024.8.09.0088 – TJGO – pela própria Ré)**

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a SINDIAPI/UGT que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

Desta forma, o caráter ilícito da atuação do SINDIAPI/UGT exige **ação imediata e contundente** por parte das autoridades. Não se pode tolerar que entidades como essa continuem a explorar **a fragilidade e a boa-fé de aposentados e pensionistas**, subtraindo recursos essenciais para sua sobrevivência. A proteção aos direitos dos segurados, especialmente idosos, deve ser prioridade, e os responsáveis por tais práticas abusivas devem ser responsabilizados exemplarmente para prevenir a perpetuação desse tipo de conduta e garantir **justiça social**.

2.3.4 UNIBAP

A **União Brasileira de Aposentados de Previdência (UNIBAP)** mantém, desde setembro de 2019, relações com o INSS por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), que permitem a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários dos segurados. Nesse período, segundo o Portal

da Transparência[23], até julho de 2020, a UNIBAP recebeu do INSS o montante de **R$ 1.877.000,18** (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil reais e dezoito centavos). Após a interrupção dos repasses, **em setembro de 2021 foi firmado um novo ACT, com vigência até 2026, retomando e ampliando as transações financeiras.**

Conforme auditoria realizada pelo INSS[24], até maio de 2024 a UNIBAP contava com uma carteira de **112.632 filiados**, autorizada a realizar descontos correspondentes a **2,5% do valor do benefício previdenciário de cada associado**. Conforme apurado através do Portal da Transparência[25], entre setembro de 2021 e novembro de 2024, a UNIBAP recebeu do INSS a expressiva quantia de **R$ 155.415.046,35** (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil, quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos). Somando-se os valores dos dois períodos, o montante transferido à entidade atinge a impressionante cifra de **R$157.292.046,53** (cento e cinquenta e sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

Um ponto que muito chama a atenção é que, conforme apurado através do Portal da Transparência, a UNIBAP tem um padrão: **começa recebendo valores singelos a título de repasse do INSS**, o que reflete a quantidade de supostos associados com desconto ativo e depois, **em poucos meses**, salta de forma absurda **para cifras que ultrapassam a casa do milhão**. Vejamos:

[23] Anexo 6 e 9.
[24] Anexo 5.
[25] Anexo 6 e 9.

Mês Ano	Favorecido	Órgão/Entidade Vinculada Pagadora	Valor Recebido
set/19	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 310,31
out/19	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 310,31
nov/19	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 310,31
dez/19	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 310,31
jan/20	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 310,31
fev/20	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 267,30
mar/20	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 2.717,04
abr/20	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 91.261,58
mai/20	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 322.143,53
jun/20	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 320.541,25
jul/20	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 1.138.517,93
set/21	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 258,13
out/21	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 258,13
nov/21	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 1.286.872,16
dez/21	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 1.902.439,43
jan/22	13.416.634/0001-71	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 2.538.157,02

Fonte: Portal da Transparência[26]

Em **setembro de 2019** a associação ré recebeu apenas **R$ 310,31** (trezentos e dez reais e trinta e um centavos), **quando em julho de 2020, passou a receber impressionantes R$ 1.138.517,93 (um milhão, cento e trinta e oito mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e três centavos).**

Caso mais absurdo ainda ocorreu após firmar o novo ACT, quando em **setembro e outubro de 2021**, **passou de receber R$ 258,13** (duzentos e cinquenta e oito reais e treze centavos) **para impressionantes R$ 1.286.872,16** (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos) em **novembro de 2021**, **saltando para R$ 2.538.157,02** (dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta e sete reais e dois centavos) em **janeiro de 2022.**

A título exemplificativo, considerando que o ACT firmado em 2021 permitia desconto de 2,5% do valor do benefício previdenciário de cada associado e considerando como base o salário-mínimo vigente de R$ 1.100,00 (mil e cem reais) em 2021, se a associação estivesse descontando R$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos) de cada associado todos os meses, **isso significa que ela teria conseguido 92.296 associados em 3 meses, o que é licitamente impossível.**

[26] Anexo 9.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

Sendo assim, embora os valores repassados sejam astronômicos, infelizmente o histórico da UNIBAP é marcado por abusos e irregularidades, como evidenciam as mais de 2.103 reclamações registradas na plataforma Reclame Aqui. A quase totalidade dos relatos denuncia descontos indevidos realizados nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas, muitos dos quais sequer têm ciência de qualquer vínculo associativo com a entidade.

Vejamos exemplo das reclamações encontradas:

> **Solicitei O CANCELAMENTO** E **NÃO QUEREM ME REEMBOLSAR** VALORES DESCONTADOS. UNIBAP - União Brasileira de Aposentados da Previdência. Guatapará – SP. **02/12/2024 às 09:36.** ID: 203389641. EU ******* CPF:*******-**APOSENTADO POR INVALIDEZ; JÁ NÃO AGUENTO SER HUMILHADO PELA CONTRIBUIÇÃO UNIBAP; REALIZAM DESCONTOS EM MINHA FOLHA DE PAGAMENTO SEM MEU CONSENTIMENTO E SÃO LEVIANOS NA HORA DE REALIZAR O REEMBOLSO TOTAL EM DOBRO**[27]**.**

[27] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/unibap-uniao-brasileira-de-aposentados-da-previdencia/solicitei-o-cancelamento-e-nao-querem-me-reembolsar-valores-descontados_FRo-5wSMKUU1yG8X/. Acesso em 05/12/2024.

> **CONSIGNAÇÃO EM BENEFÍCIO DO INSS NÃO CONTRATADA**. UNIBAP - União Brasileira de Aposentados da Previdência. Fortaleza – CE. **29/11/2024 às 10:45**. ID: 203203091. Cobrança indevida. No mês de novembro de 2024 fiz uma análise dos consignados no meu benefício do INSS, pois **o valor que estou recebendo de aposentadoria está muito abaixo do valor real do benefício**, percebi que isso está ocorrendo diante dos diversos consignados que estou pagando, dessa forma verifiquei que **há consignados que não contratei, dentre os consigndos que nunca contratei está sendo descontado do meu benefício do INSS o valor atual de R$ 77,86 - contribuição à UNIBAP,** mas **já foi descontado R$ 110,23; R$ 106,29; R$ 100,34.** Após uma análise mais cuidadosa, **verifiquei que os descontos começaram na competência 06/2022 e ocorrem mensalmente até os dias atuais.** No entanto, **não realizei nenhum contrato com a UNIBAP para que fosse possível este desconto no meu benefício do INSS de contribuição à UNIBAP, não sei nem do que se trata a UNIBAP.** Além disso, **os referidos valores consignados estão colaborando para meu endividamento, pois não consigo mais cumprir com minhas obrigações e despesas mensais.** Assim, **solicito o imediato cancelamento do desconto da contribuição UNIBAP no meu benefício do INSS**, bem como seja devolvido, em dobro, o valor descontado mensalmente **desde a competência 06/2022, que foi consignado, indevidamente, o qual totaliza o valor de R$ 6.342,28, conforme cálculo em anexo.** Por fim, enviem o contrato referente a contribuição **UNIBAP, pois não realizei contrato**[28]**.**

Ademais, cumpre esclarecer que a Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, publicada em 15 de março de 2024, estabelece que o desconto de mensalidade associativa não pode exceder 1% do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Considerando que o teto dos benefícios do RGPS em 2024 é de R$ 7.507,49, o desconto máximo permitido seria de R$ 75,07. **No entanto, em períodos anteriores à vigência dessa normativa, a ré efetuava descontos que chegavam a quase 10% do valor de um salário mínimo, que em 2022 era de R$ 1.212,00** (mil duzentos e doze reais).

---

[28] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/unibap-uniao-brasileira-de-aposentados-da-previdencia/consignacao-em-beneficio-do-inss-nao-contratada_YBgZz8L3s-qv3ybq/>. Acesso em 12/12/2024.

A atuação da UNIBAP expõe um **sistema profundamente injusto e predatório**, que se aproveita da vulnerabilidade de aposentados e pensionistas, retirando-lhes parcelas significativas de seus benefícios, muitas vezes essenciais para a subsistência. O desconto de **2,5%** do valor dos benefícios pode parecer pequeno em proporção, mas, para aqueles que dependem integralmente desses recursos, é uma perda substancial, especialmente quando realizado de forma arbitrária e sem consentimento.

Não o bastante, conforme constatado pela auditoria do INSS, desde a publicação do respectivo ACT no DOU, a UNIBAP deveria ter sido fiscalizada semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, **no total, ela deveria ter sido fiscalizada pelo INSS em 32 oportunidades até 31.05.2024. Contudo, até maio de 2024, a entidade só havia sido fiscalizada ordinariamente em duas oportunidades.**

A UNIBAP ocupa a décima posição na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[29] de sua categoria, com um total de 8.926 processos em que figura no polo passivo.

São milhares de processos judiciais individuais que têm sido movidos contra a ré, quase todos relacionados à mesma prática ilícita: **descontos não autorizados em pensões e aposentadorias de beneficiários do INSS**. Em tais ações, os juízos vêm reconhecendo a procedência dos pedidos iniciais, declarando a ilegalidade dos descontos e determinando a devolução dos valores subtraídos indevidamente. Na maioria dos casos, quando instadas a comprovar a existência de relação jurídica válida entre as partes**, a ré não apresenta qualquer documentação comprobatória que evidencie a filiação ou a autorização expressa e prévia dos descontos, como exigido pela legislação vigente**.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades,**

[29] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 09/12/24.

encontra-se a UNIBAP que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.

Essa postura denota não apenas a ausência de transparência em suas práticas, **mas também uma ação criminosa sistemática.** A realização de descontos sem autorização não apenas fere a legislação previdenciária, mas também **compromete a confiança no sistema de proteção social**, expondo os segurados a prejuízos financeiros e emocionais significativos, motivo pelo qual a ré deve ser punida e condenada ao ressarcimento de todos os danos que causou.

2.3.5 AABP

A Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB) mantém, **desde agosto de 2021**, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) ativo com o INSS, que permite o desconto de mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas. **O ACT estabelece que o valor descontado corresponde a 2% do benefício mensal de cada associado, gerando um impacto direto na renda dos segurados.**

De acordo com auditoria realizada pelo INSS e informações obtidas no Portal da Transparência[30], **até maio de 2024, a AAPB contabilizava 265.442 filiados**, tendo recebido, entre dezembro de 2021 e novembro de 2024, **a impressionante soma de R$ 139.094.081,32 (cento e trinta e nove milhões, noventa e quatro mil, oitenta e um reais e trinta e dois centavos).** Tal cifra, que deveria corresponder a uma relação legítima e transparente com os segurados, contrasta de forma alarmante com a conduta abusiva e irregular da associação.

O histórico da AAPB é marcado por abusos flagrantes e irregularidades sistêmicas, **como demonstram as 1.699 reclamações registradas na plataforma Reclame Aqui**, nas quais os relatos são, em sua esmagadora maioria, idênticos: descontos indevidos realizados nos proventos de aposentados e pensionistas, sem qualquer vínculo associativo prévio ou autorização expressa.

Isso significa que todas essas pessoas estão sendo vítimas de crimes de falsificação tanto dos seus vínculos como associados, quanto ao suposto termo de

[30] Anexo 6.

autorização para descontos, permitindo que o INSS faça retenção dos valores nos benefícios previdenciários dessas vítimas e repasse às entidades.

A conduta da AAPB revela um padrão reiterado de práticas ilícitas, que se aproveita da fragilidade e da boa-fé dos beneficiários, muitos dos quais são idosos e dependem exclusivamente de seus benefícios para sua subsistência. A imposição de descontos arbitrários e a ausência de transparência violam frontalmente os princípios da boa-fé e da dignidade humana, ferindo direitos que deveriam ser assegurados especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade.

> Desconto indevidos na aposentadoria. Associação Dos Aposentados E Pensionistas Do Brasil. Manaus – AM. 27/11/2024 às 17:08. ID: 203052565. **Venho por meio deste deixar reclamação relativa a descontos indevidos na aposentadoria de minha avó, no valor de R$ 28,24, que vem ocorrendo desde de abril de 2024, ela não autorizou nenhum desconto e não se associou a qualquer associação, sendo completamente indevidos.** Estou entrando em contato em nome dela, pois também sou procurador. Requeiro o cancelamento do desconto indevido e a restituição dos valores integrais[31].
>
> **Desconto não autorizados na minha conta**! Associação Dos Aposentados E Pensionistas Do Brasil. São Paulo – SP. 28/11/2024 às 13:00 ID: 203123985. **Foram descontadas em dois benefícios no valor de R$77 nas minha mensalidades, que jamais foram autorizados!** Entrei em contato com a empresa dia 01/11 pedindo o reembolso e eles **só alegam que estão problemas no sistema e que logo iram fazer o reembolso, até hoje não obtive o meu**. Exijo imediatamente o reembolso desses valores.
>
> **Associação Dos Aposentados E Pensionistas Do Brasil**. Jaboatão dos Guararapes – PE. 26/11/2024 às 11:51 **ID:** 202914817. **Não encontrei meu problema**. **Cobrança indevida** **Desde de mês 12/2023 ESTÃO DESCONTANDO NA MINHA DO INSS VALORES ENORMES** ,E DESCOBRIR AGORA LIGUE PARA O N.O******* Q. ME DERAM MAS **NINGUÉM ATENTE ,PEÇO AJUDA POIS SOU PENSIONISTA DE 1 SALÁRIO MÍNIMO E TENHO PROBLEMAS DE LOCOMOÇÃO MOTORA ME AJUDEM A DEVOLVEREM MEU DINHEIRO.** MEU N. DE PROTOCOLO DO INSS É 146.160.9073 ,MEU NOME É ******* DE

[31] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/associacao-dos-aposentados-e-pensionistas-do-brasil/desconto-indevidos-na-aposentadoria_3x_9Y09TzaIiRcP4/

> ALBUQUERQUE. CPF ******* ,**AGUARDO UMA SOLUÇÃO DE DEVOLUÇÃO DO MEU DINHEIRO POIS VOU PRESTRA UMA NA OUVIDORIA, AGUARDO RESPOSTAS URGENTES E RESOLVIDAS ,MEU N.******* OBRIGADO ESTOU NO AGUARDO**

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade sequer sabem do que se trata o desconto. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Ademais, a ré tem sido reiteradamente demandada judicialmente em um elevado número de ações individuais, todas elas centradas na **mesma prática ilícita**: a realização de **descontos indevidos nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão** de segurados do INSS. Nos referidos processos, os juízos vêm, de forma reiterada, reconhecendo a procedência das alegações dos autores, declarando a **ilegalidade da conduta praticada pela ré** e determinando a **restituição integral dos valores indevidamente descontados**.

A AABP está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[32] de sua categoria, com um total de 6.541 processos em que figura no polo passivo.

Os montantes vultosos transferidos à AAPB, somados ao número expressivo de reclamações e à evidente falta de transparência na gestão das filiações, atestam a existência de um **esquema predatório**, que se apropria, mês após mês, recursos essenciais de milhares de segurados do INSS.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20

[32] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>.

entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a AAPB que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

Essa postura denota não apenas a ausência de transparência em suas práticas, **mas também uma ação criminosa sistemática.** A realização de descontos sem autorização não apenas fere a legislação previdenciária, mas também **compromete a confiança no sistema de proteção social**, expondo os segurados a prejuízos financeiros e emocionais significativos, motivo pelo qual a ré deve ser punida e condenada ao ressarcimento de todos os danos que causou.

2.3.6 ABRAPPS

A Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (ABRAPPS) carrega um histórico profundamente marcado por irregularidades e condutas ilícitas. Desde novembro de 2014, a entidade mantém relações com o INSS por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), permitindo o desconto de mensalidades associativas diretamente dos benefícios previdenciários. No entanto**, em 2019**, quando ainda era denominada Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (ANAPPS), **o INSS rescindiu unilateralmente o acordo com a entidade,** após investigações conduzidas pelo Ministério Público de São Paulo revelarem práticas de fraude sistêmica, incluindo descontos realizados sem autorização expressa dos segurados.

Apesar das graves irregularidades apuradas, que levaram à rescisão do ACT em 2019, a ABRAPPS (antiga ANAPPS) já havia arrecadado, até maio daquele ano, o expressivo montante de **R$ 120.138.733,96** (cento e vinte milhões, cento e trinta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos), conforme dados obtidos no Portal da Transparência[33]. A rescisão deveria ter sido um marco para cessar práticas abusivas contra os segurados. Contudo, **inexplicavelmente**, o INSS celebrou um **novo ACT com a mesma entidade em outubro de 2021**, ignorando os alertas feitos por suas próprias divisões técnicas.

Em 2020 e 2021, a **Divisão de Gerenciamento de Acordos de Cooperação (DGACO)** alertou o INSS sobre os **riscos de celebrar um novo acordo** com a

[33] Anexo 6.

ABRAPPS, especialmente devido ao histórico de irregularidades e ao grande número de ações judiciais movidas contra a associação por **descontos não autorizados**. A **Nota Técnica nº 14/2021/DGACO/COGEC/CGEUC/DIRAT** foi contundente ao recomendar que o acordo fosse suspenso até a conclusão das investigações, alertando inclusive para o risco de **responsabilização civil do INSS** por danos causados aos segurados. Essa recomendação foi aprovada pelas coordenações da DIRBEN em março de 2021.

Apesar de todas as advertências, em setembro de 2021, a **Divisão de Consignação em Benefícios (DCBEN)** alterou seu posicionamento, propondo a celebração de um novo ACT, que foi formalizado e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em outubro de 2021, permitindo o desconto de mensalidade associativa nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão dos associados da ABRAPPS, no percentual correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal do benefício do associado.

A celebração desse novo acordo, mesmo diante de **evidências claras e robustas de condutas ilícitas já perpetradas pela associação ré**, representa um **ato de descaso incomensurável com os direitos dos segurados do INSS**. Tal decisão evidencia não apenas a **negligência do órgão em proteger os aposentados e pensionistas**, mas também uma **omissão institucional** que perpetua práticas abusivas contra aqueles que mais necessitam de proteção.

Segundo apurado pela auditoria do INSS, até maio de 2024, a associação ré **possuía 5.550 filiados**. Entre março de 2022 e novembro de 2024, de acordo com informações obtidas no Portal da Transparência[34], a ABRAPPS conseguiu **desviar mais de R$ 4.977.257,91** (quatro milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos). Esse valor, subtraído diretamente dos benefícios de segurados, representa não apenas uma afronta à **legalidade e à moralidade administrativa**, mas também um ataque direto à **dignidade e à subsistência de milhares de aposentados e pensionistas**.

Isso porque o novo ACT e a mudança de nome da associação ré não mudou a realidade dos segurados. **Milhares de reclamações continuam a ser registradas contra a ABRAPPS**, que segue praticando **descontos indevidos** nos benefícios de aposentados e pensionistas. Embora a página da ABRAPPS no Reclame Aqui registre poucas queixas, a página da antiga da ANAPPS permanece ativa e

[34] Anexo 6.

continua acumulando denúncias a cada hora. Até o momento, há **2.547 reclamações ativas**, quase todas apontando o mesmo abuso: **valores descontados indevidamente de benefícios previdenciários**, sem qualquer autorização ou vínculo efetivo com os segurados.

Vejamos algumas das reclamações:

> **Cobrança indevida. ANAPPS - Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social.** Rio de Janeiro – RJ**. 02/12/2024 às 20:50. ID:** 203478715. Consta no meu extrato de pagamento do INSS uma cobrança a título de contribuição da ANAPPS. Não me associei a essa instituição ou autorize tal desconto. Solicito o cancelamento imediato e a devolução dos descontos realizados[35].
>
> **CONTRIBUIÇÃO INDEVIDA EM MINHA APOSENTADORIA**. ANAPPS - Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social. **Irecê – BA. 01/12/2024 às 18:03.** ID: 203359479. Percebi minha aposentadoria diminuindo e **fui verificar meu extrato do INSS, então encontrei desconto de contribuição para Associação ANAPPS, não entendi o porque desses descontos e não conheço essa associação, exijo meus dinheiros de volta[36].**
>
> ANAPPS - Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social. **Goiânia – GO. 28/11/2024 às 17:16. ID: 203151151.** Esse sindicato está **descontando indevidamente de mim o valor de 19,08, eu não autorizei que isso fosse feito**, mas por algum motivo **qual eu não tenho conhecimento começou a acontecer**. Eu quero que isso seja cancelado e também quero receber todos os valores descontados até então[37].
>
> **Desconto indevido**. ANAPPS - Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social. **Campo Grande – MS. 04/11/2024 às 04:32. ID: 201150855.** Anteriormente a empresa tinha feito descontos indivíduos ao qual eu entrei em contato e me foi

---

[35] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/anapps-associacao-nacional-dos-aposentados-e-pensionistas-da-previdencia/cobranca-indevida_PoF1z4CAbzsNkvok/. Acesso em 10/12/24.

[36] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/anapps-associacao-nacional-dos-aposentados-e-pensionistas-da-previdencia/contribuicao-indevida-em-minha-aposentadoria_LHSL_16B4UkGsG2h/>

[37] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/anapps-associacao-nacional-dos-aposentados-e-pensionistas-da-previdencia/cancelamento-e-reembolso_YUUVInVwyXqlW-MmD/

> feito a restituição, **mas passado 1 mês a empresa volta a fazer os mesmo desconto, quero a restituição do valor descontado e que a empresa pare de ficar descontando algo do meu benefício que nem contratei**[38]**.**

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade **sequer sabem do que se trata o desconto**. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

É absolutamente inaceitável que, mesmo após denúncias, investigações e uma rescisão anterior baseada em fraudes comprovadas, o INSS tenha optado por renovar um acordo com uma entidade já marcada por **crimes reiterados e fraudes sistêmicas**. A manutenção dessa relação, apesar de todas as advertências técnicas e jurídicas, expõe a completa ausência de zelo pela proteção do patrimônio dos segurados e agrava a vulnerabilidade de quem já depende exclusivamente desses benefícios para sobreviver.

Não o bastante, milhares são os processos judiciais individuais ajuizados em face da ré, bem como as sentenças procedentes que declaram a inexistência de relação jurídica entre as partes e o ressarcimento pelos danos causados. Segundo o site Escavador[39], **atualmente existem 6.625 processos em que a ABRAPPS figura como parte, sendo que 89% dos casos são em seu desfavor.**

A **conduta criminosa** da ABRAPPS, aliada à permissividade do INSS, **demonstra uma falha gravíssima do sistema**, que deveria ser orientado pela proteção dos direitos fundamentais e pelo resguardo do interesse público. A devolução dos valores indevidamente descontados é imperativa, bem como o ressarcimento de todos os danos causados.

---

[38] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/anapps-associacao-nacional-dos-aposentados-e-pensionistas-da-previdencia/desconto-indevido_dvkBIxGA30BA3-n9/>

[39] Disponível em: <https://www.escavador.com/nomes/associacao-brasileira-de-aposentados-e-a7boca01of>. Acesso em 08/12/2024.

2.3.7 SINAB

O **Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil (SINAB)** firmou, em novembro de 2021, um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** com o INSS, permitindo o desconto de mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão dos seus associados, no percentual correspondente a **3% do valor mensal do benefício**. A partir de abril de 2022, a entidade começou a receber os repasses financeiros resultantes desses descontos.

Conforme informações obtidas pela auditoria do INSS, até maio de 2024, a ré possuía **64.255 filiados** e, segundo dados extraídos do Portal da Transparência[40], já havia recebido a expressiva quantia de **R$ 44.986.140,45** (quarenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta reais e quarenta e cinco centavos) entre abril de 2022 e novembro de 2024. Tais valores, no entanto, contrastam drasticamente com o volume alarmante de **reclamações e ações judiciais** que apontam para a prática reiterada de **descontos sem autorização** por parte da entidade.

A situação do SINAB **não é isolada, tampouco distinta de outras entidades com histórico de irregularidades**. No site Reclame Aqui, a associação acumula **335 reclamações ativas**, sendo que **todas, sem exceção**, denunciam **descontos indevidos realizados diretamente nos benefícios previdenciários**. Esse volume de denúncias é, no mínimo, **indicativo de práticas irregulares que merecem investigação imediata e aprofundada** por parte das autoridades competentes.

Vejamos exemplo dessas reclamações:

> CONTRATO DE sindicato nao autorizado desconto no INSS. SINAB: Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil. Botucatu – SP. 26/11/2024 às 10:16. ID: 202901323. **desde abril de 2023 vem sendo descontado em minha aposentadoria um desconto de sindicato nao autorizado por mim, peço a gentileza de me ajudarem solicitei o cancelamento via inss, porem nao consegue contato com a empresa para o ressarcimento** dos valores em minha conta. Grata, Aparecida[41]

---

[40] Anexo 6.

[41] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/sinab-sindicato-nacional-dos-aposentados-do-brasil/contrato-de-sindicato-nao-autorizado-desconto-no-inss_VesWYbJh1MhWzzRE/>.

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade sequer sabem do que se trata o desconto. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Há de se considerar, ainda, que em pouco mais de 2 anos a associação ré passou de receber singelos R$ 3.864,21 (três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) para valores impressionantes que ultrapassam a casa de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) **a cada mês.**

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.**

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

Não o bastante, milhares são os processos judiciais individuais ajuizados em face da ré, bem como as sentenças procedentes que declaram a inexistência de relação jurídica entre as partes e o ressarcimento pelos danos causados. Segundo o site Escavador[42], **atualmente existem 5.293 processos em que a SINAB figura como parte, sendo que 99% dos casos são em seu desfavor.**

---

[42] Disponível em: https://www.escavador.com/nomes/sindicato-nacional-dos-aposentados-do-brasil-sinab-82e2f27d39.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a SINAB que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

Desta forma, o montante elevado arrecadado pela associação, aliado ao volume significativo de denúncias e processos judiciais, não pode ser ignorado. A conduta da SINAB, aliada à permissividade do INSS, **demonstra uma falha gravíssima do sistema**, que deveria ser orientado pela proteção dos direitos fundamentais e pelo resguardo do interesse público. A devolução dos valores indevidamente descontados é imperativa, bem como o ressarcimento de todos os danos causados.

2.3.8 RIAAM BRASIL

A Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM BRASIL), desde 2017, mantém relações com o INSS para a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão de seus associados. O último Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a entidade e o órgão foi firmado em dezembro de 2021, permitindo descontos mensais que variam de 1% a 5% do valor do benefício.

Conforme apurado pela auditoria do INSS, até maio de 2024, a RIAAM BRASIL contava com **22.231 beneficiários** com descontos ativos. Desde o início dos repasses, em outubro de 2017, até novembro de 2024, a entidade já arrecadou a impressionante soma de **R$ 77.387.553,71** (setenta e sete milhões, trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos), segundo dados disponíveis no Portal da Transparência[43].

Entretanto, o histórico da RIAAM BRASIL está repleto de **denúncias de irregularidades**, especialmente relacionadas à prática de **descontos não autorizados**. Apenas na plataforma Reclame Aqui, a associação acumula **mais de 800 reclamações**, a grande maioria apontando para a **realização de descontos sem**

[43] Anexo 6.

qualquer consentimento dos segurados. Esse número alarmante é, por si só, **um forte indicativo da necessidade de uma investigação rigorosa** sobre as práticas da entidade.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> **Cobrança indevida na minha aposentadoria da Riaam Brasil. Riaam Brasil.** Viamão – RS. 29/11/2024 às 14:25**. ID:** 203227009. **Está sendo descontado sem minha autorização um valor de 64,54 reais dessa empresa que não conheço, isso já faz alguns meses. Agora que percebi pois não assinei nada pra ser descontado.** E quero se ressarhttps://www.reclameaqui.com.br/riaam-brasil/desconto-indevido-inss_V5jnOtNKNaJogf97/Desde já agradeço[44]
>
> **Riaam Brasil.** Porto Alegre – RS. **26/11/2024** às 11:53. ID: 202915119. Possuo um desconto em folha (INSS) desta empresa RIAAM-BRASIL CNPJ: 09.100.605/0001-29 no meu benefício do INSS - NB: 543.246.868-5. **Ocorre que nunca solicitei estes serviços, tão pouco concordei com estes descontos em meu benefício que até esta data já totalizaram 20 meses - totalizando R$ R$ 946,1.** Já foi realizado o cancelamento do desconto e venho através desta plataforma **solicitar o ESTORNO dos valore que me foram descontados.** A minha chave PIX é o meu número de telefone. Enfatizo que não atendo números desconhecidos e não respondo mensagens de quem eu não conhece. Portanto, peço a gentileza de mantermos o contato por aqui[45].
>
> Riaam Brasil. Santo André – SP. 07/11/2024 às 11:21. ID: 201462893. Cobrança indevida. **CONSEGUI ACESSAR MEU INSS COM AJUDA DA MINHA SOBRINHA** E ME DEPAREI COM **DESCONTOS DESDE 2019 DESSA EMPRESA QUE NÃO TEM MINHA AUTORIZAÇÃO**, DESCONTO INDEVIDO E SE NÃO ME DEVOLVEREM IREI ENTRAR COM AÇÃO JUDICIAL COM DANOS MORAIS INCLUSO PORQUE ISSO É UM ABSURDO **A GENTE JÁ TEM UM SALÁRIO BAIXO E AINDA FAZEM ISSO COM A GENTE[46].**
>
> Desconto Contra-Cheque INSS não solicitado. Riaam Brasil. Gravataí **– RS. 04/11/2024 às 15:57. ID: 201206611. Estou sendo descontada**

[44] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/riaam-brasil/cobranca-indevida-na-minha-aposentadoria-da-riaam-brasil_5HcUKXsvvqT4z5gA/. Acesso em 04/12/24.
[45] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/riaam-brasil/desconto-indevido-inss_V5jnOtNKNaJogf97/. Acesso em 05/12/24.
[46] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/riaam-brasil/desconto-indevido-sem-autorizacao_Op_ZAIcB2Ud3F-yY/. Acesso em 04/12/24.

> **nos meus dois beneficios desde 08/2019. Estes descontos já somam o montante de R$6.423,56 até a presente data. Ocorre que nunca solicitei estes serviços e apenas quero o reembolso dos vallores que me foram descontados.** Segue meus dados bancários: Banco 104 - Caixa Economica Federal. Tipo: ContaCorrenteAgência******* Conta*******. Valor: R$6.423,56[47]

Percebe-se **pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade sequer sabem do que se trata o desconto**. Na reclamação acima, o consumidor sofreu por quase 5 anos com descontos de algo que NUNCA usufruiu.

Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**. Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Desta forma, conduta da RIAAM BRASIL, caracterizada pela existência de descontos não autorizados, expõe uma falha sistêmica no sistema de controle e proteção dos segurados do INSS, agravada pelo impacto direto na renda de aposentados e pensionistas. A possibilidade de descontar até 5% do benefício previdenciário é extremamente prejudicial para aqueles que dependem exclusivamente desses valores para sua sobrevivência.

Não o bastante, centenas são os processos judiciais individuais ajuizados em face da ré, bem como as sentenças procedentes que declaram a inexistência de relação jurídica entre as partes e o ressarcimento pelos danos causados.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados

---

[47] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/riaam-brasil/desconto-contra-cheque-inss-nao-solicitado_FjdRRDfyWg4W1_59/.

declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a RIAAM que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

A arrecadação de mais de 77 milhões de reais em sete anos só reforça a necessidade de uma investigação ampla, a fim de apurar as práticas criminosas da entidade e responsabilizar os envolvidos. É indispensável que sejam restituídos os valores descontados indevidamente dos segurados, assegurando a reparação dos danos financeiros e morais sofridos.

2.3.9 CINAAP

A **CINAAP - Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas**, desde abril de 2022, mantém um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** com o INSS que permite a realização de **descontos de mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários** de aposentados e pensionistas. O percentual cobrado pela entidade corresponde a **2% do valor mensal do benefício** de cada associado, gerando um impacto financeiro direto na renda de milhares de segurados.

Conforme apurado pela auditoria do INSS, até maio de 2024, a CINAAP possuía 63.414 associados com descontos ativos. Entre o início dos repasses, em setembro de 2022, e novembro de 2024, a CINAAP já recebeu a expressiva quantia de **R$ 35.475.317,26** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e dezessete reais e vinte e seis centavos), conforme informações disponibilizadas no Portal da Transparência[48]. Tal montante, no entanto, é acompanhado por **indícios preocupantes de ilicitudes**, como demonstra o número crescente de reclamações e o aumento abrupto dos valores arrecadados em um curto espaço de tempo.

O aumento exponencial nos repasses é particularmente alarmante. Em setembro de 2022, a entidade recebeu modestos **R$ 11.802,60**, mas, em um salto inexplicável, passou a arrecadar **mais de R$ 1.000.000,00 por mês** a partir de julho de 2023.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados

[48] Anexo 6.

e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

O histórico da CINAAP também está marcado por **denúncias recorrentes de descontos não autorizados** nos benefícios de aposentados e pensionistas. Na plataforma Reclame Aqui, a entidade acumula **mais de 600 reclamações**, nas quais os segurados relatam, de forma quase unânime, que **não autorizaram os descontos realizados pela CINAAP**. Essas denúncias indicam um **padrão de conduta abusiva**, caracterizado pela exploração da vulnerabilidade de pessoas idosas e de baixa renda, muitas vezes sem o conhecimento ou consentimento dos beneficiários. Vejamos:

> CINAAP - CIRCULO NACIONAL DE ASSISTENCIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. Goiânia – GO. 28/11/2024 às 16:50. ID: 203148607. Esta Contrib. Cinaap começou a fazer um desconto de 26,40 reais do meu **benefício sem me avisar e sem motivo aparentemente, porque nunca me falaram o motivo e nem que iriam fazer isso. Eu quero o cancelamento disso** e também quero ser reembolsada de todos os valores descontados até então[49].

Chamamos atenção para essa outra reclamação e para a resposta enviada pela CINAAP ao consumidor:

> INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA, DESCONTO INDEVIDO. CINAAP - CIRCULO NACIONAL DE ASSISTENCIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. Governador Valadares – MG. 25/11/2024 às 14:28. ID: 202824769. Meu nome é *******,CPF *******. **Existe uma**

[49] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/cinaap-circulo-nacional-de-assistencia-dos-aposentados-e-pensionistas/cancelamento-e-reembolso_8wMyThUXop2ge_vB/>.

> **cobrança de valores no meu benefício e gostaria que fosse enviado o contrato e os termos de anuência, tendo em vista que eu não reconheço a relação jurídica[50].**

Trecho da resposta à reclamação ID: 203148607:

> Prezado Sr. Altair Moura [...] **Vejo aqui que o Sr, é uma associado CINAAP onde autorizou os descontos através de ligação gravada.** O contrato de adesão só é gerado caso haja transparência e BOA-FÉ, e é claro, a concordância entre as partes, até mesmo por sermos uma empresa idônea onde valorizamos muito o relacionamento que temos com todos os nossos associados, e por isso não inserimos ninguém nos nossos quadros sem que haja a autorização, e desde já, gostaríamos de agradecer por ter feito parte de nossa associação. [...] **Lembrando que não haverá reembolso das parcelas cobradas, pois até a presente data o Sr. estava assegurado conosco,** contudo como a folha está em aberto, pode ocorrer o risco de vir uma cobrança no mês seguinte, caso haja, solicitamos que nos retorne via telefone 0800 490 1001 ou até mesmo pelo e-mail: contato@cinaap.com.br.

Observa-se que a própria **associação ré admite ter realizado a suposta filiação do consumidor reclamante por meio de ligação telefônica gravada**, prática **expressamente vedada pela legislação vigente e pelas normas do INSS**. Tal conduta demonstra um **desrespeito flagrante às exigências legais** de formalização e autorização expressa para o desconto de valores em benefícios previdenciários.

Mesmo diante da solicitação do aposentado para que lhe fosse enviado o **contrato formal e cópias dos documentos que autorizariam os descontos**, a ré manteve-se **inerte**, limitando-se a alegar a existência de uma suposta **"autorização por telefone"**, que **não possui qualquer validade jurídica** no contexto das regras aplicáveis. Essa postura evidencia uma prática abusiva, que desconsidera os direitos do consumidor e **a transparência que deveria nortear as relações entre a associação e os segurados**.

Diferente não é com os processos judiciais ajuizados em desfavor da ré. Inúmeras são as demandas individuais onde é declarada a inexistência de relação

---

[50] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/cinaap-circulo-nacional-de-assistencia-dos-aposentados-e-pensionistas/inexistencia-de-relacao-juridica-desconto-indevido_2ORhy8ldJTyRHYNw/>.

jurídica entre as partes. São milhares de processos judiciais individuais ajuizados em face da ré, bem como as sentenças procedentes que declaram a inexistência de relação jurídica entre as partes e o ressarcimento pelos danos causados. Segundo o site Escavador[51], **atualmente existem 1.500 processos em que a CINAAP figura como parte, sendo que 99% dos casos são em seu desfavor.**

Essa situação revela uma grave violação dos direitos dos segurados e uma afronta direta aos princípios de boa-fé, transparência e proteção da dignidade humana. O sistema previdenciário existe para garantir a subsistência dos aposentados e pensionistas, não para ser utilizado como instrumento de enriquecimento por entidades que desrespeitam as normas e exploram a fragilidade de seus "associados".

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a CINAAP que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

O crescimento vertiginoso da arrecadação da CINAAP, associado ao volume expressivo de reclamações e processos judiciais, é, no mínimo, um indicativo claro da necessidade de investigação rigorosa por parte das autoridades competentes. É imperativo que as práticas da entidade sejam submetidas a uma análise detalhada para apurar eventuais irregularidades e responsabilizar os envolvidos.

2.3.10 UNASPUB

A **União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB)**, desde a celebração de um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** com o INSS em 26 de abril de 2022, passou a realizar **descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão** de seus associados, com um percentual de **4,09% do valor do benefício**.

[51] Disponível em: <https://www.escavador.com/nomes/cinaap-5cf975bf59>. Acesso em 06/12/24.

Entre o início dos repasses, em agosto de 2022, e novembro de 2024, a UNASPUB já havia recebido a **expressiva quantia de R$ 209.932.047,90** (duzentos e nove milhões, novecentos e trinta e dois mil, quarenta e sete reais e noventa centavos), conforme apurado pelo Portal da Transparência[52]. A entidade possui, até maio de 2024, **250.902 associados com descontos ativos**, números que, à primeira vista, poderiam refletir uma relação legítima. No entanto, **a realidade é outra, marcada por graves denúncias de irregularidades e abusos.**

O volume de reclamações contra a UNASPUB **é alarmante e, por si só, suficiente para presumir a ilegalidade de suas ações**. Na plataforma Reclame Aqui, a associação acumula **cerca de 3.015 denúncias**, quase todas relatando **descontos não autorizados** nos benefícios previdenciários dos segurados. Vejamos:

> **Débitos no meu benefício do INSS sem a minha autorização. UNASPUB - UNIAO NACIONAL DE AUXILIO AOS SERVIDORES PUBLICOS.** Mauá – SP**.** 03/12/2024 às 09:31**. ID:** 203511169. Está sendo descontado o valor de 79 00(setenta e nove reais),no meu benefício já alguns meses e eu não havia me atentado. **Agora quero ressarcimento desses débitos pela unaspub ,pois não dei autorização e nem quero esse seguro[53].**

> UNASPUB - UNIAO NACIONAL DE AUXILIO AOS SERVIDORES PUBLICOS. Belford Roxo – RJ. 03/12/2024 às 07:48. ID: 203500687. Bom dia me chamo Ana , **liguei para a unaspub para pedir meu reinbolso das parcelas de quase 100 reias do meu pagamento de 1 salário,** e me deram até 60 dias para pagar , **uma pensionista sem décimo terceiro, natal chegando e fazem isso 60 dias para me pagar o que me pegaram sem eu nem saber que estava sendo descontada , fiquei sabendo graças ao jornal Nacional que fez a reportagem, acho um absurdo fazerem isso conosco , dar um prazo tão longo para quem está precisando do dinheiro.** Preciso receber meu dinheiro de volta o quanto antes e não em até 60 dias[54].

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade sequer sabem do que se trata o desconto. Os consumidores,

---

[52] Anexo 6.

[53] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/unaspub-uniao-nacional-de-auxilio-aos-servidores-publicos/debitos-no-meu-beneficio-do-inss-sem-a-minha-autorizacao_6B8CjYY5HjlUuN6z/. Acesso em 07/12/24.

[54] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/unaspub-uniao-nacional-de-auxilio-aos-servidores-publicos/prazo-longo_wlNhzr8rjHoAFOlL/. Acesso em 07/12/24.

na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Além disso, **milhares de ações judiciais individuais** já foram ajuizadas em desfavor da ré, resultando em diversas decisões que **reconhecem a inexistência de relação jurídica entre as partes** e **determinam a devolução dos valores cobrados indevidamente**.

A UNASPUB está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[55] de sua categoria, com um total de 10.078 processos em que figura no polo passivo.

Em muitos casos, a ré utiliza como suposta comprovação de filiação, gravações telefônicas em que os atendentes ligam e aliciam idosos, em sua grande maioria vulneráveis, e passam informações incompletas para enganá-los e forçar um "aceite". Repisa-se que **a contratação por meio de telefone, desacompanhada de documento escrito em que o aposentado ou pensionista autorize prévia e expressamente o desconto é completamente vedada pelo INSS**.

Não o bastante, durante a auditoria realizada pelo INSS, a UNASPUB é uma das entidades que **não enviou a documentação comprobatória de autorização prévia e expressa dos descontos associativos** na folha de pagamento dos seus associados quando solicitada pelo órgão. O ACT, contudo, continua vigente.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades,**

[55] Disponível em: https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/. Acesso em 07/12/24.

encontra-se a UNASPUB que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.

A incapacidade da UNASPUB de apresentar **qualquer documento que comprove a autorização prévia e expressa dos descontos** reforça o caráter **abusivo e ilegal** de suas práticas. A conduta da associação não apenas **viola os direitos básicos dos segurados**, mas também demonstra um **padrão reiterado de exploração financeira** contra aposentados e pensionistas, que, em sua maioria, são pessoas idosas e em situação de vulnerabilidade.

2.3.11 AAPPS-UNIVERSO

A Associação dos Aposentados Pensionistas dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social (UNIVERSO), desde abril de 2022, mantém um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, permitindo a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão. Os valores descontados correspondem a 2,2% do benefício mensal de cada associado, gerando um fluxo financeiro considerável para a entidade.

De acordo com a auditoria realizada pelo INSS, até maio de 2024, **a UNIVERSO contava com 323.827 associados com descontos ativos em suas folhas de pagamento.** Entre agosto de 2022 e novembro de 2024, a associação **arrecadou a impressionante quantia de R$ 204.943.242,31** (duzentos e quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos), conforme dados extraídos do Portal da Transparência[56].

Apesar dos valores expressivos, **o histórico da UNIVERSO está marcado por graves denúncias de irregularidades.** No site Reclame Aqui, a entidade acumula **4.026 reclamações ativas**, um número alarmante que não pode ser ignorado. Em sua quase totalidade, os consumidores relatam a **mesma prática ilícita e abusiva:** a realização de **descontos não autorizados diretamente nos benefícios previdenciários, muitos deles de idosos e aposentados**, **sem qualquer consentimento válido ou vínculo associativo legítimo.**

A quantidade de reclamações evidencia um padrão sistemático de abusos, indicando que a atuação da UNIVERSO não está alinhada aos princípios de boa-fé, legalidade e transparência que deveriam nortear suas atividades. Essa

[56] Anexo 6.

conduta é particularmente grave, pois afeta diretamente pessoas em situação de vulnerabilidade, que dependem de seus benefícios para garantir sua subsistência. Subtrair, sem autorização, parte significativa da renda de aposentados e pensionistas fere não apenas a legislação previdenciária, mas também os princípios básicos de dignidade humana e proteção do consumidor.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> Cobrança indevida. Contribuição Associação Universo. Sabará – MG. 03/12/2024 às 12:49. ID: 203541533. Venho solicitar o cancelamento e estorno das cobranças indevidas referente ao código 264 - Contribuição AAPPS Universo, **realizadas no meu benefício desde abril de 2023 até a presente data. Essas cobranças foram efetuadas sem a minha autorização.** Solicito solução amigável e imediata[57].

> Contribuição Associação Universo. Rio de Janeiro – RJ. 03/12/2024 às 12:44. ID: 203540895. **Está sendo descontado do contracheque do INSS da minha mãe, dona Marise da Silva, uma IDOSA, o valor de R$ 49,79 todo mês desde Março/2024, ela não autorizou tal desconto, não pediu nada, e alias nem conhece essa empresa AAPPS. A dona Marise esteve no INSS para reclamar, e disseram q ela terá q resolver c essa AAPPS, e que realmente todos estão reclamando desse desconto indevido. É um absurdo isso acontecer, como conseguem os dados dos aposentados e ainda conseguem incluir descontos nas folhas de pagamento???** Queremos que cessem esses descontos e devolvam em dobro os valores descontados. O valor em dobro é R$ 1.100,00.. Aguardamos um retorno! atenciosamente, Luciana[58].

O elevado volume de reclamações, aliado à vultosa soma arrecadada em pouco mais de dois anos, **é um claro indicativo de práticas ilícitas que demandam investigação imediata e rigorosa** por parte das autoridades competentes. A atuação da UNIVERSO, ao realizar descontos arbitrários e não autorizados, compromete não apenas os direitos individuais dos segurados, mas também a **credibilidade do sistema previdenciário**.

---

[57] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/universo-associacao-universo/cobranca-indevida_IKaJA3zdCokoJAMI/. Acesso em 08/12/24.

[58] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/universo-associacao-universo/desconto-indevido-na-folha-do-inss_hLazwyMreg-zNAr9/. Acesso em 08/12/24.

Não o bastante, a AAPPS/UNIVERSO ocupa o quarto lugar na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[59] de sua categoria, com um total de 13.589 processos em que figura no polo passivo.

Além disso, **milhares de ações judiciais individuais** já foram ajuizadas em desfavor da ré, resultando em diversas decisões que **reconhecem a inexistência de relação jurídica entre as partes** e **determinam a devolução dos valores cobrados indevidamente**. Isso porque, quando instada a comprovar a regularidade dos descontos, a ré em quase todas as vezes não apresenta NENHUM documento.

Conforme constatado pela auditoria do INSS, desde a publicação do respectivo ACT no DOU, a AAPPS/UNIVERSO deveria ter sido fiscalizada semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, no total, ela deveria ter sido fiscalizada pelo INSS em 32 oportunidades até 31.05.2024. Contudo, até maio de 2024, a primeira e única fiscalizada fiscalização ordinária ocorreu apenas em 07.12.2023.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a AAPPS/UNIVERSO que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

Desta forma, a situação da UNIVERSO representa uma grave violação aos direitos dos segurados e exige uma **resposta firme e imediata**. A proteção dos aposentados e pensionistas deve ser uma prioridade absoluta, e **não se pode permitir que entidades se aproveitem da fragilidade de seus supostos associados** para perpetuar práticas criminosas que lhes tiram o próprio sustento.

[59] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 09/12/24.

2.3.12 CAAP

A **Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (CAAP)** mantém, desde fevereiro de 2019, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, permitindo a realização de descontos de mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão de seus associados. O último ACT foi firmado em maio de 2022, **autorizando descontos correspondentes a 3% do valor mensal do benefício**, o que representa uma parte significativa da renda de milhares de aposentados e pensionistas.

De acordo com a auditoria realizada pelo INSS**, até maio de 2024, a CAAP possuía 270.620 associados com descontos ativos e**, desde o início dos repasses, em fevereiro de 2019, já arrecadou a **impressionante soma de R$ 178.816.074,71 (cento e setenta e oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, setenta e quatro reais e setenta e um centavos), conforme informações do Portal da Transparência[60].** Contudo, tais números, que deveriam refletir uma relação associativa legítima e transparente, **contrastam de forma alarmante com o volume de denúncias e reclamações que apontam para práticas abusivas e ilegais perpetradas pela entidade.**

A CAAP acumula 6.982 reclamações ativas registradas na plataforma Reclame Aqui, sendo que 1.826 delas foram feitas nos últimos seis meses, um crescimento expressivo que não pode ser ignorado. **As denúncias são majoritariamente uníssonas: os consumidores relatam a realização de descontos não autorizados diretamente em seus benefícios previdenciários**, sem qualquer consentimento válido ou vínculo associativo legítimo. Muitos desses segurados são idosos e aposentados, **frequentemente em situação de vulnerabilidade financeira, que dependem exclusivamente de seus benefícios para garantir sua subsistência.**

Vejamos algumas dessas reclamações:

> Cobrança Indevida. CAAP. Belo Horizonte – MG. 03/12/2024 às 11:12. ID: 203527327. **Estão descontando um valor de 46,82 no meu benefício do INSS sem minha autorização desde 08/2024 solicito ressarcimento do valor de 187,28 dos meses somados e a retirada do meu CPF, pois foi realizado sem minha autorização**. E agora

[60] Anexo 6.

> preciso preencher um formulário com meus dados pessoais para cancelar algo que eu nem solicitei, não vou preencher[61].
>
> Desconto indevido. CAAP. Olinda – PE. 03/12/2024 às 10:07. ID: 203516339. **Recentemente, acessei meu aplicativo do INSS e verifiquei que existem descontos feitos na minha aposentadoria desde o ano de 2022. Ressalto que nunca fiz nenhum contato ou tive nenhum vínculo com essa empresa**. Desta forma, solicito o imediato cancelamento dos descontos e a devolução dos valores que foram cobrados até a presente data[62].
>
> CAAP. Caxias – MA. 02/12/2024 às 16:08. ID: 203446281. Financeiras. Analisando meu histórico de créditos do INSS, **percebi que sofro descontos desta Associação há alguns meses, que são indevidos, pois não conheço a empresa, não contratei e não autorizei esses descontos.**
> **Até agora, foram 8 descontos no valor de R$ 42,36 mensal, que totalizam R$ 338,88.** Peço o cancelamento imediato e a restituição EM DOBRO e com juros, do valor pago indevidamente, inclusive de valores que ainda poderão ocorrer, ou tomarei medidas legais cabíveis.63

A quantidade alarmante de reclamações indica um padrão reiterado de práticas ilícitas, que demandam investigação urgente e rigorosa por parte das autoridades competentes. A conduta da CAAP, ao realizar descontos arbitrários e não autorizados, não apenas viola a legislação aplicável, mas também representa uma afronta direta aos princípios de boa-fé, transparência e respeito à dignidade humana, pilares fundamentais das relações entre entidades associativas e segurados do INSS.

Ademais, os repasses financeiros à CAAP ocorrem de forma, no mínimo, curiosa. Isso porque havia uma grande oscilação no valor dos repasses mês a mês desde fevereiro de 2019 até agosto de 2022, como se o número de associados com desconto ativos subisse e descesse de forma irregular todos os meses.

O valor médio dos repasses só se estabilizou, no entanto, a partir de setembro de 2022, quando de uma singela cifra de R$ 692,03 (seiscentos e noventa e

---

[61] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/caap/cobranca-indevida_lLNEhYKfd51azKeG/. Acesso em 10/12/24.
[62] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/caap/desconto-indevido_Uin7XboX-3X_ShCt/. Acesso em 10/12/24.
[63] Disponível: https://www.reclameaqui.com.br/caap/desconto-indevido_K6a3fjSrwPf2jWfM/. Acesso em 10/12/24.

dois reais e três centavos) por mês, em agosto, a entidade passou a receber incríveis **R$ 2.847.159,24 (dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos), em setembro, conforme demonstrado a seguir:**

MÊS/ANO	CNPJ	FONTE PAGADORA	VALOR
jun/22	04.721.637/0001-28	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 1.672,09
jul/22	04.721.637/0001-28	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 692,03
ago/22	04.721.637/0001-28	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	**R$ 692,03**
set/22	04.721.637/0001-28	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	**R$ 2.847.159,24**

Fonte: Portal da Transparência[64]

A título de exemplo, para explicar a gravidade da situação, se considerarmos o valor máximo permitido atualmente para descontos, que é de R$ 77,86 (setenta e sete reais e oitenta e seis reais), é como se a entidade ré tivesse conseguido 36.567 novos associados com descontos averbados em 1 mês, o que é absolutamente incompatível com a realidade de filiações voluntárias e regulares.

Não o bastante, os valores só subiram a cada mês, sendo que em novembro de 2024, a associação recebeu do INSS o valor de **R$ 13.498.946,49 (treze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos).**

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

[64] Anexo 6.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

Impende destacar, ainda, que **conforme constatado pela auditoria do INSS**, **desde a publicação do respectivo ACT no DOU**, a CAAP deveria ter sido fiscalizada semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, no total**, a CAAP deveria ter sido fiscalizada pelo INSS em 32 oportunidades até 31.05.2024**. Contudo, até maio de 2024, a primeira e única fiscalizada fiscalização ordinária ocorreu apenas em 07.12.2023.

Não o bastante, a CAAP ocupa o terceiro lugar na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[65] de sua categoria, com um total de 13.708 processos em que figura no polo passivo.

Desta forma, é inadmissível que uma entidade que deveria proteger e beneficiar seus associados atue de forma predatória, explorando a fragilidade de aposentados e pensionistas para obter vantagens financeiras indevidas. **A vultuosa quantia arrecadada em mais de cinco anos, aliada ao crescimento expressivo das denúncias recentes, é um sinal claro de que as práticas da CAAP não são pontuais, mas sim parte de um esquema sistemático de abusos contra segurados.**

2.3.13 CONAFER

A Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (CONAFER), **desde agosto de 2019, mantém relações com o INSS por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT)** que permitem a realização de descontos de mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão de associados vinculados a entidades

[65] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 10/12/24.

associativas. **O último ACT firmado, publicado em junho de 2022, autoriza descontos no percentual de 2% do valor mensal do benefício.**

De acordo com auditoria do INSS, até maio de 2024, a CONAFER contava com 659.942 associados com descontos ativos em seus benefícios. Entre agosto de 2019 e novembro de 2024, conforme informação do Portal da Transparência[66], a entidade já arrecadou a exorbitante quantia de **R$ 685.452.610,90 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e dez reais e noventa centavos), valor que, por sua magnitude, exige transparência irrestrita e rigorosa fiscalização.** No entanto, **a realidade é marcada por denúncias graves de irregularidades.**

O cenário em torno da CONAFER é desolador e alarmante. A entidade acumula milhares de processos judiciais individuais em todos os estados da federação, **em que segurados alegam descontos indevidos em seus benefícios previdenciários, sem qualquer autorização válida ou vínculo associativo legítimo.** Nos casos analisados, a CONAFER frequentemente se mostra **incapaz de apresentar documentos que comprovem a autorização expressa dos descontos,** reforçando o padrão de abusos e práticas ilícitas e, em muitas vezes, sequer apresenta defesa nos processos, sendo revel em muitos deles.

No Reclame Aqui, a situação é igualmente preocupante. A CONAFER **soma 6.756 reclamações ativas, s**endo que, em quase todas, **os consumidores relatam descontos não autorizados e indevidos em seus benefícios previdenciários.** Esses números são um indicativo claro de uma sistemática de exploração financeira de aposentados e pensionistas, que, na maioria das vezes, encontram-se em condição de **vulnerabilidade.**

Vejamos algumas dessas reclamações:

> Fizeram cobrança indevida no meu pagamento. Conafer - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares. Rio de Janeiro – RJ. 04/12/2024 às 10:04. ID: 203635545. **Fiz reclamação e até agora nada, me deram o prazo de 60 dias úteis e até agora ninguém fez meu reembolso, recebo um salário mínimo**, isso é [Editado pelo Reclame Aqui], **pois em momento nenhum eu assinei nada dizendo**

[66] Anexo 6.

> **que aceitaria o desconto me ajudem a resolver esse problema, foram 4 meses descontando indevidamente[67].**
>
> Cobrança indevida sem autorização da conafer. Conafer - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares. Feira de Santana – BA. 04/12/2024 às 10:03 .ID: 203635311. A minha mãe , **Maria Raimunda das virgens ,está sendo [Editado pelo Reclame Aqui] pela conafer desde 2022, no mês de novembro de 2024 ,eu e Maria Raimunda das virgens entramos em contato com a conafer pedindo o cancelamento, a conafer mandou vários folheto para a mesma e ainda mandou a senhora Maria Raimunda a assinar documentos para a mesma concorrer a prêmios. QUANDO A MINHA MÃE ENVIOU ESSA PAPÉIS PARA MIM SE TRATAVA DE PERMISSÃO PARA A MESMA CONTINUAR SENDO [EDITADO PELO RECLAME AQUI]. ONTEM DIA 03 /12 DE 2024 . A SENHORA MARIA RAIMUNDA ENTROU EM CONTATO VIA WHATSAPP PARA A CONAFER , MANDARAM ELA ASSINAR UM DOCUMENTO QUE SUPOSTAMENTE ELES IRIAM DAR BAIXA , E NÃO IRIA DEVOLVER O VALOR QUE ELE SIMPLESMENTE TIRAM TODOS OS MESES SEM AUTORIZAÇÃO, VOU PASSAR AGORA O NÚMERO DO PROTOCOLO*******5917. LEMBRANDO QUE ELE FALARAM NO MÊS DE NOVEMBRO, QUE IRIA DEVOLVER TODOS OS VALORES, LIGO PARA A CONAFER DESDE ONTEM MÁS NAO ATENDEM. QUEREMOS SOLUÇÃO[68].**

Conforme evidenciado nas reclamações, a conduta da associação ré vai além do desvio de dinheiro do benefício de aposentados sem qualquer autorização válida. **A entidade, demonstrando um desprezo alarmante pela vulnerabilidade dos idosos, ainda tenta ludibriar segurados em situação de fragilidade emocional, buscando convencê-los a assinar documentos que, na verdade, servem apenas para formalizar ou perpetuar os descontos indevidos**. Essa prática revela um nível de abuso que beira o intolerável, evidenciando o mais alto grau de desrespeito à dignidade humana e às normas de proteção ao consumidor.

Trata-se de uma estratégia ardilosa, que explora a boa-fé dos segurados e utiliza subterfúgios para validar condutas ilícitas, **perpetuando uma situação**

---

[67] Disponível: < https://www.reclameaqui.com.br/conafer-brasil/fizeram-cobranca-indevida-no-meu-pagamento_EoFyOvrDJvC8OKgk/. Acesso em 11/12/24.

[68] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/conafer-brasil/cobranca-indevida-sem-autorizacao-da-conafer_04YnBGm5xvilNnZb/. Acesso em 11/12/24.

de prejuízo financeiro e psicológico a aposentados e pensionistas que deveriam ser protegidos, e não explorados.

Não o bastante, conforme a apurado através da auditoria do INSS, a CONAFER é uma das associações que, **quando solicitada pelo órgão, não apresentou documentos hábeis a fazer a comprovação da autorização do beneficiário** para efetivação do desconto associativo averbado por eles. Além de estar na **primeira posição em representatividade de tarefas de requerimento de exclusão de desconto associativo com indicativo de não consentimento do requerente.**

Impende destacar, ainda, que **conforme constatado pela auditoria do INSS**, **desde a publicação do respectivo ACT no DOU**, a CONAFER deveria ter sido fiscalizada semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, no total**, a CAAP deveria ter sido fiscalizada pelo INSS em 32 oportunidades até 31.05.2024**. Contudo, até maio de 2024, a primeira e única fiscalizada fiscalização ordinária ocorreu apenas em 07.12.2023.

Nos últimos 12 meses, a CONAFER recebeu em média mais de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), sendo que a cifra **em nenhum mês ficou abaixo de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões).**

No âmbito judicial, a CONAFER ocupa o PRIMEIRO lugar de sua categoria na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[69], com um total de 30.199 processos em que figura no polo passivo.

São milhares de processos judiciais individuais que têm sido movidos contra a ré, quase todos relacionados à mesma prática ilícita: **descontos não autorizados em pensões e aposentadorias de beneficiários do INSS**. Em tais ações, os juízos vêm reconhecendo a procedência dos pedidos iniciais, declarando a ilegalidade dos descontos e determinando a devolução dos valores subtraídos indevidamente. Na maioria dos casos, quando instadas a comprovar a existência de relação jurídica válida entre as partes**, a ré não apresenta qualquer documentação comprobatória que evidencie a filiação ou a autorização expressa e prévia dos descontos, como exigido pela legislação vigente**.

[69] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 11/12/24.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a CONAFER que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

O montante exorbitante arrecadado pela CONAFER, associado ao volume alarmante de reclamações, ações judiciais e as constatações feitas pela auditoria do INSS, evidencia a **urgência de uma investigação rigorosa e abrangente sobre as práticas ilícitas perpetradas pela entidade**. A proteção dos segurados do INSS não pode ser negligenciada, e as autoridades competentes devem agir de forma célere para **coibir tais abusos, responsabilizar os envolvidos e assegurar o devido ressarcimento por todos os danos causados.**

2.3.14 AP BRASIL

A Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (AP BRASIL), desde junho de 2022, mantém um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS que permite a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão de seus associados. Esses descontos correspondem a 3,5% do valor mensal do benefício, percentual que, para muitos segurados, representa uma parcela significativa de sua única fonte de renda.

Conforme apurado pela auditoria do INSS, até maio de 2024, a AP BRASIL contava com **119.900 filiados** com descontos ativos, e, **entre outubro de 2022 e novembro de 2024, arrecadou a vultuosa quantia de R$ 108.036.457,11** (cento e oito milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e onze centavos), conforme informações disponíveis no Portal da Transparência[70]. **Esse valor expressivo, entretanto, contrasta de forma alarmante com o volume de denúncias de irregularidades relacionadas às práticas da entidade.**

A situação é preocupante e exige atenção imediata. A **AP BRASIL acumula 1.135 reclamações no Reclame Aqui,** em que os consumidores, de forma

[70] Anexo 6.

praticamente unânime, relatam que a entidade realiza **descontos indevidos em seus benefícios previdenciários sem qualquer autorização válida**. **Essas denúncias indicam um padrão reiterado de condutas ilícitas e abusivas**, que afetam diretamente aposentados e pensionistas, muitos dos quais se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e dependem exclusivamente de seus benefícios para garantir sua subsistência. Vejamos algumas dessas reclamações:

> Desconto de contribuição Indevido no INSS. AP Brasil. Curitiba – PR. 03/12/2024 às 10:28. ID: 203519805. **Acessei meu extrato do INSS para verificar os descontos da minha folha de pagamento e verifiquei que havia um desconto que não solicitei/autorizei com código "269" e descrição de "contribuição ao Brasil SAC" no valor de R$ 70,08, peço** por favor que cancelem este tipo de desconto a qual não foi autorizado por mim pois se trata de uma cobrança indevida e desejo que efetuem o estorno do valor cobrado até aqui. O desconto ocorre desde Março/2024 até a presente data, ou seja, já são 10 meses de descontos não autorizado[71].

> Descontos Indevidos na Folha de Pagamento - Código 269 "Contrib. ap brasil". AP Brasil. Rio de Janeiro – RJ. 29/11/2024 às 14:01. ID: 203224545. Observei este mês, que **desde setembro de 2023 vem sendo realizado descontos na minha folha de pagamento de aposentadoria sob o nome "Contrib. ap brasil", código 269.** Até o momento (novembro de 2024), **foram realizados 15 descontos, sendo 4 no valor de R$68,30 e 11 no valor de R$70,08, totalizando R$1044,08. GOSTARIA DE DEIXAR CLARO QUE EM NENHUM MOMENTO AUTORIZEI OU SOLICITEI A ADESÃO A QUALQUER SERVIÇO, ASSOCIAÇÃO SINDICAL OU CONTRIBUIÇÃO VINCULADA A ESSA COBRANÇA. Dessa forma, não tenho conhecimento da origem desses descontos. Após pesquisar, descobri que o código está associado a uma entidade sindical, mas reforço que não fiz nenhuma solicitação nem dei consentimento para tal. Exijo a cessação imediata desses descontos e o estorno integral dos valores debitados indevidamente desde o início.** Considero essa prática abusiva e lesiva, especialmente ao se tratar de um benefício destinado a minha subsistência. Aguardo uma solução urgente para o caso e, se

[71] Disponível: <https://www.reclameaqui.com.br/ap-brasil/desconto-de-contribuicao-indevido-no-inss_HhTxx550Z76Lb-FK/>.

> necessário, tomarei as medidas cabíveis junto aos órgãos competentes de defesa do consumidor e judiciais[72].
>
> DESCONTO INDEVIDO DO MEU BENEFICIO SEM MINHA AUTORIZAÇÃO. AP Brasil. Paranaguá – PR. 25/11/2024 às 10:27 .ID: 202793347. **NÃO AUTORIZEI NENHUM DESCONTO, E NÃO CONTRATEI NADA, ESTOU TENTANDO CONTATO TELEFÔNICO E NINGUÉM ATENDE,** PORQUE ESTÃO DESCONTANDO ISSO? QUERO QUE CANCELEM ISSO NÃO CONTRATEI NADA. Contrib. ap brasil sac*******[73]

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade sequer sabem do que se trata o desconto. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**,** pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. A relação pretendida nunca existiu. Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um esquema coordenado de exploração, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Não o bastante, a AP BRASIL está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[74] para sua categoria, com um total de 4.953 processos em que figura no polo passivo.

São milhares de processos judiciais individuais em todos os estados da federação, **em que segurados alegam descontos indevidos em seus benefícios previdenciários, sem qualquer autorização válida ou vínculo associativo legítimo.** Nos casos analisados, a AP BRASIL frequentemente se mostra **incapaz de apresentar documentos que comprovem a autorização expressa dos descontos,** reforçando o padrão de abusos e práticas ilícitas.

---

[72] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/ap-brasil/descontos-indevidos-na-folha-de-pagamento-codigo-269-contrib-ap-brasil_R3wdoYhxHPAtF2OS/. Acesso em 10/12/24.

[73] Disponível: https://www.reclameaqui.com.br/ap-brasil/desconto-indevido-do-meu-beneficio-sem-minha-autorizacao_rvesqGTmCbKbmSAf/. Acesso em 10//12/24.

[74] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 03/12/24.

Desta forma, o montante arrecadado pela entidade, aliado ao número alarmante de reclamações e processos judiciais evidencia a existência de um enorme esquema criminoso organizado pela ré. É inaceitável que uma entidade com o propósito de representar e proteger aposentados e pensionistas utilize sua posição para explorar, de forma predatória, aqueles que deveria amparar, motivo pelo qual deve ser condenada ao ressarcimento integral de todos os danos causados.

2.3.15 CBPA

A Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), desde junho de 2022, mantém um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, que permite a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão de associados vinculados a entidades ligadas à confederação. Esses descontos, fixados em 2,5% do valor do benefício, têm gerado um fluxo financeiro impressionante para a entidade.

Conforme auditoria do INSS, até maio de 2024, a CBPA registrava 305.572 associados com descontos ativos. Contudo, **o crescimento exponencial no número de filiados é profundamente suspeito. O Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que, em 2021 e 2022, a CBPA não possuía filiados, mas encerrou o ano de 2023 com mais de 340 mil associados, um número absolutamente incompatível com a realidade de filiações lícitas e voluntárias.** Essa disparidade levanta sérias dúvidas sobre a legalidade das práticas adotadas pela entidade.

Desde que começou a receber repasses do INSS, em **março de 2023, até novembro de 2024, a CBPA arrecadou o absurdo montante de R$ 174.432.502,31 (cento e setenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e dois reais e trinta e um centavos)**, conforme dados do Portal da Transparência[75].

Os valores demonstram um crescimento financeiro vertiginoso e inexplicável, corroborando os indícios de irregularidades graves no contexto das supostas filiações.

O período entre junho e agosto de 2023 é especialmente alarmante. Em **junho de 2023, a CBPA recebeu modestos R$ 28.745,97**, mas, em **julho do**

[75] Anexo 6.

mesmo ano, o valor disparou para R$ 1.236.961,48, e, em agosto, saltou para a incrível soma de R$ 7.494.441,57. Esse aumento expressivo em um intervalo tão curto de tempo não encontra justificativa plausível dentro de parâmetros legais e operacionais normais. Veja-se:

MÊS/ANO	CNPJ	FONTE	VALOR
jun/23	38.062.390/0001-05	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 28.745,97
jul/23	38.062.390/0001-05	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 1.236.961,48
ago/23	38.062.390/0001-05	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 7.494.441,57

Fonte: Portal da Transparência[76]

É como se quase todos os filiados (mais de 300 mil) tivessem surgido em apenas dois meses.

A situação evidencia um **padrão reiterado de práticas ilícitas** que impactam diretamente aposentados e pensionistas, muitos dos quais dependem **exclusivamente de seus benefícios previdenciários para garantir sua subsistência**. Ao invés de oferecer suporte ou assistência legítima, a conduta da CBPA tem se traduzido em **descontos indevidos**, realizados de forma arbitrária e sem a devida autorização dos segurados, comprometendo valores essenciais à sobrevivência de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

[76] Anexo 6.

O cenário é agravado pelo **alto número de reclamações registradas no Reclame Aqui**, onde a CBPA já acumula **1.832 denúncias**, quase todas relatando a mesma prática abusiva: **descontos não autorizados diretamente nos benefícios previdenciários**. Essas denúncias não apenas expõem a extensão do problema, mas também demonstram um **padrão de conduta lesivo e sistemático**, que não pode ser ignorado.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> Contrib. Nao Autorizada cbpa sac 0800 591 5728. CBPA. Cláudio – MG. 04/12/2024 às 16:03. ID: 203684765. Boa tarde. **Desde do dia 05/11/2023 está sendo descontado do pagamento da aposentadoria da minha mae Zulmira Ana da Silva, o valor de 33,00 reais referente Contrib. cbpa sac 0800 591 5728, sendo que a mesmo nunca foi informado dessa e muito menos autorizou a combranca.** Exigo o reembolso de todos os valores dos 12 meses meses que já foram descontados indevidamente e urgente cancelamento da referida cobrança, **uma vez que é ilegal**[77]**.**
>
> desconto indevido. CBPA. Teófilo Otoni – MG. 03/12/2024 às 18:07. ID: 203583313. **Foram realizados descontos indevidos no benefício da aposentada HELENA LINDA KLIER ALVES,** requer o ressarcimento em dobro, totalizando o montante de **R$564,80**[78]**.**
>
> CBPA. Santa Helena – PB. 03/12/2024 às 12:38. ID: 203540067. **Minha Mãe é aposentado do INSS, e constatamos que está havendo descontos indevidos no seu benefício previdenciário desde Janeiro de 2024. O desconto é de R$ 35,30 por mês e está identificado como "Código 270 - Contribuição CPBA". Após pesquisa, descobrimos que refere-se à Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA). No entanto, nunca foi autorizado esse desconto e não foi informado sobre ele antecipadamente e não tem telefone que fale com ele. Gostaria de solicitar urgentemente o estorno dos DESCONTOS INDEVIDOS efetuados em seu benefício previdenciário, bem como o ressarcimento dos mesmo, e bloqueio total para que não obtenha descontos futuros,** ou terei que procurar os meios judiciais para devolução.

---

[77] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/cbpa/contrib-nao-autorizada-cbpa-sac-0800-591-5728_SrSUTo3mhUNocZ3a/. Acesso em 02/12/24.
[78] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/cbpa/desconto-indevido_Fpsl6KYkFz-Fl6PL/. Acesso em 02/12/24.

> Meu objetivo é obter o estorno dos valores descontados e deixar claro que não autorizamos quaisquer descontos futuros[79].

Diante disso, a **quantidade alarmante de reclamações** reforça a **necessidade urgente de investigação rigorosa** e medidas corretivas contundentes, para cessar imediatamente os abusos e assegurar a **reparação integral dos danos causados aos segurados**.

Não o bastante, conforme apurado através da auditoria do INSS, a CBPA é uma das associações que, ao ser solicitada pelo INSS, **deixou de apresentar documentos comprobatórios da autorização de descontos nos benefícios de seus supostos filiados**.

Além disso, a CBPA ocupa a terceira posição em representatividade de tarefas de requerimento de exclusão de desconto associativo com indicativo de não consentimento do requerente.

Impende destacar, ainda, que **conforme constatado pela auditoria do INSS**, **desde a publicação do respectivo ACT no DOU**, a CBPA deveria ter sido fiscalizada semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, no total**, a CAAP deveria ter sido fiscalizada pelo INSS em 32 oportunidades até 31.05.2024**. Contudo, até maio de 2024, a primeira e única fiscalizada fiscalização ordinária ocorreu apenas em 07.12.2023.

Não o bastante, a CBPA está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[80] para sua categoria, com um total de 6.578 processos em que figura no polo passivo.

São milhares de processos judiciais individuais em todos os estados da federação, **em que segurados alegam descontos indevidos em seus benefícios previdenciários, sem qualquer autorização válida ou vínculo associativo legítimo.**

---

[79] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/cbpa/cobranca-indevida-cpba_bCNSXJ4Zl9sLnMJ9/. Acesso em 02/12/24.

[80] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 02/12/24.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a CBPA que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

O montante exorbitante arrecadado pela CBPA, associado ao volume alarmante de reclamações, processos judiciais e aos indícios de ilegalidade encontrados tanto pelo INSS quanto pelo TCU, evidencia a **urgência de uma investigação rigorosa e abrangente** sobre as práticas da entidade. A proteção dos segurados do INSS não pode ser negligenciada, e as autoridades competentes devem agir de forma célere para **coibir tais abusos, responsabilizar os envolvidos e assegurar a devolução dos valores descontados indevidamente e ressarcimento diante de todos os danos causados pela ré**.

2.3.16 SINDNAPI - FS

O **Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Força Sindical (SINDNAPI - FS)**, com longa relação com o INSS, mantém atualmente um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado em novembro de 2023, permitindo a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão. Esses descontos, fixados em 0,6% ou 2,5% do valor do benefício, dependem, nos termos do inciso V do art. 115 da Lei nº 8.213/1991 e do art. 154 do Decreto nº 3.048/1999, **de autorização expressa e válida do segurado, uma exigência que deveria garantir a proteção e o respeito aos direitos dos beneficiários.**

Conforme auditoria realizada pelo INSS, **até maio de 2024, a entidade possuía 347.601 filiados com descontos ativos,** arrecadando, **ao longo dos últimos 10 anos, a exorbitante quantia de R$ 546.301.347,77 (quinhentos e quarenta e seis milhões, trezentos e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos),** conforme dados do Portal da Transparência[81].

[81] Anexo 6.

Esse valor, que deveria refletir uma relação legítima e transparente, **contrasta alarmantemente com o volume de reclamações e ações judiciais movidas contra a entidade.** Apenas na plataforma Reclame Aqui, o SINDNAPI - FS acumula 867 reclamações, quase todas relatando a realização de descontos não autorizados diretamente nos benefícios previdenciários dos segurados. Esses relatos apontam para um padrão sistemático de abusos que afrontam os princípios da boa-fé e da legalidade, subtraindo recursos essenciais de aposentados e pensionistas, muitos dos quais dependem exclusivamente de seus benefícios para sobreviver.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> DESCONTO DE ASSOCIAÇÃO. Sindicato Nacional dos Aposentados. Paulo Afonso – BA. 04/12/2024 às 14:11. ID: 203670011. **Sou aposentada e vi no meu extrato do inss que tem varios descontos dessa associação, mas não conheço essa associação e não autorizei esses descontos**, já liguei e **falaram que não irão devolver os valores descontados[82].**
>
> Cobrança indevida. Sindicato Nacional dos Aposentados. São Gonçalo – RJ. 03/12/2024 às 21:32. ID: 203603521. **Hoje fui ao banco e como não tinha acesso ao meu extrato do INSS o gerente do banco viu que estava sendo descontado valores do meu pagamento desde fevereiro de 2023 o que totaliza 1.342,88 até a data de hoje 03/12/2024! Não consenti nenhuma autorização, desconheço essa empresa e nunca autorizei nada.** Hoje mesmo liguei e pedi o cancelamento e reembolso, e fui informado que o cancelamento foi realizado porém ainda pode haver desconto dentro de 60 dias em meu salário! Digo que se não houver o reembolso e cancelamento imediato irei acionar a justiça para me pagar o dinheiro que me foi descontado além dos danos causados a mim! Não existe nenhum sindicato da sindnapi em São Gonçalo! Quero meu dinheiro de volta pois já recebo pouco pelo valores que compro em remédio pois sou cardíaco, diabético e ainda tenho que passar por essa humilhação no final de minha vida? Saibam que estou abrindo um B.O contra vocês, pois isso se configura furto!
>
> REEMBOLSO DE DESCONTOS INDEVIDOS. Sindicato Nacional dos Aposentados. Goiânia – GO. 02/12/2024 às 14:01. ID: 203427987.

---

[82] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/sindicato-nacional-dos-aposentados/desconto-de-associacao_oKqM3eLkti6fjhkq/>. Acesso em 02/12/24.

> **Prezados, venho, por meio desta, manifestar meu repúdio e requerer providências imediatas quanto aos descontos indevidos realizados em meu benefício previdenciário, referentes à suposta CONTRIBUIÇÃO SINDNAPI 0800 357 7777, no valor de R$ 35,30 mensais. Declaro que não reconheço a contratação deste serviço ou vínculo contratual e que tais descontos foram realizados sem meu consentimento ou ciência prévia, configurando-se como uma prática ilegal e abusiva..** Ressalto que a conduta da associação/empresa pode ser enquadrada como:. [Editado pelo Reclame Aqui] indébita (art. 168 do Código Penal): A [Editado pelo Reclame Aqui] de valores descontados sem autorização caracteriza-se como [Editado pelo Reclame Aqui], especialmente quando não há intenção de devolução. [Editado pelo Reclame Aqui] (art. [Editado pelo Reclame Aqui] do Código Penal): Caso tenha havido o uso de meios [Editado pelo Reclame Aqui], como falsificação de assinatura ou simulação de contrato, há caracterização de [Editado pelo Reclame Aqui]. Se a vítima for idosa, há agravamento da pena, conforme o art. [Editado pelo Reclame Aqui], 4, do Código Penal. Violação ao Código de Defesa do Consumidor: Descontos não autorizados são considerados práticas abusivas, nos termos do art. 39 do CDC, sendo a associação responsável pela devolução dos valores e por indenização pelos danos causados. Violação ao Estatuto do Idoso (Lei n 10.741/2003): **De acordo com o art. 102 do Estatuto do Idoso, apropriar-se de bens ou rendimentos de pessoa idosa, com ou sem consentimento, em prejuízo de seus direitos, configura [Editado pelo Reclame Aqui].** A prática de realizar descontos não autorizados viola diretamente as proteções previstas nesta legislação. [...][83]

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade **sequer sabem do que se trata o desconto**. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema**

[83] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/sindicato-nacional-dos-aposentados/reembolso-de-descontos-indevidos_BDil_2YRl_Rud30x/. Acesso em 02/12/24.

coordenado de exploração, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Não o bastante, a SINDNAPI/FS ocupa o quinto lugar de sua categoria na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[84], com um total de 13.363 processos em que figura no polo passivo.

São milhares de processos judiciais individuais movidos contra a ré, todos relacionados à mesma prática ilícita: **descontos indevidos em pensões e aposentadorias de beneficiários do INSS**. Em tais ações, os juízos vêm reconhecendo a procedência dos pedidos iniciais, declarando a ilegalidade dos descontos e determinando a devolução dos valores subtraídos indevidamente. Na maioria dos casos, quando instadas a comprovar a existência de relação jurídica válida entre as partes**, a ré não apresenta qualquer documentação comprobatória que evidencie a filiação ou a autorização expressa e prévia dos descontos, como exigido pela legislação vigente**.

O elevado número de reclamações e a vultosa quantia repassada à entidade não podem ser ignorados. Essas evidências demonstram que o SINDNAPI - FS **falha gravemente em respeitar as exigências legais que regem os descontos associativos** e **explora de forma predatória a vulnerabilidade de pessoas idosas e fragilizadas**, que, muitas vezes, sequer possuem ciência de que estão sendo descontadas.

A proteção dos segurados do INSS não pode ser negligenciada, e as autoridades competentes devem agir de forma célere para **coibir tais abusos, responsabilizar os envolvidos e assegurar a devolução dos valores descontados indevidamente e ressarcimento diante de todos os danos causados pela ré**.

2.3.17 AMAR BRASIL

A AMAR Brasil Clube de Benefícios (AMAR BRASIL), desde agosto de 2022, manteve um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, **que permitia a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão de seus associados**, no percentual de 2,5% do valor mensal do benefício. Embora tais descontos devam ser autorizados

[84] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 02/12/24.

expressamente pelos segurados, **o crescimento vertiginoso e inexplicável no número de filiados e nos valores repassados à entidade levanta sérios indícios de irregularidades e práticas abusivas.**

De acordo com auditoria do INSS, até maio de 2024, a AMAR BRASIL contava com **303.061 filiados ativos**, **um número surpreendentemente alcançado em um curto espaço de tempo.** Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), **a entidade, que possuía apenas 53 mil associados em 2022**, **saltou para mais de 210 mil filiados em dezembro de 2023**. Esse crescimento, quando consideramos os valores repassados pelo INSS, foi registrado em apenas cinco meses, o que é totalmente incompatível com o ritmo normal de filiações legítimas e suscita dúvidas quanto à legalidade das práticas adotadas pela entidade**.** Vejamos:

Mês Ano	Favorecido	Órgão/Entidade Vinculada Pagadora	Valor Recebido
dez/22	39.911.488/0001-44	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 1.034.360,35
jan/23	39.911.488/0001-44	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 2.459.066,03
fev/23	39.911.488/0001-44	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 4.677.696,38
mar/23	39.911.488/0001-44	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 6.123.707,27
mai/23	39.911.488/0001-44	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 14.768.777,76

Fonte: Portal da Transparência[85]

Os valores repassados pelo INSS à AMAR BRASIL refletem esse aumento exponencial. Em dezembro de 2022, a associação recebeu **R$ 1.034.360,35**, mas, em maio de 2023, já estava arrecadando a **exorbitante quantia de R$ 14.768.777,76**. Esse salto expressivo, em tão curto período, indica a existência de **práticas irregulares e abusivas**, que demandam uma **investigação imediata e rigorosa**.

Desde o início dos repasses, em dezembro de 2022, até novembro de 2024 — ou seja, em menos de dois anos —, a **AMAR BRASIL** arrecadou a **impressionante quantia de R$ 232.746.319,06** (duzentos e trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e seis mil, trezentos e dezenove reais e seis centavos), conforme dados do Portal da Transparência[86]. Esse montante expressivo, obtido em um curto espaço de tempo.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados

[85] Anexo 6.
[86] Anexo 6.

e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as evidências disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

Os valores já recebidos pela ré, que deveriam refletir uma relação legítima e transparente, **contrastam alarmantemente com o volume de reclamações e ações judiciais movidas contra a entidade.** Apenas na plataforma Reclame Aqui, a associação ré já possui 1025 reclamações, onde os consumidores relatam a existência de descontos não autorizados por parte da AMAR BRASIL em seus benefícios previdenciários. Vejamos algumas dessas reclamações:

> DESCONTO INDEVIDO. ABCB - Clube de Benefícios. Governador Valadares – MG. 03/12/2024 às 17:06. ID: 203575977. **Está ocorrendo um desconto indevido no meu benefício, com a rubrica de vocês.** Portanto, solicito explicações quanto ao desconto, e que me envie o contrato firmado referente a este negócio, **visto que jamais solicitei este serviço**[87]**.**

> ABCB , descontos sem Autorização do Beneficio do INSS - Cod 271 . Valor 35,30. ABCB - Clube de Benefícios. São Bernardo do Campo – SP. 03/12/2024 às 11:15. ID: 203527763. **A Empresa ABCB , esta descontando do beneficio de INSS , da Minha Esposa, Sonia Aparecida Topciu , CPF *******. Sem autorização , estao descontado R$ 35,30 , mensal por 3 meses consecutivos . Liguei para um numero que aparece no desconto ,****** *,** falaei com uma pessoa de nome Nicolas , e prontamente ele disse que cancelou o desconto no INSS . porém solicitei que fosse ressarcido os valores , ele deu numero de ZAP ,*******, entrei em contato e fui atendido por contato inteligente ,

[87] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/amar-brasil-prime-clube/desconto-indevido_aJ4LoZZ3XfLRTIto/>. Acesso em 04/12/24.

> passei alguns dados , pediu para aguardar um minuto , e nao retornou. Gostaria de Comprovar o cancelamento dos descontos e ressarcimento dos valores .
>
> Desconto Indevido em Meu Benefício. ABCB - Clube de Benefícios. Belo Horizonte – MG. 02/12/2024 às 11:35. ID: 203407503. **Sou aposentado, tenho 74 anos de idade e a ABCB está fazendo descontos em meu benefício, nunca solicitei esses descontos.**

A atuação da AMAR BRASIL **não pode ser analisada isoladamente**, mas como parte de um padrão preocupante que envolve **entidades explorando a vulnerabilidade de aposentados e pensionistas**, muitos dos quais dependem exclusivamente de seus benefícios para garantir sua subsistência. O crescimento suspeito no número de filiados e nos valores arrecadados sugere um esquema sistemático de **descontos não autorizados**, em afronta direta aos princípios de **boa-fé, transparência e legalidade**.

Não o bastante, a AMAR BRASIL ocupa o oitavo lugar de sua categoria na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[88] para sua categoria, com um total de 10.558 processos em que figura no polo passivo.

São milhares de processos judiciais em que é ré, sendo que a grande maioria se trata de consumidores que alegam terem tido valores descontados indevidamente de seus benefícios do INSS. Muitas são as sentenças procedentes em casos que a ré foi absolutamente incapaz de comprovar a existência de qualquer relação legítima entre as partes. Na maioria dos casos, a entidade, instada a fazer tal comprovação, junta aos autos um termo de adesão sem qualquer assinatura válida, desacompanhado de qualquer documento capaz de atestar a veracidade e legalidade da associação.

Além disso, conforme constatado pela auditoria do INSS, desde a publicação do respectivo ACT no DOU, a AMBEC deveria ter sido fiscalizada semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, no total, **ela deveria ter sido fiscalizada pelo INSS em 32 oportunidades até 31.05.2024.** Contudo, até maio de

[88] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 04/12/24.

2024, **a primeira e única fiscalização ordinária ocorreu apenas em 07.12.2023.**

Esse quadro alarmante é agravado pela ausência de mecanismos eficazes de fiscalização por parte do INSS, que deveria assegurar que os benefícios previdenciários fossem protegidos contra práticas predatórias. É inadmissível que uma entidade como a AMAR BRASIL, sob o pretexto de oferecer benefícios, possa **subtrair, de forma ilegítima, recursos vitais de aposentados e pensionistas**, comprometendo sua qualidade de vida e segurança financeira.

O volume alarmante de reclamações e os valores exorbitantes arrecadados pela entidade não deixam dúvidas sobre a urgência de uma **resposta firme e imediata**. A proteção dos aposentados e pensionistas deve ser uma **prioridade absoluta**, e práticas como as perpetradas pela AMAR BRASIL **não podem ser toleradas em um Estado comprometido com a justiça social e a dignidade humana**.

2.3.18 COBAP

A COBAP Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, mantém relações antigas com o INSS, sendo que o último Acordo de Cooperação Técnica firmado com o órgão é de agosto de 2022, possibilitando que desconto de mensalidade associativa nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão, de associados a entidades associativas, vinculadas à COBAP, no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) até 5% (cinco por cento) do valor mensal do benefício do associado.

Sendo assim, **a auditoria do INSS apurou que até maio de 2024 a entidade possuía 243.735 associados** com descontos ativos. Desta forma, nos últimos 10 anos, o INSS repassou à entidade o alarmante valor de **R$ 454.438.353,50 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), conforme dados do Portal da Transparência[89].**

Esse valor, que deveria refletir uma relação legítima e transparente, **contrasta alarmantemente com o volume de reclamações e ações judiciais movidas contra a entidade.** Apenas na plataforma Reclame Aqui, a associação ré já

[89] Anexo 6.

possui 874 reclamações, onde os consumidores relatam a existência de descontos não autorizados por parte da COBAP em seus benefícios previdenciários.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> Cobrança indevida. COBAP Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Catalão – GO. 04/12/2024 às 13:07. ID: 203661543. **Está sendo descontado do benefício (NB: 147.000.837-5) da minha avó, a Sra. Altina Candida dos Santos, o valor mensal de R$ 14,12, referente a uma contribuição da COBAP. Entretanto, trata-se de um desconto totalmente indevido, pois minha avó jamais autorizou tal cobrança. Tentei contato através do número 0*******, porém não fui atendida.** Solicito o IMEDIATO cancelamento desta cobrança, e a devolução dos valores que foram cobrados de forma indevida[90].
>
> COBAP Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Bananeiras – PB. 04/12/2024 às 01:16. ID: 203615025. **A associação COBAP (confederação brasileira de aposentados, pensionistas e idosos), vem desde outubro de 2023 fazendo débitos indevidos em meu benefício do INSS, mais precisamente minha APOSENTADORIA POR IDADE vejamos: 3 descontos nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023 de 26,40 cada, 11 descontos no meses 01, 02, 03, 04, 05,06,07,08,09,10 e 11 de 2024 no valores de 28,24 cada, totalizando um valor de 389,84, descontos que só tomei ciência ao fazer consulta do meu benefício no aplicativo** MEU INSS. **Solicito de imediato o cancelamento de tais descontos, a devolução dos valores descontados indevidamente e em se tratando de cobrança abusiva (art. 42 do CDC) a associação deve me ressarcir em dobro a** quantia totalizando o valor de 779,68, como medida de justiça para nunca mais passar por este constrangimento. Caso contrário serei obrigado a constituir advogado para que providências jurídicas sejam tomadas inclusive a reivindicação de danos morais, diante deste abuso que venho sofrendo. Favor entrar imediatamente em contato no email, *******, paripasso a devolução em minha conta na agência da caixa econômica federal, agência *******, operação 1298, conta ******* em nome de ******* Silva[91].

---

[90] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/cobap-confederacao-brasileira-de-aposentados-e-pensionistas/cobranca-indevida_Yg-bPX5z-5vo5Cto/>. Acesso em 05/12/24.
[91] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/cobap-confederacao-brasileira-de-aposentados-e-pensionistas/descontos-indevidos-associacao-cobap_apcCe9BusEzZ8r-_/. Acesso em 06/12/24.

> COBAP Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. São João do Manhuaçu – MG. 29/11/2024 às 16:11. ID: 203238383. TEM SIDO DESCONTADO DA MINHA APOSENTADORIA O VALOR DE R$ 33,88 DESDE MAIO DE 2024, MOTIVO PELO QUAL EU QUERO A APRESENTAÇÃO DESSES CONTRATO, A ANULAÇÃO DELE, A DEVOLUÇÃO EM DOBRO, ASSIM COMO DANOS MORAIS NO VALOR DE 10 MIL REAIS, **POR TER SIDO DESCONTADO DO MEU BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA SEM MINHA AUTORIZAÇÃO**[92].

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade **sequer sabem do que se trata o desconto**. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

Não o bastante, a COBAP está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[93] para sua categoria, com um total de 6.565 processos em que figura no polo passivo.

A **quantidade alarmante de reclamações e processos judiciais** e o **crescimento expressivo dos valores arrecadados** reforçam a urgência de uma **resposta firme do judiciário para cessar tais práticas**. É inaceitável que aposentados e pensionistas sejam alvos de práticas predatórias, especialmente por entidades que deveriam protegê-los. A proteção dos direitos dos segurados deve ser uma prioridade absoluta, e **práticas como as perpetradas pela COBAP não podem ser toleradas em um Estado que se compromete com a justiça social e a dignidade humana**.

---

[92] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/cobap-confederacao-brasileira-de-aposentados-e-pensionistas/desconto-na-minha-aposentadoria_g2wsm9zADP2eFmfN/. Acesso em 06/12/24.

[93] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 06/12/24.

2.3.19 CEBAP

O Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP) mantém, desde dezembro de 2022, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, que permite a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão de seus associados. O percentual desses descontos é fixado em 2,5% do valor mensal do benefício, um montante significativo para pessoas que, em sua maioria, dependem exclusivamente desses recursos para sua subsistência.

De acordo com relatório de auditoria do INSS, até maio de 2024, a CEBAP já possuía **344.761 associados com descontos ativos**, o que resultou na **arrecadação de impressionantes R$ 140.693.184,84** (cento e quarenta milhões, seiscentos e noventa e três mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) entre junho de 2023 e novembro de 2024 — menos de dois anos, conforme dados do Portal da Transparência[94]. Esse volume expressivo de recursos, obtido em um período tão curto, **levanta sérias dúvidas sobre a regularidade das filiações e descontos realizados pela entidade**.

Os valores mensais repassados à CEBAP revelam um **crescimento anômalo no número de supostos associados**, evidenciando um padrão de aumento exponencial em um curto intervalo de tempo. Esse comportamento é altamente suspeito, especialmente porque contrasta com o ritmo natural e legítimo de filiações associativas. Vejamos:

Mês Ano	Favorecido	Órgão/Entidade Vinculada Pagadora	Valor Recebido
jun/23	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 388.468,07
jul/23	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 454.704,35
ago/23	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 504.396,73
set/23	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 574.337,39
out/23	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 619.016,34
nov/23	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 2.925.857,93
dez/23	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 2.684.957,72
jan/24	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 2.791.067,52
fev/24	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 4.126.704,25
mar/24	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 9.945.694,24
abr/24	09.152.106/0001-85	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 13.329.238,50

[94] Anexo 6.

Fonte: Portal da Transparência[95]

A **crescente dos montantes repassados à CEBAP** é **diretamente proporcional ao aumento exponencial e questionável no número de filiados da entidade**, evidenciando um comportamento que **não se alinha à realidade de associações lícitas e regulares**. Em um intervalo de apenas **um mês**, a CEBAP passou de receber **R$ 619.016,34** em outubro de 2023 para **R$ 2.925.857,93** em novembro de 2023 — um aumento significativo que **equivale a um crescimento de quase cinco vezes no número de associados em 30 dias**.

Esse salto expressivo é **incompatível com a dinâmica natural e legítima de filiações associativas**, especialmente em uma entidade que depende de processos claros e transparentes para formalizar novos membros. Tais números **suscitam sérias dúvidas sobre a regularidade das práticas adotadas pela CEBAP**, indicando a possibilidade de **condutas abusivas e ilícitas** que devem ser investigadas com a devida urgência pelas autoridades competentes.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

A situação torna-se ainda mais **preocupante e alarmante** quando se analisa a **quantidade de reclamações relacionadas a descontos indevidos** realizados pela CEBAP. Apenas na plataforma **Reclame Aqui**, a entidade já acumula **4.265 reclamações**, um número que, por si só, **denuncia a extensão das práticas abusivas perpetradas pela associação**. Em sua quase totalidade, as reclamações

[95] Anexo 6.

relatam **descontos não autorizados diretamente nos benefícios previdenciários**, impactando negativamente a renda de aposentados e pensionistas, muitos dos quais dependem exclusivamente desses valores para sua subsistência.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> CEBAP. Volta Redonda – RJ. 04/12/2024 às 14:36. ID: 203673325. **Solange de Oliveira Lopes Cândido, nascida em 29/01/1953, recebeu descontos indevidos da referida instituição no valor de R$ 45,00 nos últimos 3 meses.** Vem por meio desta, requerer a devolução dos valores em dobro, conforme art. 42 parágrafo único do CDC, além de danos morais no valor de R$ 2000,00 **devido aos transtornos causados à ela, que é pessoa idosa (71 anos) e possui problemas de saúde.**[96]

> **Desconto Indevido. CEBAP.** São Vicente – SP. 04/12/2024 às 11:56. **ID:** 203652231. Olá. **Entrei no meu INSS hoje e vi que estou sendo descontado desde o mês 05/2023 uma contribuição de vocês , automaticamente entrei em contato e me informaram que iriam cancelar mas o reembolso não conseguem fazer, perguntei o motivo e a atendente simplesmente não falou, um absurdo sendo que nunca autorizei é um desconto totalmente infevido e vi que não sou só eu e sim muitos beneficiarios do INSS.** Solicito o meu **reembolso imediatamente de todos os valores que fui descontado que é de 1.160,72**[97]

Não o bastante, a CEBAP está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[98] para sua categoria, com um total de 6.967 processos em que figura no polo passivo.

A **quantidade alarmante de reclamações e processos judiciais** e o **crescimento expressivo dos valores arrecadados** reforçam a urgência de uma **resposta firme do judiciário para cessar tais práticas**. É inaceitável que

[96] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/centro-de-estudos-dos-beneficios-dos-aposentados-e-pensionistas/restituicao-de-descontos-indevidos_eBUYI2e2hm3OK-pOo/>. Acesso em 08/12/24.
[97] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/centro-de-estudos-dos-beneficios-dos-aposentados-e-pensionistas/desconto-indevido_KWXRwgDvsnN596kQ/>. Acesso em 08/12/24.
[98] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 10/12/24.

aposentados e pensionistas sejam alvos de práticas predatórias, especialmente por entidades que deveriam protegê-los. Além disso, a CEBAP coleciona centenas de processos judiciais em que é ré, sendo que a grande maioria se trata de consumidores que alegam terem tido valores descontados indevidamente de seus benefícios do INSS.

A **proteção dos direitos previdenciários é um dever inalienável do Estado**, e práticas como as descritas **não podem ser toleradas** em um sistema que deveria priorizar a dignidade e a segurança financeira dos segurados. Urge, portanto, a necessidade de intervenção do poder judiciário para que seja feita justiça pelos aposentados e pensionistas de todo o país.

2.3.20 APDAP PREV – ACOLHER

A **Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ACOLHER)** mantém, desde dezembro de 2022, um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** ativo com o INSS, permitindo a realização de **descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários** de aposentadoria e pensão de seus associados, no percentual de **2,3% do valor mensal do benefício**. Embora esses descontos devam ser realizados de forma legítima e com autorização expressa, o cenário apurado revela **indícios preocupantes de práticas abusivas**.

De acordo com relatório de auditoria do INSS, até maio de 2024, a ACOLHER possuía **293.483 associados** com descontos ativos, e, desde o início dos repasses financeiros, em abril de 2023, até novembro de 2024, arrecadou a **impressionante cifra de R$ 174.730.250,24** (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), conforme dados do Portal da Transparência[99]. Esse montante vultoso, obtido em menos de dois anos, **levanta sérias dúvidas sobre a regularidade das filiações e descontos realizados**, especialmente porque reflete um crescimento **anômalo e incompatível com práticas associativas lícitas**.

Os valores mensais repassados à ACOLHER revelam um **padrão de aumento exponencial no número de supostos associados**, em um curto intervalo de tempo, que não se alinha à realidade de filiações legítimas e voluntárias. Vejamos:

---

[99] Anexo 6.

Mês Ano	Favorecido	Órgão/Entidade Vinculada Pagadora	Valor Recebido
abr/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 1.619.158,42
mai/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 4.374.329,58
jun/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 5.732.260,06
jul/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 6.057.688,18
ago/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 6.845.106,16
set/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 7.146.063,17
out/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 7.574.933,41
nov/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 8.923.814,39
dez/23	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 8.891.399,27
jan/24	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 9.512.893,27
fev/24	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 10.447.672,74
mar/24	07.699.920/0001-99	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 10.815.640,75

Fonte: Portal da Transparência[100].

A **crescente dos montantes repassados à ACOLHER** é **diretamente proporcional ao aumento exponencial e altamente questionável no número de supostos filiados da entidade**, evidenciando um **comportamento incompatível com a realidade de associações lícitas e regulares**. Esse padrão de crescimento não apenas levanta sérias dúvidas sobre a legitimidade das filiações, mas também indica possíveis **práticas abusivas e fraudulentas**.

Em um intervalo de apenas 30 dias, a ACOLHER saltou de R$ 1.619.158,42 em abril de 2023 para R$ 4.374.329,58 em maio de 2023, um aumento significativo de quase quatro vezes no número de associados. Esse crescimento abrupto é totalmente incompatível com o ritmo natural e legítimo de filiações, especialmente em entidades que dependem de processos regulares e transparentes para a adesão de novos membros.

Ainda mais alarmante, **apenas 10 meses após o início dos repasses**, o montante arrecadado pela ACOLHER já havia alcançado a expressiva soma de **R$ 10.447.672,74**, indicando que a entidade **ampliou em 10 vezes o número de supostos associados em menos de um ano**. Tal crescimento, além de improvável, reforça os **indícios de práticas ilícitas**, como filiações forçadas, descontos não autorizados ou manipulação de dados.

[100] Anexo 6.

Esses números não apenas demonstram **irregularidades no funcionamento da associação**, mas também denunciam um possível **esquema sistemático de exploração financeira** que atinge aposentados e pensionistas, muitos dos quais são idosos e dependem exclusivamente de seus benefícios para sobreviver.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

A situação torna-se ainda mais **preocupante e alarmante** quando se analisa a **quantidade de reclamações relacionadas a descontos indevidos** realizados pela ACOLHER. Apenas na plataforma **Reclame Aqui**, a **entidade já acumula 3440 reclamações** em que os consumidores relatam sofrerem com descontos indevidos realizados pela associação em seus benefícios previdenciários.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> Desconto indeviduo. Contribuição APDAP PREV. Juazeiro – BA. 04/12/2024 às 20:42. ID: 203714467. Solicito o cancelamento do desconto indevido em minha aposentadoria. **Nunca pedi para me associar a nenhuma empresa.** Solicito também a devolução do que já foi descontado[101].
>
> **DESCONTO INDEVIDO. Contribuição APDAP PREV**. Fortaleza – CE.04/12/2024 às 16:11**. ID:** 203685839. **Ao consultar o extrato de minha conta, fui surpreendida com um desconto mensal**

[101] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/acolher/desconto-indeviduo_wIdsiVvWx_uGGJST/. Acesso em 10/12/24.

> **identificado como Contrib. apdap prev, esses descontos vêm ocorrendo no valor de R$32,47, desde 03/2023 até os meses atuais. Nunca houve qualquer manifestação de interesse de minha parte para a realização desses descontos, os descontos ocorreram de maneira ilícita e sem meu consentimento.** SOLICITO IMEDIATAMENTE O CANCELAMENTO DESSES DESCONTOS, E O ESTORNO COM O VALOR EM DOBRO. CASO ESSE DESCONTO NÃO SEJA CANCELADO E O VALOR ESTORNADO EM DOBRO, IREI INGRESSAR NA JUSTIÇA[102].
>
> Desconto indevido. Contribuição APDAP PREV. São Paulo – SP. 04/12/2024 às 15:50. ID: 203683059. **Estão descontando em minha folha do inss desde julho de 2024 o valor de 72,28 sem minha autorização. Solicito o cancelamento e a devolução dos valores cobrados indevidamente[103].**

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade **sequer sabem do que se trata o desconto**. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

A **quantidade alarmante de reclamações** e o **crescimento expressivo dos valores arrecadados** reforçam a urgência de uma **resposta firme do judiciário para cessar tais práticas**. É inaceitável que aposentados e pensionistas sejam alvos de práticas predatórias, especialmente por entidades que deveriam protegê-los.

---

[102] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/acolher/desconto-indevido_19_QlpWstZxVl_1N/. Acesso em 10/12/24.

[103] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/acolher/desconto-indevido_F_yA6RUOUsqjXoib/. Acesso em 10/12/24.

Não o bastante, a APDAP PREV (UNIVERSO) está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[104] para sua categoria, com um total de 10.662 processos em que figura no polo passivo.

São milhares de processos judiciais em que é ré, sendo que a grande maioria se trata de **consumidores que alegam terem tido valores descontados indevidamente de seus benefícios do INSS.** As contestações, no entanto, em sua grande maioria são genéricas e desacompanhadas de qualquer documento capaz de comprovar a existência de relação jurídica entre as partes. Muitas são as sentenças procedentes para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as partes e determinar o pagamento de indenização pelos danos causados aos consumidores.

Desta forma, a **proteção dos direitos previdenciários é um dever inalienável do Estado**, e práticas como as descritas **não podem ser toleradas** em um sistema que deveria priorizar a dignidade e a segurança financeira dos segurados. Urge, portanto, a necessidade de intervenção do poder judiciário para que seja feita justiça pelos aposentados e pensionistas de todo o país.

2.3.21 AMBAPEN (ABENPREV)

A **Associação de Benefícios e Previdência (ABENPREV)**, atualmente denominada **Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AMPABEN BRASIL)**, firmou um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** com o INSS em janeiro de 2023, autorizando a realização de **descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários** de aposentadoria e pensão de seus associados, no percentual de **2,5% do valor mensal do benefício**. Esse tipo de acordo exige, por lei, **transparência, autorização expressa e adesão voluntária dos segurados**, condições que parecem ter sido amplamente desrespeitadas pela entidade.

Segundo relatório de auditoria do INSS, até maio de 2024, a AMPABEN BRASIL (ABENPREV) contava com **87.942 associados ativos**, e, entre julho de 2023 e novembro de 2024, a entidade já havia recebido a **impressionante quantia de R$ 63.336.298,98** (sessenta e três milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos), conforme dados do Portal

[104] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 10/12/24.

da Transparência. Esse valor, acumulado em um período tão curto, **revela práticas que demandam apuração rigorosa**, especialmente considerando o **crescimento vertiginoso e questionável no número de filiados**.

Os valores repassados pelo INSS à AMPABEN BRASIL **quase triplicaram em apenas 30 dias**, o que sugere que o número de supostos associados teria crescido na mesma proporção. Tal aumento abrupto é **incompatível com a realidade de filiações associativas legítimas**, que demandam processos claros, transparentes e consentidos. Esse padrão de crescimento **denuncia possíveis irregularidades**, como **filiações forçadas, descontos não autorizados ou manipulação de dados**, em flagrante violação dos direitos dos aposentados e pensionistas. Vejamos:

Mês Ano	Favorecido	Órgão/Entidade Vinculada Pagadora	Valor Recebido
jul/23	29.992.407/0001-24	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 894.919,21
ago/23	29.992.407/0001-24	37904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social	R$ 2.341.050,96

Fonte: Portal da Transparência[105]

Desta forma, a atuação da AMPABEN BRASIL **não se alinha aos princípios de boa-fé, transparência e legalidade** que deveriam nortear a relação entre associações e segurados. Em vez de atuar em benefício dos aposentados e pensionistas, a entidade parece **explorar sua vulnerabilidade**, subtraindo valores essenciais de pessoas que dependem exclusivamente de seus benefícios previdenciários para sua subsistência.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na

[105] Anexo 6.

fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

A situação torna-se ainda mais **preocupante e alarmante** quando se analisa a **quantidade de reclamações relacionadas a descontos indevidos** realizados pela AMBAPEN (ABENPREV). Apenas na plataforma **Reclame Aqui**, a entidade já **acumula 2.727 reclamações** em que os consumidores relatam sofrerem com descontos indevidos realizados pela associação em seus benefícios previdenciários.

Vejamos algumas dessas reclamações:

> Cobrança indevida. ABENPREV. Ribeirão Pires – SP. 05/12/2024 às 09:38. ID: 203746171. **Está sendo descontado o valor de 77,86 reais do meu benefício**, nunca entrei em contato para pedir nenhum serviço e **mesmo assim estão descontando quero o ressarcimento dos valores descontados sem a minha permissão[106].**

> **Desconto da minha aposentadoria sem minha autorização nem fui a lugar nenhum assinar quaisquer papel. ABENPREV**. Campina Grande – PB**.** 04/12/2024 às 13: 57**. ID:** 203668181. **Boa tarde a meses que a empresa abenprev vem descontando dinheiro na minha aposentadoria** já reclamei várias vezes com eles no telefone já fazem 2 meses que eles não me ressarciram isso é constrangedor[107]

A **quantidade alarmante de reclamações** e o **crescimento expressivo dos valores arrecadados** reforçam a urgência de uma **resposta firme do judiciário para cessar tais práticas**. É inaceitável que aposentados e pensionistas sejam alvos de práticas predatórias, especialmente por entidades que deveriam protegê-los.

Não o bastante, a AMBAPEN (ABENPREV) está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[108] para sua categoria, com um total de 4.951 processos em que figura no polo passivo.

[106] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/abenprev/cobranca-indevida_Mgpqf9-delQId689/. Acesso em 11/12/24.
[107] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/abenprev/desconto-da-minha-aposentadoria-sem-minha-autorizacao-nem-fui-a-lugar-nenhum-assinar-quaisquer-papel_A9ZfU6C2J66D5JtZ/. Acesso em 11/12/24.
[108] Disponível em: https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/. Acesso em 11/12/24.

São milhares de processos judiciais em que é ré, sendo que a grande maioria se trata de **consumidores que alegam terem tido valores descontados indevidamente de seus benefícios do INSS.** Muitas são as sentenças procedentes para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as partes e determinar o pagamento de indenização pelos danos causados aos consumidores.

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a AMBAPEN (ABENPREV) que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

A quantidade alarmante de filiados e o crescimento anômalo nos valores arrecadados reforçam a necessidade de **intervenção urgente das autoridades** para proteger os aposentados e pensionistas de práticas predatórias. Não se pode permitir que entidades como a AMPABEN BRASIL **se aproveitem da fragilidade e boa-fé de segurados vulneráveis**, comprometendo sua subsistência e violando seus direitos.

A situação exige uma **resposta firme e imediata** para cessar os abusos, restaurar a confiança no sistema previdenciário e garantir que os direitos dos segurados sejam efetivamente protegidos. **Explorar aposentados e pensionistas é inaceitável**, e os responsáveis por essas práticas devem ser exemplarmente responsabilizados.

2.3.22 ASABASP BRASIL

A Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados, Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP BRASIL), desde junho de 2023, mantém um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, que permite a realização de descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas. Esses descontos, **fixados em 3,5% do valor mensal do benefício**, representam uma parcela significativa da renda de segurados, muitos dos quais dependem exclusivamente desses valores para garantir sua subsistência.

Conforme auditoria realizada pelo INSS, até maio de 2024, a ASABASP BRASIL possuía **23.039 filiados**, e, entre setembro de 2023 e novembro de 2024, arrecadou a expressiva quantia de **R$ 16.781.857,06** (dezesseis milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e seis centavos), conforme dados extraídos do Portal da Transparência[109]. Esse montante, no entanto, **contrasta de maneira alarmante com o elevado número de reclamações e ações judiciais movidas contra a entidade**, apontando para um padrão preocupante de práticas abusivas.

Apenas na plataforma Reclame Aqui, a ASABASP BRASIL já registra **421 reclamações**, sendo que **quase todas relatam descontos indevidos realizados diretamente nos benefícios previdenciários**. Essas denúncias não apenas indicam um **padrão sistemático de condutas ilícitas,** mas também evidenciam o **impacto negativo causado aos segurados**, que têm seus direitos desrespeitados e **enfrentam dificuldades financeiras devido a essas práticas.**

Vejamos algumas dessas reclamações:

> ASSOCIACAO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL ASABASP BRASIL. Rio de Janeiro – RJ. 02/12/2024 às 21:50. ID: 203484237. **Meu pai vem sendo descontado há anos dessa empresa, e o que mais me surpreende é que o desconto vem sendo descontado direto do benefício dele do INSS, sem nenhuma autorização .**Hoje entrei em.contato e eles ficaram de devolver o dinheiro e cancelar o desconto já que em **nenhum momento autorizamos nada**. Estamos em um país onde tudo eh feito através de [Editado pelo Reclame Aqui] e somos lesionados sem nenhum pudor. [...][110]
>
> ASSOCIACAO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL ASABASP BRASIL. Balneário Camboriú – SC. 27/11/2024 às 19:14 ID: 203064051. **Recentemente constatei que a empresa ASABASP efetua descontos desde o ano de 2023 em meu benefício previdenciário. Nunca contratei com essa empresa, sequer havia ouvido falar sobre** ela. **Exijo explicações sobre a origem dos descontos, o**

[109] Anexo 6.

[110] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/associacao-de-suporte-assistencial-e-beneficente-para-aposentados-servidor/asabasp-desconto-beneficio-nao-autorizado-inss-indevido_E2q3Gz_yoB2QRN89/. Acesso em 11/12/24.

imediato cancelamento e estorno dos valores cobrados indevidamente[111].

A quantidade alarmante de reclamações e o expressivo montante arrecadado em poucos meses reforçam a necessidade de **uma resposta firme e imediata das autoridades competentes**. Não se pode permitir que entidades como a ASABASP BRASIL **continuem a explorar a fragilidade de aposentados e pensionistas**, comprometendo sua segurança financeira e sua dignidade.

Além disso, a associação ré coleciona centenas de processos judiciais em que é ré, sendo que a grande maioria se trata de **consumidores que alegam terem tido valores descontados indevidamente de seus benefícios do INSS.** Muitas são as sentenças procedentes para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as partes e determinar o pagamento de indenização pelos danos causados aos consumidores.

Não o bastante, imperial destacar que, conforme veiculado recentemente pelo Jornal Metrópoles, através de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União, ficou constatado que, quando confrontados com os documentos que supostamente comprovavam suas filiações, **os aposentados e pensionistas entrevistados pela auditoria negaram qualquer vínculo com as entidades indicadas, bem como não reconheceram as assinaturas constantes dos termos de filiação e autorização de descontos.**

Em relação a 20 das entidades investigadas, a auditoria revelou que 100% dos aposentados entrevistados afirmaram nunca terem se filiado a elas, sendo que uma dessas entidades é a ASABASP BRASIL.

A quantidade alarmante de reclamações e ações judiciais e o expressivo montante arrecadado em poucos meses reforçam a necessidade de **uma resposta firme e imediata das autoridades competentes**. Não se pode permitir que entidades como a ASABASP BRASIL **continuem a explorar a fragilidade de aposentados e pensionistas**, comprometendo sua segurança financeira e sua dignidade.

[111] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/associacao-de-suporte-assistencial-e-beneficente-para-aposentados-servidor/desconto-indevido-em-beneficio-previdenciario_BXCT50J9PIUgqQlS/. Acesso em 11//12/24.

A **proteção dos direitos dos segurados deve ser prioridade absoluta**, e práticas como as perpetradas pela ASABASP BRASIL não podem ser toleradas em um Estado que se compromete com a **justiça social e a defesa dos mais vulneráveis**. As irregularidades denunciadas devem ser exemplarmente punidas, garantindo que os segurados sejam reparados e protegidos contra novos abusos.

2.3.23 AAPEN (ABSP)

A **Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN)**, anteriormente denominada **Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP)**, carrega um histórico marcado por **irregularidades graves e práticas abusivas**, que têm causado prejuízos significativos a milhares de aposentados e pensionistas ao longo dos anos. Desde novembro de 2018, a entidade mantém **Acordos de Cooperação Técnica (ACT)** com o INSS, que permitem a realização de **descontos de mensalidades associativas diretamente nos benefícios previdenciários**, sob o pretexto de representar e beneficiar seus associados.

Quando ainda era conhecida como ABSP, a entidade foi alvo de **fiscalização pelo INSS entre 4 e 11 de novembro de 2019**, resultando na **rescisão do ACT em 10 de fevereiro de 2020**, após a constatação de **irregularidades graves**. Apesar disso, até dezembro de 2019, a ABSP já havia arrecadado **R$ 12.695.329,92** (doze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos), conforme dados do Portal da Transparência[112]. Esse montante expressivo foi obtido às custas de práticas que violaram os direitos dos segurados, evidenciando o impacto prejudicial de suas ações.

A rescisão do ACT em 2020 deveria ter sido um **marco para a cessação definitiva de práticas abusivas contra aposentados e pensionistas**. Contudo, **inexplicavelmente**, o INSS celebrou um **novo ACT com a AAPEN em março de 2023**, ignorando os alertas emitidos por suas próprias divisões técnicas. Tal decisão ocorreu mesmo após a entidade ter enfrentado dois **indeferimentos iniciais no processo de formalização do ACT**, conforme apontado no processo SEI 35014.530360/2022-81, em razão de alterações estatutárias que não haviam sido aprovadas. Apesar disso, a Divisão de Consignação em Benefícios (DCBEN), em um **segundo recurso apresentado pela entidade**, reverteu os indeferimentos e aprovou a formalização do novo ACT, que foi **publicado no Diário Oficial da União em 17 de março de 2023**.

[112] Anexo 6.

Desde então, **não houve monitoramento ou avaliação adequada por parte da gestão do INSS**, resultando na **reincidência das práticas irregulares** anteriormente constatadas. O processo SEI 35014.439990/2023-01, iniciado em 14 de novembro de 2023, destaca **reclamações, denúncias e ações judiciais** que apontam **indícios claros de conduta irregular por parte da AAPEN**, consolidando um padrão reiterado de abusos. A associação, inclusive, ocupa o **quarto lugar no número de solicitações de exclusão de descontos**, sendo que grande parte dos beneficiários **alega nunca ter emitido autorização válida para tais descontos**.

A celebração desse novo acordo, mesmo diante de **evidências claras e robustas de condutas ilícitas já perpetradas pela associação ré**, representa um **ato de descaso incomensurável com os direitos dos segurados do INSS**. Tal decisão evidencia não apenas a **negligência do órgão em proteger os aposentados e pensionistas**, mas também uma **omissão institucional** que perpetua práticas abusivas contra aqueles que mais necessitam de proteção.

Segundo apurado pela auditoria do INSS, até maio de 2024, a associação ré possuía **491.925 filiados**. Entre novembro de 2023 e novembro de 2024, de acordo com informações obtidas no Portal da Transparência[113], a **AAPEN conseguiu desviar mais de R$ 188.257.480,82 (cento e oitenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos).**

Esse valor, subtraído diretamente dos benefícios de segurados, representa não apenas uma afronta à **legalidade e à moralidade administrativa**, mas também um ataque direto à **dignidade e à subsistência de milhares de aposentados e pensionistas**. Isso porque o novo ACT e a mudança de nome da associação ré não mudou a realidade dos segurados. **Milhares de reclamações continuam a ser registradas contra a** AAPEN, que segue praticando **descontos indevidos** nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Embora a página da ABSP no Reclame Aqui registre apenas 789 reclamações, a página da AAPEN acumula **denúncias a cada hora**. Até o momento, há **3013 reclamações ativas**, quase todas apontando o mesmo abuso: **valores descontados indevidamente de benefícios previdenciários**, sem qualquer autorização ou vínculo efetivo com os segurados.

---

[113] Anexo 6.

Vejamos algumas das reclamações:

> AAPEN. São Paulo – SP. 05/12/2024 às 12:19. ID: 203768947. Está entidade descontou 77,86 do meu beneficio, por dois meses sem minha permissão solicito o ressarcimento dos valores descontados no total de 155,72 acrecido dos respectivos juros e em dobro como determina artigo 42 do CDC, imediatamente sobre pena de ajuizala em indenização por cobrança indevidas, danos morais e constragimento. Salientando que valor seria utilizado em cirurgia e, houve necessidade de pedir empréstimo para cobrir esse valor. **CONTRIBUIÇÃO INDEVIDA EM MINHA APOSENTADORIA**[114].
>
> AAPEN. Goiás – GO. 05/12/2024 às 10:33. ID: 203753977. Desde janeiro deste ano estão **descontando da minha aposentadoria** um valor referente de R$28,24 reais **sem a minha previa autorização.** Gostaria de pedir a exclusão desses descontos e meu reembolso.
>
> AAPEN. Maceió – AL. 04/12/2024 às 20:51. ID: 203715195. **Está empresa está descontando uma taxa de 70,ooreias sem que eu tenha adquirido nenhum Produto,na minha folha de pagamento**[115]**.**

Percebe-se pelo teor das reclamações que os aposentados e pensionistas vítimas dessa entidade **sequer sabem do que se trata o desconto**. Os consumidores, na maioria idosos e vulneráveis, **não sabiam que poderiam estar filiados e, consequentemente, nunca usufruíram dos supostos serviços oferecidos**.

Isso deixa evidente que **os descontos realizados são absolutamente injustificados e em vão**, pois não trouxeram qualquer benefício ou retorno aos segurados. **A relação pretendida nunca existiu.** Não houve consentimento, não houve benefício e não houve transparência. Houve apenas um **esquema coordenado de exploração**, que utilizou o sistema previdenciário como meio para arrecadações criminosas.

É absolutamente inaceitável que, mesmo após denúncias, investigações e uma rescisão anterior baseada em fraudes comprovadas, o INSS tenha optado por renovar um acordo com uma entidade já marcada por **abusos reiterados e irregularidades sistêmicas**. A manutenção dessa relação, apesar de todas as

---

[114] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/absp/desconto-indevido-inss_rysn-qWahqR3ocwIZ/

[115] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/absp/desconto-indevido__3RWVAw8gijvxFhr/>. Acesso em 11/12/24.

advertências técnicas e jurídicas, expõe a completa ausência de zelo pela proteção do patrimônio dos segurados e agrava a vulnerabilidade de quem já depende exclusivamente desses benefícios para sobreviver.

Não o bastante, AAPEN (ABSP) está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[116] para sua categoria, com um total de 11.458 processos em que figura no polo passivo. São milhares de processos judiciais individuais ajuizados em face da ré, bem como sentenças procedentes que declaram a inexistência de relação jurídica entre as partes e o ressarcimento pelos danos causados.

Não bastasse todo o cenário já exposto, **as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de **20 entidades investigadas**, foi constatado que **100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontra-se a **AAPEN (ABSP)** que figura como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.

A conduta da AAPEN, aliada à permissividade do INSS, **demonstra uma falha gravíssima do sistema**, que deveria ser orientado pela proteção dos direitos fundamentais e pelo resguardo do interesse público. A devolução dos valores indevidamente descontados é imperativa, assim como a **responsabilização integral dos envolvidos.**

2.3.24 UNABRASIL (UNSBRAS), AAB, ABAPEN, MASTERPREV, ASBRAPI, ABRASPREV, CENAP.ASA, AASPA, ANDDAP, AASAP

Embora as denúncias de irregularidades contra essas entidades tenham começado ainda em 2023, e as investigações conduzidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) tenham sido instauradas no mesmo período, todas as associações mencionadas nesse tópico compartilham um preocupante ponto em comum: mesmo diante de indícios robustos de fraude, práticas abusivas

[116] Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>. Acesso em 11/12/24.

e negligência na fiscalização por parte do INSS, os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) dessas 10 entidades foram firmados no ano de 2024.

O resultado dessa decisão, que desafia a lógica e ignora os alertas previamente feitos, é absolutamente alarmante. Juntas, essas entidades arrecadaram, **em menos de 10 meses,** o expressivo montante de **R$ 455.106.138,72** (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, cento e seis mil, cento e trinta e oito reais e setenta e dois centavos). Essa cifra exorbitante reflete não apenas **a magnitude das operações conduzidas por essas associações, mas também evidencia o impacto devastador de suas condutas sobre milhares de aposentados e pensionistas em todo o país.** Vejamos:

NOME DA ENTIDADE	INÍCIO DOS REPASSES	VALOR REPASSADO ATÉ NOVEMBRO DE 2024
UNABRASIL - UNSBRAS	fev/24	R$ 100.677.005,53
MASTER PREV	fev/24	R$ 146.809.833,15
ABAPEN	abr/24	R$ 63.543.751,13
ASBRAPI	abr/24	R$ 10.793.663,60
AAB	ago/24	R$ 18.242.704,82
ABRASPREV	ago/24	R$ 45.196.517,23
CENAP.ASA	ago/24	R$ 2.661.089,56
AASPA	ago/24	R$ 3.941.394,36
ANDDAP	ago/24	R$ 38.989.567,03

Fonte: Portal da Transparência[117].

Ainda que a relação dessas entidades com o INSS para fins de **descontos associativos seja recente**, ela já se encontra **manchada por graves indícios de fraude sistemática e irregularidades** perpetradas contra milhares de aposentados e pensionistas em todo o Brasil. Essas práticas não apenas violam a legislação, mas também configuram uma afronta direta à **dignidade de pessoas vulneráveis**, que dependem exclusivamente de seus benefícios previdenciários para sua subsistência.

Conforme apurado pela auditoria do INSS, foram identificadas irregularidades significativas em diversas associações. Contudo, a análise limitou-se às relações vigentes até maio de 2024. Isso significa que, em relação a **quatro dessas entidades**, cujos **Acordos de Cooperação Técnica (ACTs)** foram firmados

[117] Anexo 6.

provavelmente após o referido período, ainda **não se tem clareza sobre a quantidade exata de filiados ou o montante arrecadado** até aquele momento.

Segue abaixo o quadro resumo das informações relacionadas aos **valores recebidos por cada entidade**, **quantidade de supostos filiados**, **número de reclamações no Reclame Aqui** e **ações judiciais em seu desfavor:**

NOME DA ENTIDADE	INÍCIO DOS REPASSES	RECEBIDO ATÉ NOVEMBRO DE 2024	NÚMEROS DE FILIADOS	RECLAME AQUI	PROCESSOS JUDICIAIS	% POLO PASSIVO
UNABRASIL	fev/24	R$ 100.677.005,53	252.314	2561	1.996	75%
MASTER PREV	fev/24	R$ 146.809.833,15	301.972	1151	7.331	97%
ABAPEN	abr/24	R$ 63.543.751,13	290.175	438	268	99%
ASBRAPI	abr/24	R$ 10.793.663,60	40.523	1351	1.515	96%
AAB	ago/24	R$ 18.242.704,82	65.358	91	3.240	99%
ABRASPREV	ago/24	R$ 45.196.517,23	125.715	486	3.295	95%
CENAP.ASA	ago/24	R$ 2.661.089,56	SEM INFORMAÇÃO	3954	125	98%
AASPA	ago/24	R$ 3.941.394,36	SEM INFORMAÇÃO	214	63	69%
ANDDAP	ago/24	R$ 38.989.567,03	SEM INFORMAÇÃO	320	2.676	97%
AASAP	ago/24	R$ 24.250.612,31	SEM INFORMAÇÃO	457	2.138	78%
TOTAL:		R$ 455.106.138,72	823.743	11.023	24.018	

Fonte: Portal da Transparência, INSS, Reclame Aqui, Escavador, Justiça em Números (CNJ).

Os números já disponíveis são alarmantes e demonstram a **dimensão do problema**. Até o momento, as **10 entidades** acumulam, **juntas:**

- **R$ 455.106.138,72** arrecadados em um curto período de menos de 10 meses;
- **823.743 supostos filiados**, cujas autorizações para desconto em benefícios são questionadas em diversos casos;
- **11.023 reclamações formais** registradas no Reclame Aqui, em sua quase totalidade de relatos de descontos indevidos;
- **24.018 ações judiciais** movidas por segurados em todo o país, a maioria denunciando **descontos indevidos nos benefícios previdenciários**.

Em que pese **todas essas associações praticarem fraude generalizada e descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS**, chamamos atenção para **algumas das práticas perpetradas por elas**:

a) UNABRASIL (UNSBRAS)

Os repasses do INSS para a União Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNABRASIL - UNSBRAS) tiveram início em fevereiro de 2024 e, **em menos de um ano, até novembro de 2024, a associação já havia recebido o impressionante montante de R$ 100.677.005,53 (cem milhões, seiscentos e setenta e sete mil, cinco reais e cinquenta e três centavos), conforme dados do Portal da Transparência**. Esse volume expressivo de recursos arrecadados em um intervalo de tempo tão curto contrasta alarmantemente com o elevado número de reclamações e ações judiciais movidas contra a entidade, **evidenciando graves irregularidades em sua atuação.**

Os repasses à UNABRASIL são particularmente curiosos. Isso porque, **em apenas um mês** a entidade **passou** de receber **R$ 2.305.462,69 em fevereiro** para receber o **valor absurdo de R$ 7.410.847,41 em março,** o que quer dizer que a associação ré teria triplicado a quantidade de supostos associados em 30 dias.

Apesar do pouco tempo desde o início dos repasses, a UNABRASIL **já acumula 2.571 reclamações no site Reclame Aqui**, sendo que a quase totalidade dessas **denúncias relata a realização de descontos indevidos** diretamente nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas.

Vejamos um exemplo dessas reclamações:

> UNABRASIL. São Paulo – SP. **10/12/2024 às 12:57.** ID: 204222141. Verifiquei hoje meu extrato de orçamento do INSS e praminha surpresa **esta constando um desconto de R$77 desde 03.2024 no meu benefício sem eu nunca ter autorizado. Estou pagando sem nem saber do que setrata.** Quero o cancelamento e o reembolso.

Além disso, **a entidade enfrenta cerca de 5.900 processos judiciais, segundo o site Escavador**, nos **quais os segurados alegam a ausência de qualquer autorização para os descontos realizados.**

b) MASTERPREV

Os repasses do INSS para a Master Prev Clube de Benefícios tiveram início em fevereiro de 2024 e, **em menos de um ano, até novembro de 2024, a associação já havia recebido o impressionante montante de R$ R$ 146.809.833,15 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e trinta e**

três reais e quinze centavos). Esse volume expressivo de recursos arrecadados em um intervalo de tempo tão curto contrasta alarmantemente com o elevado número de reclamações e ações judiciais movidas contra a entidade, **evidenciando graves irregularidades em sua atuação.**

Cumpre destacar que a associação ré passou **de R$ 8.242.935,17** em fevereiro de 2024 para receber o **valor absurdo de R$ 16.598.909,62, em novembro de 2024.**

Os repasses volumosos contrastam diretamente com o número de reclamações e processos judiciais em desfavor da ré. Apesar do pouco tempo de relação com o INSS, a entidade **já possui 1151, reclamações no site Reclame Aqui**, sendo que a quase totalidade dessas denúncias relata a realização de **descontos indevidos diretamente nos benefícios previdenciários** de aposentados e pensionistas. Vejamos um exemplo dessas reclamações:

> **Master Prev**. São Paulo – SP. 09/12/2024 às 19:42. **ID:** 204148231. Estávamos organizando as contas da casa, quando observamos que **mensalmente (desde 04/24) está sendo descontado do INSS de minha mãe, R$ 77,86 relativo a uma contribuição à Master Prev. No entanto, a Master Prev NUNCA entrou em contato pra oferecer o tal benefício. Nem sabíamos do que se tratava. Descobri o que era a tal da Master Prev, aqui no reclame aqui.** Durante os meses que passaram, **em momento algum chegou um e-mail, uma carta, ou qualquer conteúdo falando ou explicado sobre o assunto. Ao que percebi pelo Reclame Aqui, descontam do benefício do INSS em silêncio total e depois dizem que "as filiações são feitas por prepostos"(?) e que os documentos chegaram através de um preposto?**
> **Como assim, gente? Quem autorizou isso? Como a pessoa tem um suposto benefício e não sabe que tem? Que absurdo!** Tenho todos os extratos do INSS para comprovar que o benefício não solicitado está sendo descontado a 9 meses! **Quero o cancelamento da Master Prev e o estorno de tudo o que foi descontado até então.** Aguardo contato pra resolução[118].

[118] Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/master-prev-clube-de-beneficios/beneficio-nao-solicitado-e-descontado-indevidamente_hW1bLI-7SNfmCneY/. Acesso em 11/12/24.

Não o bastante, a MASTERPREV está na lista dos maiores litigantes do Brasil (Justiça em Números – CNJ)[119] para sua categoria, com um total de 7.331 processos em que figura no polo passivo. São milhares de processos judiciais individuais ajuizados em face da ré, bem como sentenças procedentes que declaram a inexistência de relação jurídica entre as partes e o ressarcimento pelos danos causados.

c) ABAPEN, ABRASPREV, CENAP.ASA e AASPA

Ao analisarmos o histórico de repasses do INSS para a **essas entidades**, conforme os dados do Portal da Transparência, torna-se evidente um **padrão alarmante de irregularidades**, que reforça os indícios de práticas ilícitas perpetradas pela entidade.

A **ABAPEN**, nos meses de abril, maio, junho e julho de 2024, a associação recebeu repetidamente a **quantia de R$ 3.042.181,00**. Contudo, em **agosto do mesmo ano**, o montante repassado pelo INSS à entidade **saltou inexplicavelmente para R$ 27.602.884,24** — quase dez vezes o valor médio dos meses anteriores. No mês seguinte, setembro de 2024, os repasses caíram para **R$ 8.214.225,95**.

A **ABRASPREV**, em agosto de 2024, primeiro mês de repasses do INSS, recebeu absurdos **R$ 28.817.641,00. Contudo, em setembro do mesmo ano, o** o montante repassado pelo INSS à entidade **decaiu inexplicavelmente para R$ R$ 5.857.441,40, média que se manteve nos meses posteriores.**

A **CENAP.ASA** recebeu do INSS uma única vez, no mês de agosto de 2024, o valor de **R$ 2.661.089,56** e não há, no Portal da Transparência, informações sobre qualquer outro pagamento do órgão feito para a entidade**.** Em contrapartida, **a entidade já coleciona incríveis 3954 reclamações no site Reclame Aqui,** onde consumidores relatam sofrerem com os descontos indevidos em seus benefícios, praticados pela ré.

A **AASPA**, por sua vez, recebeu no mês de **agosto** de 2024, mês de início dos repasses, **singelos R$ 957,30**. No mês seguinte, em **setembro**, a entidade recebeu **R$ 9.569,94**, valor 10 vezes maior que o anterior. Já em **outubro**, a

[119] Disponível em: https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/. Acesso em 11/12/24.

associação recebeu inexplicáveis **R$ 2.138.555,68, ou seja, em 03 meses, a ré aumento em 223.460% o número de supostos associados.**

Essas variações abruptas e desproporcionais **não encontram justificativa lícita** e indicam **manipulações evidentes na quantidade de supostos filiados que diretamente proporcional aos valores recebidos mensalmente pelas rés**. Como é possível que uma entidade lícita registre tamanha flutuação no número de associados em apenas 30 dias? A resposta é simples: **é licitamente impossível**. Esses dados **escancaram um padrão sistemático de fraudes e irregularidades**, utilizado para **justificar descontos indevidos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas de todo o Brasil**.

Além disso, as reclamações contra essas associações também são frequentes no Reclame Aqui, onde **aposentados e pensionistas relatam terem descontos não autorizados em seus benefícios** por parte das entidades. Vejamos algumas dessas reclamações:

> **Associacao Brasileira Dos Aposentados e Pensionistas da Nacao.** Bragança – PA. 10/12/2024 às 22:33. ID: 204290369. **Desde abril de 2024 que está sendo descontado da minha conta 28,24 reais todo mês, como contribuição ABAPEN, que eu nem sei o que é e jamais aceitei contribuir com isso, eu exijo que seja cancelado e meu dinheiro seja ressarcido** ou irei procurar meus direitos, pois não assinei nenhum documento me associando e os valores retirados da minha conta já somam 225.00 reais[120].
>
> **Abrasprev Associacao Brasileira Dos Contribuintes do Regime Geral da Previdencia Social**. Lages – SC. 09/12/2024 às 15:17. **ID:** 204112923. Em junho constatei o desconto indevido de meus benefícios em abril, maio e junho, pedi cancelamento e restituição. Porém para minha surpresa em constatei que foram efetuadas mais descontos em julho, agosto e setembro. Solicitei a restituição em outubro e mais uma vez o cancelamento. Entretanto até agora não recebi o valor devido e a empresa apenas informa que fará mas não da prazo algum. Absurda a conduta.
>
> **CENAP ASA**. Governador Valadares – MG. 10/12/2024 às 13:57. **ID:** 204230379. Até hoje estou aguardando a devolução do meu dinheiro, essa empresa tirou da minha aposentadoria meu dinheiro e já

[120] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/associacao-brasileira-dos-aposentados-e-pensionistas-da-nacao/nao-me-associei-mas-estao-descontando-do-meu-salario_oFg_xQaNDifn5A1D/>. Acesso em 11/12/24.

> tem meses que ficaram de devolver e nada isso é desonestidade sou idosa doente e preciso do meu dinheiro eles estão enganando uma pessoa leiga como eu, quero meu dinheiro de volta.
>
> **AASPA - ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA SOCIAL A PENSIONISTAS E APOSENTADOS.** Tocantins – MG. 28/11/2024 às 09:26. ID: 203097587. Bom dia, gostaria de denunciar essa empresa que fez por **2(dois) meses uma cobrança INDEVIDA! Recebi meu benefício do INSS no dia 24/09, bem como 25/10 e para minha infelicidade apareceu uma cobrança de R$ 35,30 por mês, totalizando R$70,60 dessa empresa que desconheço.** Exijo o ressarcimento além do fim das cobranças. Caso contrário irei buscar meus direitos na justiça![121]

d) ASBRAPI, AAB, ANDDAP E AASAP

Com milhares de processos judiciais e reclamações contra si, essas quatro associações apresentam um padrão de operação que **não deixa dúvidas quanto à existência de irregularidades graves em sua conduta**. Vejamos algumas das reclamações em desfavor dessas associações:

> **ASBRAPI - Associação Brasileira dos aposentados, pensionista e idosos**. Rio de Janeiro – RJ. 08/12/2024 às 23:45. **ID:** 204040995. **Minha mãe é pensionista do INSS. Ela desde abril 2024 está sendo cobrada indevidamente de uma contribuição PREVABRAP que não foi autorizada. Isso é um absurdo, é amoral. Se aproveitam porque sabem que a maioria dos pensionista são idosos que não percebem os [Editado pelo Reclame Aqui] que estão sofrendo.** Peço que cancelem o desconto da contribuição do benefício dela, e o estorno dos valores cobrado de todos os meses em dobro[122].
>
> **ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS DO BRASIL - AAB**. Fortaleza – CE. 22/11/2024 às 18:17. **ID:** 202661231. Do nada essa bendita associação **começou a descontar indevidamente da minha conta o valor de R$ 39,90. Eu não assinei nada e nem sei pra que essa tal associação serve, só sei que pelo visto são um bando de desonestos.** Me

[121] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/aaspa-associacao-de-assistencia-social-a-pensionistas-e-aponsentados/cobranca-indevida-por-parte-da-empresa-associacao-de-assistencia-social-a-pensionistas-e-aposentados_cS_LA_rfNEaJ5Mdf/>. Acesso em 11/12/24.

[122] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/asbrapi-associacao-brasileira-dos-aposentados-pensionista-e-idosos/desconto-contribuicao-mensal-indevido_OxJNuOL-zFIjgpY3K/>. Acesso em 11/12/24.

> devolvam o dinheiro que estão [Editado pelo Reclame Aqui] do meu extrato[123].
>
> **andaap contribuição associativa**. Osasco – SP. 09/12/2024 às 10:49. **ID:** 204070447. Bom dia. **Informo que fui verificar meu extrato de pagamento do INSS no qual me deparei com um desconto indevido no valor de R$ 54,89 desde o mês 07/2024, informo que em nenhum momento solicitei essa "CONTRIBUIÇÃO ANDDAP 0800 202 0181. Solicito urgentemente o cancelamento e o ressarcimento. Tentei várias vezes o contato e infelizmente não consegui falar no numero informado pelo INSS.** Aguarde retorno o mais breve possível, caso contrario estarei tomando as devidas providências junto ao Procon e outros órgãos competentes[124].
>
> **Aasap - Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionistas**. Uruguaiana – RS. 11/12/2024 às 08:39. **ID:** 204307879. **Percebi uns descontos na minha folha de pagamento junto ao INSS deu um serviço do qual eu não tenho conhecimento e nunca contratei e está sendo descontado da minha folha de pagamento da empresa acima citada aasap se trata de uma associação do qual eu desconheço este desconto já mantive contato com a empresa para retirar esse valor do meu benefício** e exijo o valor do desconto em dobro seguido seguido de uma gratificação pelo transtorno a mim causado sem mais a declarar Espero que a empresa se manifeste e resolva a situação da melhor forma possível[125]

Isso posto, a análise dos fatos e dados apresentados revela um **cenário devastador de irregularidades e práticas ilícitas** perpetradas pelas associações investigadas. **Em menos de 10 meses**, essas entidades arrecadaram a **impressionante quantia de R$ 455.106.138,72**, utilizando-se de **descontos criminosos em benefícios previdenciários** de aposentados e pensionistas.

Os relatos de descontos sem autorização, evidenciados **pelas mais de 11.023 reclamações no Reclame Aqui** e **24.018 ações judiciais**, escancaram a **exploração sistemática e predatória de aposentados e pensionistas**. Em sua

---

[123] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/associacao-dos-aposentados-do-brasil-aab/desconto-indevido_Wh2WQPGPBfIhIfBG/>. Acesso em 11/12/24.
[124] Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/andaap-contribuicao-associativa/desconto-sem-minha-autorizacao_V25ttRqnUnvA6EuB/>. Acesso em 11/12/24.
[125] Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/chronos-clube/descontos-indevido-na-folha-de-pagamento-junto-ao-inss_KgWGAETLDofUVFMU/>. Acesso em 11/12/24.

maioria, os segurados sequer sabem o que são essas associações, muito menos os "serviços" que alegam oferecer.

Os serviços alegados por essas associações jamais foram utilizados pelos supostos filiados. Na realidade, esses "serviços" nunca tiveram a intenção de beneficiar os aposentados ou pensionistas, mas sim de simular um cenário e viabilizar um esquema criminoso de arrecadação, que subtrai valores de pessoas vulneráveis sem qualquer consentimento legítimo. O número expressivo de reclamações e ações judiciais demonstra que essas entidades atuam de maneira coordenada para lesar milhares de segurados, utilizando-se de fraudes para justificar os descontos.

Ainda mais alarmante é a **variação inexplicável nos valores repassados às entidades**, indicando um **crescimento artificial e fraudulento do número de filiados**. Como exemplificado, entidades como a **ABAPEN** e a **UNABRASIL** apresentaram saltos exorbitantes em seus repasses, refletindo um **padrão sistemático de manipulação**, sem qualquer base lícita ou justificativa plausível. Tais práticas **não apenas desrespeitam a legalidade**, mas também representam uma **afronta à dignidade humana**, explorando pessoas que dependem exclusivamente de seus benefícios para sobreviver.

Diante de tal comportamento, a **entidade** deixa a **nítida impressão de que** adquire listas (por meios desconhecidos) com dados de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, que são então utilizadas para **fabricar adesões fictícias e autorizações fraudulentas**, **sem que as pessoas tenham qualquer contato prévio ou conhecimento sobre a associação.** Em muitos casos, os relatos e as provas disponíveis atestam, ainda, o uso de documentos e assinaturas falsificadas para legitimar essas supostas filiações.

Com base nessas listas manipuladas, **a associação apresenta ao INSS informações enganosas**, alegando que os beneficiários são associados legítimos, quando, na verdade, jamais houve consentimento, autorização expressa ou vínculo associativo regular. Essa conduta abusiva é agravada pela falha na fiscalização por parte do **INSS, que, incapaz de verificar a veracidade das alegações e dos documentos apresentados, acaba realizando os descontos nos benefícios previdenciários e repassando os valores à entidade.**

Não bastasse todo o cenário já exposto, as conclusões da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU)**, conforme divulgado pelo Jornal Metrópoles, trazem à tona dados ainda mais preocupantes. No caso de** 20 entidades investigadas**, foi constatado que** 100% dos aposentados entrevistados declararam nunca terem se filiado a essas associações**. Entre essas entidades, encontram-se a UNABRASIL (UNSBRAS), ABAPEN, ABRASPREV, ASBRAPI que figuram como uma das principais envolvidas no esquema de fraudes.**

Diante de tantas **irregularidades e ilicitudes**, é possível concluir que as adesões associativas foram feitas **em massa e de forma completamente criminosa**. Esse **esquema de exploração financeira** reflete o absurdo que estamos vivendo no Brasil: um sistema previdenciário que deveria proteger os mais vulneráveis está sendo utilizado como instrumento para **práticas predatórias e ilícitas**, com **conivência ou negligência das autoridades responsáveis**.

3. PRELIMINARES

3.1. DA LEGITIMIDADE *AD CAUSAM* DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DOS CLIENTES E CONSUMIDORES DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E BANCÁRIAS:

A Associação Brasileira de Defesa dos Clientes e Consumidores de Operações Financeiras e Bancárias (ABRADEB) detém legitimidade ativa *ad causam* para a instauração da presente ação, conforme os preceitos legais do **artigo 82, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor** e do **artigo 5º, inciso V, da Lei nº 7.347/85**, que regem a atuação das associações civis na defesa de interesses difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos.

Quando da criação, no capítulo II, do título I do Código de Defesa do Consumidor, da "Política Nacional de Relações de Consumo", ficou nítida a intenção do legislador em promover uma maior autonomia às associações civis na gestão da coisa pública. Estas entidades, na bem da verdade, são vistas pelo CDC como elemento vital para a ampliação do acesso à justiça, promovendo uma gestão participativa dos interesses sociais entre os grupos civis e o plano estatal, tendo por objetivo, nos termos da própria Lei:

> "[...]o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses

> econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo [...]"[126]

O diploma legal declinou a estes grupos a finalidade de defesa do consumidor face aos seus direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, objetivando propiciar a efetiva tutela social e ampliar o amparo estatal das carências sociais.

A Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.345/1985), da mesma forma, conheceu e concedeu legitimidade ativa às associações civis no ajuizamento de ações coletivas, revestindo as entidades de uma *legitimidade extraordinária* quando do impulso das demandas transindividuais, autorizando-as a, em nome próprio, atuar na tutela de direito alheio.

Para a operação da legitimidade extraordinária, a Lei da Ação Civil Pública estipulou critérios específicos que capacitam as associações civis para a atuação na defesa de interesses coletivos. Tais critérios encontram guarida no **artigo 5º**, **inciso V**, alíneas ***"a"*** e ***"b"*** da **Lei 7.347/85**, quais sejam: **a)** que esteja a associação constituída há pelo menos 01 (um) ano; e **b)** que inclua nas suas finalidades institucionais a defesa de interesses difusos e coletivos de seus associados[127].

Neste sentido, conforme se denota do **Estatuto Social** e alterações (em anexo), a ABRADEB foi formalmente estabelecida em **01 de dezembro de 2023**, perante o Oficial do 1º Protesto, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Goiânia/GO. Decorrido o interstício de um ano quando do ajuizamento da presente ação, preenchido está o requisito de antiguidade mínima exigido.

A ABRADEB igualmente satisfaz o requisito de pertinência temática, uma vez que expressa categoricamente entre as suas finalidades institucionais o compromisso com a defesa dos direitos de seus associados enquanto consumidores de produtos e serviços bancários ou beneficiários do Instituto da Seguridade Social, perfazendo relação com as matérias descritas nos incisos II e IV do artigo 1º da Lei Federal nº 7.347/85, conforme se depreende da **Cláusula Terceira do Estatuto Social** (em anexo):

---

[126] Artigo 4º da Lei nº 8.078/90.

[127] Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:
V - a associação que, concomitantemente:
a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

> I - **Zelar pelo cumprimento** e acessibilidade das garantias e direitos fundamentais, previstos constitucionalmente, a todos os cidadãos, especificamente no que se refere à defesa no âmbito das operações financeiras e bancárias que os violem, **incluindo funcionários públicos e pensionistas do INSS**;
>
> II - **Intervir judicial ou extrajudicialmente em caso de ilícito** de ordem moral ou patrimonial sistematicamente perpetrado, a nível regional ou nacional, na órbita individual ou coletiva, no que se refere às operações financeiras e/ou bancárias, com especial atenção às práticas abusivas dirigidas a funcionários públicos e beneficiários do INSS;
>
> III - Promover ações afirmativas de respeito aos direitos dos consumidores, funcionários públicos e pensionistas do INSS no âmbito financeiro e bancário, de maneira preventiva ou de assistência aos ofendidos desta forma;
>
> IV - Promover ações afirmativas de educação dos consumidores, funcionários públicos, beneficiários e pensionistas do INSS no âmbito financeiro e bancário acerca de propagandas enganosas, de ilícitos e de abusividades cometidas pelas instituições financeiras.

Conforme entendimento do **Superior Tribunal de Justiça**, a pertinência temática, que confere legitimidade às ações coletivas, é a harmonização *entre as finalidades institucionais dos legitimados e o objeto a ser tutelado na ação civil pública*[128], significando dizer que:

> "[...] 5. A pertinência temática exigida pela legislação, para a configuração da legitimidade em ações coletivas, consiste no nexo material entre os fins institucionais do demandante e a tutela pretendida naquela ação. É o vínculo de afinidade temática entre o legitimado e o objeto litigioso, a harmonização entre as finalidades institucionais dos legitimados e o objeto a ser tutelado na ação civil pública.
>
> 6. Entretanto, não é preciso que uma associação civil seja constituída para defender em juízo especificamente aquele exato interesse controvertido na hipótese concreta.
>
> 7. O **juízo de verificação da pertinência temática** há de ser responsavelmente **flexível** e **amplo**, em contemplação ao princípio

[128] REsp n. 1.357.618/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 26/9/2017, DJe de 24/11/2017.

> constitucional do acesso à justiça, mormente a considerar-se a máxima efetividade dos direitos fundamentais. [...]".

Não obstante ao alinhamento temático, a Associação que conta, atualmente, com centenas de associados espalhados pelo Brasil, atua na condição de substituta legal de consumidores prejudicados por práticas indevidas em operações bancárias. Este papel – de substituto processual – fortalece a proteção dos direitos dos indivíduos lesados por ações sistêmicas de instituições financeiras que, de forma recorrente, sujeitam os direitos de seus consumidores às próprias preferências.

A representatividade da ABRADEB como representante dos interesses coletivos e individuais homogêneos, mostra-se, pois, operada, adequada e, acima de tudo, incontestável.

Ao reconhecer a "adequada representatividade" à Associação demandante na promoção da ação civil pública, promovendo não apenas a concretização, mas a expansão do princípio constitucional de acesso à justiça[129], estar-se-á reforçado eficácia ao Microssistema de Tutela Coletiva, cuja finalidade é salvaguardar o interesse público primário por meio de uma ampla efetivação dos direitos fundamentais.

De fato, a ação civil pública desempenha um papel crucial ao conferir dimensão coletiva às questões sociais, ampliando os debates, estabelecendo direitos e defendendo a coletividade em favor do interesse público. Este conceito é corroborado na obra de Jacson Rafael Campomizzi[130], onde é destacada a importância da ação civil pública como instrumento de tutela dos direitos coletivos:

> Todos os direitos fundamentais podem ser definidos como direitos coletivos quando para sua consecução o processo coletivo for seu paradigma. O processo coletivo tangencia os direitos, dando-lhes uma função social. Ou seja, a ação coletiva baliza os direitos para dar-lhes a amplitude coletiva exigida pela presença de interesse social. Assim, os direitos individuais classicamente considerados, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à integridade corporal, etc., quando titularizados por uma cadeia determinada ou abstrata de pessoas associadas por vínculos fáticos que surgem de lesões ou possibilidades

---

[129] Artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.
[130] CAMPOMIZZI, Jacson Rafael. Direito processual coletivo como garantia de emancipação de grupos sociais postergados. Belo Horizonte: D'Placido, 2019, p. 45/46.

> de lesões disseminadas naquela comunidade, podem ser considerados direitos coletivos.

De fato, em se tratando de danos em massa, como o apresentado nesta Ação Civil Pública, em que diversos e/ou, ainda, indeterminados foram os mutuários lesados pelas irregulares notificações perpetradas pela requerida, ocasionando dano equivalente à perda da própria residência, seria impraticável ou, ao menos, excessivamente onerosa a interposição de diversas demandas individuais visando a discussão dessa mesma questão. As associações desempenham, nesse ponto, um papel crucial na efetivação dos princípios de eficiência e celeridade processual que orientam o sistema jurídico nacional, propiciando uma tutela ainda mais ampla aos consumidores em juízo, respeitada a sua natural vulnerabilidade.

Considerando, pois, a atuação persistente e contínua da ABRADEB na tutela dos direitos e interesses de seus associados, digna é de, atuando como adequada substituta processual, promover a presente Ação Civil Pública na defesa dos lesados pelas condutas da Requerida na execução dos financiamentos habitacionais, no ínterim de 12 de julho de 2017 até o presente momento, tendo por objeto o cumprimento de obrigação de fazer e a condenação em dinheiro, conforme artigo 3º da Lei Federal 7.347/85.

3.2. DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

É cediço que, existindo na causa interesse de autarquia federal, como o INSS, a competência será da Justiça Federal, em consonância com o que determina o **art. 109, I, da Constituição Federal**, *in verbis*:

> Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:
>
> I – as causas em que a União, entidade autárquica ou **empresa pública federal** forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

Dessa forma, a competência atribuída aos juízes federais é definida objetivamente, focada nas partes envolvidas no processo (competência ratione personae).

Adicionalmente, o Código de Defesa do Consumidor, em seu **art. 93**, delineia a competência para causas de danos, ressalvando a da Justiça Federal, sendo ela local onde ocorreu ou deverá ocorrer o dano para casos de âmbito local, e nas capitais dos Estados ou no Distrito Federal para danos de escopo nacional ou regional:

> Art. 93. **Ressalvada a competência da Justiça Federal**, é competente para a causa a justiça local:
>
> I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;
>
> II - **no foro da Capital do Estado** ou no do Distrito Federal, para os **danos de âmbito nacional** ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.

Especificamente, o inciso II do mesmo artigo estabelece que, em danos de âmbito nacional, a competência é concorrente entre as capitais estaduais e o Distrito Federal. Tal interpretação foi **reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 1.101.937/SP,** que trata da **competência em ações civis públicas de efeitos nacionais ou regionais**, consolidando o entendimento dado ao Tema 1.075: "em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o artigo 93, inciso II, da Lei 8.078/1990".

O julgado deve ser compreendido no sentido de que, sendo o dano de âmbito nacional, estendendo-se por duas ou mais comarcas, a competência é **concorrente** entre as capitais e o Distrito Federal. Esse, inclusive, foi o entendimento exposto no julgamento de Ação Civil Pública pela 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT)[131].

No caso concreto, há a particularidade de já existir uma Ação Civil Pública, com número 5009610-04.2024.4.02.5001, proposta pelo Ministério Público

---

[131] "*A correta interpretação do inciso II do art. 93 do CDC é aquela que fixa a competência no foro da capital do Estado ou no Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, sem designar a este último um caráter extraordinário de jurisdição federal. Isto porque o foro do DF é equiparado ao foro da capital do Estado, não se podendo atribuir à Justiça do DF, uma jurisdição de âmbito nacional, em danos ocorridos em outras unidades da Federação, eis que a finalidade das leis processuais é a de facilitar o acesso à Justiça, não sendo lógico obrigar àqueles que tiverem seus direitos violados a promover ação exclusivamente na Capital Federal, quando a lei determina que tal se dê nas capitais dos Estados. O entendimento minoritário foi no sentido de que a competência para o julgamento da ação civil pública em casos tais é concorrente entre o DF e as capitais dos Estados envolvidos.*" - ACP nº 20020150004563, Rel. Designado Des. DÁCIO VIEIRA, 5ª Turma Cível, Data do Julgamento 19/05/2003.

Federal nesta seção judiciária, que ainda está pendente de julgamento e apresenta identidade com uma das partes e com a causa de pedir. No entanto, a presente ação possui uma abrangência maior tanto em relação aos pedidos quanto ao polo passivo, incluindo, além do INSS, a DATAPREV e as demais entidades aqui mencionadas.

Portanto, considerando a distribuição da ação anterior, o artigo 59[132] do CPC estabelece a prevenção deste juízo para julgar a demanda em questão.

Portanto, considerando: a competência absoluta da Justiça Federal; a competência da concorrente entre as capitais dos Estados Federação e o Distrito Federal para danos de âmbito nacional; e a prevenção do juízo, temos por obrigatória e legítima a competência do juízo da **4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Vitória**, capital do estado do Espírito Santo, para processar e julgar a presente Ação Civil Pública, ante o interesse federal agregado e a extensão nacional dos danos repercutidos.

3.2.1 DA CONTINÊNCIA

Como anteriormente mencionado, uma Ação Civil Pública já foi ajuizada pelo Ministério Público Federal nesta seção judiciária, registrada sob o número 5009610-04.2024.4.02.5001, e atualmente está pendente de julgamento. Essa ação **compartilha *uma* das partes e *parte* da causa de pedir** com a presente demanda.

No entanto, é fundamental destacar que a presente Ação Civil Pública **excede significativamente em escopo e profundidade a ação anteriormente protocolada.** Enquanto a ação preexistente é direcionada exclusivamente contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a atual demanda **amplia o polo passivo** para incluir não apenas o INSS, mas também a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e as outras entidades aqui mencionadas, todas legítimas para integrarem a presente lide.

---

[132] CPC/2015. **Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.**

Além disso, os pedidos formulados nesta ação são mais extensos e abrangentes, cobrindo um espectro mais amplo de questões e reivindicações que transcendem os limites dos pedidos na ação já ajuizada.

Portanto, embora exista uma interseção parcial no que tange à parte e à causa de pedir, a ação ora submetida difere substancialmente em termos de réus envolvidos e da amplitude dos pedidos. Essa distinção é crucial para estabelecer que não se configura uma litispendência, **mas sim uma situação de continência entre as duas ações.**

Ademais, imperial destacar que a presente ação abrange uma maioria categoria de direitos. Isso porque, enquanto a ação já ajuizada visa tutelar tão somente os direitos individuais homogêneos, mais especificamente, os danos materiais individuais, a presente ação visa a tutela do direito coletivo *stricto senso*, direito difuso e dos direitos individuais homogêneos.

Pedimos vênia para mencionar, de antemão, os valores pretendidos nesta ação para cada uma das categorias acima mencionadas: **a) Direitos individuais homogêneos:** danos materiais individuais a nível coletivo no valor de **R$15.862.067.742,41** (quinze bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos) e danos morais individuais a nível coletivo no valor de R$ **R$76.625.640.000,00** (setenta e seis bilhões, seiscentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil reais). **b) Direito coletivo *stricto senso*:** dano moral coletivo no valor de **R$2.427.696.753,80** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos)**; c) Direito difuso:** dano social no valor de **R$17.400.000.000,00** (dezessete bilhões e quatrocentos milhões de reais). Tais **categorias de direito**, aqui **pleiteadas**, **não o são na ação apensa proposta pelo MPF**, tornando-a, assim, inequivocamente mais ampla.

No que se refere ao conceito de **continência**, o Código de Processo Civil descreve que estará configurada "*a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais*"[133].

[133] Art. 56 do CPC: Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

Essa disposição legal tem como objetivo **evitar a prolação de decisões conflitantes** e **promover a economia processual** ao possibilitar que **questões intrinsecamente relacionadas sejam resolvidas em um único processo.**

Sendo assim, feitas tais considerações e analisando o caso atual, é possível **identificar claramente uma situação de continência entre a presente Ação Civil Pública e a ação anteriormente ajuizada pelo Ministério Público Federal**, registrada sob o número 5009610-04.2024.4.02.5001.

Em virtude de a presente ação englobar todos os pedidos e partes da ação anterior e ainda adicionar outros, **ela se configura como a ação continente**. A ação previamente ajuizada, em contrapartida, **se posiciona como a ação contida**, pois veicula **apenas uma parcela dos aspectos jurídicos e das reivindicações** tratadas na ação mais abrangente. Essa relação de continência não implica dependência de questões distintas, mas sim uma intersecção e ampliação dos pedidos e partes envolvidas, **preservando a identidade parcial em termos de causa de pedir.**

De acordo com a sistemática processual estabelecida pelo Código de Processo Civil de 2015, a gestão adequada das ações que apresentam continência é crucial para garantir a eficiência e a uniformidade das decisões judiciais. O artigo 57 do CPC dispõe que, no caso de continência, se a ação mais ampla (ação continente) tiver sido proposta antes da ação mais restrita (ação contida), esta última deverá ser resolvida sem julgamento do mérito. Caso a ação contida tenha sido ajuizada primeiro, **as duas ações devem ser necessariamente reunidas para julgamento conjunto.**

Adicionalmente, o artigo 286, inciso I, do CPC/2015, estabelece que **ações interligadas por conexão ou continência devem ser distribuídas por dependência,** com o objetivo de evitar julgamentos contraditórios e de fomentar a economia processual. **Essa disposição assegura que tais ações sejam processadas e julgadas pelo mesmo juízo, promovendo a coesão na aplicação do direito.**

Para complementar essa normativa, o artigo 58 do CPC/2015 prevê que a reunião das ações propostas em separado ocorra no juízo prevento, local onde serão decididas simultaneamente. Este dispositivo visa consolidar o tratamento das demandas inter-relacionadas sob a égide de um único juízo, que será responsável por proferir as decisões, garantindo assim a coerência e a integridade do processo.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça manifesta-se no sentido de que *"a conexão ou a continência, por decorrência da identidade da causa de pedir ou pedido, torna conveniente o julgamento conjunto, não só por medida de economia processual,* ***mas também para evitar a possibilidade de prolação de decisões contraditórias, que trariam desprestígio à Justiça***"[134].

Ademais, em se tratando de Ação Civil Pública, da mesma forma já se consolidou a jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça e dos tribunais estaduais[135]:

> PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AMBIENTAIS EM TRÂMITE NA JUSTIÇA FEDERAL E NA JUSTIÇA ESTADUAL. *CONTINÊNCIA VERIFICADA. REUNIÃO DOS PROCESSOS. SÚMULA N. 489/STJ. 1**. O STJ, em sede de conflito de competência, pode reconhecer a ocorrência de conexão ou continência e determinar a reunião dos processos.** Precedentes: CC 78.058/RJ, Relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 1/2/2011; CC 123.324/AM, Relatora Desembargadora convocada Marilza Maynard Terceira Seção, DJe 27/5/2013; e AgRg no CC 112.956/MS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe 2/5/2012. 2. Ambos os feitos foram ajuizados pelo Ministério Público em desfavor da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, tendo como causa de pedir a degradação do meio ambiente imposta pela Ré no âmbito do Condomínio Volta Grande **IV. Sucede que o objeto da ação civil pública que tramita na Justiça Federal é mais amplo,** na medida em que também objetiva impedir que o Rio Paraíba do Sul seja

---

[134] AgInt no AREsp 479.470/SP, Rel. p/ acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe de 27/09/2017.

[135] Da mesma forma já decidiu o Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CIVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – SENTENÇA EXTINTIVA EM RAZÃO DE LITISPENDÊNCIA – ARGUIÇÃO DE CONTINÊNCIA – REQUISITOS NECESSÁRIOS COMPROVADOS NOS AUTOS – NECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL – RECURSO PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA. 1. Verifica-se a litispendência quando se repete ação que está em curso (art. 337, § 3º, do CPC). 2. **Por outro lado, caso seja verificada identidade quanto às partes e à causa de pedir, com o pedido de uma das ações mais amplo, a abranger o das demais, configura-se o instituto da continência, causa de modificação da competência (art. 56 do CPC).** 3. **Conforme a Súmula 489 do Superior Tribunal de Justiça, "reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual".** 4. **[...] (TJ-MT** 00002412820188110109 MT, Relator: AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Data de Julgamento: 26/04/2022, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: **05/05/2022).**

> poluído em decorrência do aterro irregular mantido pela CSN. **Destarte, verifica-se a ocorrência de continência entre os feitos em referência**, conforme preceitua o art. 104 do CPC/1973. 3. **É mister determinar que os autos da ação civil pública em trâmite na Justiça estadual (processo n. 0023334-40.2012.8.190066) sejam remetidos ao Juízo Federal da Segunda Vara da Subseção Judiciária de Volta Redonda/RJ, que passa a ser o competente para processar e julgar os dois processos em testilha, conforme a exegese da Súmula n. 489/STJ**. 4. Conflito positivo de competência conhecido, **com o fim de que sejam reunidas,** na Justiça Federal, as duas ações civis públicas ambientais. **(STJ** - CC: 137896 RJ 2014/0342262-1, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 28/06/2017, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: **DJe 09/08/2017)**

Este procedimento não somente respeita os princípios de economia processual e evita decisões contraditórias, como também está alinhado com as disposições legais do CPC, garantindo uma resolução judicial eficaz e integrada dos litígios relacionados.

Ademais, considerando o estado mais avançado da ação contida, por ordem lógica, deverá ser a ação contida suspensa, **nos termos do art. 313, V, a do CPC[136].**

No contexto do caso em análise, onde já existe uma ação ajuizada contra o INSS e uma segunda ação mais abrangente incluindo o INSS, a DATAPREV e outras entidades, além de maior abrangência dos pedidos, **a reunião das ações se faz necessária.** Dado que a ação presente ação é mais ampla e abrange e estende os pedidos da ação inicialmente ajuizada deve ser declarada como ação continente pelo juízo prevento, neste caso, a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Vitória, que **deve reunir e decidir ambas as ações simultaneamente,** de modo que, devido ao estado mais avançado da causa, **a ação contida deverá ser suspensa**, o que desde já se requer.

---

[136] **CPC/2015: Art. 313. Suspende-se o processo: [...] V - quando a sentença de mérito: a) depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente;**

3.3. DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E SUA PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA COMO FISCAL DA LEI:

Da leitura do §1º do art. 5º da Lei 7.347/85[137], se extrai que a participação do Ministério Público nas ações civis públicas não se restringe somente às ações por ele iniciadas, visto que "sempre que o Ministério Público não for autor, figurará na ação coletiva como fiscal da ordem jurídica, o que garante, de uma forma ou de outra, sua obrigatória participação" [138].

Esta atribuição decorre da própria natureza jurídica do *Parquet* que, no embalo da prescrição constitucional, é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe intervir como *custos legis* nas hipóteses legais e nos processos que envolvam interesses públicos ou sociais, como no caso presente.

A presença do órgão do Ministério Público nessa esfera é fundamentada pelo próprio interesse público que se busca tutelar na ação coletiva, alinhando-se à missão constitucional que lhe é reservada de "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"[139].

Para além da base legal e doutrinária, o Ministério Público se destaca como verdadeira ouvidoria da sociedade brasileira, sendo um órgão vital para a salvaguarda de uma ampla gama de direitos sociais, especialmente no que concerne a interesses coletivos em sentido amplo.

Ademais, considerando que a demanda em questão envolve autarquia federal como parte interessada, a competência para o processamento e julgamento recai sobre a Justiça Federal.

Com base nesse entendimento e seguindo as diretrizes da legislação consumerista[140], impõe-se a **intimação** do Ministério Público Federal, na pessoa de seu representante, para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da lei.

---

[137] Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:
§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, **atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.**

[138] NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de processo coletivo – volume único. 6ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023, p. 288.

[139] Artigo 127, caput, da Constituição Federal.

[140] "*O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam*" - Artigo 178 do Código de Defesa do Consumidor.

4. DO MÉRITO

A possibilidade de implementação de descontos nas prestações de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), especificamente voltada para contribuições mensais destinadas a entidades representativas de aposentados e pensionistas legalmente reconhecidas, encontra respaldo no **inciso V do artigo 115 da Lei nº 8.213/1991**, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social[141].

Tais **descontos associativos**, que são deduzidos diretamente da folha de pagamento dos beneficiários do INSS, destinam-se ao financiamento de associações e sindicatos que representam aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, sendo a sua materialidade condicionada à **expressa autorização** dos beneficiários, conforme preceitua o inciso V do artigo 154 do Regulamento da Previdência Social, ratificado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Este regulamento, alterado pelo Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020, e pelo Decreto nº 10.537, de 2020, introduziu alterações significativas no que tange aos procedimentos e requisitos necessários para a efetivação dos descontos associativos, detalhando, dentre suas inovações, o seguinte:

> Art. 154. O Instituto Nacional do Seguro Social pode descontar da renda mensal do benefício: (...)
>
> V - **mensalidades de associações** e de demais entidades de aposentados ou pensionistas legalmente reconhecidas, constituídas e em funcionamento, **desde que autorizadas por seus filiados**, observado o disposto nos § 1º ao § 1º-I;
>
> §1º O INSS estabelecerá requisitos adicionais para a efetivação dos descontos de que trata este artigo, observados critérios de **conveniência administrativa, segurança das operações, interesse dos beneficiários e interesse público.**
>
> §1º-A Os benefícios previdenciários, uma vez concedidos, permanecerão bloqueados para os descontos previstos no inciso V do caput e somente serão desbloqueados por meio de **autorização prévia,**

[141] "*Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios: [...] V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.*" – Lei n.º 8.213/91.

pessoal e específica por parte do beneficiário, conforme critérios e requisitos a serem definidos em ato do INSS.

§ 1º-B A autorização do segurado prevista no § 1º-A deverá, sob pena de os descontos serem excluídos automaticamente, ser revalidada a cada três anos, a partir de 31 de dezembro de 2021, segundo critérios e requisitos a serem definidos em ato do INSS.

§ 1º-C A autorização do segurado de que trata o inciso V do caput poderá ser revogada, a qualquer tempo, pelo próprio beneficiário.

§ 1º-D Considera-se associação ou entidade de aposentados ou pensionistas aquela formada por: (Redação dada pelo Decreto nº 10.537, de 2020) I - aposentados ou pensionistas, com objetivos inerentes a essas categorias; ou (Redação dada pelo Decreto nº 10.537, de 2020) II - pessoas de categoria profissional específica, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha dentre os seus objetivos a representação de aposentados ou pensionistas.

§ 1º-E Considera-se mensalidade de associações e de demais entidades de aposentados ou pensionistas a **contribuição associativa**, devida exclusivamente em razão da condição de associado, em decorrência de previsão estatutária ou definição pelas assembleias gerais, a qual não admite descontos de taxas extras, contribuições especiais, retribuição por serviços ou pacotes de serviços específicos, prêmios de seguros, empréstimos nem qualquer outro tipo de desconto, sujeita ao limite máximo de desconto estabelecido em ato do Presidente do INSS.

§ 1º-F **O INSS avaliará periodicamente** a quantidade de **reclamações** de beneficiários, **ações judiciais**, **processos de órgãos de controle e impacto** em sua rede de atendimento, dentre outros elementos relacionados ao acordo de cooperação técnica celebrado, para fins do disposto no inciso V do caput, **e poderá rescindir o referido acordo unilateralmente, a depender da quantidade de irregularidades identificadas.**

§ 1º-G Para fins de repasse do desconto efetuado pelo INSS, as entidades referidas no inciso V do caput deverão estar em situação regular perante as Fazendas nacional, estadual, distrital e municipal, a previdência social, FGTS, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin.

> § 1º-I **O INSS deverá ser ressarcido das despesas realizadas** em função da implementação e do controle do acordo de cooperação técnica de que trata o § 1º-F pela instituição que o celebrar.

Examina-se que o **Decreto nº 10.410**, de 2020, ao modificar o Regulamento da Previdência Social, introduziu **inovações que reforçam a *necessidade* de conformidade** das operações de consignação em folha de pagamento com os **requisitos** previstos na Lei n.º 8.213, de 1991, em especial o art. 115, que autoriza o desconto de mensalidades referentes a associações e entidades de aposentados legalmente reconhecidas. Contudo, explicita um adendo: para que esses descontos sejam lícitos, é imprescindível que a entidade beneficiária seja devidamente **registrada** e que haja **autorização expressa do filiado** para tanto.

É dizer, as associações que desejam receber esses valores devem seguir rigorosos protocolos de transparência e legalidade, assegurando que o benefício do filiado seja respeitado.

O Decreto n.º 3.048, por sua vez, ao regulamentar o art. 115, §6º da Lei nº 8.213, aprimora os requisitos legais, reservando ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a competência para **estabelecer normas complementares** e **requisitos adicionais** para a efetivação dessas deduções.

Essa competência foi exercida com a publicação da **Instrução Normativa nº 77**, de 21 de janeiro de 2015, pela Autarquia Previdenciária, que consolidou os critérios e procedimentos necessários para a correta aplicação da norma, estabelecendo que o desconto em benefícios previdenciários, referente a mensalidades associativas, somente seria viável mediante a formalização de um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)** entre o INSS e a entidade associativa correspondente, servindo como um instrumento jurídico **vinculante** que define os termos desta relação, em conformidade com as exigências legais.

O **Acordo de Cooperação Técnica** - e seu respectivo **plano de trabalho** – é o instrumento que rege a relação entre o INSS e as Entidades Associativas. Trata-se de um contrato que permite às entidades descontarem suas respectivas mensalidades diretamente dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas, supostamente associados, **sempre mediante a autorização dos segurados.**

Tal instrumento está sujeito às disposições da **Lei n.º 13.019**, de 31 de julho de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regula as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil

(*vide* art. 1º e art. 41 da Lei supra), tendo em vista se tratar sempre de entidade privada sem fins lucrativos (art. 53 do Código Civil) ou entidade sindical (Decreto-Lei nº 1.402, de 05 de julho de 1939). Segundo esses dispositivos, as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil devem ocorrer em regime de mútua cooperação, com vistas à consecução do **interesse público** e recíproco.

Este instrumento formal, necessário para que as entidades possam efetuar os descontos diretamente nos benefícios previdenciários, **exige que as associações mantenham consigo a documentação comprobatória da autorização do beneficiário**, apresentando-as ao INSS e à Dataprev quando solicitado para possibilitar o respectivo desconto.

Além disso, as associações que firmam esses acordos - que são, em regra[142], entidades representativas de trabalhadores e aposentados, como sindicatos e associações de classe – **assumem o dever de proteger os interesses de seus filiados** e garantir que qualquer valor retirado de seus benefícios seja autorizado de forma livre e esclarecida.

Visando conferir maior efetividade à disciplina trazida pela Instrução Normativa INSS nº 77/2015, precipuamente no condizente à imprescindibilidade de **autorização prévia** por parte dos beneficiários para o desconto de mensalidades associativas em seus benefícios previdenciários, restou implementada a Lei n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, que veio a exigir a necessidade de **revalidação** periódica do consentimento previamente prestado.

A legislação estabelece que a autorização para o desconto de mensalidades associativas nos benefícios previdenciários **deve ser revalidada a cada três anos**, a partir da última autorização concedida, conforme art. 115, inciso V, da Lei nº 8.213/1991, com redação modificada pela Lei nº 13.846/2019. O objetivo foi o de assegurar que aposentados e pensionistas confirmem, de forma periódica, sua intenção sobre a continuidade dos descontos, reforçando o **princípio da liberdade de associação**. O dispositivo legal assim dispõe:

> Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios: (...)

[142] Diz-se “em regra”, em referência às inúmeras entidades que não possuem entre seus fins institucionais a defesa e proteção de aposentados e pensionistas – ainda que este seja um requisito prévio para a formalização de ACT para desconto de verba associativa.

> V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados. (...)
>
> **§ 6º** Na hipótese prevista no inciso V do caput deste artigo, **a autorização do desconto deverá ser revalidada a cada 3 (três) anos,** a partir de 31 de dezembro de 2021, nos termos do regulamento.

Apesar de o respectivo dispositivo ser posteriormente revogado, a necessidade de revalidação foi **mantida** pela **Instrução Normativa INSS nº 110, de 03 de dezembro de 2020**, após intenso debate na autarquia previdenciária, evidenciada no NUP 35014.301646/2020-99. Essa norma introduziu prazos específicos para a validade e revalidação das autorizações, conceituou com maior clareza os conceitos de "desconto associativo", "associações" e "entidades" de aposentados, ajustando a regulamentação anterior para conferir maior segurança jurídica aos procedimentos por ela instaurados.

Ao modificar a Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, a **Instrução Normativa nº 110** detalhou o sistema de **autenticação** dessas autorizações perante o INSS. Por meio dos **artigos 618-A, 618-B, 618-C e 618-D**, estabeleceu-se um mecanismo triangular, na qual os termos de associação e termos de autorização ao desconto previdenciário eram apresentados a todos os partícipes da relação: entidade associativa, INSS e DATAPREV.

Essencialmente, **exigiu-se o envio de cópias** dos termos de autorização à autarquia previdenciária, possibilitando que, conforme o art. 618-B, §1º, inciso I, **o INSS realizasse auditorias a qualquer momento**, de forma a garantir a transparência e controle sobre a legalidade dos descontos, além de possibilitar a **fiscalização contínua**, assegurando o cumprimento rigoroso da legislação.

Há época, que já contava com a vigência do Decreto n.º 10.410, de 30 de junho de 2020, que alterou o Regulamento da Previdência Social, os benefícios previdenciários passaram a ser submetidos, supostamente, uma espécie de "**bloqueio**" automático pós-concessão, de modo a evitar a efetivação de descontos não autorizados nas quantias destinadas aos beneficiários. O desbloqueio, necessário para permitir a realização do desconto em folha, apenas seria viabilizado por meio de autorização prévia, pessoal e específica do beneficiário, nos termos do § 1º-A do art. 154 do Decreto nº 3.048/99.

Posteriormente, com a edição da **Portaria DIRBEN/INSS nº 1.060, de 26 de setembro de 2022**, instituiu-se o serviço denominado **"Bloqueio e**

Desbloqueio de Mensalidade Associativa ou Sindicato" (código 16315). Esse serviço possibilita ao beneficiário, por meio de canais remotos ou, em circunstâncias excepcionais, de forma presencial nas Agências da Previdência Social, solicitar o desbloqueio (ou novo bloqueio) do benefício para permitir o desconto de mensalidades associativas. Nos termos do **art. 7º da referida Portaria**, o desbloqueio só pode ser solicitado após **90 dias da concessão do benefício**, sendo esse o prazo mínimo estipulado pelo INSS para que nenhum tipo de consignação incida no benefício durante o período inicial.

No entanto, essas regulamentações enfrentaram (e seguem enfrentando) obstáculos consideráveis na prática. Dentre eles, destaca-se o **baixo letramento digital** dos beneficiários, frequentemente pessoas idosas, com uma intersecção de vulnerabilidades que impossibilita o acesso a ferramentas digitais necessárias para a reivindicação de seus direitos. Além disso, a ineficácia destas medidas restou atestado pelo incidente no qual o **INSS autorizou o desbloqueio em lote** de descontos associativos para a entidade CONTAG, sob a premissa de possibilitar o exercício do direito de livre associação de aposentados e pensionistas[143] – que, contudo, não autorizaram a medida.

Face à ineficiência das normativas vigentes até o momento, e visando acompanhar as mudanças e atualizações nos procedimentos internos da autarquia previdenciária, refletidos nas Portarias 990 a 999, publicou-se a **Instrução Normativa INSS/PRES nº 128 de 28 de março de 2022**, que disciplinou as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário, **incorporando** o disposto na Instrução Normativa INSS nº **77 e revogando-a totalmente**.

Por meio da nova normativa publicada, estabeleceu-se que, para a efetivação de descontos associativos oriundos de Acordo de Cooperação Técnica formalizados, a autorização do segurado, física ou eletrônica, é precedida da necessidade de a entidade apresentar ao INSS:

a) os termos de filiação do aposentado e/ou pensionista;

---

[143] *"Portanto, como a autorização de desconto e sua efetivação, a partir de 28.06.2020, deve ser precedida pelo desbloqueio do benefício a pedido exclusivo de seu titular, tem-se que o procedimento em* ***lote*** *promovido pelo INSS para atender à solicitação da CONTAG, além de* ***desconsiderar o contido no §1º-A do art. 154 do Decreto nº 3.048/99****, não se orientou por evidências que pudessem demonstrar a real intenção do segurado quanto ao desbloqueio do benefício para desconto de mensalidade associativa."* – Auditoria Interna INSS. Anexo 5.

b) o termo de autorização de desconto de mensalidade associativa em benefício; e

c) o documento de identificação do associado, conforme disciplina o art. 655, I, III, da IN 128/22.

No entanto, ainda que, com maior rigor, tenham sido reformulados os requisitos essenciais à implementação de Acordos de Cooperação Técnica entre as entidades e o INSS, a celebração destes "contratos" desencadeou um aumento progressivo de reclamações e denúncias por parte da população, especialmente no que se refere a descontos indevidos nos benefícios previdenciários.

As alegações, cada vez mais frequentes, oriundas, principalmente, de pessoas com idade avançada, apontavam para a **persistência de descontos** indevidos em seus contracheques, uma vez que inexistente qualquer vínculo prévio com a entidade credora e ausente qualquer autorização para o desconto perante a autarquia previdenciária.

Em resposta a essas denúncias, constantes na ouvidoria do INSS, no Consumidor.gov, na plataforma Reclame Aqui e em demais ouvidorias de órgãos públicos, instaurou-se **fiscalização** da pertinência e validade destes descontos no Tribunal de Contas da União (**TCU**). Em relatório completo, anexado oportunamente aos autos[144], o TCU **identificou uma série de falhas sistêmicas** na aplicabilidade destas operações, reconhecendo que nem todos os descontos consignados na folha de pagamento relativos a mensalidades associativas foram devidamente autorizados pelos titulares dos benefícios.

Houve, de acordo com o TCU, um preocupante descontrole nestes processos, pois **o INSS não recepcionava os termos de filiação e os termos de autorização** de desconto de mensalidade associativa de cada segurado, em flagrante descumprimento ao art. 655, III, §1º da IN 128/22, vigente à época da investigação, em 2023.

Percebeu-se que a autarquia previdenciária, a Dataprev e as entidades ora demandadas, em um conluio de vontades, ignoravam os normativos, uma vez que o procedimento adotado, na prática, tornava possível a implantação de desconto mediante a simples apresentação mensal, à Dataprev, de uma **lista** de segurados

[144] Anexo 4.

e **valores** a serem consignados, sendo a informação comprobatória apresentada apenas em caso de solicitação, e não de forma cogente, como determina a lei.

Movido pelas orientações do TCU, na conclusão do relatório, o INSS providenciou uma atualização da IN vigente, publicando a **Instrução Normativa nº 162,** de 14 de março de 2024.

Por meio desta normativa, foi estruturado o **procedimento atual** para a efetivação de descontos associativos nos benefícios previdenciários, estabelecendo uma **série de requisitos essenciais para sua operacionalização**, visando assegurar a transparência e a proteção dos segurados nas transações. Inicialmente, manteve-se a obrigatoriedade de formalização de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS e de um contrato com a Dataprev para que entidades interessadas possam efetuar descontos de suas mensalidades associativas diretamente nos holerites previdenciários. Para isso, permaneceu imperativa a **autorização expressa para efetivar os descontos pelo beneficiário**, por meio de assinatura eletrônica biométrica, pessoal e intransferível, **com o desconto limitado a 1% do valor máximo de benefício do RGPS**[145].

Revogando os artigos 654, 655, 656 e 657, e alterando os artigos 625 e 626 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2022, a **IN nº 162/2024** passou a exigir que as entidades interessadas na formalização de ACT deveriam ser legalmente reconhecidas, devidamente constituídas e em funcionamento, possuindo autorização expressa de seus filiados para a efetivação dos descontos (artigo 4º), além de estarem regularizadas perante Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) (artigo 10).

A Instrução Normativa reforça, ainda, a necessidade de maior rigor quanto à segurança dos dados dos beneficiários, sendo tal exigência corroborada pelos contratos entre as entidades e a Dataprev, que incitam a conformidade das operações com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cabendo aos envolvidos assegurar a proteção das informações repassadas ao longo da operação.

---

[145] "*Art. 4º A averbação do desconto no benefício de que trata esta Instrução Normativa ocorrerá desde que: (...) § 3º O desconto de mensalidade associativa não poderá exceder **1%** (um por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS*." – Instrução Normativa INSS n.º 162/2024.

Além disso, a normativa *continuou exigindo* que o desbloqueio de benefícios para esses descontos requer autorização prévia, pessoal e específica do beneficiário (artigo 9, §2º).

Não obstante, a normativa estabeleceu a imposição de **sanções** às entidades que descumprissem as cláusulas dos acordos elaborados ou agissem de má-fé em sua execução. Em caso de desconto indevido, os beneficiários disporiam de canais oficiais de reclamação, os quais deveriam ser rigorosa e periodicamente averiguados pelo INSS para fiscalizar a regularidade das operações. Reconhecida alta recorrência de infrações, incorreriam as entidades em penalidades diversas, dentre elas, a **possibilidade de rescisão do ACT** firmado[146].

Todavia, essas sanções já estavam previstas nos próprios ACTs, sendo a nova regulamentação vista por muitos como desnecessária, pois o problema residia, fundamentalmente, **na falta de fiscalização eficaz por parte do INSS**, e não na ausência de normas punitivas.

Ora, é imperativo que todo e qualquer desconto aplicado aos benefícios previdenciários receba a **autorização prévia e explícita do beneficiário**, incumbindo-se ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a responsabilidade de **operacionalizar** e **fiscalizar** rigorosamente os Acordos de Cooperação Técnica para assegurar que as intenções dos seus segurados sejam plenamente respeitadas.

Do contrário, **é o INSS permitir que roubem de seus aposentados e beneficiários!**

Esse dever de fiscalização é estipulado na **Portaria Conjunta DIRBEN/PRESS/INSS n.º 51**, de 3 de setembro de 2024, que estabelece os modos como a autarquia previdenciária deverá proceder para o correto cumprimento do plano de trabalho estabelecido em decorrência do ACT firmado.

A normativa articula a necessidade de verificações **ordinárias** (art. 3º) e **extraordinárias** (art. 7º) dos acordos estabelecidos. No curso da **verificação ordinária**, que deve ocorrer semestralmente, cumpre ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adotar uma abordagem analítica, com base em uma variedade de fontes, para identificar possíveis infrações cometidas pelas entidades associativas no desconto de mensalidades nos benefícios previdenciários. Essas fontes incluem dados da plataforma Consumidor.gov, da Secretaria Nacional do

[146] §1º-F, art. 154 do RPS e §1º, art. 24 da IN PRES-INSS 162/24.

Consumidor (SENACON), além de reclamações e informações encaminhadas ao INSS por meio de entidades, como o Poder Judiciário, Ministério Público, Dataprev, Defensoria Pública da União, Ouvidoria /Fala BR, e demais extrações dos sistemas à disposição do Instituto (art. 4º), sendo possível, ainda, a requisição de dados e informações às entidades de classe e aos demais órgãos governamentais, a fim de efetivamente monitorar e garantir a aderência dos acordantes aos padrões regulatórios estabelecidos, fortalecendo a integridade das operações e protegendo os direitos dos aposentados e pensionistas (art. 2º, §5º).

Curiosamente, apesar da exigência de que as entidades associativas mantenham cadastro ativo na plataforma Consumidor.gov para a formalização do ACT, observa-se que uma proporção significativa das demandadas com acordo vigente não cumpre com este requisito. Este descumprimento, **atestado em 25 das 33 associações demandadas**, não só infringe uma condição fundamental para a formalização do ACT, como também configura infração das obrigações por ele disciplinadas, à luz do art. 11, inciso XV, da Portaria Conjunta n.º 51/24.

Para além de infração, que, **por si só, desqualifica o vínculo formado entre a entidade e a autarquia previdenciária**, observa-se que o não cumprimento das normativas, especificamente de manter cadastro ativo na plataforma Consumidor.gov na condição de entidade sem fins lucrativos, compromete a capacidade do INSS verificar a regularidade das operações das entidades, dada a ausência de dados necessários para análise.

Emerge, assim, diante da detecção de potenciais infrações, a necessidade de implementação de uma **verificação extraordinária** pela autarquia previdenciária, nos moldes do art. 7º da Portaria INSS n.º 51/24. Para tanto, o INSS constitui um Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação do Chefe da Divisão de Coordenação dos Benefícios (DCBEN), que procede à coleta e à análise aprofundada das informações denunciantes de possíveis irregularidades, realizando cruzamentos de dados e correlacionando-os com os requisitos estipulados pela IN 162/2024.

Esta metodologia visa **verificar a conformidade** das entidades associativas com as normativas legais, regulamentares e contratuais vigentes. Especificamente, avalia-se se estas entidades mantêm suas credenciais regularizadas junto ao SICAF e ao CADIN, se efetuaram auditoria externa independente anual, conforme **art. 25 da IN 162/24**, se possuem cadastro ativo na plataforma Consumidor.gov, se foram penalizadas pela SENACON, dentre outros.

Identificadas irregularidades ou infringências passíveis de aplicação de sanções, o próprio Grupo de Trabalho (GT) instaurará processo administrativo no sistema de processo eletrônico (SEI), anexando relatório conclusivo por eles apurado, que subsidia a tomada de decisão quanto à imposição das sanções estabelecidas nos incisos do artigo 35 da IN 162/24.

Ocorre que, não obstante o **vasto acervo regulatório** destinado a regular a fiscalização e o bom funcionamento destas operações[147], o INSS segue invalidando a liberdade individual de milhares de aposentados e pensionistas ao seguir permitindo o desconto de mensalidades associativas nos holerites dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, contrariando as numerosas denúncias e reclamações que apontam para a mesma direção: **não associação** e a **não autorização para o desconto de mensalidade associativa no benefício previdenciário recebido.**

Há anos o **INSS deixou de cumprir com seu papel.** Sua leniência histórica demonstra um padrão de confecção normativa para **simulação** do cumprimento de medidas sancionatórias e **inexecução** dessas mesmas normas.

As **entidades de classe**, incumbidas de desempenhar uma função social crucial na promoção do bem-comum, também têm mostrado deficiências significativas na execução de suas responsabilidades. Elas são as encarregadas de apresentar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) os termos de associação e de autorização para descontos em folha. Contudo, a frequência de reclamações sobre associações inexistentes tem aumentado progressivamente, com uma **queixa principal**: os supostos contribuintes relatam **nunca terem tido contato com as referidas associações**, sequer tendo autorizado que realizem descontos mensais em suas folhas de pagamento.

Quando submetidas a processos judiciais, estas entidades frequentemente apresentam termos de associação deficientes, com indícios de **assinaturas falsificadas** e **associações remotas**, entre outras formas evidentes de fraude. Um forte indicativo dessa prática é o **crescimento exponencial no número de associados** de certas entidades em um curto período. Conforme demonstra o relatório

---

147 *"§ 1º-F O INSS avaliará periodicamente a quantidade de reclamações de beneficiários, ações judiciais, processos de órgãos de controle e impacto em sua rede de atendimento, dentre outros elementos relacionados ao acordo de cooperação técnica celebrado, para fins do disposto no inciso V do caput, e poderá rescindir o referido acordo unilateralmente, a depender da quantidade de irregularidades identificadas."* – Lei n.º 8.213/91.

da Auditoria Federal de Controle Externo elaborado pelo Tribunal de Contas da União, entre **2021 e 2023**, a AMBEC ascendeu de apenas **três para 601.624** associados, um aumento de mais de 20.000%, equivalendo a uma adesão média de 25.070 associados por mês ao longo de dois anos – um fato, notoriamente, impraticável.

O benefício desta conduta fraudulenta é o cofre milionário que aporta às associações a cada mês, fruto do desconto de mensalidades associativas no holerite de milhares de aposentados e pensionistas, que dependem de cada real do benefício recebido para o seu próprio sustento. Conforme se observa do quadro abaixo, retirado do relatório do TCU, que se debruçou em dados oriundos do Portal da Transparência, o valor repassado às associações, à título de desconto previdenciário, aumentou de **R$544 milhões** em **2021**, para **R$2,88 bilhões** em **2023**, em uma ascensão de mais de 500% em míseros três anos:

Tabela 4 - Valores repassados para associaçoes e sindicatos

Sigla	2021	2022	2023	TOTAL (R$ 1,00)
TOTAL	544.710.211	784.925.968	1.549.554.766	2.879.190.945

Fonte: INSS

Não bastasse o conluio entre INSS e entidades de classe, a **Dataprev**, que deveria operar os dados pessoais dos beneficiários com o mais alto grau de confidencialidade conforme a cláusula 14.2.7 do contrato firmado com as entidades de classe[148], também falha em sua função.

A prática sugere a existência de um cruzamento de dados ainda não revelado, mas fomentado mensalmente pela tríplice força entre Dataprev, entidades de classe e INSS, que facilitam a continuidade deste esquema fraudulento mediante uma falha sistêmica e dolosa que prejudica a integridade das operações e viola a confiança dos beneficiários na gestão de seus dados pessoais e financeiros.

O próprio **Ministro da Previdência Social**, Carlos Lupi, em Sessão conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle[149], realizada na Câmara dos Deputados em 26/04/2023, **alega a existência de um vazamento de dados**

[148] Anexo 4.

[149] MINISTRO Carlos Lupi fala sobre desconto sindical e INSS - Fiscalização Financeira. Brasília: Youtube, 2023. P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1KxhkaRKQbk. Acesso em: 18 nov. 2024.

oriundos de órgãos públicos, que permite descontos de mensalidades associativas de forma indevida nos contracheques dos beneficiários.

O Ministro apontou para a existência de práticas inescrupulosas por parte de funcionários **dentro do próprio sistema de previdência**, que inclui o serviço de inteligência operado pela **Dataprev**. Esta empresa, contratada pelo Ministério da Previdência, possui acesso às informações bancárias e dados pessoais da população brasileira, e é supostamente utilizada como **instrumento para a execução de fraudes.** De acordo com o Ministro Lupi, que descreveu o programa social como o maior das Américas, existem mais de **400 mil indivíduos com acesso aos dados privados dos segurados,** num contexto de carência de um sistema de segurança eficaz capaz de prevenir ou identificar eventuais vazamentos.

O Ministro também afirmou que as operações realizadas com os dados bancários, gerenciados pela Dataprev, sofrem de uma deficiência crítica no sistema de segurança, o qual não é capaz de rastrear quem acessa as informações sensíveis; **lacuna que contribui diretamente para a ocorrência das fraudes** reportadas, destacando uma falha significativa na proteção dos dados dos cidadãos por parte das entidades governamentais responsáveis.

Ora, se as informações necessárias para a averbação de mensalidades associativas são transmitidas diretamente pelas entidades sem fins lucrativos, denominadas acordantes, à Dataprev, é ela quem detém a responsabilidade por toda a operação sistêmica de processamento dos descontos e sigilo dos dados prestados, vez que atua como custodiante dos dados pessoais associados a mais de 27 milhões de benefícios previdenciários.

No entanto, a prática operacional revela uma negligência preocupante por parte da empresa de tecnologia no manejo adequado dos dados pessoais e na preservação dos direitos individuais, cuja proteção particular e coletiva é assegurada por lei. **Contrariando os mandamentos legais**, a empresa **não exige das associações um termo formal de autorização** para os descontos em benefícios previdenciários. Em vez disso, a Dataprev **se contenta em receber uma "lista contendo as informações dos valores em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente em sua renda mensal"[150],** dados incapazes de

[150] Cláusula quarta, II, “a”, do Contrato firmado entre Dataprev e entidades de classe. Anexo 7.

garantir a integridade, autenticidade, titularidade e não repúdio das informações prestadas.

A prática sugere um tratamento dos aposentados e pensionistas como meros números em um sistema, negligenciando seus direitos fundamentais à liberdade, autonomia e autodeterminação em prol do benefício de associações fraudulentas e descompromissadas com o interesse coletivo.

É, pois, em verdadeiro contrassenso às liberdades individuais e ao comando legal estabelecido pelo art. 154, inciso V, da Lei n.º 3.048/99, que a Dataprev e o INSS, em conluio com as entidades demandadas, perpetuam a prática de efetuar descontos de mensalidades associativas em holerites previdenciários, sem requerer, contudo, a devida autorização dos segurados.

Em respeito ao princípio da liberdade de associação, **a adesão ao desconto associativo deveria ser facultativa, devendo as entidades que assegurar outras formas de pagamento ao beneficiário** – embora não seja isso que aconteça.

Os demandados perpetuam a prática de associar compulsoriamente o nome, a imagem e o patrimônio de muitos aposentados e pensionistas às suas organizações, autorizando unilateralmente o desconto de mensalidades associativas nos holerites dos beneficiários.

Esta prática, recorrentemente operada pelos demandados, acaba por violar normas basilares do ordenamento jurídico brasileiro, tal como os ditames constitucionais de liberdade associativa (art. 5º, XVII, da CF), da dignidade humana que lhe é inerente (art. 1º, III, da CF), da boa-fé objetiva (art. 113, CC) e das garantias de proteção à liberdade e dignidade dos idosos (art. 3º da Lei nº 10.741/03), considerando que a maioria das vítimas dessas práticas dolosas são pessoas idosas, particularmente aposentados.

Neste viés de ofensa aos direitos da pessoa idosa, o **Estatuto do Idoso** – Lei n.º 10.741/03) estabelece um viés protetivo e garantista aos direitos que lhes são conferidos, tal como a liberdade e dignidade da pessoa idosa (art. 8º), impondo à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público o dever de assegurá-los com absoluta prioridade (art. 3º) e preveni-los contra qualquer ameaça ou violação (art. 4º, §1º).

Estes deveres de proteção são também estabelecidos na Lei n.º 8.842/94, que institui a **Política Nacional do Idoso**. Esta legislação delega à família, à sociedade e ao Estado obrigações explícitas para fomentar a inclusão dos idosos na

dinâmica social, resguardando sua dignidade e fortalecendo sua cidadania (art. 3º, inciso I), impondo-lhes a responsabilidade de reportar às autoridades competentes qualquer incidente de negligência ou violação dos direitos dos idosos, conforme especificado no artigo 10, §3º.

A consistência destas normativas evidencia o compromisso do ordenamento jurídico com a salvaguarda da dignidade humana dos idosos, assegurando que sua autonomia e vontade individual sejam respeitadas em qualquer situação; inclusive no âmbito associativo.

Ora, a participação de quaisquer cidadãos em uma associação requer, além do pleno gozo das capacidades civis, uma **manifestação de vontade consciente e informada** sobre o compromisso que está sendo assumido. Isso é especialmente pertinente no caso dos idosos, para quem o sistema legal estabelece salvaguardas adicionais para garantir que sua adesão a entidades coletivas seja fruto de uma decisão livre e esclarecida, isenta de qualquer forma de coação ou mal-entendido.

Tal manifestação de vontade deve ser precedida de um **entendimento completo e inequívoco** por parte do indivíduo sobre as implicações de seu consentimento; sem essa compreensão plena, o consentimento é considerado **viciado**.

Especialmente em um país com níveis de escolaridade abaixo da média, onde uma porção significativa da população enfrenta **limitações de alfabetização**, à exemplo das 163 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever[151], a exigência de esclarecimentos prévios e abrangentes sobre os termos e condições associativos é ainda mais crucial, uma vez que o nível de instrução pode não ser suficiente para uma compreensão adequada dos termos e condições do vínculo formado.

Do contrário, na ausência de uma compreensão adequada dos termos da associação, a relação jurídica formada é maculada por um insanável vício de consentimento, resultando na **nulidade absoluta** do vínculo estabelecido.

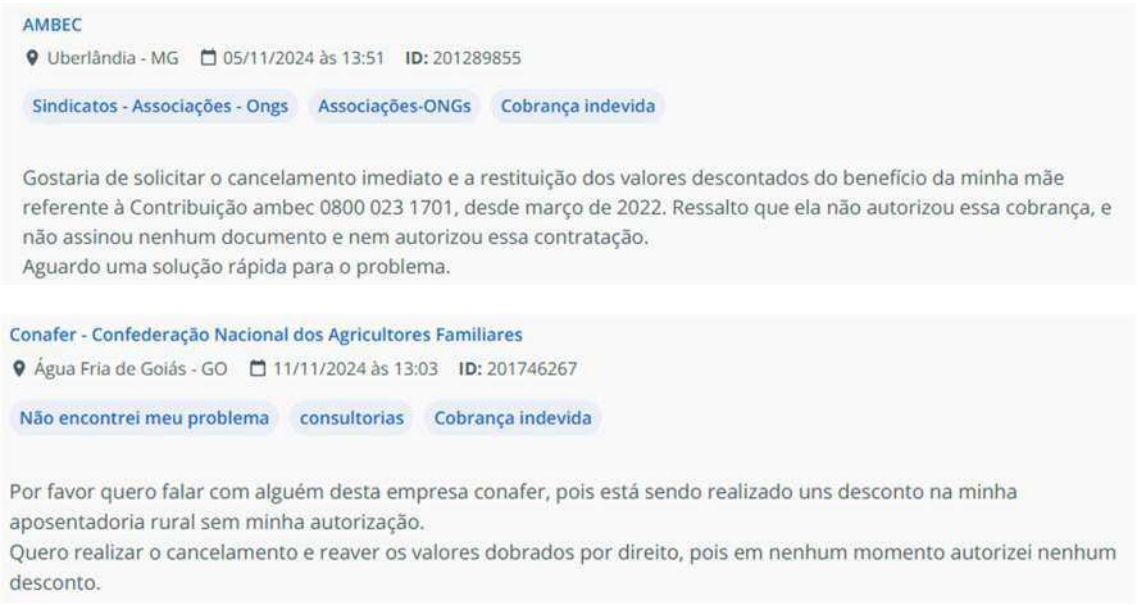
---

[151] Pnad Contínua. IBGE. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Em%202022%2C%20havia%2C%20no%20pa%C3%ADs,%2C0%25%20deste%20contingente%20populacional. Acesso em 11/11/2024.

Este fenômeno repercute com ainda mais nitidez quando estamos diante de um **vínculo associativo inexistente ou forçado**, como aqueles fomentados pelas entidades ora demandadas. Em um esquema de **simulação** muito bem organizado, os demandados utilizam dos dados pessoais sensíveis dos beneficiários, como fotografia, CPF, data de nascimento, número de telefone, entre outros, para associá-los a entidades das quais nunca participaram, evidenciando uma flagrante violação à privacidade e à autodeterminação informativa dos segurados, uma vez que, além de não usufruírem do vínculo associativo, nunca consentiram com a afiliação.

Trata-se de um evidente **retrocesso social**, em que as associações e autarquias, em vez de promover a participação efetiva dos cidadãos na sociedade, subtraem sua autonomia em prol de um **vínculo associativo inexistente**, utilizando-se de seus dados pessoais para **fins ilícitos rendem milhões de reais mensalmente.**

A magnitude do problema é refletida nas inúmeras reclamações registradas nas plataformas oficiais como Consumidor.gov e Reclame Aqui. Tais registros evidenciam a compulsoriedade das associações e os descontos indevidos em contracheques, destacando a gravidade e a extensão das práticas abusivas perpetradas contra a **parcela mais vulnerável da população,** à exemplo dos breves destaques a seguir colacionados:



AMBEC

Uberlândia - MG 05/11/2024 às 13:51 **ID:** 201289855

Sindicatos - Associações - Ongs | Associações-ONGs | Cobrança indevida

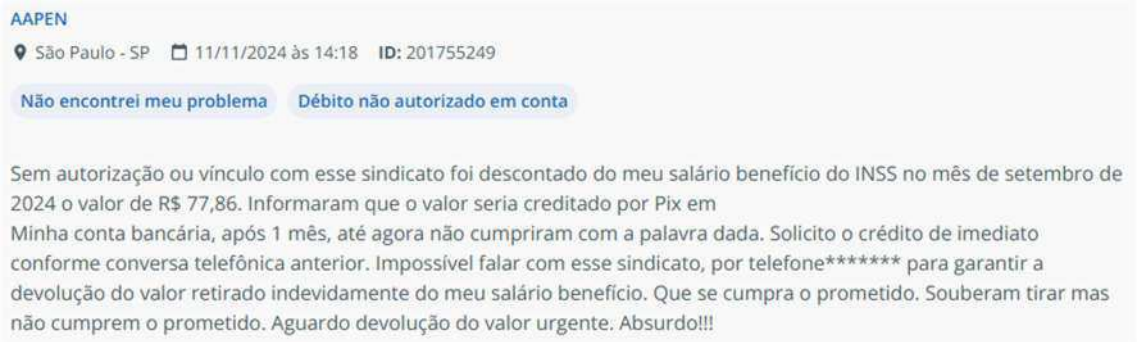
Gostaria de solicitar o cancelamento imediato e a restituição dos valores descontados do benefício da minha mãe referente à Contribuição ambec 0800 023 1701, desde março de 2022. Ressalto que ela não autorizou essa cobrança, e não assinou nenhum documento e nem autorizou essa contratação.
Aguardo uma solução rápida para o problema.

Conafer - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares

Água Fria de Goiás - GO 11/11/2024 às 13:03 **ID:** 201746267

Não encontrei meu problema | consultorias | Cobrança indevida

Por favor quero falar com alguém desta empresa conafer, pois está sendo realizado uns desconto na minha aposentadoria rural sem minha autorização.
Quero realizar o cancelamento e reaver os valores dobrados por direito, pois em nenhum momento autorizei nenhum desconto.


AAPEN

São Paulo - SP 11/11/2024 às 14:18 ID: 201755249

Não encontrei meu problema | Débito não autorizado em conta

Sem autorização ou vínculo com esse sindicato foi descontado do meu salário benefício do INSS no mês de setembro de 2024 o valor de R$ 77,86. Informaram que o valor seria creditado por Pix em
Minha conta bancária, após 1 mês, até agora não cumpriram com a palavra dada. Solicito o crédito de imediato conforme conversa telefônica anterior. Impossível falar com esse sindicato, por telefone******* para garantir a devolução do valor retirado indevidamente do meu salário benefício. Que se cumpra o prometido. Souberam tirar mas não cumprem o prometido. Aguardo devolução do valor urgente. Absurdo!!!

[152]

Observa-se que a **maioria** dos relatos destacados destas plataformas **emanam de filhos, netos ou conhecidos de pessoas idosas,** no intento de lhe auxiliar na proteção de seus direitos. A **hipervulnerabilidade** salta aos olhos diante do estado de particular susceptibilidade entre a população idosa, que demanda atenção especial para a proteção efetiva de seus direitos fundamentais.

Ora, se a natureza intrínseca da associação é a liberdade de associar-se, garantia constitucional, e se a associação é a união de vontade de pessoas que se organizam para fins não econômicos, o elevado número de reclamações evidencia que a entidade interessada encontrou-se vinculando beneficiários do INSS de forma **FRADULENTA** em seus quadros, sem a respectiva manifestação de vontade.

Ao efetuar uma associação **criminosa**, não anuída e, na maioria das vezes, **sequer conhecida**, as demandadas violam, de forma grave, os pilares fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro, afetando direitos e garantias individuais que são cláusulas pétreas à luz da Constituição Federal (art. 60, §4º, inciso IV); o que constituí, sob última análise, uma violação sistêmica que não apenas questiona a integridade das estruturas de proteção social, mas também desafia a própria essência da governança democrática e do Estado de Direito no Brasil.

Há de se destacar que estamos diante de um público em que cerca de **83%** dos afetados recebem menos de **dois salários-mínimos mensal**. É dizer, cuida-se de **verba eminentemente alimentícia**, essencial para a subsistência do segurado e de sua família, não podendo o poder público anuir com uma prática temerária ao povo que rege.

O dever do Estado, neste contexto, é o de salvaguardar os direitos e garantias individuais de sua população, tal como o direito à liberdade associativa,

[152] Anexo 9.

punindo os atos atentatórios à sua violação, à exemplo do mandamento legal contido no art. 4º da Lei n.º 10.741/03.

Não obstante, recai sobre o Judiciário a análise da ilegalidade patente que ora se elucida. Com vistas a evitar um imoderado retrocesso nos direitos sociais e civis, faz-se essencial a adoção de medidas eficazes é essencial que facilitem a participação efetiva dos cidadãos na sociedade, assegurando-lhes a plena liberdade associativa em toda e qualquer circunstância. Isso inclui a rescisão de qualquer acordo previamente estabelecido para propósitos claramente ilícitos, como os que têm sido expostos; imperiosa necessidade que será fundamentada nos tópicos que seguem.

5. DA RESCISÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA POR FORÇA LEGAL

DECRETO N.º 3.048/99; IN PRES/INSS N.º 162/24; PORTARIA DIRBEN/INSS N.º 51/24.

O **artigo 154 do Regulamento da Previdência Social (RPS)** estabelece de forma inequívoca a possibilidade de **rescisão** dos Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo INSS para o desconto de mensalidades associativas nos benefícios previdenciários, conforme se observa no dispositivo abaixo transcrito:

> Art. 154. O Instituto Nacional do Seguro Social pode descontar da renda mensal do benefício: (...)
>
> V - mensalidades de associações e de demais entidades de aposentados ou pensionistas legalmente reconhecidas, constituídas e em funcionamento, desde que autorizadas por seus filiados, **observado o disposto nos § 1º ao § 1º-I**;
>
> § 1º-F **O INSS avaliará periodicamente a quantidade de reclamações de beneficiários, ações judiciais, processos de órgãos de controle e impacto em sua rede de atendimento**, dentre outros elementos relacionados ao acordo de cooperação técnica celebrado, para fins do disposto no inciso V do caput, e **poderá rescindir o referido acordo unilateralmente, a depender da quantidade de irregularidades identificadas.**

A Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 2024, atualmente vigente, reforça o entendimento, não apenas autorizando, como **impondo ao INSS o DEVER**

de proceder à rescisão de parcerias vigentes quando constatado que sua execução se encontra em desacordo com os termos do acordo, do plano de trabalho ou das normativas legais correlatas, conforme se depreende do artigo 34 do referido normativo:

> Art. 34. Identificada a **execução da parceria em desacordo com o acordo de cooperação e o plano de trabalho celebrado**, bem como com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, do Regulamento da Previdência Social - RPS e dessa Instrução Normativa, o INSS, por meio da sua Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN, deverá providenciar a autuação de procedimento administrativo específico para aplicação de sanções à entidade e, se for o caso, a consequente **rescisão da parceria**, de acordo com as regras previstas na legislação correlata e nas orientações estabelecidas nesse ato normativo interno.

Complementarmente, a **Portaria Conjunta DIRBEN/INSS nº 51, de 2024**, reforça os mecanismos pelos quais a autarquia previdenciária deve monitorar e apurar irregularidades na operacionalização dos descontos associativos. O dispositivo detalha os meios de verificação, indicadores de risco e consequências decorrentes do descumprimento das normas aplicáveis, com **ênfase na necessidade de rescisão dos ACTs quando constatadas irregularidades substanciais:**

> Art. 2º Os procedimentos dispostos neste Ato versam sobre:
>
> I - verificações ordinárias e extraordinárias, ante a suspeita ou constatação de irregularidades cometidas pelas entidades associativas acordantes;
>
> II - o estabelecimento de um conjunto de indicadores de risco na manutenção dos ACTs firmados; e
>
> III - quaisquer condutas que configurem descumprimento do disposto na Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, de 14 de março de 2024, e nos termos contidos no ACT firmado.
>
> § 1º Serão consideradas para fins de acompanhamento: as **denúncias** existentes, as **informações prestadas por beneficiários que não tenham autorizado descontos**, as **solicitações de cancelamento de descontos** associativos não autorizados pelos beneficiários e protocoladas nos canais de atendimento do INSS.
>
> § 2º Os **indicadores da Plataforma Consumidor.gov** da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, sobretudo os que informam o

> índice de solução das demandas, o índice de reclamações respondidas e o prazo médio de respostas, serão considerados pelo INSS na avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades associativas, que operam o desconto de mensalidade, na celebração de ACTs e seus aditivos.
>
> § 3º A consolidação de **reclamações** e **denúncias** dos fatos trazidos ao conhecimento do INSS poderá ser realizada a qualquer tempo, objetivando a instauração de procedimento de verificação extraordinária de acompanhamento do cumprimento do ACT, suas cláusulas e Plano de Trabalho.
>
> § 4º **Os índices anuais de que trata do § 2º serão analisados para subsidiar a conveniência quanto à suspensão ou rescisão dos ACTs vigentes.**

Os dispositivos legais vigentes convergem, de forma unânime, para a determinação da **necessidade inadiável de rescisão dos Acordos de Cooperação Técnica** quando comprovadas irregularidades que comprometam a execução dos termos pactuados no acordo celebrado, no plano de trabalho correspondente e na legislação pertinente. Essa premissa é sustentada não apenas pelo princípio da legalidade administrativa, mas também pela necessidade de garantir a transparência e a integridade nas relações institucionais entre os entes envolvidos.

Para tanto, serão consideradas para fins de acompanhamento as **ações judiciais em curso** que coloquem em xeque a validade ou a regularidade das práticas operacionais; as **denúncias e reclamações** relativas a descontos indevidos; as **solicitações de cancelamento de descontos** associativos; bem como os **processos administrativos instaurados por órgãos de controle**, que busquem apurar as conformidades ou inconformidades das transações.

No âmbito específico das entidades de classe arroladas no polo passivo da presente ação judicial, os indicadores de irregularidades estão amplamente documentados e bem esclarecidos.

Pelos dados até então conhecidos pela Associação autora, sabe-se que **TODAS** as entidades de classe demandadas apresentam provas cabais de fraude na operacionalização dos descontos associativos em benefício previdenciário.

São **mais de 227 mil processos judiciais** instaurados contra as entidades demandadas, todos com acusações de descontos indevidos em benefícios previdenciários. **Mais de 1.163.455 solicitações de exclusão de mensalidade**

associativa somente de janeiro de 2023 a maio de 2024. **Mais de 70 mil reclamações** constantes nas mais diversas plataformas de ouvidoria, tal como Consumidor.gov e Reclame Aqui, nas quais milhares de aposentados e pensionistas manifestam não apenas desconhecimento acerca de qualquer vínculo com as entidades beneficiárias, mas também sua falta de anuência em relação à autorização dos descontos efetivados.

Além disso, são **inúmeras as irregularidades** constatadas em processos administrativos instaurados por órgãos de controle, a exemplo do **Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)**[153], em investigação determinada pelo Congresso Nacional, e o **Relatório de Apuração de Descontos Indevidos** elaborado pela própria autarquia previdenciária[154]; tudo a corroborar com a necessidade premente de rescisão dos ACTs vigentes.

Não obstante, o tópico 2 – Dos fatos – elucida as ilegalidades que maculam a atuação **de cada uma das entidades** participantes do polo passivo da ação, não deixando brecha para qualquer fortuita alegação de regularidade das operações.

Face ao amplo quadro de ilegalidades que esta demanda elucida, **a rescisão de todos os Acordos de Cooperação Técnica formalizados entre INSS e as entidades de classe ora demandadas advém como medida imperativa**, não havendo justo motivo para a manutenção da parceria estabelecida que apenas comprometem a credibilidade das entidades envolvidas e impõe prejuízos financeiros e sociais irreparáveis aos aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

Portanto, tendo em vista a ineficiência do INSS na adequada fiscalização dos termos acordados, mantendo-se omisso na rescisão de acordos claramente fraudulentos, **necessário que o Poder Judiciário intervenha** para sanar o estado de coisas inconstitucional instaurado, **procedendo à rescisão de todos os Acordos de Cooperação Técnica celebrados entre a autarquia previdenciária e as entidades de classe demandadas**, juntamente com a rescisão do respectivo **Contrato com a Dataprev**, à luz do constante no Regulamento da Previdência Social, na Instrução Normativa PRES/INSS 162/24 e na Portaria Conjunta DIRBEN/INSS 51/24.

---

[153] Anexo 4.
[154] Anexo 5.

6. DA RESCISÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FACE À INEFICÁCIA REGULATÓRIA E FISCALIZATÓRIA DO INSS

O exame prático de como ocorre o desconto de mensalidades associativas em benefícios previdenciários revela **falhas sistemáticas** por parte das entidades de classe envolvidas, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), no cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo artigo 154 do Decreto nº 3.048/99, sendo ineficazes ao fim que se destinam: contribuir para o bem comum com vistas ao resguardo do interesse coletivo.

Embora tenha sido reiteradamente alertado sobre as ilegalidades na administração dos descontos, o INSS falhou em abordar as principais queixas oriundas deste processo, especificamente a questão dos descontos indevidos. Esta inércia ocorreu apesar de múltiplas intervenções por parte de autoridades competentes, que solicitaram a regularização adequada destas práticas.

Em resposta, o INSS lançou uma série de Instruções Normativas e portarias com o objetivo de reformular a regulamentação vigente. Contudo, a continuidade das práticas ilegais destaca uma significativa falha no sistema de controle estatal, incapaz de impedir os descontos não autorizados em benefícios de aposentados e pensionistas, evidenciando a resistência do sistema frente às tentativas de regulamentação.

Ao longo de uma década, foram publicados **mais de nove documentos normativos** destinados a regular a autorização legal para as consignações, constante no inciso V do artigo 115 da Lei nº 8.213/1991, todos visando estabelecer um marco regulatório mais adequado para a operacionalização dos descontos associativos nos benefícios previdenciários. O rol abaixo exemplifica a aludida evolução legislativa:

> **Instrução Normativa PRES-INSS 77/2015**, de 22 de janeiro de 2015 - Regula o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social.
>
> **Instrução Normativa PRES-INSS 110/2020**, de 03 de dezembro de 2020 – Altera os artigos 618-A, 618-B, 618-C e 618-D da IN 77/2015.

Instrução Normativa PRES-INSS 128/22, de 28 de março de 2022 - Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário e revoga a IN 77/2015.

Portaria DIRBEN/INSS 992, de 28 de março de 2022 - Disciplina a aplicação prática da Manutenção de Benefícios e Serviços do Regime Geral de Previdência Social - RGPS no âmbito do INSS.

Portaria DIRBEN/INSS 997, de 28 de março de 2022 - Disciplina os procedimentos e rotinas de Revisão no âmbito do INSS.

Instrução Normativa PRES/INSS 161/24, de 23 de janeiro de 2024, que altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 158, de 27 de novembro de 2023, que alterou a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, a qual estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS.

Instrução Normativa PRES-INSS 162/24, de 14 de março de 2024 - Primeira a estabelecer critérios e procedimentos para celebração, operacionalização e acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica relativos aos descontos de mensalidades associativas; revoga os arts. 654, 655, 656 e 657 da IN 128/22.

Portaria DIRBEN/PRESS/INSS 51, de 03 de setembro de 2024 – Disciplina procedimentos para acompanhamento da execução dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com entidades associativas para operar averbações de desconto de mensalidade em benefícios elegíveis pagos pelo INSS.

Instrução Normativa PRES-INSS 174/24, de 07 de outubro de 2024 - Revoga o Anexo XXVI da IN 128/22.

Entretanto, a **proliferação destas normativas num curto intervalo de tempo**, somado à persistência da ilegalidade que se pretendia combater, sublinham a **inadequação das medidas adotadas pelo INSS**, que não apenas **falharam** em corrigir as deficiências, mas também evidenciaram a **ineficácia do aparato regulatório** em garantir justiça e proteção adequada aos beneficiários.

Há de se destacar que, desde 2015, tem-se buscado aprimorar a regulamentação da operacionalização dos descontos associativos nos contracheques dos segurados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sendo que, **apenas no ano de 2024**, foram promulgadas **mais de quatro normativas com este fim** –

IN PRES-INSS 161/24; IN PRES-INSS 162/24, IN PRES-INSS 174/24, Portaria conjunta DIRBEN-INSS 51/24; todos sem êxito em remediar a ilegalidade instaurada.

Todos esses documentos são reflexos de uma prática ilegal persistente e incontornável, que, apesar da permissão legal contida no inciso V do artigo 115 da Lei n.º 8.213/1991, demonstra-se falha em sua funcionalidade prática. Embora exista um grupo de beneficiários que valoriza a conveniência de ter suas mensalidades associativas automaticamente deduzidas de seus benefícios previdenciários, os **relatos e evidências** acumulados sugerem que tal disposição legislativa tende a **causar mais danos do que benefícios**.

Este panorama é corroborado pelas **milhares de reclamações** registradas nos canais oficiais da Secretaria Nacional do Consumidor (**SENACON**), na plataforma **Reclame Aqui**, e em outras ouvidorias governamentais. Inúmeros beneficiários, embora eventualmente tenham obtido êxito na interrupção dos descontos indevidos, já sofreram múltiplos e recorrentes prejuízos resultantes da colaboração entre entidades de classe, INSS e Dataprev.

A título de ilustração, apresenta-se planilha elaborada no **Relatório de Apuração do INSS**, que examinou a adequação dos descontos efetuados em benefícios previdenciários por meio da análise das tarefas “Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício” (código 3854), durante o período de janeiro de 2023 e maio de 2024. Para o intervalo citado, foram registradas **1.163.455 solicitações para este serviço**, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Tarefas de "Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício" (código 3854) para o período compreendido entre janeiro de 2023 e maio de 2024.

Mês da criação	Desconto não autorizado	Desconto autorizado	Não consta resposta	Total
jan/23	19.624	2.720	51	22.395
fev/23	15.538	2.721	28	18.287
mar/23	19.050	3.121	35	22.206
abr/23	19.607	2.477	53	22.137
mai/23	26.013	3.213	51	29.277
jun/23	14.557	2.015	26	16.598
jul/23	22.032	2.120	4	24.156
ago/23	43.645	3.298	45	46.988
set/23	50.643	3.729	133	54.505
out/23	60.900	5.297	188	66.385
nov/23	64.084	6.909	369	71.362
dez/23	67.293	6.732	513	74.538
jan/24	109.330	7.099	2.000	118.429
fev/24	84.735	6.030	29.515	120.280
mar/24	148.530	7.096	12	155.638
abr/24	192.764	6.584	73	199.421
mai/24	97.945	2.687	221	100.853
Total de requerimentos	1.056.290	73.848	33.317	1.163.455

Fonte: Relatório de Apuração[155] – Auditoria Geral, INSS.

De acordo com dados apresentados pelos requerentes, do total de 1.163.455 operações destinadas à exclusão de descontos, 73.848 eram relativos a descontos autorizados, 33.317 não apresentavam informações claras sobre a autorização, e **1.056.290**, correspondendo a aproximadamente **90,78%** do total, foram categorizados como **não autorizados**.

A frequência dessas ocorrências não apenas aponta para uma **falha crítica** no sistema de controle e supervisão, mas também sublinha a **urgência na implementação de medidas mais rigorosas** que possam efetivamente erradicar a desorganização prevalente em uma das autarquias fundamentais deste Estado Democrático de Direito.

Isso porque **todas as intervenções empreendidas** pela autarquia previdenciária **foram insuficientes** para resolver a situação, sublinhando a **ineficácia** do aparato regulatório ao ilícito que se perpetua. As medidas tomadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) revelam uma **discrepância significativa entre**

[155] Anexo 5.

a intenção normativa e sua efetivação prática, tal como se observa no panorama a seguir:

a) Emissão de Instruções Normativas e Portarias:

Embora inúmeros documentos regulatórios tenham sido elaborados, pelo INSS e seus órgãos internos especiais, com o propósito de refinar o processo de autorização e controle dos descontos em benefícios previdenciários, os resultados práticos têm sido aquém do esperado. Embora bem-intencionadas, essas medidas falham em mitigar substancialmente o problema central.

A complexidade e a profusão de novas regulamentações frequentemente não resultaram em uma aplicação eficaz nem em uma diminuição tangível dos descontos não autorizados, à exemplo do gigantesco rol de reclamações que aportam dia após dia nas plataformas oficiais sobre descontos indevidos.

Esta realidade restou atestada pela Auditoria Interna realizada no INSS em 2024[156], que constatou um aumento exponencial no volume de reclamações, mesmo após a implementação de quase uma dezena de novas normativas:

Gráfico 1 - Total de requerimentos do serviço "Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício" (código 3854) – jan/2023 a mai/2024



Fonte: Elaboração própria com base na extração realizada em 04.06.2024 por meio do BG-Tarefas.

A análise destes dados demonstra uma predominância avassaladora de casos de descontos não autorizados em comparação com aqueles que foram voluntariamente acordados pelos beneficiários. Ora, está evidente que a formalização dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o poder público desencadeou um edifício de situações prejudiciais para os segurados da previdência social, muitos dos quais dependem integralmente de seus benefícios para própria subsistência.

[156] Anexo 5.

Por coincidência ou não, **a evolução do gráfico tende a acompanhar o incremento de novos Acordos de Cooperação Técnica** pelo INSS com entidades de classe, sugerindo uma cadeia de ilícitos que, longe de ser cessada, é constantemente **fomentada pela própria autarquia previdenciária**. Existe uma correlação direta e proporcional entre a formalização de novos ACTs e o aumento no número de reclamações: quanto mais se busca "facilitar a vida do aposentado ou pensionista" através da consignação de mensalidades associativas em seus benefícios previdenciários, mais expressiva se torna a oposição por parte destes mesmos beneficiários, que se manifestam por meio de reclamações nos mais variados canais de comunicação – que, ainda assim, são representativas de menos de 20% do total de inconformados, tendo em vista o baixo letramento digital da pessoa idosa, maior vítima desta fraude.

Este cenário aponta para uma crise de eficácia dentro do INSS, caracterizada pela incapacidade de efetivamente implementar e fazer cumprir as normativas destinadas a proteger os interesses dos beneficiários mais vulneráveis, que acaba, em última análise, comprometendo a confiança pública no sistema de seguridade social como um todo e corroendo a própria função social em que a previdência se funda.

b) Autorização prévia, pessoal e específica para o desconto associativo:

A exigência de uma autorização prévia, pessoal e específica para descontos associativos, efetivada mediante um termo de adesão com assinatura eletrônica avançada e biometria, foi estabelecida pela Instrução Normativa INSS 162/24. Contudo, esta prática já era uma exigência desde a promulgação da IN INSS 110/20, que fazia previsão da necessidade de expressa autorização do beneficiário para a realização das consignações.

No entanto, apesar das normativas vigentes, a análise das inúmeras ações individuais, levadas ao Poder Judiciário ao longo dos anos, revela, durante a fase de instrução probatória, uma **notável ausência de qualquer forma de autorização** do segurado perante as entidades de classe, **sequer constando o termo de adesão à associação.**

Um exemplo dessa falha é observado no processo 0700641-59.2024.8.02.0038, com trâmite perante o **Tribunal de Justiça de Alagoas**[157],

[157] Anexo 9.

em que a **AMBEC** - Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos – foi condenada a indenizar a parte autora em razão da **não apresentação do termo de associação e de autorização** à efetivação dos descontos associativos:

Autos n° 0700641-59.2024.8.02.0038
Ação: Procedimento Comum Cível
Autor: [redacted]
Réu: Ambec - Associação dos Aposentados Mutualistas para Beneficios Coletivos

No caso dos autos, cabia à parte requerida provar a validade dos descontos na conta corrente da requerente, até mesmo pela inversão do ônus da prova que foi determinada às fls. 73/76, com a demonstração da observância da forma prescrita em lei para a sua celebração, conforme o disposto nos artigos 104, incisos III, e 166, inciso IV, ambos do Código Civil.

Entretanto, a ré não se desincumbiu do ônus de demonstrar a regularidade dos descontos.

Portanto, **reputo inexistente** a relação jurídica entre as partes, declarando nulo o contrato o negócio com a denominação de "Contribuição Ambec".

Outrossim, frequentemente aportam ao Judiciário casos de **falsificação de assinatura**[158] em termos de autorização para descontos associativos, prática recorrente na atuação da **CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, conforme constatado no processo n.º 0700098-46.2021.8.02.0043[159]:

Autos n° 0700098-46.2021.8.02.0043
Ação: Procedimento Comum Cível
Autor: [redacted]
Réu: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - Contag

[158] Prática que transcende o ilícito civil para configurar **ilícito penal**, sujeito às sanções previstas no art. 298 do Código Penal Brasileiro. Não obstante a **atividade criminosa**, o **INSS ainda mantém ACT ativo com a CONTAG**.
[159] Anexo 9.

No caso em análise, apesar da demandada alegar que a autora efetuou a assinatura da autorização dos descontos, e ter juntado aos autos prova a tal respeito, essa foi claramente refutada pela análise pericial ás fls. 384/408, em que foi constatada que a assinatura da carta de autorização de fls. 164 NÃO PARTIU do mesmo punho escritor da Sra. ZENILDA VICENTE DA SILVA, e por isso é FALSA.

Assim, reputo que não foi entabulada qualquer relação jurídica precedente entre as partes a justificar descontos de taxas associativas, notadamente ao ser constatada fraude na assinatura da autorização.

Há casos, ainda, em que as entidades procedem com uma **associação à distância**, estabelecendo termos de autorização para descontos associativos de maneira remota, o que claramente contraria as disposições legais estabelecidas pela Instrução Normativa INSS nº 28/2008[160], que proíbe explicitamente a autorização de descontos previdenciários por telefone e **não reconhece a gravação de voz como meio de prova válido**, o que invalida o desconto associativo, dada a **ausência de qualquer vínculo prévio estabelecido entre as partes**.

Uma prática semelhante foi observada com o **SINDIAPI** - Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores, no processo n.º 0700098-46.2021.8.02.0043, em que foi condenado ao ressarcimento dos danos causados pelo desconto indevido[161]:

Processo n.:1024706-69.2022.8.26.0451
Comarca: Piracicaba (5ª Vara Cível)
Apelante: [redacted]
Apelado: Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores - Sindiapi
Juiz: Mauro Antonini
Voto n. 32.682

Apesar da alegada gravação telefônica[1] que, em tese, validaria a contratação, o fato é que esta não comprova a livre e consciente adesão do consumidor, considerando-se suas características, ser pessoa humilde e idosa, bem como a falta de clareza nas informações

[160] "Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, **não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência**."
[161] Anexo 9.

> prestadas por telefone, por meio de atendente que fala praticamente sem parar para respirar e finalizou, fazendo parecer que procedia somente a uma confirmação de dados pessoais, o que fere a boa-fé objetiva, considerando-se, também, que o art. 539, § 1º, da Instrução Normativa INSS/PRESS nº 128, de 28 de março de 2022, aponta como condição para desconto da renda mensal do benefício, que o beneficiário seja cientificado, por escrito, devendo constar da comunicação a origem e o valor do débito, o que não restou comprovado.
>
> Em relação à forma da restituição, considerando-se a existência de claros indícios de fraude na filiação do autor, que não se demonstrou legítima, é evidente má-fé e violação à boa-fé objetiva pela requerida, o que impõe a restituição em dobro dos valores indevidamente descontados, por aplicação do disposto no art. 17 c.c. o art, 42, parágrafo único, do CDC, na forma estabelecida na sentença.

Esses episódios demonstram que, apesar dos comandos legais, **persiste uma resistência por parte das entidades reguladas em cumprir com as normativas que lhes são impostas**. Fica evidente que as entidades de classe, ora demandadas, exploram lacunas legais ou simplesmente optam pela não adesão, mas ainda assim conseguem beneficiar-se de mensalidades substanciais todos os meses, provenientes de uma associação não consentida e, por consequência, ilegal.

Ora, o Instituto Nacional do Seguro Social, **encarregado da fiscalização dos acordos que celebra**, não pode permanecer inerte diante de violações (inclusive criminais) das normativas estabelecidas. Torna-se evidente que as medidas regulatórias implementadas até o presente momento não surtiram os efeitos positivos esperados na prática, razão pela qual urge a necessidade de uma ação mais decisiva e orientada para o benefício direto dos segurados, que são, afinal, o foco e o fim dos Acordos de Cooperação Técnica.

c) Bloqueio automático de desconto associativo:

Em 30 de junho de 2020, por meio do **Decreto nº 10.410**, que alterou o Regulamento da Previdência Social[162], o INSS demandou à Dataprev a implementação de um **sistema de bloqueio automático dos benefícios previdenciários**, somente sendo possível o desbloqueio mediante autorização prévia, pessoal e específica do beneficiário, como forma de mitigar a ocorrência de possíveis descontos indevidos sem a devida anuência do titular.

Este serviço passou a ser oferecido pela autarquia previdenciária por meio do **aplicativo "MEU INSS"**, na aba de "Bloquear/Desbloquear Benefício para Empréstimo Consignado e Mensalidade de Sindicatos" (código 16315), ou, excepcionalmente, nas Agências da Previdência Social, no qual o cidadão desbloqueia seu benefício para a operação de desconto de mensalidade associativa e empréstimos consignados.

Portanto, **após 30/06/2020**, para que seja possibilitado o desconto de mensalidade associativa em benefício previdenciário, cabe às entidades representativas firmarem ACT com o INSS, **formalizar as devidas autorizações por meio dos termos de filiação e de autorização**, e, em posse de cópia do documento de identificação do titular, informar à Dataprev os valores a serem descontados do segurado.

Contudo, **não obstante a legislação vigente**, a ausência de vontade política comprometeu a eficácia da regulação. O desbloqueio, que deveria ocorrer somente mediante prévia, pessoal e específica autorização do segurado **não repercutiu efeitos satisfatórios na prática** – por culpa grave (ou dolo) do próprio INSS.

Em 17 de julho de 2023, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (**CONTAG**), entidade demandada que possui ACT vigente com o INSS desde 1994[163] para operacionalizar os descontos em benefício relacionados ao pagamento de mensalidades associativas, encaminhou

---

[162] Aprovado pelo **Decreto n.º 3.048/99**, §1º-A do art. 154; consolidado no inciso I, art. 655 da **IN PRESS/INSS 128/2022** e, posteriormente, replicado na **IN PRESS INSS 162/2024**, no §2º do art. 22, nos seguintes termos: "*Art. 22. O desconto de mensalidade associativa poderá incidir somente nos benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões por morte, quaisquer que sejam suas espécies. § 2º Os benefícios referidos no caput, uma vez concedidos, permanecerão bloqueados para a realização de desconto associativo e somente serão desbloqueados por meio de autorização prévia, pessoal e específica do beneficiário.*"

[163] Informação consignada no Ofício nº 115/2014/SPS/CONTAG (SEI 1973470) do Processo 35000.000600/2014- 66. Nos termos do Anexo II do Memorando-Circular nº 08 DIRBEN/CGBENEF, de 04.03.2004, o INSS assinou convênio com a CONTAG em 15.01.2004.

o **Ofício n.º 618/2023/SPS-CONTAG**[164] à autarquia previdenciária, reiterado em 02/10/2023 pelo Ofício n.º 0884/2023/SPS-CONTAG[165], relatando a existência de **atrasos na execução das consignações em virtude de falhas na funcionalidade de desbloqueio de benefícios pelo portal "Meu INSS"**, que estariam prejudicando os beneficiários que tentavam realizar o procedimento.

A solicitação de **desbloqueio em lote** seguiu no Processo SEI 35014.382159/2023-61, sob a DM 202377. Em 25/10/2023, foi emitida a **Nota Técnica n.º 18/2023/CGPAG/DIRBEN-INSS (SEI 13516706)** com proposta de **deferimento da medida**, que, posteriormente, por meio do Despacho n.º 00189/2023/GAB/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (SEI 13784069), foi ratificado pela autarquia previdenciária.

Em 1º de novembro de 2023, **em atendimento à demanda do INSS**, a **Dataprev** efetuou o **desbloqueio em lote**, propiciando a consignação da mensalidade associativa de **34.487 benefícios** que constavam na listagem encaminhada pela CONTAG no Ofício n.º 0992/2023/SPS-CONTAG (SEI 13823942), de 31/10/2023.

Contudo, apesar das alegações da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e os argumentos endossados na Nota Técnica nº 18/2023/CGPAG/DIRBEN-INSS que suportaram a decisão do INSS de proceder ao desbloqueio em lote, os registros extraídos do sistema BG – Tarefas apresentaram um quadro divergente. Os dados indicaram que **o serviço para solicitação de desbloqueio para descontos associativos estava ativo** desde outubro de 2022, sendo que até setembro de 2023 mais de 140 mil requisições (140.943) haviam sido processadas, com um tempo médio de conclusão de 13,21 dias. Não obstante, entre outubro de 2022 e outubro de 2023, apenas 1.217 tarefas de desbloqueio foram requisitadas pelos beneficiários associados à CONTAG, sendo que em 25 de outubro de 2023, data da emissão da nota técnica, apenas **213** das 35.058 pessoas listadas pela CONTAG ainda aguardavam a conclusão do desbloqueio.

Face a este cenário, e considerando que a autorização de desconto e sua respectiva efetivação, a partir de 30/06/2020, deve ser precedida pelo desbloqueio do benefício a pedido exclusivo de seu titular, tem-se que o procedimento em lote promovido pelo INSS, para atender à solicitação da CONTAG, além de

---

[164] SEI 12630464, do Processo 35000.000600/2014-66.
[165] SEI 13484116, do Processo 35014.382159/2023-61.

desconsiderar o contido no §1º-A do art. 154 do Decreto nº 3.048/99, também **careceu de evidências que demonstrassem** a **real intenção dos segurados** em relação ao desbloqueio do benefício para descontos de mensalidades associativas.

A falta de correspondência entre as justificativas apresentadas pela CONTAG e a realidade fática atestam a ausência de uma análise criteriosa por parte do INSS para a autorização dos desbloqueios, tendo em vista que os argumentos levados pela entidade não guardavam relação com a realidade à época da solicitação e, da mesma forma, não se achavam amparadas em evidências suficientes para autorizar a intervenção realizada, revelando uma **falha significativa no processo decisório da autarquia**, comprometendo a integridade e a transparência das operações previdenciárias.

Todos estes dados e relatos foram descobertos por meio de uma Auditoria Interna no INSS, que, em análise comparativa das listas enviadas pela CONTAG e os registros de solicitações de desbloqueio, logrou identificar a inexistência de um acúmulo significativo de pedidos pendentes de desbloqueio na CONTAG (apenas 213 requisições aguardando resposta), atestando que, dos 35.058 benefícios para os quais a CONTAG pediu desbloqueio, **34.487 foram desbloqueados sem a devida avaliação individual**, restando evidenciada a inexistência de autorização prévia, pessoal e específica por parte dos 34.487 beneficiários, em descumprimento ao §1º-A do Decreto nº 3.048/99.

Este cenário atesta que o **INSS** está a **sucumbir com a previdência do país**, como reflexo de uma **falha dupla de governança**: **ativa**, pela não aplicação das sanções previstas nas Instruções Normativas e portarias que ele mesmo estabelece, e **passiva**, pela negligência na fiscalização dos Acordos de Cooperação Técnica firmados e ausência de conferência das plataformas de reclamações oficiais para verificar a regularidade dos descontos, tal como determinado pelo §1º-F do Decreto n.º 3.048/99 e art. 2º, §§1º e 2º da Portaria DIRBEN/PRESS/IINSS n.º 51/24.

Ao não honrar seus deveres, o INSS compromete a função social que lhe é inerente, de proteger o bem comum e assegurar o fortalecimento de um dos pilares fundamentais da seguridade social – o que não apenas compromete a integridade do sistema de segurança social como também coloca o INSS em posição de **corresponsabilidade pelos prejuízos gerados por essas graves infrações.**

d) Implementação de Sistemas de Monitoramento e Fiscalização e das Auditorias Internas:

A inclusão do desconto na folha de pagamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) decorre da condição prévia de autorização dos segurados na qualidade de filiados às entidades, nos termos do inc. V do art. 115 da Lei nº 8.213/91 e do inc. V do art. 154 do Decreto nº 3.048/99. Como mecanismo para avaliação da regularidade dos descontos efetuados, compete ao INSS, dentre outras providências, analisar regularmente a quantidade de reclamações dos beneficiários nas ouvidorias e plataformas de reclamações oficiais, na forma do §1º-F do Decreto nº 3.048/99.

Não obstante, a formalização dos Acordos de Cooperação Técnica demanda a inserção de cláusulas que detalhem os procedimentos de monitoramento e avaliação, estabelecidos no inciso VIII do artigo 42 da Lei nº 13.019/14 e especificados mais detalhadamente no artigo 51 do Decreto nº 8.726/2016. Essas cláusulas, que são partes integrantes de cada ACT e do respectivo Plano de Trabalho, reforçam e complementam as disposições legais vigentes, estabelecendo a obrigação do INSS de **fiscalizar o cumprimento das obrigações pactuadas**, especialmente no que tange à verificação da regularidade dos descontos através da análise dos termos de adesão e das autorizações de consignação fornecidas pelas entidades.

Essas disposições normativas também determinam, de forma subsidiária aos dispositivos legais que já implementam o dever de fiscalização da autarquia previdenciária, **cláusulas específicas** destinadas à regular a periodicidade e os critérios de análise utilizados nas avaliações, tipicamente exigindo que o INSS conduza fiscalizações ordinárias semestrais sobre os acordos em vigor, visando garantir uma supervisão contínua e eficaz das operações relacionadas aos descontos de mensalidades associativas em benefícios previdenciários.

No entanto, apesar das disposições supra e das responsabilidades inerentes ao INSS à luz do **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil** – MROSC (Lei n.º 13.019/14), do Decreto n.º 8.726/16, da Lei n.º 8.213/91, do Decreto n.º 3.048/99 e da Portaria DIRBEN/PRESS/INSS n.º 51/24, uma auditoria interna realizada pelo próprio INSS identificou a ocorrência de falhas sistêmicas no processo de fiscalização da autarquia previdenciária.

Em uma análise por **amostragem**, constante do Relatório de Auditoria Interna[166], emitido em 06 de setembro de 2024, constatou-se que **8 de 9 Acordos** de Cooperação técnica faziam previsão de **fiscalização ordinária semestral pelo INSS**, mas que, ainda assim, **não foi efetivado**:

> Como resultado dos exames, verificou-se que 8 dos 9 ACT analisados contemplam cláusula expressa prevendo a realização de fiscalização ordinária semestral, a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), sendo dispensada de tal procedimento apenas a parceria firmada com a entidade Master Prev. Apesar disso, o procedimento de fiscalização ordinária não foi realizado pelo INSS nos termos propostos pelos ACT para nenhuma das outras 8 entidades.[167]
>
> Conforme constatado, desde a publicação do respectivo ACT no DOU, as entidades AAPPS/UNIVERSO, AMBEC, Amar Brasil/ABCB, CAAP, CBPA, CONAFER, RIAAM Brasil e UNIBAP deveriam ter sido fiscalizadas semestralmente em caráter ordinário, o que significa que, no total, **elas deveriam ter sido fiscalizadas pelo INSS em 32 oportunidades** até 31.05.2024. No entanto, à execução da UNIBAP, que teve uma fiscalização ordinária iniciada em 03.04.2023, e outra iniciada em 07.12.2023, **nenhuma outra entidade foi fiscalizada ordinariamente em mais de uma oportunidade**. A primeira e única fiscalização ordinária das demais unidades ocorreu apenas em 07.12.2023, tendo sido iniciada a partir de ato conjunto, disposto no processo SEI nº 35014.466924/2023-03.

Em despacho no processo SEI 14219654, de 07/12/2023, a CGPAG **justificou a não realização das fiscalizações** ordinárias em razão da "**quantidade insuficiente de servidores** em atuação em seu âmbito, para análise de processos com tal envergadura". No entanto, **apesar da justificativa**, ainda, naquele ano, **foram celebrados 12 novos Acordos de Cooperação**, não sendo suscitado, em nenhum momento, a inviabilidade de realização de fiscalizações em função de capacidade operacional reduzida ou qualquer outro elemento que prejudicasse o monitoramento e avaliação prévia.

Restam as dúvidas: há realmente uma inviabilidade de fiscalização pela autarquia previdenciária dos ACTs vigentes? Se a capacidade de fiscalização é de fato limitada, por que o INSS continuou a autorizar o sistema de desconto

---

[166] Relatório de Apuração de Descontos Associativos. Anexo 5.
[167] Relatório de Apuração de Descontos Associativos. Anexo 5.

consignado para mensalidades associativas e sindicais se não tinha condição alguma de fiscalizar?

A explicação para essa contradição pode estar relacionada com as **vantagens financeiras milionárias obtidas pela autarquia**, à custa da legalidade. A título de exemplo, estima-se que entre janeiro de 2023 e maio de 2024 **o INSS reteve aproximadamente R$9 milhões** como contraprestação pela operacionalização dos acordos[168]; um **grande incentivador para a manutenção de uma fiscalização "nominal" e não efetiva**, sugerindo um possível conflito de interesses onde a autarquia prefere assegurar receitas em detrimento do rigor na fiscalização das disposições estabelecidas em lei e nos ACTs.

Além disso, torna-se evidente o caráter **conveniente** para a autarquia em perpetuar o ilícito, uma vez que algumas das associações demandadas, responsáveis por milhares de descontos indevidos, integram a composição do **Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)**[169], órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do Ministério da Previdência Social:

Composição	
Aposentados e Pensionistas	
Gerson Maia de Carvalho Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT)	**José Avelino Pereira** Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)
Warley Martins Gonçalles Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)	**Obede Muniz Teodoro** Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)
Tonia Andrea Inocentini Galleti Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical (SINDNAPI)	**Evandro José Morello** Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

Ora, a ineficácia de todos os meios regulatórios até então implementados parece ter encontrado a sua fonte. **Associações e sindicatos**, igualmente envolvidos no interesse pela perpetuação do ilícito, **participam ativamente**, acompanham e avaliam de maneira sistemática a gestão da previdência, **influenciando as decisões políticas que regem a Previdência Social**. Ao exercerem esse **poder**

---

[168] Relatório de Apuração de Descontos Associativos. Anexo 5.

[169] Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-previdencia-social/institucional/composicao#:~:text=O%20Conselho%20Nacional%20de%20Previdencia,trabalhadores%20em%20atividade%20e%20empregadores>. Acesso em 27/11/2024.

de influência sobre o processo decisório, essas entidades ganham força, o que lhes permite sair impunes diante de ilícitos flagrantes, consolidando um ciclo vicioso de negligência e favorecimento mútuo, em detrimento dos segurados que deveriam ser protegidos pela autarquia.

O descaso para com a adequada fiscalização dos Acordos de Cooperação Técnica pelo INSS é evidente, e essa omissão se deflagra, ainda, pela **renovação de acordos anteriormente rescindidos por fraudes nos descontos associativos**, envolvendo entidades como ABAMSP, ANAPPS, ASBAPI, ABSP e CENTRAPE.

Nesse ponto, cumpre ressaltar que, das claras disposições de monitoramento e fiscalização, estabelecidas pelo artigo 73 da Lei nº 13.019/2014 e pelo artigo 71 do Decreto nº 8.726/2016, cumpre ao INSS avaliar e, precipuamente, **penalizar** as entidades por não cumprimento das condições dos acordos e respectivos planos de trabalho. Em caso de reincidência de ações que originaram penalidades ou quando da existência de condutas por parte da acordante que causem prejuízo ao beneficiário ou ao INSS, na forma expressa em cada acordo, caberá a **rescisão** do ACT.

Face à esta realidade, e atento às pressões de órgãos estatais quanto a irregularidade dos descontos associativos[170], foram rescindidos os acordos vigentes com a ABAMSP, ANAPPS, ASBRAPI e CENTRAPE em 30 de julho de 2019, e com a ABSP em 10 de fevereiro de 2020. Apesar dessas ações, **o INSS formalizou novos ACTs com as entidades ANAPPS e ABSSP**, sob as denominações **ABRAPPS** e **AAPEN**, respectivamente, ignorando o histórico de litígios judiciais contra elas por práticas de descontos não autorizados.

O processo que originou a formalização de novos acordos com tais entidades elucida o **dolo inerente à conduta do INSS**. Isso porque a DGACO **recomendou** que os acordos **não fossem celebrados** até a conclusão das investigações sobre as práticas passadas, reforçado pela Nota Técnica Nº 14/2021/DGACO/COGEC/CGEUC/DIRAT (SEI 298427), sendo aprovada a recomendação pelas coordenações da DIRBEN em março de 2021. No entanto, em setembro de 2021, a Divisão de Consignação em Benefícios (DCBEN), à época responsável pela análise dos processos de ACT, alterou esse posicionamento, propondo a celebração de novos acordos, que foram, enfim, formalizados.

---

[170] Necessariamente, de reclamações formalizadas no Inquérito Civil nº 14.0719.0000726-2019-2, instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

Esta decisão levou a **mais denúncias de irregularidades**, como indicado pelo processo SEI 35014.439990/2023-01, iniciado em 14 de novembro de 2023, que contém reclamações, denúncias e ações judiciais indicando condutas irregulares por parte da **AAPEN** – que já ocupava o **quarto lugar** em termos de quantidade de tarefas de solicitação de exclusão de desconto em que os beneficiários afirmaram não ter emitido autorização.

Quanto à ABRAPPS, o processo de fiscalização registrado no processo SEI 35014.133865/2024-62, decorrente de procedimento de fiscalização iniciado em 07 de dezembro de 2023 por meio do despacho SEI 14219654, **não possuía registros de avaliação pelo INSS** até 13 de julho de 2024, data de conclusão da respectiva análise que integra o relatório de auditoria. Desta forma, **não foi possível constatar**, nos novos processos de formalização de parcerias com a ABRAPPS e AAPEN, **a certificação, pelo Instituto, de que estariam sanadas as razões pelas quais os acordos foram rescindidos**; o que afeta precipuamente os beneficiários do RGPS, que se sujeitam ao risco de serem novamente lesados.

A revalidação desses acordos, apesar das evidências de práticas fraudulentas, atesta a gravidade da negligência institucional e reforça a impunidade que permite a continuidade dos ilícitos, prejudicando ainda mais os segurados que dependem da integridade do sistema previdenciário para a manutenção de seus direitos.

Não obstante, a persistência de deficiências nos procedimentos adotados pelo INSS, mesmo diante de múltiplas regulamentações, foi novamente evidenciada em uma **auditoria** realizada pelo **Tribunal de Contas da União (TCU)**. No processo TC n.º 032.069/2023-5, instaurado por determinação do Congresso Nacional, ficou claro que a **simples apresentação à Dataprev**, pelas entidades de classe, de uma lista mensal contendo os nomes dos segurados e os valores a serem consignados, **é insuficiente para garantir a regularidade dos descontos aplicados**. De acordo com o TCU:

> **A fragilidade desta sistemática é evidente** e tem causado prejuízos aos segurados, o que foi comprovado pela unidade instrutiva que concluiu que, dez **dos 28 casos em que foi solicitada a documentação** comprobatória **não atendem às exigências de documentação prevista** no art. 655 da IN PRES/INSS 128/2002, o que corresponde a 35,7% dos casos.
>
> **O elevado número de reclamações registrada no site Reclame Aqui** relativas a descontos indevidos por entidades associativas corrobora

> essa constatação. Os dados obtidos pela equipe de fiscalização indicam uma avaliação pouco satisfatória do serviço prestado por essas entidades, bem como que a maior parte das reclamações se deve justamente a descontos indevidos e não autorizados realizados pelas entidades.
>
> Registro que foram **quase 30.000 reclamações registradas** no período para as entidades associativas conveniadas com o INSS, com negativo destaque para a Ambec, Conafer, Universo e Unaspub, com mais de 2.000 reclamações cada.

Deve-se observar que, conforme evidenciado pela plataforma Reclame Aqui, a **quantidade de reclamações** relativas a entidades como AMBEC, CONAFER, UNIVERSO, e UNASPUB **é significativamente alta**, respectivamente com 9.172, 6.695, 4.000 e 3.000 reclamações; volume de queixas que ilustra a **persistência de problemas apesar dos esforços regulatórios empreendidos** tanto pela autarquia quanto por outros órgãos governamentais.

Além disso, o crescimento no número de associados a essas entidades foi extraordinário. Por exemplo, a AMBEC tinha apenas **três associados** em dezembro de 2021 e viu seu número saltar para mais de **600 mil** em novembro de 2024. Outras entidades como a CBPA e a AMAR BRASIL – ABCB também experimentaram aumentos notáveis em seus quadros associativos durante o mesmo período, com a CBPA passando de **nenhum** associado em 2021 e 2022 para mais de **340 mil** em 2023, e a AMAR BRASIL – ABCB crescendo de **53 mil** associados em 2021 para mais de **210 mil** em dezembro de 2023.

Este crescimento expressivo no número de associados acabou por ocasionar um aumento exponencial dos montantes repassados às entidades de classe, sendo possível constatar, conforme a tabela abaixo formulada com dados coletados no Portal da Transparência, o montante bilionário que muitas associações retiveram ao longo dos últimos dez anos:

FAVORECIDO	Valor (R$)
CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES	R$ 3.796.300.926,84
ASSOCIACAO DE APOSENTADOS MUTUALISTA PARA BENEFICIOS COLETIVOS - AMBEC	R$ 393.720.090,91
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA UNIAO GERAL DOS TRABALHADORES	R$ 56.270.444,62
UNIAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS DA PREVIDENCIA	R$ 157.292.046,53
AAPB ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTASDO BRASIL	R$ 139.094.081,32
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL-ABRAPPS	R$ 125.115.991,87
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS DO BRASIL - SINAB	R$ 44.986.140,45
SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES APOSENTADOS E PENSIONIS	R$ 2.943.582,30
REDE IBERO-AMERICANA DE ASSOCIACOES DE IDOSOS DO BRASIL	R$ 77.387.553,71
CINAAP - CIRCULO NACIONAL DE ASSISTENCIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	R$ 35.475.317,26
UNASPUB - UNIAO NACIONAL DE AUXILIO AOS SERVIDORES PUBLICOS	R$ 209.932.047,92
UNIVERSO ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DOS REGIMES GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	R$ 204.943.242,31
CAIXA DE ASSISTENCIA AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	R$ 178.816.074,71
CONAFER CONFEDERACAO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND.FAMI.RURAIS DO BRASIL	R$ 685.452.610,90
A ASSOCIACAO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDENCIA SOCIAL - AP BRASIL	R$ 108.036.457,11
CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL	R$ 61.257.477,62
CONFEDERACAO BRASILEIRA DOS TRABALHADORES DA PESCA E AQUICULTURA	R$ 174.432.502,31
AMAR BRASIL CLUBE DE BENEFICIOS	R$ 232.746.319,06
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS	R$ 454.438.353,50
CENTRO DE ESTUDOS DOS BENEFICIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	R$ 140.693.184,84
APDAP PREV-ASSOCIACAO DE PROTECAO E DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	R$ 174.730.250,24
ASSOCIACAO DE AMPARO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL - AMPABEN BRASIL	R$ 63.336.298,98
ASSOCIACAO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL AS.	R$ 16.781.857,06
ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NACIONAL	R$ 200.952.810,74
UNIAO NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL- UNABRASIL	R$ 100.677.005,53
ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS DO BRASIL - AAB	R$ 18.242.704,82
ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA NACAO	R$ 63.543.751,13
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORCA SINDICAL	R$ 546.301.347,77
MASTER PREV CLUBE DE BENEFICIOS	R$ 146.809.833,15
ASBRAPI ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS	R$ 10.793.663,60
ABRASPREV ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS CONTRIBUINTES DO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	R$ 45.196.517,23
CENTRAL NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS- (ASSOCIACAO SANTO ANTONIO)	R$ 2.661.089,56
AASPA - ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA SOCIAL A PENSIONISTAS E APONSENTADOS	R$ 3.941.394,36
ANDDAP ASSOCIACAO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	R$ 38.989.567,03
AASAP - ASSOCIACAO DE AMPARO SOCIAL AO APOSENTADO E PENSIONISTA	R$ 24.250.612,31
	R$ 8.736.543.149,60

Fonte: Portal da Transparência – Anexo 6.

A tabela acima, formulada com dados obtidos por meio do Portal da Transparência, atesta a **arrecadação** de **R$8,7 bilhões** pelas 35 entidades demandadas por meio de descontos associativos indevidos somente nos **últimos dez anos**. Especificamente entre 2022 e 2024, os repasses para associações como AMBEC, AMAR BRASIL e AAPPS – Universo, provenientes de beneficiários do INSS, cresceram substancialmente, passando de R$544,7 milhões para mais de **R$ 1,5 bilhão**, o que representa um **aumento de 184,7%.**

De fato, os descontos indevidos indicam uma operação de grande escala cujos **ganhos são bilionários**. Seria ingenuidade presumir que esta margem de lucratividade tem origem na legalidade, especialmente quando confrontada com o volume substancial de reclamações, denúncias e ações judiciais que visam a cessação da prática.

Este cenário é especialmente preocupante, pois indica uma conivência do próprio INSS com atos prejudiciais aos direitos dos próprios aposentados e pensionistas que deveria proteger. Ao investigar a motivação por trás dos descontos não autorizados em mensalidades associativas, o TCU identificou causas múltiplas para essas irregularidades, tais como:

> Como causa dos descontos não autorizados de mensalidade associativa foram identificadas: (i) a **ausência de verificação da filiação do beneficiário e de sua autorização previamente à averbação dos descontos**; (ii) a **fragilidade na ferramenta de bloqueio e desbloqueio** para a averbação de descontos; e (iii) a **falta de avaliação periódica das reclamações** referentes a descontos indevidos.

Isso porque a mera apresentação dos termos de filiação e de autorização de desconto pelas entidades associativas ao INSS, **"apenas quando solicitado", não é suficiente para impedir a ocorrência de lançamentos indevidos**, tendo em vista que tal documentação pode ser **facilmente fraudada** por entidades má intencionadas, e o INSS não dispõe de recursos aptos a identificar e/ou comprovar falsificações porventura existentes nos documentos apresentados, tal como mencionado pelo próprio Ministro da Previdência, Carlos Lupi.

Esta precária operacionalização dos descontos pela autarquia foi amplamente reconhecida nas discussões do NUP 35014.301646/2020-99, que tratou da reformulação da IN PRES-INSS nº 110/20, onde **o próprio INSS se opôs a implementar medidas que o obrigassem a verificar a legalidade e legitimidade dessas autorizações**, visando esquivar-se da responsabilidade direta sobre a veracidade das informações. O posicionamento negligente da autarquia se verifica pela revogação, quando da publicação da IN PRES-INSS 162/24, do artigo 655 da IN PRES-INSS 128/22, que exigia a apresentação obrigatória dos termos de filiação e de autorização de desconto da mensalidade associativa ao INSS.

Com a publicação da Instrução Normativa vigente, **logrou êxito a autarquia** previdenciária em, expressamente, **eximir-se da responsabilidade** de conferir a legalidade e a veracidade das autorizações para o desconto associativo em benefício. Isso porque **não queria o órgão a responsabilidade de fiscalizar uma conduta sabidamente ilegal**, mas que lhe rende milhões de reais anualmente. Tudo a demonstrar o descaso do INSS para com os direitos de seus aposentados e pensionistas.

Contudo, nenhuma instrução normativa é capaz de contornar a lei imperativa. É **dever do INSS**, como órgão de controle dos benefícios de aposentados e pensionistas **zelar pela correta destinação dos valores previdenciários aos respectivos destinatários**, apenas operacionalizando descontos essenciais, pautados na veracidade e voluntariedade.

Não obstante, ainda incumbe à autarquia, nos termos do **§1º-F do art. 154 do Decreto nº 3.048/99**, à título de **auditoria ordinária**, a avaliação periódica das reclamações de beneficiários, dentre outros elementos relacionados aos acordos celebrados e a decisão. A depender da quantidade e gravidade das irregularidades identificadas, deve o INSS decidir pela aplicação das sanções às entidades, ou, em caso de reincidência, pela **rescisão do acordo** de forma unilateral, conforme art. 73 Lei n.º 13.019/14.

No entanto, **o INSS mantém conduta inerte**. Ainda que rescinda os ACTs comprovadamente fraudulentos, acaba por renová-los em período posterior sem justificativa alguma.

A realidade que se apresenta é **perturbadora**. A recorrência de deduções indevidas nas mensalidades associativas, extraída de forma arbitrária dos contracheques dos beneficiários do INSS, gera uma **cadeia de prejuízos devastadores aos segurados**.

Em um cenário de acentuada **penúria financeira**, tais deduções transcendem a simples perda patrimonial; elas reverberam nas esferas mais íntimas da existência humana, provocando desgaste emocional profundo, a desintegração de laços familiares, a renúncia forçada a projetos de vida e, de maneira quase que irremediável, culmina na negligência de órgãos governamentais para com os anos de trabalho árduo e honesto que os segurados dedicaram ao sustento de sua dignidade e de suas famílias. Esses anos de esforço, que deveriam ser colhidos como frutos merecidos, são, ao contrário, vilipendiados pela conduta negligente e transversal à boa-fé objetiva da autarquia previdenciária, resultando em um cerceamento imerecido e brutal de direitos fundamentais, com consequências, muitas vezes, irreparáveis para os envolvidos.

Seja na busca por ressarcimento dos valores descontados de forma indevida, seja pela tragédia que atinge os beneficiários que, alheios aos descontos ilegais, não solicitam o ressarcimento, todos são unanimemente afetados. Estes cidadãos, já fragilizados por uma realidade de extrema penúria financeira, se

veem impelidos a suportar uma diminuição feroz de seu poder aquisitivo, que, no contexto de uma escassez de recursos, já é quase insignificante.

Essa realidade, posta face à inércia de órgãos estatais responsáveis por sua solução, agrava ainda mais o enredo. É patente que, quanto mais emergem tentativas de regularização da situação, mais se proliferam as fraudes, ainda que disfarçadas sob nova roupagem.

A persistência dessas práticas, com a conivente indiferença do INSS, é um **atestado inequívoco da ineficácia da supervisão** e da nocividade dos descontos de mensalidades associativas sobre os benefícios previdenciários. A atuação complacente da autarquia revela, com contundência, o desdém por direitos que deveriam ser resguardados com a devida seriedade e diligência.

Apesar da constante fiscalização dos órgãos públicos, a **fraude dos descontos indevidos permanece incólume, imune** a qualquer tentativa de erradicação, fazendo com que se torne imperativo e **urgente o apelo ao Poder Judiciário**, com vistas à resolução definitiva da questão, nos termos previstos pela legislação vigente e pelos regulamentos que sustentam a matéria.

Do contrário, caso não esteja o Judiciário pronto para intervir, **milhões de aposentados e pensionistas**[171] permanecerão, durante anos, sujeito às práticas fraudulentas de diversas organizações da sociedade civil e à inércia do órgão que deveria resguardar seus direitos, uma vez que o INSS, responsável pela fiscalização contínua da regularidade das operações, vem atuando com absoluta ineficácia, permitindo que tais abusos persistam sem qualquer resposta legítima.

Assim, diante da manifesta incapacidade regulatória e, principalmente, fiscalizatória do INSS — que falhou em realizar as auditorias ordinárias na periodicidade prevista nos respectivos instrumentos de acordo —, e somada à estreita relação da autarquia com as associações, especialmente aquelas vinculadas ao CNPS – o que a torna ainda mais parcial e complacente na resolução da questão – torna-se imperativo o apelo pela imediata e urgente **rescisão dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com as entidades demandadas**; sendo devido rescindir, ainda, contratos formalizados entre essas e a Dataprev, visando erradicar, pela raiz, a origem deste problema que, sem uma ação decisiva, continuará a prejudicar os segurados e a perpetuar a injustiça na vida de muitos.

---

[171] Estimados, hoje, em **32.002.330 aposentados e pensionistas**. Dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação - Anexo 7.

7. DA RESCISÃO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FACE À ILEGITIMIDADE DAS ENTIDADES DEMANDADAS

Persistem razões para a rescisão dos Acordos de Cooperação Técnica celebrados, ainda, em razão do descumprimento, pelas entidades demandadas, dos termos estabelecidos na Lei n.º 8.213/91 e na Instrução Normativa PRES-INSS n.º 162/2024.

Não bastasse a patente ilegalidade que macula a atuação das entidades de classe demandadas, outros critérios corroboram para a medida de rescisão ora pleiteada. Conforme a norma vigente, as entidades de classe que almejam formalizar Acordo de Cooperação Técnica com o INSS devem cumprir uma série de **requisitos prévios**, previstos tanto em lei federal quanto em instrução normativa publicada pela autarquia previdenciária. Contudo, nem todas as entidades demandadas atendem a esses pressupostos mínimos, o que evidencia, desde o início, o seu descompromisso com os direitos dos aposentados e pensionistas que deveriam proteger.

Anexo a esta petição, encontra-se uma relação de elementos probatórios que evidenciam cada uma das práticas infratoras mencionadas, demonstrando, de forma clara e objetiva, o descumprimento das obrigações estabelecidas.

A seguir, serão expostos os dispositivos infringidos, como forma de reforçar a necessidade de **rescisão imediata dos acordos** firmados, face à flagrante incapacidade das entidades demandadas em cumprir com os requisitos legais e regulamentares que lhes são impostos:

1) Entidades que não são de/para aposentados e pensionistas:

Artigo 115, inciso V, da Lei n.º 8.213/91

Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

V - mensalidades de **associações e demais entidades de aposentados** legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.

Art. 154. O Instituto Nacional do Seguro Social pode descontar da renda mensal do benefício:

> V - mensalidades de associações e de demais entidades de aposentados ou pensionistas legalmente reconhecidas, constituídas e em funcionamento, desde que autorizadas por seus filiados, observado o disposto nos § 1º ao § 1º-I; e
>
> § 1º-D **Considera-se associação ou entidade de aposentados ou pensionistas aquela formada por:**
>
> I - **aposentados ou pensionistas**, com objetivos inerentes a essas categorias; ou
>
> II - pessoas de categoria profissional específica, cujo estatuto as preveja como associados ativos e inativos, e que tenha dentre os seus objetivos a representação de **aposentados ou pensionistas**.

Conforme se depreende do texto legal, o desconto de verba associativa em benefícios previdenciários só seria permitido quando proveniente de associações e demais entidades voltadas especificamente à **defesa e proteção dos direitos e interesses dos aposentados e pensionistas**, devendo esta ser uma das finalidades preceituadas em seus estatutos sociais.

No entanto, a prática demonstra uma realidade diversa. Dentre as entidades que integram o polo passivo da presente demanda, **existem associações e confederações cujos fins não estão alinhados com os objetivos essenciais previstos em lei**, ou seja, não têm como missão principal a defesa dos direitos e interesses dos aposentados. Isso implica, portanto, em um descumprimento das disposições legais que regulam o desconto de contribuições associativas em benefícios previdenciários, evidenciando a irregularidade das práticas adotadas por essas entidades.

Exemplo claro dessa desconformidade é a **CONTAG** (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), que, em seu estatuto social, especifica a tutela dos **trabalhadores rurais**, mas não faz qualquer menção à defesa dos aposentados ou pensionistas. Da mesma forma, a **UNASPUB** (União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos), criada em 2006, concentra sua atuação na **defesa dos direitos dos servidores públicos** em diversos contextos, mas não inclui a defesa dos aposentados como um de seus objetivos, impossibilitando a formalização de acordos com o INSS em nome dessa classe.

A **CONAFER** (Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil), voltada à defesa do setor agropecuário, tem como finalidade principal garantir a **voz autônoma dos agricultores**

familiares nas decisões políticas e econômicas que afetam o agronegócio, não fazendo qualquer alusão à proteção dos aposentados ou pensionistas.

Por fim, a **CBPA** (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura), dedicada à representação dos **interesses dos pescadores artesanais**, também não inclui em seu escopo a defesa dos aposentados e pensionistas, reforçando a incompatibilidade de sua atuação com as exigências legais que regulam os descontos associativos para essa classe.

Cumpre ressaltar que a **pertinência temática** da entidade com a classe de pessoas que se pretende proteger, neste caso, os **aposentados e pensionistas**, é requisito fundamental para a formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o INSS. Essa exigência está claramente prevista na legislação e reiterada nas regulamentações da própria autarquia previdenciária, que, em situações passadas, já rescindiu acordos de Cooperação Técnica em razão da **ilegitimidade de representação** de aposentados, como ocorreu no caso da ABAMSP, por não atender ao disposto no art. 115, V, da Lei nº 8.213/91.

Portanto, é **imperativo** o reconhecimento da **impossibilidade jurídica** de formalização de ACT entre o INSS e entidades que não estejam devidamente vinculadas à defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas. Diante disso, é medida urgente e necessária a **imediata rescisão** dos acordos firmados com tais entidades e a consequente **extinção dos descontos associativos** realizados seu em favor.

2) Inexistência de cadastro ativo na plataforma Consumidor.gov:

> **Artigo 7º, inciso XV, IN PRES-INSS 162/24**
>
> Art. 7º A celebração do ACT, nos termos desta Instrução Normativa, deve ser regularmente instruída, por intermédio de processo administrativo gerado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro que venha substituí-lo, com atribuição de NUP, devendo constar obrigatoriamente os seguintes documentos:
>
> XV - **cadastro ativo da entidade no Portal do Consumidor** (https://consumidor.gov.br) da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon como "Entidades Sem Fins Lucrativos";

O sítio consumidor.gov é a **plataforma oficial da administração pública** federal direta, autárquica e fundacional para a **autocomposição de**

controvérsias em relações de consumo, conforme disposto no Decreto n.º 10.197/2020. As reclamações registradas na plataforma estão sob gestão, coordenação, acompanhamento e tratamento pela Secretaria Nacional do Consumidor (**SENACON**), sob o acompanhamento contínuo do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Trata-se de uma ferramenta comprometida com a defesa dos interesses dos consumidores, incluindo aposentados e pensionistas filiados às entidades sem fins lucrativos.

No entanto, **a maioria das entidades demandadas não possui cadastro ativo na plataforma consumidor.gov**, como é o caso da SINDIAPI-UGT, UNIBAP, AAPB, ABRAPPS, SINAB, RIAAM BRASIL, CINAAP, UNASPUB, APPS-UNIVERSO, CAAP, CONAFER, AP BRASIL, CBPA, ABCB, COBAP, APDAP PREV, ABENPREV, AAB, MASTER PREV, ASBRAPI, ABRASPREV, ANDDAP e AASAP, o que não apenas inviabiliza o registro de reclamações pelos segurados, mas também obsta o cumprimento do disposto no art. 2º, §§ 2º e 6º, da Portaria DIRBEN-INSS n.º 51/24:

> Art. 2º Os procedimentos dispostos neste Ato versam sobre:
>
> § 2º **Os indicadores da Plataforma Consumidor.gov** da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, sobretudo os que informam o índice de solução das demandas, o **índice de reclamações respondidas e o prazo médio de respostas**, serão considerados pelo INSS na avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades associativas, que operam o desconto de mensalidade, na celebração de ACTs e seus aditivos.
>
> § 6º Os achados em desfavor da entidade associativa, mencionados neste artigo, **não poderão ultrapassar o percentual de 5%** (cinco por cento) do total de seus filiados com desconto em folha, **sob pena de aplicação de penalidade**, após devido processo legal.

Observa-se que a plataforma consumidor.gov é utilizada pelo INSS como um instrumento essencial de fiscalização para a verificação da regularidade das operações de descontos associativos em decorrência da formalização de Acordos de Cooperação Técnica entre entidades de classe e autarquia previdenciária. A inexistência de cadastro na plataforma — como ocorre com 25 das 34 entidades demandadas — limita consideravelmente a capacidade fiscalizatória do INSS,

impedindo a aplicação de penalidades pertinentes em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas.

Anexo a esta petição, cataloga-se um rol probatório que detalha os pontos aqui expostos, demonstrando em quais e quantas entidades não preenchem este requisito prévio à formalização de Acordo de Cooperação Técnica, conforme exigido pela legislação vigente; o que, impreterivelmente, deverá conduzir à rescisão dos acordos firmados, face ao não atendimento dos requisitos legais necessários para garantir a regularidade e a proteção dos direitos dos segurados.

3) Descumprimento da Lei do SAC:

> **Artigo 7º, inciso XIII, IN PRES-INSS 162/24**
>
> Art. 7º A celebração do ACT, nos termos desta Instrução Normativa, deve ser regularmente instruída, por intermédio de processo administrativo gerado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro que venha substituí-lo, com atribuição de NUP, devendo constar obrigatoriamente os seguintes documentos:
>
> (...)
>
> XIII - **Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC** (0800) que permita a realização de ligação gratuita para atendimento dos filiados/beneficiários;

De acordo com a nova **Lei do SAC, Lei n.º 11.034/22**, reconhecida como o marco regulatório fundamental no panorama do **atendimento ao cliente** no Brasil, a incorporação do Serviço de Atendimento ao Cliente deverá atender alguns requisitos básicos, dentre eles:

> Art. 4º O acesso ao SAC estará disponível, **ininterruptamente**, durante **vinte e quatro horas** por dia, **sete dias por semana**.
>
> Art. 5º Os órgãos ou as entidades reguladoras competentes observarão as seguintes condições mínimas para o atendimento telefônico do consumidor:
>
> I - horário de atendimento **não inferior a oito horas diárias**, com disponibilização de atendimento por **humano**;
>
> Art. 7º **As opções de acesso ao SAC constarão de maneira clara**:
>
> I - em todos os documentos e materiais impressos entregues ao consumidor na contratação do serviço e durante o seu fornecimento; e

II - nos **canais eletrônicos** do fornecedor.

Não obstante, associações como AMBEC, CONAFER e ABAPEN, além das demais catalogadas no rol anexo, evidenciam uma falha grave na disponibilização do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), que opera com funcionalidade restrita a horários limitados, como, por exemplo, “segunda a sexta-feira, das 08h às 20h” ou “segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 17h”. Contudo, **a legislação é clara e indiscutível**: as entidades devem disponibilizar o SAC por 24 horas por dia e sete dias por semana, sendo que, ao menos em 8 horas diárias, o atendimento deve ser realizado por um atendente humano.

Além disso, outras entidades, como a CONTAG, ocultam de forma deliberada as informações de contato do SAC em suas plataformas oficiais, dificultando o acesso e a comunicação dos beneficiários. Já entidades como a AAPB, embora informem um número de telefone para contato, **não oferecem um SAC (0800) nem qualquer outro canal de atendimento 24 horas**, em flagrante descumprimento das exigências legais.

O INSS, por sua vez, propaga a informação de que, nas renovações dos Acordos de Cooperação Técnica em 2022, teria tomado “o devido zelo” ao obrigar as entidades associativas a implementarem o Serviço de Atendimento ao Consumidor, com a disponibilização de número telefônico gratuito para os beneficiários reclamantes solicitarem a exclusão e o reembolso dos descontos indevidos. No entanto, como se observa, essa alegação se revela distante da realidade vivenciada pelos segurados.

As entidades que celebram ACTs com o INSS não disponibilizam de maneira adequada os serviços de atendimento ao cliente, **deixando os segurados desprovidos de qualquer recurso eficaz** para buscar a reparação dos prejuízos causados. Assim, quando se tornam necessários os ressarcimentos dos valores descontados indevidamente, as entidades associativas se eximem de adotar as providências adequadas, deixando os segurados à mercê da própria sorte, sem acesso a um sistema eficiente de proteção de seus direitos.

Não obstante haja a possibilidade de readequação das práticas em futuro próximo, o que se pretende evidenciar é o **descompromisso das entidades de classe com seus deveres institucionais** e, sobretudo, com os direitos dos aposentados e pensionistas que (supostamente) se comprometem a proteger.

Soma-se isto ao fato de a **autarquia previdenciária** sequer ter averiguado esta irregularidade antes de formalizar os Acordos de Cooperação Técnica com as entidades e se verá sua **incapacidade fiscalizatória até mesmo em relação a uma constatação evidente**.

Face a tais ineficiências, não resta alternativa senão a **rescisão imediata dos acordos celebrados**, face à evidente incapacidade estrutural das entidades acordantes em atender às necessidades de seus supostos filiados, comprometendo a boa-fé que, dado seu viés social, se espera.

4) Ausência de contrato ativo com a Dataprev:

> **Artigo 1º, §1º, da Instrução Normativa PRES-INSS n.º 162/24**
>
> Art. 1º Estabelecer, no âmbito do INSS, critérios e procedimentos para celebração, operacionalização e acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica - ACTs relativos aos descontos, em benefícios de aposentados ou pensionistas do Regime Geral de Previdência Social de mensalidade associativa.
>
> § 1º **Para operacionalizar o desconto de mensalidade associativa** em benefícios de aposentados ou pensionistas, as **entidades deverão celebrar** ACT com o INSS e **contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev.**

A **Instrução Normativa vigente**, elaborada pelo INSS, estabelece de forma inequívoca a **obrigatoriedade** de as entidades de classe manterem contrato ativo com a **Dataprev** para a efetivação dos **descontos associativos** nos benefícios previdenciários. No entanto, essa exigência legal é frequentemente **mitigada na prática**, como demonstrado pelos fatos concretos: das **33 associações demandadas**, apenas **13 mantêm contrato ativo** com a Dataprev, enquanto as demais se esquivam dessa obrigação, comprometendo a integridade do processo de gestão dos descontos.

Esta realidade é atestada por meio de **resposta oficial** obtida por meio do portal da Lei de Acesso à Informação, sob o **NUP 18800.265036/2024-62**, onde, ao ser solicitado o fornecimento de informações sobre os contratos vigentes entre as entidades e a Dataprev, a empresa de tecnologia responsável pelo processamento dos dados previdenciários informou que apenas as seguintes entidades demandadas possuem contrato ativo: **CONTAG, SINDIAPI-UGT**, **UNIBAP**, **AAPB**,

AMBEC, **SINAB**, **RIAAM-BRASIL**, **CINAAP**, **COBAP**, **CEBAP**, **ABRAPPS**, **SINDI-API-FS** e **AASPA**.

As demais entidades, como **CONAFER**, **UNASPUB**, **AAPPS-UNIVERSO**, **CAAP**, **AP BRASIL**, **CBPA**, **ABCB-AMAR BRASIL**, **APDAP PREV**, **ABENPREV**, **ASABASP BRASIL**, **AAPEN**, **UNSBRAS**, **AAB**, **MASTER PREV**, **ASBRAPI**, **ABRAS-PREV**, **CENAP-ASA, ANDDAP** e **AASAP**, **não possuem contrato** com a Dataprev. Isso impede que se possa garantir a **segurança** e a **regularidade** das operações realizadas nos benefícios de milhares de aposentados e pensionistas que dependem dessas entidades.

Ora, se o **requisito básico** para possibilitar a operacionalização dos **descontos de mensalidades associativas** nos benefícios de aposentados ou pensionistas é a existência de um **contrato ativo com a Dataprev**, torna-se **ilegítimo** qualquer desconto efetivado por entidades que não atendem a essa exigência. Portanto, a **rescisão imediata** dos **Acordos de Cooperação Técnica (ACTs)** é medida **imperiosa**, tendo em vista o **não cumprimento** dos termos estabelecidos na **Instrução Normativa** que regula a matéria, uma vez que tais entidades não garantem a necessária **segurança jurídica** e a **regularidade** das operações nos benefícios previdenciários, nos termos designados na Instrução Normativa que dá suporte à matéria.

Evidencia-se, portanto, que a situação apurada nos presentes autos reúne **elementos suficientes** para configurar **as recorrentes infrações** perpetradas pelas entidades demandadas, não apenas pela **efetivação de descontos indevidos**, mas também pelo **não preenchimento dos pressupostos prévios** à autorização para formalização de Acordos de Cooperação Técnica com o INSS e à efetivação das consignações em benefício. Tais condutas comprometem a **lisura** dos ACTs celebrados, cujo intuito deveria ser o de **facilitar** a vida dos beneficiários do INSS, e não **prejudicá-los**.

É **inaceitável**, por parte do INSS, permitir que o Acordo de Cooperação Técnica seja **utilizado indevidamente**, causando prejuízos tanto aos beneficiários quanto à própria autarquia. Ao que tudo indica, há a utilização de **associações** como **interpostas pessoas jurídicas**, com o objetivo de **captar associados** de maneira **abusiva** e em **descompasso com a liberdade associativa**, mediante a **vinculação forçada de pessoas** que sequer têm **conhecimento** da entidade ou de suas atividades. Este comportamento configura uma clara violação da ética e das obrigações legais envolvidas na formalização e execução de tais acordos.

Diante do panorama apresentado, justifica-se plenamente a **adoção de providências eficazes**, visando a **não continuidade** dos Acordos de Cooperação Técnica celebrados com as entidades em questão, a título de rescisão, como forma de assegurar o **justo cumprimento da lei** e a **digna defesa** dos direitos dos aposentados e pensionistas do Brasil.

Cumpre, por fim, destacar que, **apesar das medidas adotadas**, as entidades interessadas poderão **continuar funcionando normalmente**, com a liberdade de operar da maneira que considerarem adequada, **desde que não envolvam descontos nos benefícios previdenciários do INSS**. Nesse contexto, deverão buscar **outros mecanismos de pagamento** disponíveis, em conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes, garantindo a **liberdade de associação** sem prejuízo para os aposentados e pensionistas.

Resumo das infrações cometidas pelas entidades de classe

	Violação	Entidades violadoras
Art. 7º, XIII da IN 162/24	Disponibilização adequada de SAC	CONTAG; AAPB; AMBEC; ABRAPPS; ABCB; COBAP; CEBAP; APDAP PREV; SINDNAPI-FS; ASBRAPI.
Art. 7º, XV da IN 162/24	Cadastro ativo no Consumidor.gov	SINDIAPI-UGT; UNIBAP; AAPB; ABRAPPS; SINAB; RIAAM BRASIL; CINAAP; UNASPUB; AAPPS/UNIVERSO; CAAP; CONAFER; AP BRASIL; CBPA; ABCB; COBAP; APDAP PREV; ABENPREV; AAB; MASTERPREV; ASBRAPI; ABRASPREV; ANDDAP; AASAP.
Art. 154, § 1º-D da Lei 8.213/91	Pertinência temáticas das entidades	CONTAG; UNASPUB; CONAFER; CBPA; ABCB; MASTERPREV.
Art. 1º, §1º da IN 162/24	Obrigação de manter contrato com Dataprev	CONTAG; UNASPUB; AAPPS/UNIVERSO; CAAP; CONAFER; AP BRASIL; CBPA; ABCB; APDAP PREV; ABENPREV; ASABASP BRASIL; AAPEN; UNSBRAS; AAB; MASTERPREV; ASBRAPI; ABRASPREV; ANDDAP; AASAP; CENAP-ASA.

Conclusão: Todas as demandadas possuem ilegalidades que comprometem a essência dos contratos firmados com o INSS, configurando descumprimento contratual que, em última instância, justifica a rescisão dos ACTs estabelecidos.

8. DA VIOLAÇÃO PELO INSS DOS PRINCÍPIOS DE MORALIDADE E BOA-FÉ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em busca de uma análise abrangente das questões evidenciadas *in casu,* salutar é correlacionar os preceitos da Constituição Federal e demais legislações infraconstitucionais, vez que todos conjugam e conectam normas, conceitos e princípios que se complementam[172]. Nesse ponto, surge o princípio da **boa-fé objetiva**, como pilar que sustenta a probidade e lealdade nas relações interpessoais[173], estabelecendo um rol de deveres anexos que determinam um padrão ético de conduta a ser seguido pela Administração Pública quando do exercício de suas funções.

A boa-fé objetiva, enquanto princípio fundamental que pauta a atuação pública e privada, fundamenta-se em valores éticos e morais que transcendem a mera formalidade legal para desdobrar uma série de deveres concretos de atuação, incluindo a **fiscalização**, a **revisão de atos administrativos** e a **reparação de danos**. Este dever implica a vedação de qualquer conduta omissa ou negligente por parte dos órgãos estatais, incentivando, por conseguinte, uma postura **ativa** e **proativa** das instituições públicas na proteção dos direitos fundamentais dos administrados, com a finalidade de preservar o interesse público que lhe é subjacente.

Este imperativo encontra plena fundamentação no **artigo 37, *caput*, do texto constitucional**, que consagra a imperativa observância dos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** pela Administração Pública, de forma a garantir a **confiança** dos cidadãos nas instituições estatais, viabilizando a promoção do bem comum e a proteção dos direitos sociais. Entre esses, destaca-se o princípio da **moralidade administrativa**, que impõe que todos os atos da Administração Pública sejam conduzidos em conformidade com **padrões éticos** e com o **respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos**.

No contexto da gestão previdenciária, a boa-fé objetiva se traduz em uma obrigação concreta do INSS, como órgão integrante da Administração Pública Federal, de desempenhar uma atuação pautada pela justiça, pela probidade e

---

[172] MORAIS, Ezequiel. *A boa-fé objetiva pré-contratual*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 62.
[173] MIRAGEM, Bruno. *Curso de Direito do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 216.

pelo respeito à dignidade humana, exercendo uma **fiscalização rigorosa sobre suas operações**, tendo em vista os reflexos difusos de sua atuação na vida de milhões de beneficiários.

Este dever de vigilância é imperativo, precipuamente, quando posto face à situação narrada nesta exordial. Por meio dele, exige-se do INSS não apenas a adoção de providências para **cessar os descontos irregulares**, mas também que implemente medidas eficazes para **evitar que a ilegalidade persista**. A sua **inação é absolutamente incompatível com os princípios da Administração Pública**, pois, ao omitir-se, a autarquia não apenas falha em seu dever de proteger os direitos dos beneficiários, mas também **contribui para a perpetuação de um ciclo de prejuízos** àqueles que administra.

Além disso, a **Lei nº 9.784/1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, reforça a importância de uma conduta pautada pela moralidade e boa-fé ao estabelecer, em seu artigo 2º, que a Administração Pública deve pautar sua conduta sempre conforme o interesse público, com **diligência**, **lealdade, transparência** e **responsabilidade**. A boa-fé objetiva, nesse contexto, exige que a Administração Pública, na qual se inclui o INSS, não se limite a uma postura reativa, mas adote uma atitude **proativa** e **preventiva**, visando a adoção de medidas de fiscalização e controle que impeçam a continuidade dos prejuízos, não apenas para corrigir os erros já cometidos, mas para evitar a perpetuação dos danos ao longo dos anos, tal como acontece *in casu*.

Isso significa que, no caso analisado, os órgãos integrantes da Administração Pública Federal, tal qual o INSS, mesmo antes da constatação plena da ilegalidade de todos os descontos associativos decotados dos benefícios previdenciários de milhões de aposentados e pensionistas, já se deveria ter instaurado uma fiscalização rigorosa sobre as entidades de classe e os atos administrativos que possibilitam tais práticas, aplicando as sanções pertinentes às entidades que agem conforme os próprios interesses, a fim de evitar que o dano se perpetuasse.

À luz da boa-fé e dos preceitos constitucionais de moralidade e transparência, deveria o INSS, quando da ciência das ilegalidades perpetradas por meio dos Acordos de Cooperação Técnica firmados, ter instaurado, de forma imediata, uma fiscalização rigorosa sobre as entidades de classe, mesmo antes de uma confirmação plena da ilegalidade das práticas. Assim o fazendo insatisfatoriamente, conclui-se que INSS contribuiu para a continuidade do dano, perpetuando uma

situação que já se mostrava flagrantemente irregular e prejudicial aos aposentados e pensionistas. A fiscalização deveria ter sido instituída com a máxima urgência, visando impedir que as entidades de classe realizassem tais descontos sem a devida autorização legal, **aplicando as sanções cabíveis** às entidades que agem em desacordo com os princípios que regem a Administração Pública e desrespeitam os direitos dos beneficiários.

Ocorre que esta não foi a realidade observada na prática. Em vez de adotar uma postura diligente e proativa, a Administração Pública, por meio do INSS e da Dataprev, manteve-se omissa frente a uma situação flagrantemente irregular, permitindo que os descontos indevidos nas aposentadorias e pensões continuassem a ocorrer sem qualquer verificação ou fiscalização efetiva.

O proceder observado pelos demandados, ao fim e ao cabo, atesta um notável **descaso** para com a probidade nas operações previdenciárias, em que basta uma mera alegação de regularidade dos descontos das entidades para que a Dataprev proceda às respectivas consignações. O INSS, por sua vez, fecha seus olhos quando posto em face desta patente realidade, que já restou atestada nos mais diversos relatórios investigativos de órgãos públicos.

Tal proceder, demonstrado através dos milhares de casos encontrados, tanto na esfera judicial quanto administrativa[174], evidencia que os demandados, em vez de se posicionarem em defesa dos interesses legítimos de seus beneficiários, se distanciaram completamente da finalidade que deveria orientar suas atividades, seja como ente associativo, seja como autarquia previdenciária, ou mesmo como empresa de tecnologia responsável pela proteção dos dados sensíveis que opera. Ao adotarem tal postura, esses órgãos e entidades invertem a lógica da boa-fé objetiva, impondo aos aposentados e pensionistas, um público vulnerável e desprovido de meios adequados de defesa, a manutenção de descontos indevidos.

Chama a atenção o fato de as entidades verem-se em volta de mais de 60 mil reclamações/ações judiciais em várias frentes. É de fato inequívoco a ilegalidade ora narrada, que se divorcia da função social inerente à criação e instituição dos demandados, fazendo urgir o apelo pela desconstituição de quaisquer vínculos formados.

---

[174] Anexo 9.

Isso porque a inatividade do INSS em interromper tais descontos configura, de forma patente, uma grave violação ao princípio da boa-fé. Ao permitir de forma omissa e negligente, que entidades de classe continuem realizando descontos indevidos, mesmo com o conhecimento da ilegalidade que os acomete, a autarquia previdenciária reflete uma priorização dos próprios interesses, em vez do interesse público que fundamenta a sua atuação.

Essa falha é ainda mais evidente quando se observa que a Administração tem o dever de realizar uma fiscalização eficaz e agir prontamente para corrigir atos administrativos que impliquem em prejuízos aos administrados, conforme a exigência do princípio da **eficiência**, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

Não há como ignorar a proporção e a gravidade dos danos causados aos beneficiários, que se veem no centro de uma queixa envolvendo descontos não autorizados, os quais configuram ilícitos civis e, não raras vezes, penais, consubstanciados em delitos de falsificação de assinaturas e outras fraudes, em boa parte já reportadas nos órgãos de investigação criminal, aptos a formação de convicção acerca da fragilidade, do descontrole e da ilicitude dos métodos empregados na adesão de filiados pelas entidades demandadas.

Há uma clara **intenção de enganar** dos demandados na operacionalização dos descontos associativos, que se utilizam do pressuposto da confiança e da falta de conhecimento técnico-jurídico dos beneficiários para imputar-lhes o pagamento de verbas sabidamente indevidas, utilizando de seu desconhecimento e vulnerabilidade para angariar fundos milionários mensalmente. Esta prática retira toda e qualquer oportunidade de escolha do beneficiário, que não é previamente consultado para autorizar sua filiação ou o desconto de mensalidades, mas apenas instado a tomar providências depois que o dano já está consumado.

Quando o beneficiário sequer é convidado a filiar-se a uma entidade ou a autorizar o desconto associativo, a ideia de autonomia, liberdade de escolha e, essencialmente, de escolha consciente se torna completamente ilusória, dando origem a uma situação que configura verdadeiro ato ilícito, nascedouro da obrigação de reparar os danos causados pelo agente provocador[175].

---

[175] "*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*" Artigo 927 do Código Civil.

Ora, se a função precípua do princípio da boa-fé e da moralidade administrativa é impedir condutas que resultem em abusos ou ilegalidades prejudiciais aos administrados, fato que a conduta dos demandados é violadora, por infringir preceitos éticos e legais e por culminar em dano patrimonial e extrapatrimonial aos beneficiários, exacerbando a condição de vulnerabilidade socioeconômica que já lhes é inerente.

Diante desse quadro, torna-se imperiosa a intervenção judicial para reverter o **estado de coisas inconstitucional** consolidado, buscando efetivar os princípios de boa-fé e moralidade administrativa, e, principalmente, alinhando-se ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. Não se trata de um incidente pontual, mas de uma prática sistemática por parte dos demandados, que, ao longo dos últimos anos, causaram prejuízos a milhões de famílias em todo o país, que dependiam de cada centavo do seu benefício para a sua subsistência, tornando-se essencial aplicar os preceitos constitucionais de forma a maximizar sua eficácia[176], garantindo a plena proteção aos direitos dos beneficiários.

9. DA RESPONSABILIDADE DO INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL – INSS

O INSS, enquanto ente da Administração Pública responsável pela **concessão** e **fiscalização** de benefícios previdenciários, tem a obrigação precípua de assegurar que os descontos consignados, realizados em favor de entidades de classe, cooperativas ou outras associações, **sejam legítimos** e obedeçam à regulamentação vigente. No entanto, o **crescimento exponencial** do número de **reclamações** e **ações judiciais** envolvendo a devolução de valores descontados indevidamente nos últimos anos têm atestado uma negligência preocupante da autarquia previdenciária no cumprimento de suas atribuições legais, **permitindo a realização de descontos sem o devido controle e fiscalização**, o que têm resultado em prejuízos diretos aos beneficiários do sistema previdenciário, que merecem o devido ressarcimento.

A responsabilidade do INSS se configura sob duas perspectivas: **objetiva** e **solidária**, sendo o Instituto responsável pelas falhas ocorridas em sua função administrativa e pela reparação dos danos causados aos segurados, independentemente da comprovação de dolo ou culpa. Ora, resta evidente que as ações da

[176] MALFATTI, Alexandre David. O Direito de Informação no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Alfabeto Jurídico, 2003, p. 85.

autarquia têm, de forma ampla e sistêmica, ao longo de vários anos, **prejudicado** seus beneficiários de **modo vil e desumano**.

É preciso lembrar que, para que os descontos associativos sejam operados nos benefícios previdenciários, o INSS celebra Acordos de Cooperação Técnica com as entidades de classe, condicionando-as ao cumprimento de inúmeros pressupostos para que o contrato, e a oportunidade de consignação de mensalidades associativas diretamente no holerite previdenciários de aposentados e pensionistas, siga vigente.

Para tanto, figura o INSS como órgão de **controle** e **fiscalização** dos termos legais, oriundos do seu papel como protetor e garantidor do interesse público, da conveniência administrativa e da segurança das operações.

A responsabilidade da autarquia previdenciária recai, necessariamente, sobre este aspecto. Tem o INSS o dever de **conferência da regularidade dos descontos associativos em benefícios previdenciários**, como forma de asseverar que as parcerias firmadas com o Instituto estejam em consonância com o interesse dos seus segurados e dependentes com a missão institucional, que é voltada à garantia da proteção social, nos termos da Resolução CEGOV/INSS nº 33, de 21 de setembro de 2023, §1º-F do art. 154 do Decreto n.º 3.048/99 e art. 73 da Lei n.º 13.019/14, e art. 51 do Decreto nº 8.726/2016, que especifica a execução dos procedimentos de monitoramento e avaliação das operações.

À vista disso, **cada acordo de cooperação prevê**, de forma subsidiária aos dispositivos legais, cláusulas específicas destinadas à **fiscalização**, por parte do INSS, quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas entre as partes, especialmente quanto à comprovação da regularidade dos descontos, mediante a verificação dos termos de adesão às entidades e respectivas autorizações. A periodicidade e os critérios de análise constam de cada ACT vigente, bem como do respectivo Plano de Trabalho – todos a serem examinados pela autarquia na periodicidade prevista na Portaria Conjunta DIRBEN-INSS 51/24, que em seu artigo 3º dispõe:

> Art. 3º **Semestralmente**, **o INSS fará avaliação ordinária dos ACTs vigentes para desconto de mensalidade associativa**, utilizando-se para tal intento de informações obtidas de diversas fontes para apurar possíveis e eventuais infrações cometidas pelas entidades associativas, desde as mencionadas no § 5º do art. 2º, como também as reclamações/documentações oriundas do Programa de Proteção e

> Defesa do Consumidor – Procon, relatando práticas irregulares cometidas pelas entidades associativas acordantes na averbação de desconto associativo e outras informações obtidas das mais diversas áreas internas desta Autarquia.

Contudo, embora seja incumbência do INSS a análise da regularidade formal de autorização prévia e válida para a efetivação dos descontos associativos em benefícios previdenciários, **o processo de fiscalização da autarquia tem se mostrado insuficiente**. Apesar do dever semestral de realizar avaliações ordinárias da regularidade das operações desencadeadas pela formalização dos ACTs, **o órgão não as realiza no período elencado**, e pior, acaba por **contribuir e permitir** que as associações realizem **descontos em massa sem qualquer indício** de existência de **autorização prévia e expressa dos titulares dos benefícios.** Tampouco o vasto número de ações judiciais, reclamações e denúncias têm movido a autarquia a tomar providências mais rigorosas e com a urgência que merecem.

Ora, não pode uma autarquia, pertencente à estrutura da administração pública indireta, manter vínculos com entidades que compactuam com práticas ilícitas, que encontram-se respondendo processos investigativos nas esferas cível e penal, a evidenciar, ao fim e ao cabo, a incompatibilidade da situação com a hipótese de celebração de ACT; deve ela, na bem da verdade, evitar que entidades fraudulentas utilizem sua estrutura institucional para a prática de atos contrários à lei e danosos a beneficiários, à própria sociedade e ao Estado.

No entanto, todo o enredo fático observado nos últimos anos tem atestado que o INSS **não tem agido com a cautela** que dele se espera ao proceder à consignação dos débitos, uma vez que **autoriza descontos no benefício previdenciário tão-somente a partir de ordens diretas das entidades**, confiando na veracidade das informações prestadas. Ao agir desta maneira, vale dizer, deixar de efetuar qualquer checagem mínima nas informações, **assume o risco** de aderir a conduta de terceiro principal causador do dano.

Ora, o papel da autarquia não pode ser reduzido a uma mera executora de pedidos. Por caráter cogente, **o INSS é agente fiscalizador da regularidade dos contratos e acordos que estabelece**, sendo responsável pela reparação de quaisquer danos que porventura seus atos comissivos ou omissivos tenham causado a terceiros, beneficiários ou não. A jurisprudência não somente do **Superior Tribunal de Justiça**, mas da maioria dos demais Tribunais Estaduais, reconhece a re**sponsabilidade solidária do INSS nesses casos**, por sua falha em adotar as

cautelas necessárias, sendo evidente o nexo causal com os prejuízos sofridos pelos beneficiários, conforme os arestos:

> ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO FRAUDULENTO. **BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO**. **DESCONTOS INDEVIDOS. INSS. LEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.** DANOS MORAIS. RECURSO IMPROVIDO. 1. **Responde o INSS por desconto indevido do benefício previdenciário (aposentadoria)** de valores referentes a empréstimo em consignação, **quando efetuado sem autorização do beneficiário**, já que o contrato bancário foi realizado sem a participação deste, por meios fraudulentos empregados por terceiros. 2. Houve culpa por parte do INSS, uma vez que os valores descontados a título de empréstimo não foram revertidos em proveito do autor. Em outras palavras**, o INSS não comprovou que cumpriu com os deveres de cuidado aptos a assegurar a reversão dos valores segurado**. Assim, **não há que se falar em responsabilidade subsidiária, mas sim solidária da autarquia.** 3. Descontos indevidos em benefício previdenciário, verba de caráter alimentar, extrapolam o mero aborrecimento e configuram lesão extrapatrimonial passível de indenização. 4. Negado provimento ao recurso.[177]
>
> ADMINISTRATIVO. CIVIL. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. **RESPONSABILIDADE DO INSS**. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Comprovado o evento danoso e o nexo causal**, o INSS responde, juntamente** com a instituição financeira, **pelos descontos indevidos em benefício previdenciário.** Cabível indenização por danos morais à parte autora que teve seu benefício previdenciário reduzido em decorrência de descontos indevidos.[178]
>
> ADMINISTRATIVO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO **FRAUDULENTO**. DESCONTOS INDEVIDOS EM PROVENTOS DE **APOSENTADORIA**. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. **LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS CONFIGURADA.** RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DEMONSTRADA. DANOS MORAIS. VALOR. SÚMULA 07/STJ. JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI 9.494/97. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. TERMO INICIAL. SÚMULA 54/STJ. 1. A Corte

---

[177] TRF-4 - AC: 50074320520214047112 RS, Relator: VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, Data de Julgamento: 03/05/2023, Quarta Turma.

[178] TRF-4 - AC: 50009797220184047120 RS 5000979-72.2018.4.04.7120, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 15/12/2021, QUARTA TURMA.

> de origem dirimiu a controvérsia de forma clara e fundamentada, embora de maneira desfavorável à pretensão do recorrente. Não é possível se falar, assim, em maltrato ao art. 535, II, do Código de Processo Civil. 2. Nos termos do art. 6º da Lei 10.820/03, nas hipóteses em que o empréstimo não tenha sido realizado no mesmo banco em que o aposentado recebe o benefício, cabe ao INSS a responsabilidade por reter os valores autorizados por ele e repassar à instituição financeira credora**. ORA, SE LHE CABE RETER E REPASSAR OS VALORES AUTORIZADOS, É DE RESPONSABILIDADE DO INSS VERIFICAR SE HOUVE A EFETIVA AUTORIZAÇÃO. RECONHECIDA, ASSIM, A LEGITIMIDADE DO INSS PARA RESPONDER AOS TERMOS DA DEMANDA**. 3. Consignado no aresto recorrido que o ente público agiu com desídia na análise dos documentos, o que resultou em dano para o autor, fica caracterizada a responsabilidade civil do Estado. 4. O acórdão recorrido firmou entendimento de que houve dano moral na espécie. Rever esse posicionamento para concluir que não houve abalo moral, mas mero dissabor, é questão que demanda o revolvimento do conjunto fático probatório dos autos, o que esbarra na censura da súmula 07/STJ. 5. [...] 8. Recurso especial conhecido em parte e não provido.[179]

Este entendimento encontra respaldo, ainda, na jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia, que atribui responsabilidade solidária entre INSS e a entidade de classe AAPEN, nos termos abaixo colacionados, oriundos do inteiro teor da decisão:

> Julgo parcialmente procedente o pedido, ou seja, resolvendo parcialmente o mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC para: Declarar a inexistência de relação jurídica entre a autora e a AAPEN, reconhecendo como indevidos os descontos realizados. **Condenar solidariamente o INSS e a AAPEN à devolução, em dobro, dos valores descontados**, corrigidos monetariamente desde cada desconto e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. **Condenar solidariamente o INSS e a AAPEN ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais**, com juros de mora de 1% ao mês e correção monetária desde a presente sentença. Determino a realização de perícia datiloscópica na assinatura por digital cujo ônus é da CONTAG, cujos custos deverão ser suportados pela própria requerida CONTAG. Indefiro o pedido de justiça gratuita

[179] STJ - REsp: 1213288 SC 2010/0178737-6, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 20/06/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/07/2013.

> à AAPEN e a CONTAG, pelas razões expostas. Condenar a AAPEN nas custas procesuais. **Quanto aos honorários advocatícios condeno o INSS e a AAPEN a arcar com os mesmos de forma solidária**, os últimos fixados em 10% do valor da condenação.[180]

A responsabilidade da autarquia previdenciária decorre, assim, do exercício da atividade administrativa de retenção e repasse dos valores autorizados, que não pode prescindir de uma checagem mínima. No instante em que a autarquia previdenciária autoriza descontos nos benefícios que são por ela pagos, assume a **obrigação de examinar minimamente a idoneidade das peças apresentadas** pelas entidades acordantes para possibilitar a realização das consignações; do contrário, não haveria razões para a exigibilidade de autorização prévia do titular do benefício. No Pedido de Uniformização Regional n.º 0502518-17.2018.4.05.8109, este entendimento restou evidente:

> A autarquia previdenciária autoriza descontos nos benefícios que são por ela pagos **assume a obrigação de examinar minimamente a idoneidade das peças apresentadas** para possibilitar a realização de tais descontos, **cabendo-lhe criar um procedimento eficaz para checar a sua autenticidade, o que, ademais, não comporta maior dificuldade**.

Ora, as conhecidas alegações do órgão, de que o elevado número de descontos seja um empecilho para a desincumbência da obrigação de fiscalização, não detém suficiente substrato jurídico ou administrativo para impedir que o INSS adote maior grau de diligência na efetivação dessas operações. É dever da autarquia fornecer o melhor sistema de segurança para seus beneficiários, observando, antes de proceder os descontos, a veracidade do instrumento de autorização; afinal, se continuar nos mesmos moldes que atualmente, qualquer empresa, munida de má-fé, poderá com ele formalizar ACT e beneficiar-se mensalmente com lucros milionários acima de um grupo sabidamente vulnerável.

Esta patente omissão em promover análise criteriosa da documentação apresentada constitui verdadeiro **ato ilícito**, pelo qual responde o INSS objetivamente, em razão do **descumprimento do seu dever legal e regulamentar de fiscalização**.

---

[180] TJRO 7005461-72.2024.8.22.0010, Des. Artur Augusto Leite Júnior. Julgamento em 17/11/2024.

No direito brasileiro, a responsabilidade civil do Estado está claramente definida no **§6º do artigo 37 da Constituição Federal**, que estabelece a responsabilidade da Administração Pública pelos danos causados aos particulares, **independentemente da existência de dolo ou culpa**, bastando-se que se comprove o nexo causal entre a conduta do agente e o dano.

Isto é, não se exige comprovação de culpa por parte do INSS para que este seja responsabilizado pela falha em fiscalizar os descontos consignados nos benefícios previdenciários, basta que se demonstre a sua omissão em cumprir com seu dever de fiscalização, o que já é suficiente para a configuração da **responsabilidade objetiva** do órgão. Isso porque cabe a ele a gestão administrativa das agências, sendo responsável pela observância do cuidado necessário para a segurança dos envolvidos, direta ou indiretamente.

Em caso como o destes autos, em que os aposentados e pensionistas são reiteradas vezes lesados por fraudes praticada por terceiros, a responsabilidade do INSS, como autarquia previdenciária que possibilitou a ocorrência dos ilícitos, seja pela formalização do acordo, seja pelo descumprimento de suas obrigações na posterior execução do Plano de Trabalho, decorre de violação a um dever contratualmente assumido, de gerir com segurança os valores recebidos e pagos no benefício previdenciário dos beneficiários, cujo caráter é alimentar.

Em outras palavras, o simples fato de o INSS, na condição de autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, não ter cumprido sua obrigação de fiscalização, permitindo a realização de descontos irregulares, é suficiente para que o órgão seja responsabilizado, sendo obrigado a reparar integralmente os danos causados aos beneficiários prejudicados, independentemente do reconhecimento da responsabilidade civil das entidades que, de forma fraudulenta, solicitam a realização dos descontos à autarquia previdenciária.

Exonerar o Estado dessa responsabilidade implicaria uma diminuição do escopo de proteção jurídica dos administrados, o que não se pode aceitar.

Não obstante a responsabilidade objetiva que lhe é inerente, o INSS responde, ainda, de forma **solidária** pelos danos causados por descontos associativos indevidos em benefícios previdenciários, em decorrência direta à regra insculpida no art. 942 do Código Civil, que estabelece:

> Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, **se a ofensa**

> **tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.**

Considerando que a fraude cometida pela associação só se torna efetiva porque o INSS é conivente com a prática e, de forma proposital e sistemática, deixa de exercer seu papel de fiscalização dos acordos de cooperação técnica e coibir as práticas ilícitas, **inconteste que a autarquia é solidariamente responsável pelo ressarcimento dos danos causados**.

Esse mesmo entendimento já restou consolidado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

> E M E N T A: INDENIZATÓRIA. INSS. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. [...]. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. DANO MATERIAL E MORAL. 1. Descontos de contribuição associativa em benefício previdenciário da parte autora. 2. Distinção entre o caso concreto e as teses firmadas pela TNU no julgamento do Tema nº 183, relativas a descontos de empréstimos consignados por instituições financeiras. **3. Dever legal do INSS de somente proceder a tais descontos mediante prévia autorização, de forma a descaracterizar eventual responsabilidade subsidiária em face da associação. 4. Desnecessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário entre a associação e o INSS.** 5. **Condenação do INSS ao pagamento de indenização por danos materiais e morais sofridos pela parte autora.** 6. Recurso da parte autora a que se dá parcial provimento[181].

Assim, não há que se falar na ausência de responsabilidade por parte do INSS, tampouco da subsidiariedade de sua responsabilidade em relação às associações e entidades, sendo que própria autarquia atua como agente causador do dano através de uma negligência por omissão injustificada quanto ao seu dever legal de fiscalização e punição.

Conclui-se, então, que a responsabilidade do INSS, por descontos indevidos sofridos pelo segurado, decorre de uma análise **objetiva** e **solidária**, face à ausência de cumprimento do seu dever legal de zelar pela integralidade nos pagamentos dos seus segurados. Dessa conduta, resta configurado o **nexo causal**

---

[181] TRF 3ª Região. Recurso Inominado Cível n.º 0001214-36.2021.4.03.6316. Recorrente: Maria Lucia dos Santos Trevisa. Recorrido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Relator: Juiz Federal João Carlos Cabrelon de Oliveira. 13ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, São Paulo, julgado em 11 abr. 2023.

entre as condutas lesivas (omissivas) e os danos, que, de acordo com a teoria de responsabilidade do Estado, deverão ser ressarcidos pelo agente causador, razão pela qual o INSS, além de parte legítima para figurar no polo passivo da ação, é órgão também responsável pelo ressarcimento, conforme o aludido artigo 37, §6º da Constituição Federal.

10. DA RESPONSABILIDADE DA DATAPREV

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, incumbida da responsabilidade precípua de operar e tratar dados sensíveis dos beneficiários da previdência social, incorreu em grave ilícito ao permitir o lançamento de verbas associativas nos benefícios de milhões de aposentados e pensionistas, sem antes adotar as precauções necessárias de averiguação da legitimidade dos descontos; conduta que causou danos há milhões de beneficiários do RGPS, emergindo o dever de ressarcimento, pela demandada, de danos de ordem material individual, moral individual, moral coletivo e social.

Isso porque os dados para a averbação são transmitidos pelas entidades de classe mediante meras "listas" mensais à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV, sem qualquer verificação substancial da veracidade ou da regularidade dos lançamentos. Esse procedimento, convenientemente estabelecido pelo INSS, compromete a segurança e a integridade das operações, resultando em prejuízos aos beneficiários, mesmo diante da possibilidade de conferência pela Dataprev.

Embora a legislação vigente delegue à Dataprev a responsabilidade de exigir, sempre que necessário, os termos de filiação e autorização de desconto das entidades associativas para conferência da regularidade, na prática, essa diligência não se concretiza. A empresa justifica sua postura como sendo de mera executora das ordens emanadas do INSS, limitando-se a replicar o que lhe é repassado por meio de normativas internas; enquanto, na realidade, possui autonomia funcional, administrativa e financeira[182], o que a torna igualmente

[182] *"Art. 1º A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência S.A. - Dataprev, empresa pública sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos,* ***com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira****, é regida pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, por este Estatuto, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis."* – Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev, de 24/04/24.

responsável pela falha na implementação de mecanismos adequados de controle e verificação de dados.

A sua incumbência de operar dados sensíveis agrava ainda mais sua responsabilidade, especialmente considerando o número crescente de queixas sobre descontos indevidos. Até o momento, foram registradas pelo menos 60 mil reclamações, e mais de 7.692.313 aposentados e pensionistas continuam com descontos ativos, dos quais a auditoria interna do INSS aponta que, ao menos 90,78% são indevidos[183].

Como empresa pública vinculada ao Ministério da Previdência, a Dataprev exerce funções essenciais no gerenciamento, segurança e processamento dos dados dos segurados do INSS, com responsabilidade regida pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e demais normas específicas aplicáveis ao setor público.

Por derradeiro, **é responsável pela segurança e confidencialidade dos dados sujeitos ao tratamento**, devendo atuar de forma preventiva para evitar acessos não autorizados no sistema da previdência, vindo a garantir a adequada proteção das informações pessoais de beneficiários contra incidentes de segurança da informação, como ataques cibernéticos ou falhas operacionais.

No entanto, o crescente número de reclamações e denúncias sobre descontos indevidos nos contracheques de aposentados e pensionistas de todo o país evidenciam uma conduta absolutamente oposta aos ditames legais: **há uma falha grave na gestão de dados sensíveis por parte da Dataprev, comprometendo a segurança que das operações se espera**.

A magnitude do problema foi destacada publicamente pelo Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em Sessão Conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realizada na Câmara dos Deputados em 26/04/2023[184]. Na ocasião, o Ministro revelou a existência de um **vazamento de dados** oriundos da previdência social – sob a responsabilidade da Dataprev – que tem possibilitado a realização de descontos indevidos de mensalidades associativas nos contracheques dos beneficiários. Segundo ele, mais de 400 mil indivíduos teriam acesso aos dados privados dos segurados, num contexto de **carência de um**

[183] Relatório de Apuração de Descontos Associativos. Anexo 5.
[184] MINISTRO Carlos Lupi fala sobre desconto sindical e INSS - Fiscalização Financeira. Brasília: Youtube, 2023. P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1KxhkaRKQbk. Acesso em: 18 nov. 2024.

sistema de segurança eficaz capaz de prevenir ou identificar eventuais vazamentos.

Alega o Ministro que as operações realizadas com os dados bancários dos beneficiários, gerenciados pela Dataprev, estão sujeitas a uma deficiência crítica no sistema de segurança, o qual não consegue rastrear quem acessa as informações sensíveis; lacuna que contribui diretamente para a ocorrência das fraudes reportadas, revelando uma falha estrutural no processo de proteção dos dados pessoais dos cidadãos por parte da entidade responsável.

Tal negligência por parte da Dataprev não pode ser minimizada, pois compromete não apenas a integridade dos dados, mas também o bem-estar e a dignidade de milhares de aposentados e pensionistas. A **falta de um sistema de segurança robusto** e a **incapacidade de rastrear acessos não autorizados** geram, de forma evidente, um **ambiente propício para fraudes** que afetam diretamente o direito dos beneficiários à transparência e à proteção de seus recursos financeiros.

A continuidade dessa falha põe em risco a confiança dos segurados na administração pública e, mais grave ainda, impede que esses cidadãos tenham plena segurança de que seus dados estão sendo tratados de forma responsável e dentro dos parâmetros legais e constitucionais exigidos.

Não obstante a insegurança operacional dos dados pessoais dos beneficiários lesados, a empresa de tecnologia da previdência, que alega agir sob o escopo normativo do INSS, acaba por descumprir as regulações que a própria autarquia estabelece, tal como a necessidade de um **contrato prévio entre ela (Dataprev) e as entidades de classe** para viabilizar a operacionalização de descontos associativos.

À luz da Instrução Normativa PRES-INSS 162/24, vigente, observa-se que tal como a necessidade de formulação de um Acordo de Cooperação Técnica com o INSS, também é pressuposto a formalização de um contrato entre Dataprev e entidades de classe para possibilitar as consignações associativas em benefício previdenciário[185]. No entanto, conforme amplamente debatido no Tópico 6, item

---

[185] *"Art. 1º Estabelecer, no âmbito do INSS, critérios e procedimentos para celebração, operacionalização e acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica - ACTs relativos aos descontos, em benefícios de aposentados ou pensionistas do Regime Geral de Previdência Social de mensalidade associativa. § 1º* ***Para operacionalizar o desconto de mensalidade associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas, as entidades deverão celebrar ACT***

4, **apenas 15 das 34 entidades demandadas possuem contrato ativo com a empresa de tecnologia**, fato atestado pela própria Dataprev em resposta à questionamento formulado na Lei de Acesso à Informação, na data de 16/10/2024[186].

Ora, se a Dataprev, de fato, se compromete a zelar pela segurança dos dados operados e afirma sua adesão aos princípios protetivos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), como pode aceitar dados sensíveis de milhões de pessoas oriundos de uma entidade desvinculada dos seus fins institucionais, que não assinou qualquer contrato ou compromisso com a observância das normas legais e regulamentares de segurança e transparência exigidas – e, ainda assim, processar e efetuar descontos solicitados por ela?

Essa postura revela uma grave falha estrutural, pois não se limita à falta de conferência da legitimidade dos pedidos de desconto, mas também denota uma clara falta de diligência e cautela na gestão de recursos privados, com valores que, é importante ressaltar, alcançam milhões de reais a cada mês.

É dever da Dataprev, como **entidade gestora de tecnologia e informações** da Previdência Social, garantir que terceiros com acesso a essas informações sigam estritamente as diretrizes de proteção e segurança previstas pela legislação vigente. Quando a Dataprev falha em realizar a devida e segura gestão de terceiros, como no caso das entidades de classe sem contrato que solicitam os descontos, não há como se esperar que sua atuação seja pautada na legalidade, na transparência ou na proteção efetiva dos dados dos cidadãos.

Essa negligência gera um risco iminente para toda a população brasileira. Os dados pessoais dos segurados, sejam aqueles que já recebem benefícios, seja de contribuintes com expectativa de recebimento, ou até mesmo daqueles que nunca contribuíram diretamente para o sistema de seguridade social, estão em perigo. Isso porque, na sistemática previdenciária, todos estão, de alguma forma, vinculados ao plexo da seguridade social, e qualquer falha no tratamento e proteção dessas informações pode resultar em danos irreparáveis, tanto à confiança dos cidadãos quanto à integridade dos dados mais sensíveis.

Na realidade, a prática adotada pelas entidades responsáveis sugere um tratamento dos beneficiários da Previdência Social como meros números em um sistema automatizado, desprovido da consideração fundamental pela dignidade

---

com o INSS e contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev." – Instrução Normativa PRES-INSS 162/24.

[186] NUP 18800.265036/2024-62. Anexo 7.

humana. Essa abordagem revela a **negligência de direitos inalienáveis**, como a liberdade, autonomia e autodeterminação dos cidadãos, em prol do interesse de associações fraudulentas e órgãos públicos descomprometidos com o bem-estar coletivo. Trata-se, sem dúvida, de uma afronta aos direitos fundamentais dos segurados, que são reduzidos a meras peças em um processo impessoal e desumano.

Diante das evidências robustas e da amplitude do conjunto probatório acumulado, não restam dúvidas quanto à responsabilidade da Dataprev, enquanto Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, pelos danos causados a milhares de aposentados e pensionistas, em razão dos descontos indevidos de mensalidades associativas em seus benefícios previdenciários. A negligência no manejo e proteção dos dados pessoais dos segurados, que permitiu a perpetração de fraudes, configura um ilícito grave, com consequências diretas na vida dos beneficiários, que se veem lesados tanto em seus direitos patrimoniais quanto em sua dignidade.

É inegável, portanto, o dever da Dataprev de reparar os danos causados, uma vez que sua atuação falha na gestão de dados pessoais facilitou a ocorrência de fraudes que extrapolam os limites da responsabilidade individual para atingir, também interesses difusos e coletivos *stricto sensu,* afetando diretamente mais de 32 milhões de segurados.

11. DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS ENTIDADES DE CLASSE

Indubitável, ainda, a **responsabilidade das entidades de classe**, ora demandadas, no que tange ao **ressarcimento dos danos materiais individuais, morais individuais, morais coletivos e sociais** suscitados na presente Ação Civil Pública, dada a recorrência de descontos indevidos nos holerites de mais de 7.692.313 aposentados e pensionistas ao longo dos anos.

O proceder das entidades, ao enviar dados de supostos aposentados e pensionistas à Dataprev para a efetivação de descontos associativos sem, contudo, estarem na posse de qualquer termo de filiação ou autorização para tanto, atesta o teor ilícito, fraudulento e, muitas vezes, criminoso de sua destinação social, voltada à **persecução de interesses pessoais em detrimento do interesse público**.

A realidade é que a grande maioria dos aposentados e pensionistas que têm descontos associativos ativos, aproximadamente **90,78%** dos casos[187], não autorizaram quaisquer consignações em seus benefícios, sendo que muitos deles sequer conhecem ou tiveram contato com as respectivas entidades.

Na essência, as entidades demandadas operam sob uma fachada de legalidade, que serve como um véu que oculta os lucros milionários que mensalmente recebem. Ainda que possa haver uma atuação pautada na legalidade, afora das ilegalidades ora narradas, ainda assim lhes pertence o dever de ressarcir os prejuízos causados por uma conduta claramente ilegal e dolosamente omissa, comprometendo a segurança e os direitos dos beneficiários do INSS.

O rol probatório que segue em anexo contempla a análise de casos concretos, oriundos de demandas individuais em que se atestou a realização de desconto indevido contra cada uma das entidades demandadas. Afora esta realidade, que já seria suficiente a atestar a reiterada ocorrência do ilícito, junta-se ainda investigação realizada pelo Tribunal de Contas da União e auditoria interna realizada pelo próprio INSS que apura a conduta lesiva, prejudicial e ilegal das entidades.

Elas se beneficiam da **ignorância** e **vulnerabilidade** dos aposentados e pensionistas para imputar-lhes consignações de mensalidades associativas em seus benefícios previdenciários, o que é corroborado pelo imenso contingente de reclamações feitas ao canal consumidor.gov e Reclame Aqui[188], que retratam a recorrência de desconto indevido; índice que deveria ser observado, inclusive, pela autarquia previdenciária à título de auditoria ordinária, à fim de, averiguando a grande monta de denúncias realizadas, **rescindir os ACTs firmados**, tal como estabelecido pelo §1º-F, art. 154 do RPS e §1º e art. 24 da IN PRES-INSS 162/24.

Ocorre que, não obstante as investigações conduzidas, nenhuma medida efetiva foi adotada até o momento. As entidades seguem perpetuando ilícitos que afetam diretamente a única fonte de renda de inúmeros aposentados e pensionistas do país, dada a conivência do INSS e a ineficácia das tentativas de resolução do problema até então implementados.

---

[187] Relatório de Apuração de Descontos Associativos, p. 13. Anexo 5.
[188] Anexo 9.

Disso decorre a necessidade do ajuizamento da presente Ação Civil Pública, a fim de responsabilizar os envolvidos pelos prejuízos causados, à luz do estabelecido no artigo 186 do Código Civil e artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade que, não obstante, configura-se de forma objetiva, tendo em vista a relação de consumo inerente ao vínculo entre as entidades demandadas e os beneficiários lesados, os quais, por sua vez, são consumidores nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

11.1. DA APLICABILIDADE DOS PRECEITOS CONSUMEIRISTAS AO VÍNCULO FORMADO ENTRE AS ENTIDADES DE CLASSE E RESPECTIVOS FILIADOS

O cenário jurídico brasileiro, especialmente após a promulgação do Código de Defesa do Consumidor em 1990, tem se inclinado progressivamente à interpretação de que o vínculo formado entre entidades de classe e respectivos filiados, a depender da espécie do serviço prestado pela associação, se enquadra no conceito de relação de consumo, sujeitando-se, portanto, às disposições da Lei nº 8.078/90.

Esta postura é justificada pela natureza das transações, onde a entidade perfaz a figura do **fornecedor de serviços**.

Com efeito, em análise aos sites das litisconsortes, possível vislumbrar que, embora se classifiquem como entidade de caráter associativo de direito privado e sem fins lucrativos, na verdade, as demandadas constituem-se em pessoa jurídica **especializadas no fornecimento de ampla gama de produtos e serviços no mercado de consumo**, mediante **prévia associação** e **remuneração mensal**. Tais serviços são entendidos, conforme exegese do §2º do artigo 3º do Código Consumerista, como:

> [...] **qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração,** inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Ao realizar a oferta produtos e serviços ao mercado, condicionando-as a uma prévia adesão associativa dos consumidores, as entidades de classe atuam como verdadeiros **fornecedores de produtos e serviços**, que utilizam da máscara de “associação” para encobrir o exercício de atividade empresária.

Sublinhe-se que, nesse caso, não se verifica o vínculo de pertencimento que é típico às associações. O ato de associar-se é um mero obstáculo para poder se consumir. Nessas circunstâncias, os produtos e os serviços continuam sendo ofertados ao mercado para consumo.

A antessala da associação **não afasta a caracterização da relação de consumo**, segundo os artigos 2.º e 3.º do CDC, tampouco a vulnerabilidade dos consumidores associados perante a associação (artigo 4º, I, CDC). É nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, posteriormente replicado nos demais Tribunais de Justiça do país:

> Processual civil. Recurso especial. **Sociedade civil sem fins lucrativos** de caráter beneficente e filantrópico. **Prestação de serviços médicos, hospitalares, odontológicos e jurídicos a seus associados**. **Relação de consumo caracterizada**. Possibilidade de aplicação do código de defesa do consumidor. - Para o fim de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, o reconhecimento de uma pessoa física ou jurídica ou de um ente despersonalizado como fornecedor de serviços atende aos critérios puramente objetivos, **sendo irrelevantes a sua natureza jurídica, a espécie dos serviços que prestam e até mesmo o fato de se tratar de uma sociedade civil**, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e filantrópico, **bastando que desempenhem determinada atividade no mercado de consumo mediante remuneração**. Recurso especial conhecido e provido.[189]
>
> AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INSCRIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA. OBTENÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA EM CIRURGIA DO JOELHO. INGRESSO NO QUADRO ASSOCIATIVO DA **SOCIEDADE**. AUSÊNCIA DE **FINS LUCRATIVOS**. **OFERTA DE SERVIÇOS**. **RELAÇÃO DE CONSUMO**. APLICAÇÃO DO CDC. FORO COMPETENTE PARA AJUIZAMENTO DA DEMANDA. DOMICÍLIO DO AUTOR. ART. 101, I DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNDIA DE HIPOSSUFICIÊNCIA DO AUTOR. DISTRIBUIÇÃO ESTÁTICA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. É de **consumo** a **relação** entre associado e **sociedade** sem **fins lucrativos** quando verificado que **o ato de associar-se é condição elementar para o gozo dos serviços ofertados,** tais como expedição de título de especialista, promoção de cursos e

[189] Acórdão RESP 519310/SP; RECURSO ESPECIAL 2003/0058088-5. Fonte DJ DATA: 24/05/2004 PG:00262. Relator Min. NANCY ANDRIGHI (1118). Data da Decisão 20/04/2004. Órgão Julgador T3 - terceira turma.

> eventos acadêmicos, e afins. 2. A ausência de finalidade lucrativa não impede a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. 3. Malgrado caracterizada **relação de consumo**, a atrair a incidência das disposições do CDC, tal circunstância não conduz à automática inversão do ônus da prova, impondo-se a satisfação dos requisitos delineados no art. 6º, inciso, VIII, desse mesmo diploma legal, a saber, a verossimilhança da alegação ou hipossuficiência técnica do consumidor.[190]

Conforme se observa, em que pese a relação associativa, regida pelas disposições estatutárias, há de fato relação de consumo entre associação e associado, inerente à espécie do serviço prestado pela associação.

Tanto é assim que as, as entidades estão subordinadas a fiscalização e controle dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SENACON), tal como mencionado por diversas vezes nos Acordos de Cooperação Técnica firmados e na Instrução Normativa vigente.

O próprio INSS, em resposta ao Ofício SEI Nº 930/2023/DIRBEN-INSS, alegou a sujeição das entidades de classe aos regramentos do Código de Defesa do Consumidor, nos seguintes termos:

> Frise-se que, ao representar de forma jurídica, administrativa e política seus associados, ainda que indiretamente, as **entidades de classe acabam se enquadrando no conceito de fornecedores de serviços** em relação aos seus associados.

Tendo em vista que o Código de Defesa do Consumidor estabelece que os direitos e obrigações pertencentes à relação de consumo operam-se entre fornecedores e consumidores, possível também a compreensão dos aposentados e pensionistas como consumidores[191], vez que, caso fosse o caso de filiação verídica, utilizaria dos produtos e serviços oferecidos pelas entidades para uso próprio, como usuário final.

Deverá, portanto, o caso ser julgado conforme as regras do Código de Direito do Consumidor, em relação às litisconsortes, operando-se a

---

[190] TJ-MG - AI: 23214655220228130000, Relator: Des.(a) Jaqueline Calábria Albuquerque, Data de Julgamento: 14/02/2023, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/02/2023.

[191] "*Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final*". Artigo 2º da Lei 8.078/90.

responsabilidade objetiva às entidades, à luz do estabelecido no §2º, art. 35, da IN PRES-INSS 162/24, e do §4º, art. 2º, da Portaria DIRBEN-INSS 51/24.

A interpelação do Código de Defesa do Consumidor, além de obrigatória, é necessária, vez que somente pela sistemática consumerista se propiciará a reprodução eficaz do princípio constitucional da igualdade real. Através da Lei 8.078/90, de caráter cogente, melhor se disciplinará os interesses sociais da questão, valorando, com base na boa-fé objetiva das partes, da observância dos deveres pré-contratuais de informação e da coligação aos princípios da confiança e vulnerabilidade, decorrentes da relação de consumo.

11.1.1. DA (HIPER)VULNERABILIDADE

O **princípio da vulnerabilidade**, previsto no artigo 4º, inciso I, do CDC, vértice de todo o ordenamento consumerista, é entendido, sob o enfoque jurídico, como a qualidade inerente à condição de consumidor, tendo em vista a possibilidade de que venha a ser ofendido ou ferido pelo sujeito mais potente da relação de consumo, o fornecedor[192].

A opção do legislador brasileiro, nesse ponto, foi pelo estabelecimento de uma presunção absoluta de vulnerabilidade de todos os consumidores em potencial, vez que não são eles que possuem o poder de direção da relação de consumo, estando expostos às práticas comerciais dos fornecedores no mercado.

Basta a condição de consumidor para que haja vulnerabilidade. Esse é o entendimento de Flávio Tartuce, ao elaborar uma correlação direta entre a condição de consumidor como *elemento pressuposto*, com a caracterização da vulnerabilidade como *elemento posto*[193], pouco importando, nesse cenário, a situação política, social, econômica ou financeira da pessoa.

A **vulnerabilidade**, como traço universal de todos os consumidores, ricos ou pobres, educados ou ignorantes, crédulos ou espertos[194], constitui, portanto, **atributo inerente aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social**, vez que conhecido seu *status* de consumidor frente às entidades de classe.

---

[192] MIRAGEM, Bruno. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 125.
[193] TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito do Consumidor*. Rio de Janeiro: Método, 2023, p. 30.
[194] VASCONCELLOS, Antonio Herman. CDC comentado. 3ª ed. São Paulo: Forense Universitária, p. 224 e 225.

Não obstante, considerando que a maior parte dos lesados pelos descontos indevidos em seus benefícios previdenciários são aposentados, e, portanto, idosos, é inegável a **hipervulnerabilidade** que lhes é inerente.

A condição peculiar do aposentado ou pensionista, que possui sua capacidade de tomar decisões informadas no mercado de consumo limitada em razão de uma intersecção de vulnerabilidades, sejam elas técnicas, jurídicas, econômicas ou informacionais, impõe-lhe uma imposição unilateral das entidades requeridas, sujeitando-o ao papel de vítima em uma dinâmica desigual. Essa desigualdade, por sua vez, amplifica sua susceptibilidade a práticas de mercado predatórias, **potencializando os danos patrimoniais e morais que lhe possam ser causados.**

O conceito de hipervulnerabilidade, amplamente discutido na doutrina jurídica contemporânea, representa uma **forma exacerbada de vulnerabilidade, ou a intersecção de vulnerabilidades** que é identificada de forma prevalente, na população idosa, que, devido a características e condições particulares, estão significativamente mais suscetíveis aos riscos de serem enganados ou ludibriados nas transações do que os "meramente" vulneráveis.

Esta perspectiva mais aprofundada de proteção é respaldada pelo Código de Defesa do Consumidor, especificamente no inciso IV do artigo 39, que, ao classificar como prática abusiva o ato de se aproveitar da fraqueza ou ignorância do consumidor, considerando sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impor produtos ou serviços, atesta a necessidade de uma **tutela diferenciada e mais rigorosa para os indivíduos identificados como hipervulneráveis**.

Isso porque vigora, com base no perfil de aposentados e pensionistas, um **baixo letramento digital**, que muitas vezes os impossibilita de navegar adequadamente em sites e aplicativos como o “Meu INSS” para identificar cobranças indevidas. Esse déficit de habilidade tecnológica também dificulta o acesso a plataformas de reclamação oficiais, deixando-os, frequentemente, sem saber a quem recorrer ou como registrar formalmente sua insatisfação.

Muitas das vítimas dessas práticas ilegais, infelizmente, não têm sequer conhecimento das ferramentas disponíveis para reivindicar seus direitos ou solucionar o problema, o que as torna ainda **mais suscetíveis à exploração**. Um exemplo claro dessa vulnerabilidade é o serviço de bloqueio/desbloqueio de mensalidades associativas, instituído pelo INSS em 30 de junho de 2020, o qual não obteve os efeitos desejados por diversas razões, dentre elas, o baixo letramento

digital dos idosos, que os impedia de realizar tarefas simples em meio eletrônico, como acessar o aplicativo do INSS para efetuar o bloqueio de descontos indevidos.

Cabe ressaltar que, com a implementação do bloqueio automático de todos os benefícios, os benefícios concedidos anteriormente, que já previam a incidência do desconto associativo, permaneceram desbloqueados. Para que houvesse o bloqueio desses descontos, o beneficiário deveria acessar o aplicativo e realizar a operação manualmente. Esse cenário foi corroborado pelo Relatório de Investigação do Tribunal de Contas da União (TCU), que destacou:

> Por fim, os benefícios do INSS são concedidos inicialmente bloqueados para os descontos de empréstimo consignado (desde 1º/4/2019) e de mensalidade associativa (desde 21/9/2021), necessitando de ação prévia do segurado para o desbloqueio desses descontos. Contudo, os benefícios anteriores às citadas datas permanecem, como regra, desbloqueados para descontos, **cabendo ao segurado a iniciativa para proceder ao bloqueio**. Além disso, uma vez desbloqueado determinado benefício, outros descontos podem ser averbados sem nova ação do segurado, o que representa risco adicional de desconto indevido.

Ocorre que, em razão deste feito, muitos aposentados e pensionistas continuam a ser vítimas de descontos indevidos em seus benefícios previdenciários. Não são todos os beneficiários que têm o apoio de familiares, como filhos, netos ou sobrinhos, para ajudá-los na verificação da regularidade dos descontos ou, ainda, no pedido de exclusão do desconto associativo via administrativa, o que os deixa ainda mais expostos a essa situação fraudulenta.

Esse cenário evidencia a (hiper)vulnerabilidade da população idosa, que, sem a devida orientação, não consegue se proteger de práticas prejudiciais que servem como verdadeira fonte de violência patrimonial contra o idoso, o que está em total desacordo com os princípios estabelecidos pela Política Nacional do Idoso e as disposições do próprio Estatuto da Pessoa Idosa.

Inclusive, de acordo com o artigo 102 do Estatuto da Pessoa Idosa – Lei n.º 10.741/03 – é considerado crime "apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade", com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa; tudo a

atestar a responsabilidade solidária de todos os membros da sociedade na salvaguarda dos direitos da pessoa idosa[195].

No entanto, este dever de cuidado não se opera na prática. Fala-se em **mais de 60 mil ações judiciais para discutir descontos associativos indevidos** em todo o país, o que inclui lesão a diversas categorias de beneficiários, sendo o idoso a mais impactada.

Cuida-se de beneficiários que podem não dispor de condições de identificar adequadamente um desconto indevido realizado em seus contracheques, ou mesmo em conseguindo identificar, não lograrem acesso a canais adequados e eficientes de correção. Ou seja, o número de descontos sem autorização pode ainda ser muito maior, ante à possível subnotificação de inúmeros outros casos.

Não se pode perder de vista que, para além de números, se está a falar de pessoas, em sua maioria, em situação de hipervulnerabilidade, que é a vulnerabilidade extraordinária, qualificada, agravada por uma condição específica, em virtude da idade, grau de instrução, condição social ou econômica, e que, portanto, tem imensa dificuldade de operacionalização de processos em meio eletrônico. Muitas delas sequer têm capacidade de distinguir um desconto em favor de uma entidade, cujo nome, muitas vezes, pode induzi-las a erro, considerando tratar-se de um desconto ilegítimo.

Por tais razões, torna-se **imperativa a aplicabilidade das normas consumeristas** à relação entre as entidades de classe e os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, como medida necessária para mitigar a disparidade de poder entre as partes e assegurar a plena proteção dos direitos dos aposentados e pensionistas afetados em uma dinâmica de equilíbrio, com fins à proteção da isonomia real assegurada constitucionalmente.

Assim sendo, necessário o reconhecimento dos múltiplos benefícios que emergem dessa relação, com ênfase especial na normativa consumerista de **responsabilidade objetiva**[196] imposta às entidades de classe no que tange ao ressarcimento dos danos materiais individuais, morais individuais, morais coletivos e sociais causados aos milhares de aposentados e pensionistas que foram vítimas

---

[195] À luz do estabelecido no art. 3º e no §1º do art. 4º da Lei n.º 10.741/03.

[196] "*Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.*" Código de Defesa do Consumidor.

da fraude e de tantos outros que ficam à margem do sistema de justiça, conferindo a adequada proteção a esses cidadãos, cujos direitos são inegociáveis.

12. DOS DANOS

À luz de todo o exposto, resta claro o dever de indenizar dos demandados pelos danos materiais individuais, morais individuais, morais coletivos e sociais causados aos aposentados e pensionistas que foram diretamente prejudicados pelos ilícitos praticados na administração dos Acordos de Cooperação Técnica formalizados entre o INSS e entidades de classe. Tais acordos, acompanhados de contratos firmados com a Dataprev para a averbação dos descontos, resultaram em inúmeras **consignações indevidas em benefícios previdenciários**, afetando gravemente a qualidade de vida de milhões de cidadãos que dependem desses recursos para sua sobrevivência digna.

A necessidade de indenização surge da clara violação das normas legais que regem a previdência social, comprometendo princípios fundamentais como a dignidade humana, a segurança jurídica e a confiança da sociedade no sistema de seguridade social. Ao permitir que milhões de aposentados e pensionistas fossem onerados por descontos não autorizados e ilegais, as entidades envolvidas, o INSS e a Dataprev infringiram direitos constitucionais que regem a ordem pública, gerando prejuízos irreparáveis à toda a sociedade, ao passo que expunha a fragilidade do sistema previdenciário.

Dessa forma, urge o pleito por uma reparação que seja ampla e eficaz, visando não apenas compensar as vítimas, mas também restaurar a integridade do sistema previdenciário e a confiança da sociedade no cumprimento de seus princípios fundacionais.

12.1. DOS DANOS MATERIAIS INDIVIDUAIS – REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO:

Os descontos associativos em benefícios previdenciários operados pela Dataprev, decorrentes da formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre entidades de classe e INSS, gerou um edifício de situações jurídicas prejudiciais aos milhões de aposentados e pensionistas afetados[197], consubstanciando danos de

[197] MEZZARI, Mario Pazutti. *Alienação Fiduciária*. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 64.

ordem material, identificáveis e quantificáveis economicamente, que necessitam de imediata e adequada reparação.

No presente caso, a determinação do dano material tem como objetivo recompor, ao menos minimamente, as perdas econômicas e financeiras de milhões de beneficiários do RGPS afetados pela consignação de mensalidade associativa em benefício previdenciário, oriundos de uma declaração de vontade inexistente, que lhes imputou o dever de arcar, mensalmente, com consignações em seus proventos de forma não consentida.

Essa ilicitude, que macula a própria existência dos descontos associativos efetuados, uma vez que oriundos de vínculos forjados, não apenas contraria a lei imperativa, as regulações administrativas vigentes e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da liberdade associativa, mas também causa prejuízos financeiros diretos aos indivíduos cujos benefícios previdenciários foram descontados de forma indevida. De modo a reparar essa perda, a legislação civil e consumerista prevê a incidência da indenização por danos materiais **conforme a extensão do prejuízo causado**, como forma de sustentar a justiça econômica entre as partes.

O ressarcimento desses danos visa **restaurar**, na medida do possível, **o estado patrimonial do beneficiário ao que seria se o desconto indevido não tivesse ocorrido**, um princípio conhecido como *restitutio in integrum*. Esse princípio busca, através da compensação financeira, aliviar as perdas econômicas diretas causadas pelas consignações ilegais, reforçando a necessidade de justiça e integridade dentro das operações no âmbito previdenciário.

Portanto, urge o pleito de compensação dos **danos materiais**, que equivalerá, na prática, à **soma dos descontos indevidos** operados no **benefício previdenciário** do aposentado ou pensionista por qualquer uma das entidades de classe constantes do polo passivo da demanda; valor a ser liquidado individualmente por cada prejudicado quando da execução individual da sentença coletiva e restrito ao lapso prescricional de dez anos.

Após a individualização do indébito total a ser ressarcido, considerando tratar-se de **cobrança notoriamente indevida**, necessária, ainda, a **repetição em dobro do valor apurado**, nos termos do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, aplicável à hipótese.

Vale mencionar que, em recente julgamento, o plenário do **Superior Tribunal de Justiça**, no **EAResp 676.608/RS** pôs fim ao dissídio jurisprudencial havido entre suas Seções, decidindo pela **prescindibilidade da verificação de má-fé** (elemento volitivo) para a condenação à restituição em dobro, assentando a tese de que "*a restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva*".

De fato, **cabível a repetição do indébito em dobro**, uma vez que reconhecida a relação de consumo operada entre entidades de classe e respectivos filiados, somada ao recente entendimento oriundo da Corte Superior que estabeleceu que os valores cobrados indevidamente dos aposentados e pensionistas não mais dependem da comprovação de que o fornecedor agiu com má-fé, bastando a demonstração de que a cobrança indevida configurou conduta **contrária à boa-fé objetiva**; o que, indubitavelmente, aconteceu no caso em exame.

Quando uma autarquia previdenciária, como o INSS, em conluio com sua empresa de tecnologia, a Dataprev, motivada pela conduta de má-fé das entidades ora demandadas, procede com a consignação de mensalidades associativas não consentidas, ela não apenas **provoca uma perda econômica direta das partes**, mas o faz **violando** direitos contratuais e legais dos envolvidos, sem basear a sua conduta no mínimo que se espera de um ente com boa-fé, surpreendendo milhões de aposentados e pensionistas com descontos mensais e incessantes em seus proventos.

Não sem razão que o **Superior Tribunal de Justiça**, tal qual os demais **Tribunais Estaduais**, adotam a compreensão que os valores indevidamente descontados de benefícios previdenciários ensejam a reparação do dano material causado **em dobro**, face à patente má-fé dos envolvidos no exercício de suas respectivas funções. Exemplo desta compreensão é observada nos seguintes arestos, oriundos do Tribunal de Justiça do Paraná:

> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE VALORES E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. INSURGÊNCIA DA RÉ. DESCONTO INDEVIDO DE MENSALIDADE DA ASSOCIAÇÃO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA. FATO INCONTROVERSO. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA QUE JUSTIFIQUE O DESCONTO. **REPETIÇÃO DO INDÉBITO**. NECESSIDADE. NÃO

> RESTITUIÇÃO QUE IMPORTARIA EM ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA ASSOCIAÇÃO. **RESTITUIÇÃO QUE NÃO DEPENDE DA MÁ-FÉ**. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURIDICA A JUSTIFICAR A COBRANÇA. **DEVOLUÇÃO EM DOBRO**. **CABIMENTO**. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. ASSOCIAÇÃO QUE DISPONIBILIZA UMA SÉRIE DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS NO MERCADO DE CONSUMO. [...]RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.[198]

É face ao direito destes beneficiários – em serem ressarcidos em dobro pelas perdas econômicas que sofreram ao longo dos últimos anos, uma vez que lesados por uma conduta não apenas contrária aos ditames da boa-fé objetiva, mas, precipuamente, pautada no dolo e na má-fé – que **todos os demandados são solidariamente responsáveis pelo pagamento em dobro** dos valores deduzidos indevidamente nos proventos dos milhões de aposentados e pensionistas nos últimos dez anos.

Requer-se, portanto, a **condenação solidária dos demandados ao ressarcimento em dobro**, aos respectivos beneficiários, de todos os valores descontados indevidamente de seus proventos, **identificável** quando da constatação das seguintes irregularidades:

a) **Ausência ou falsificação da assinatura** do beneficiário no termo de filiação e/ou do termo de autorização para desconto;

b) **Autorização que tenha se dado de forma remota, por meio de gravação de voz, mensagem, telefonema, e-mail, entre outros**, incapazes de preencher o requisito de não repúdio;

c) **Autorização concedida de forma induzida**, em que o beneficiário foi levado a erro que viciou sua vontade, tendo em vista que algumas entidades impõem a adesão de beneficiários à associação, frequentemente de forma coercitiva, alegando que a filiação é obrigatória para o recebimento de benefícios ou o acesso a serviços vinculados ao regime previdenciário, sem a devida manifestação de vontade livre e consciente do beneficiário – apurável mediante verificação do processo de filiação entre a entidade de classe e o segurado;

---

[198] TJPR - 8ª C.Cível - 0002290-18.2020.8.16.0017 Maringá - Rel.: DESEMBARGADOR ARCO ANTONIO ANTONIASSI - J. 03.05.2021.

d) **Ausência de documentação comprobatória que acompanha o termo de filiação e/ou o termo de autorização**, tal como termo de filiação à entidade e cópia do documento pessoal do beneficiário.

Após a apuração do indébito da liquidação individual, sejam os respectivos valores acrescidos de atualização monetária pelo índice IPCA, desde cada desconto indevido, e juros de mora, de acordo com a taxa SELIC, a partir da citação nesta ação coletiva até a data do efetivo pagamento, conforme estabelecido pelo Tema 685 do Superior Tribunal de Justiça.

12.2. DOS DANOS MORAIS INDIVIDUAIS:

Os danos morais, erigidos a preceito constitucional[199] e previsto nos artigos 186 e 927 do Código Civil[200], referem-se aos prejuízos que afetam a esfera íntima e psicológica do ser, abalando diretamente o seu direito à dignidade que, à luz da Constituição vigente com esteio em um Estado Democrático de Direito, tutela o exercício da própria personalidade humana.

Através do direito subjetivo à dignidade, qualidade que, na bem da verdade, antecede a própria existência do ser, buscou o ordenamento jurídico resguardá-la de toda e qualquer violação, concedendo uma especial proteção às situações jurídicas subjetivas não patrimoniais afetadas, estipulando reparação na eventualidade da ocorrência de danos. Tal ofensa pode resultar em danos concretos, suscetíveis de reflexos econômicos, desde que haja um vínculo de causalidade entre a ação realizada e o prejuízo experimentado.

Segundo a autora Maria Celina Bodin de Moraes[201]:

> O dano moral tem como causa a injusta violação a uma situação jurídica subjetiva extrapatrimonial, protegida pelo ordenamento jurídico através da cláusula geral de tutela da personalidade que foi instituída e tem sua fonte na Constituição Federal, em particular e diretamente

---

[199] "Art. 5º. V – *é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem."* – Constituição Federal de 1988.

[200] "Art. 186. *Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito*".
"Art. 927. *Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo."*

[201] MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à Pessoa Humana*. Rio de Janeiro: Processo, 2017, p. 132.

> decorrente do princípio (fundante) da dignidade da pessoa humana (também identificado com o princípio geral de respeito à dignidade humana).

No Brasil, a Constituição assegura a proteção aos indivíduos contra qualquer violação ou ameaça de violação aos atributos da personalidade. A responsabilidade pela violação deste patrimônio moral é prevista como garantia fundamental e cláusula pétrea, constante no artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal, cujo rol elenca os direitos mais importantes da sociedade brasileira, que decorrem diretamente da dignidade da pessoa humana.

Quando estamos a tratar de benefício previdenciário, o liame com a dignidade da pessoa humana revela-se de maneira ainda mais evidente. Isso porque os beneficiários do Regime Geral da Previdência Social recebem seus proventos previdenciários como **verba de caráter alimentar**, garantidora de seu mínimo existencial.

Sabe-se que na esmagadora maioria dos casos, os proventos previdenciários representam a única (e escassa) fonte de renda dos aposentados e pensionistas, que, majoritariamente idosos, necessitam de cada centavo do seu benefício para a própria subsistência e, não raras vezes, subsistência de toda a sua família.

Assim sendo, não há como se rechaçar abalo psicológico daquele que percebe benefício previdenciário no valor correspondente a um ou dois salários-mínimos e vê-se prejudicado por descontos indevidos, efetuados mensalmente sob o pretexto de quitação de obrigações derivadas de um negócio jurídico sabidamente fraudulento.

Ora, os aposentados e pensionistas não podem ser resumidos a meros números em uma planilha ou estatísticas em um relatório; são vidas humanas que lutam para manter sua humanidade intacta, mesmo quando o sistema parece determinado a arrancá-la de suas mãos.

Apesar de mais de 60 mil reclamações formais requerendo a cessação dessa prática, os principais afetados são, em sua maioria, pessoas idosas, frequentemente caracterizadas por um baixo letramento digital e uma interseção de vulnerabilidades que lhes dificultam reconhecer a lesividade da conduta que lhes é imposta. Muitos desses indivíduos sequer possuem conhecimento acerca dos órgãos competentes para solucionar a questão, caso venham a descobrir a irregularidade, uma vez que a própria autarquia previdenciária, que deveria zelar pela

proteção de seus beneficiários, se revela omissa, quando não conivente, com o dano perpetrado.

Em razão disso, **estima-se que o número de atingidos ultrapassa significativamente os dados atualmente disponíveis**; tudo a revelar uma realidade inadmissível, que clama por intervenção imediata e efetiva.

Face a este cenário, emergem os **danos morais individuais** como forma de compensar o abalo psicológico experimentado pelos beneficiários, submetidos a descontos indevidos em seus proventos, decorrentes de contratação não anuída, que gera nítido constrangimento não apenas pela frustração de não poder dispor integralmente da remuneração mensal para a satisfação de suas necessidades básicas e pessoais, mas, sobretudo, pelo sentimento de impotência em ser submetido a descontos indevidos sem poder fazer nada a respeito.

Ao obstar o uso pleno da verba de natureza alimentar, opera-se o dano extrapatrimonial de forma presumida, como ***damnum in re ipsa***, ou seja, o dano moral é decorrência do próprio fato ofensivo. Esse entendimento encontra sólido amparo na jurisprudência consolidada dos Tribunais estaduais brasileiros, reafirmando a necessidade de reparação pelo caráter intrínseco do prejuízo causado:

> RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. OCORRÊNCIA. REPETIÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. [...] Quanto aos danos morais, a prova se dispensa, dada a sua impossibilidade de concreção, bastando a comprovação do ato ilícito porquanto se deduz o dano moral da própria ação ilícita. No dizer de Sérgio Cavalieri Filho: **"o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto, está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum**. [...][202]
>
> Responsabilidade civil. Ação **declaratória de inexistência de débito** c.c. indenização por danos materiais e morais. Sentença de parcial procedência. Irresignação do autor. Inexistência de relação contratual entre as partes. Descontos indevidos. **Dano moral in re ipsa**

[202] TJ-AM - RI: 06980880420218040001 Manaus, Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira, Data de Julgamento: 27/03/2022, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 27/03/2022.

caracterizado. Indenização fixada em R$ 10.000,00. Precedentes desta C. Câmara. Sentença parcialmente reformada. Recurso provido.[203]

APELAÇÃO CÍVEL. AUTOS Nº 5608733-98.2021.8.09.0051 Comarca: GOIÂNIA Apelante: BANCO BMG S.A. Apelado: ANTONIA FERREIRA GOMES Relator: Des. Gilberto Marques Filho EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESCONTO INDEVIDO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. Não demonstrada a regularidade da contratação pela Instituição de Crédito, revelam-se irregulares os descontos realizados no benefício previdenciário da parte requerente. 2. **O dano moral, na espécie, é in re ipsa quando comprovada a existência de descontos indevidos e não autorizados**. 3. O montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) atende aos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando-se em consideração a posição social do ofensor e da ofendida, a gravidade e a repercussão da ofensa, sendo suficiente para reparar os danos sofridos e penalizar pela conduta danosa. Recurso conhecido e desprovido.[204]

APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS C/C TUTELA ANTECIPADA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. 1**. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL IN RE IPSA**. DANO PRESUMIDO. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE. SENTENÇA MODIFICADA. 2. QUANTUM INDENIZATÓRIO. NECESSIDADE OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MONTANTE INDENIZATÓRIO ARBITRADO (R$8.000,00) QUE ATENDE À TRÍPLICE FUNÇÃO DA INDENIZAÇÃO. 3. READEQUAÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.[205]

APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO INDEVIDO. DANO MORAL IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Cuida-se de recurso adversando sentença que julgou procedente o pleito

---

[203] TJ-SP - AC: 10021288820228260168 Dracena, Relator: Alexandre Marcondes, Data de Julgamento: 20/06/2023, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/06/2023.
[204] TJ-**GO** - AC: 56087339820218090051 GOIÂNIA, Relator: Des(a). DESEMBARGADOR GILBERTO MARQUES FILHO, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: (S/R).
[205] TJ-**PR** - 9ª Câmara Cível - 0009755-61.2021.8.16.0173 - Umuarama - Rel.: DESEMBARGADOR LUIS SERGIO SWIECH - J. 11.03.2023.

> autoral nos autos da ação de declaração de nulidade/ inexistência de contrato de Empréstimo consignado. 2. Objetiva o ente financeiro através do apelo apenas o não reconhecimento da ocorrência de danos morais no presente caso e, subsidiariamente, a redução do quantum arbitrado pelo Juízo primevo. 3. Entendem os Tribunais pátrios que, **diante da ausência de contrato válido que justifiquem descontos realizados diretamente nos proventos de aposentadoria do consumidor, resta caracterizado dano moral in re ipsa, ou seja, presumido, decorrente da própria existência do ato.** 4. Sopesando os danos suportados pelo suplicante, no caso concreto, e a conduta da instituição financeira, considerando, ainda, os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entendo como acurado o montante indenizatório de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) arbitrado em primeira instância, não merecendo qualquer reparo. 5. Recurso conhecidos e improvido. Sentença mantida. [...][206]
>
> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE COBRANÇA INDEVIDA C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS. DESCONTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ILEGALIDADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. - Caracteriza-se o **dever de indenizar por dano moral o injusto desconto diretamente no benefício previdenciário, que tem natureza alimentar**, não podendo ser considerado como um simples aborrecimento - Em casos de ato ilícito, visto que a dívida que a originou não existe, a indenização por dano moral deve ser fixada com a devida prudência, em valor que se mostre capaz de compensar a vítima pelo desgaste e sofrimento ocasionados pelo ofensor.[207]

Ao se reconhecer o benefício previdenciário como uma verba de caráter eminentemente alimentar, torna-se patente a aplicação do conceito de **dano moral *in re ipsa*** na hipótese de sua violação. Isso ocorre porque a violação de um direito fundamental e essencial à pessoa humana, como é o caso do benefício previdenciário, acarreta um dano intrínseco e imediato à dignidade do beneficiário.

Ora, o prejuízo causado pela subtração indevida de valores essenciais à subsistência do aposentado ou pensionista configura, por si só, o dano moral, dado o impacto direto e imediato na esfera existencial e psicológica do indivíduo, que

---

[206] TJ-**CE** - AC: 00209925720178060029 CE 0020992-57.2017.8.06.0029, Relator: MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, Data de Julgamento: 06/10/2021, 2ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 06/10/2021.

[207] Apelação Cível nº 450518120188130352, TJ-MG, Rel. Des. Pedro Bernardes de Oliveira, Data de Julgamento: 25/11/2020, 9ª Câmara Cível, Data de Publicação: 10/12/2020.

ressoa, ao fim e ao cabo, como um afrontamento à própria dignidade humana, justificando a reparação integral do prejuízo causado.

O propósito da indenização por danos morais transcende, ademais, a simples reparação financeira, visando oferecer compensação pelo sofrimento infligido, satisfação à vítima e sanção ao infrator. Este duplo aspecto da indenização por danos morais, que inclui tanto o caráter **punitivo** quanto o **compensatório**, reflete seu papel não apenas de **aliviar a dor causada**, mas também de **desencorajar práticas prejudiciais futuras**.

Finalmente, em matéria de direito coletivo, há de se mencionar que não existe vedação ou ilegalidade na busca de tutela de direitos individuais violados. Nesse ponto, cumpre trazer à baila a lição do Ministro Luis Felipe Salomão, quando do julgamento do **RESP n. 1.293.606-MG**[208]. Vejamos, guardadas as particularidades do caso:

> DIREITO COLETIVO E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA RESTRITIVA ABUSIVA. AÇÃO HÍBRIDA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS, DIFUSOS E COLETIVOS. DANOS INDIVIDUAIS. CONDENAÇÃO. APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DANOS MORAIS COLETIVOS. CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE, EM TESE. NO CASO CONCRETO DANOS MORAIS COLETIVOS INEXISTENTES.
>
> 1. As tutelas pleiteadas em ações civis públicas não são necessariamente puras e estanques. Não é preciso que se peça, de cada vez, uma tutela referente a direito individual homogêneo, em outra ação uma de direitos coletivos em sentido estrito e, em outra, uma de direitos difusos, notadamente em se tratando de ação manejada pelo Ministério Público, que detém legitimidade ampla no processo coletivo. Isso porque embora determinado direito não possa pertencer, a um só tempo, a mais de uma categoria, isso não implica dizer que, no mesmo cenário fático ou jurídico conflituoso, violações simultâneas de direitos de mais de uma espécie não possam ocorrer.
>
> 2. No caso concreto, trata-se de ação civil pública de tutela híbrida. Percebe-se que: (a) há direitos individuais homogêneos referentes aos eventuais danos experimentados por aqueles contratantes que tiveram tratamento de saúde embaraçado por força da cláusula restritiva tida por ilegal; (b) há direitos coletivos resultantes da ilegalidade

[208] REsp 1.293.606/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Julgamento: 02 dez 2014, DJe: 10 dez 2014.

> em abstrato da cláusula contratual em foco, a qual atinge igualmente e de forma indivisível o grupo de contratantes atuais do plano de saúde; (c) há direitos difusos, relacionados aos consumidores futuros do plano de saúde, coletividade essa formada por pessoas indeterminadas e indetermináveis.
>
> 3. A violação de direitos individuais homogêneos não pode, ela própria, desencadear um dano que também não seja de índole individual, porque essa separação faz parte do próprio conceito dos institutos. Porém, coisa diversa consiste em reconhecer situações jurídicas das quais decorrem, simultaneamente, violação de direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos. Havendo múltiplos fatos ou múltiplos danos, nada impede que se reconheça, ao lado do dano individual, também aquele de natureza coletiva. [...]

Nessa guisa, o **STJ** continua reafirmando a possibilidade do pleito indenizatório individual em sede de ação civil pública:

> PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO. MINISTÉRIO PÚBLICO E ANATEL. LEGITIMIDADE DE AMBOS. EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÃO. CONDUTA IRREGULAR. DANO MORAL COLETIVO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO. NECESSIDADE. [...] 4. Tal como consignado pela Ministra Nancy Andrigui, no julgamento do REsp 1929288/TO, pela Terceira Turma, em 22/02/2022, "no âmbito das ações coletivas, não há qualquer incompatibilidade de se pleitear, cumulativamente, a condenação do infrator ao pagamento de indenização por ofensa a direitos individuais homogêneos e de compensação por danos morais coletivos, notadamente porque representam pedidos e causas de pedir absolutamente compatíveis entre si".[209]

Surge o pleito de indenização por dano moral, nesta seara de Ação Civil Pública, não apenas como uma possibilidade, mas como uma necessidade premente de resguardar os direitos fundamentais dos aposentados e pensionistas que, em decorrência de negócio jurídico inexistente, viram suas únicas receitas – essenciais para a manutenção do mínimo necessário à sua sobrevivência – sendo progressivamente consumidas por descontos indevidos, que afetam

[209] AgInt no REsp n. 2.021.808/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 23/10/2023, DJe de 27/10/2023.

diretamente a própria existência do indivíduo, dado o caráter alimentar da verba atingida.

Assim, comprovado o evento lesivo, tem-se como consequência lógica a configuração de dano moral, surgindo a obrigação de indenização conforme preceitua o art. 5º, X, da Constituição Federal, diante da violação dos direitos da personalidade. Este reconhecimento está alinhado à Teoria do Desestímulo, que confere caráter pedagógico à medida, reforçando a necessidade de ressarcimento dos danos morais individuais, a **serem reparados solidariamente pelos integrantes do polo passivo da demanda.**

Considerando as especificidades do caso e os transtornos causados aos milhões de aposentados e pensionistas afetados, requer-se a fixação do valor de **R$10.000,00 (dez mil reais)** como piso **mínimo** para compensação por danos morais individuais, porquanto não teratológico, irrisório ou abusivo, mas fixado num patamar adequado ao tipo de dano sofrido, atendendo aos padrões adotados pela jurisprudência majoritária.

Este valor deve ser compreendido como o mínimo esperado para a compensação de danos morais individuais, visto que as peculiaridades do caso concreto podem variar, diante da coletividade que ora se tutela, compreendendo desde pessoas com um desconto indevido até beneficiários que há anos contribuem para uma entidade de classe sequer conhecida.

O valor da compensação pleiteada encontra fundamento nos precedentes jurisprudenciais sobre a matéria, encontrado nos mais diversos Tribunais Estaduais, a exemplo dos arestos abaixo colacionados:

> RESPONSABILIDADE CIVIL – **Descontos indevidos em benefício previdenciário por associação de aposentados e pensionistas** – Associação ré que efetuou da autora descontos a título de taxa associativa, mesmo sem qualquer vínculo associativo demonstrado entre as partes – Procedimentos de descontos ocorrido, ainda, contra inúmeros outros aposentados e pensionistas, sem qualquer comprovação de vínculo associativo que os justificasse – **Proceder que resulta em danos morais**, que devem ser indenizados – Quantum indenizatório majorado para **R$ 10.000,00**, valor que comumente tem sido arbitrado por esta Câmara para casos semelhantes e suficiente para reparar o dano moral suportado pela autora, sem acarretar enriquecimento sem causa, bem como para representar desincentivo à adoção de tal prática – Honorários advocatícios sucumbenciais – Fixação em valor

> que não remunera dignamente o trabalho do advogado da vencedora - Majoração para 20% do valor da condenação – Art. 85, § 2º, do CPC – Apelo provido.[210]
>
> APELAÇÃO CÍVEL – Ação DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO, INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E TUTELA ANTECIPADA – DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PENSÃO POR MORTE – **DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR FIXADO EM R$ 10.000,00** – RECURSO PROVIDO. Restou demonstrado que a parte autora não anuiu com a filiação na associação/apelada, assim, é incontestável que o fato gerou danos à parte, não sendo apenas mero dissabor, dado que esta teve vários descontos indevidos em seu benefício, restringindo sua capacidade financeira. Em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, respeitando o caráter compensatório e ao mesmo tempo punitivo da indenização por danos morais, tenho que o montante de **R$ 10.000,00** é suficiente para reparar o dano causado a parte autora, sem enriquecê-la ilicitamente.[211]

O Tribunal de Justiça de São Paulo, no julgamento da Apelação Cível nº 10019536420228260081, estabeleceu o arbitramento do valor de **R$10.000,00** com base em um raciocínio jurídico que compreende a correlação entre o prejuízo ocasionado pelos descontos indevidos e a imprescindibilidade da reparação pelos danos extrapatrimoniais. O seguinte trecho do voto, transcrito na íntegra no Acórdão, ilustra a brilhante fundamentação:

> Sabido que a fixação do valor do dano moral deve levar em conta as funções ressarcitória e punitiva da indenização.
>
> Na função ressarcitória, **olha-se para a vítima**, para a gravidade objetiva do dano que ela padeceu (Antônio Jeová dos Santos, Dano Moral Indenizável, Lejus Editora, 1.997, p. 62). Na função punitiva, ou de desestímulo do dano moral, **olha-se para o lesante**, de tal modo que a indenização represente advertência, sinal de que a sociedade não aceita seu comportamento (Carlos Alberto Bittar, Reparação Civil por Danos Morais, ps. 220/222; Sérgio Severo, Os Danos

---

[210] TJ-SP - AC: 10028343120188260356 SP 1002834-31.2018.8.26.0356, Relator: Rui Cascaldi, Data de Julgamento: 01/02/2021, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/02/2021.

[211] TJ-MS - AC: 08023456620198120021 MS 0802345-66.2019.8.12.0021, Relator: Des. Claudionor Miguel Abss Duarte, Data de Julgamento: 26/09/2019, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/09/2019.

> Extrapatrimoniais, ps. 186/190). **Da congruência entre as duas funções é que se extrai o valor da reparação.**
>
> No caso concreto, razoável fixar a verba indenizatória em **R$10.000,00**, montante que repara os danos sofridos pela autora, que teve descontos indevidos em verba salarial, corrigidos a partir desta data, porque fixados em valores contemporâneos, e com juros de mora desde a data do primeiro desconto ilícito, por se tratar de responsabilidade extracontratual.
>
> Tal valor compensa de maneira mais adequada a angústia e o sofrimento da autora e serve, sobretudo, como estímulo a uma conduta mais diligente da ré.[212]

Ademais, considerando a presença de consumidores em situação de evidente **hipervulnerabilidade**, tal como idosos, pessoas com deficiência permanente ou temporária, portadores de doenças graves e analfabetos, que também são vítimas dos descontos indevidos, requer-se a majoração do valor da compensação por danos morais para o piso mínimo de **R$20.000,00 (vinte mil reais)**, reconhecendo as dificuldades adicionais que enfrentam, tal como reconhecido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

> EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA [...] PREJUÍZO MORAL CONFIGURADO - CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO - MENORES HIPERVULNERÁVEIS - AGRAVAMENTO. – [...] - **Não podem ser desconsideradas as singularidades da pessoa em litígio**, com destaque para as **restrições inerentes às condições de hipervulneráveis** dos Demandantes, por serem menores, fatos que contribuem para **o agravamento da lesão extrapatrimonial sofrida** [...].[213]

Para tanto, assim que fixado o dever de indenizar, deverá, sob o montante devido a título de danos morais individuais, incidir correção monetária desde a data do arbitramento, pelo índice IPCA, acrescida de juros de mora de acordo com a taxa SELIC a partir da citação nesta ação coletiva, de acordo com o Tema 685 do Superior Tribunal de Justiça.

---

[212] TJ-SP - AC: 10019536420228260081 SP 1001953-64.2022.8.26.0081, Relator: Francisco Loureiro, Data de Julgamento: 17/02/2023, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/02/2023.

[213] TJ-MG - AC: 50002363420228130105, Relator: Des.(a) Roberto Vasconcellos, Data de Julgamento: 26/04/2023, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/04/2023.

12.3. DANO MORAL COLETIVO:

O dano moral coletivo se dedica a compensar o prejuízo causado à **coletividade *stricto sensu***, ou seja, a um conjunto específico de vítimas, determinadas ou determináveis, ligados por uma relação jurídica-base**,** manifestado por meio de grupos, classes ou categorias específicas lesadas por eventos danosos. Como expressão do viés compensatório que ostenta, decorrente de um longo percurso de debates legislativos, hermenêuticos e dogmáticos que trouxeram ao ordenamento jurídico pátrio uma filosofia protetiva à coletividade, e não apenas ao cidadão, como pessoa individual.

Essa extensão à proteção dos direitos coletivos adveio à sistemática jurídica com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que marcou um ponto de inflexão nos paradigmas hermenêuticos do direito brasileiro, consolidando os direitos sociais fundamentais como eixos interpretativos essenciais da ordem jurídica.

Esses direitos, interpretados sob a égide protetiva das garantias fundamentais, acabam por **transcender o plano individual**, protegendo bens e interesses de titularidade coletiva, de um grupo, classe ou categoria específica, cuja preservação reverbera em benefícios para toda a sociedade. Tratam-se, essencialmente, de direitos de terceira dimensão, que se singularizam pela **titularidade difusa ou coletiva**, desenhados para salvaguardar não apenas o indivíduo isolado, mas coletividades inteiras[214], como expressão do caráter transindividual que ostentam.

A evolução dos direitos coletivos no ordenamento jurídico brasileiro inoculou a crescente necessidade de uma tutela especial aos bens, tanto materiais quanto imateriais, pertencentes à própria coletividade.

Essa demanda por uma tutela especializada restou correspondida pela implementação do dano moral coletivo no ordenamento jurídico, que, por sua vez, passou a ser compreendido em sua **autonomia** em relação ao dano moral individual.

De fato, a acepção jurídica e jurisprudencial sobre a matéria compreende o dano moral coletivo também em sua **independência**, entendendo-o como nova espécie de dano e não, simplesmente, a soma dos danos morais individuais

---

[214] MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

experimentados pelos membros da coletividade[215]. Em vez disso, considera a coletividade como um ente autônomo, associada a bens e direitos coletivos diretamente afetados e, portanto, merecedores de uma proteção específica em situações de lesão ao patrimônio valorativo coletivo[216], refletindo uma sofisticação jurídica que reconhece a coletividade não apenas como uma soma de indivíduos, mas como uma entidade com direitos e interesses próprios.

Portanto, quando o dano sofrido tem natureza extrapatrimonial **por transgredir o círculo de valores e direitos intrínsecos à coletividade**, por meio de uma lesão injusta e intolerável ao patrimônio valorativo social, opera-se o dano moral coletivo.

A Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) foi um importante marco na evolução do direito processual coletivo no Brasil, estabelecendo uma disciplina sistemática à matéria e expandindo o espectro de sua aplicação, vindo a permitir a judicialização de questões afetas à coletividade, especialmente no âmbito do direito do consumidor, conforme delineado no artigo 1º da Lei n.º 7.347/85[217], conferindo tutela específica ao dano moral coletivo.

O Código de Defesa do Consumidor, por seu turno, inspirado nas *class actions for damages* do direito norte-americano, fortaleceu a tutela dos direitos coletivos no Brasil. Através do diploma legal, tornou-se possível a defesa judicial, em ação coletiva, dos danos pessoalmente sofridos (art. 81, II e art. 91 e 100), consolidando o que se entende, hoje, por direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, com base nos princípios constitucionais da justiça social (art. 5, XXXII) e da ordem econômica (art. 170, V).

O reconhecimento do dano moral coletivo é, também, reforçado pelo Enunciado 456 da V Jornada de Direito Civil, que apresenta uma abordagem extensiva e necessária para a plena proteção jurídica aos interesses coletivos, alinhando o sistema jurídico brasileiro com as práticas progressistas de direito internacional:

---

[215] "*Ressalta-se que* ***o dano moral coletivo não significa a somatória dos danos individuais*** *suportados pelos consumidores pela violação de um direito pessoal desses,* ***mas uma nova modalidade de dano****, o qual tem por objeto a violação de um direito da coletividade considerada em si mesma vítima de uma ação danosa do fornecedor.*" – Acórdão n.º 1.245.575. TJDFT.

[216] LORENZETTI, Ricardo Luís. O Direito e o Desenvolvimento Sustentável - Teoria Geral do Dano Ambiental Moral, in: Revista de Direito Ambiental nº 28, RT, p. 139/149.

[217] *"Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: ll - ao consumidor;"* – Código de Defesa do Consumidor.

> A expressão "dano" no art. 944 abrange não só os danos individuais, materiais ou imateriais, mas também os **danos** sociais, difusos, **coletivos** e individuais homogêneos a serem reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas.

Importante ressaltar que, embora compartilhe de uma nomenclatura semelhante ao dano moral individual, o termo "dano moral coletivo" tem sido objeto de debate entre diversos autores que questionam sua precisão e adequação ao fim a que se destina, dado que a identificação deste tipo de dano não necessariamente depende da demonstração de efeitos negativos tangíveis, tais como **abalo psíquico ou repulsa coletiva**.

De fato, estes efeitos, se presentes, devem ser considerados apenas como **meras consequências secundárias da conduta lesiva**, e não como um requisito essencial para sua configuração[218]. Isso decorre da posição autônoma do dano moral coletivo dentro do espectro de danos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, **operando independentemente da dimensão subjetiva de sofrimento ou dor individual.**

A jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça** é remansosa quanto a incidência do **dano moral coletivo** em situações de injusta e intolerável violação a interesses e direitos pertencentes ao círculo de valores da coletividade**, afastando a necessidade de analisar um eventual abalo psíquico individual** para a sua configuração:

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. COLOCAÇÃO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTAMINADO NO MERCADO DE CONSUMO. ACHOCOLATADO TODDYNHO. **DANO MORAL COLETIVO**. DIREITOS DIFUSOS OU METAINDIVIDUAIS. SUJEITOS INDETERMINADOS OU INDETERMINÁVEIS. OBJETO INDIVISÍVEL. SEGURANÇA À SAÚDE DO CONSUMIDOR. INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. RECALL. PROVIDÊNCIA A SER INCENTIVADA. PREVENÇÃO DE RISCOS. 1. A violação de direitos metaindividuais dá ensejo à condenação por danos morais coletivos, cujo objetivo é a preservação de valores essenciais da sociedade. **O dano moral coletivo é autônomo, revelando-se independentemente de ter havido afetação a patrimônio ou higidez psicofísica individual.** 2. Apesar de o dano moral coletivo ocorrer in re ipsa, sua configuração ocorre apenas quando a

[218] NETO, Xisto Tiago de Medeiros. "*O dano moral coletivo e o valor da sua reparação*". Brasília: 2012, vol. 78, p. 288.

> conduta antijurídica afetar interesses fundamentais, ultrapassando os limites do individualismo, mediante conduta grave, altamente reprovável, sob pena de o instituto ser banalizado. [...].[219]

Nesse sentido, a incidência do **dano moral coletivo**, conforme delineada em farta jurisprudência, **se opera *in re ipsa*,** implicando em sua incidência de forma presumida diante de atos que configurem grave ofensa à moralidade pública, que transborde a tolerabilidade e venha a causar lesões a valores fundamentais da sociedade. Tal presunção implica reconhecer que **certos atos ou omissões** possuem uma **capacidade intrínseca de prejudicar a coletividade**, dispensando, portanto, a necessidade de prova concreta do prejuízo.

A jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça** tem estabelecido precedentes importantes nesse sentido, consolidando o entendimento de que a proteção dos valores coletivos e da moralidade pública deve ser prioritária e proativa:

> ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPLORAÇÃO DE JOGO DE BINGO. DANOS MORAIS À COLETIVIDADE. CARACTERIZAÇÃO DE DANO IN RE IPSA. PRECEDENTES DO STJ. VIOLAÇÃO À INTEGRIDADE MORAL DOS CONSUMIDORES. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (...) III**. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido do cabimento da condenação por danos morais coletivos, em sede de ação civil pública, considerando, inclusive, que o dano moral coletivo é aferível in re ipsa.** Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 100.405/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 19/10/2018; REsp 1.517.973/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 01/02/2018; REsp 1.402.475/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/06/2017. (...) Precedentes do STJ. V. Agravo interno improvido.[220]
>
> CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPLORAÇÃO DE JOGO DE BINGO. VIOLAÇÃO À INTEGRIDADE MORAL DOS CONSUMIDORES. **DANOS MORAIS COLETIVOS. CARACTERIZAÇÃO IN RE**

---

[219] REsp n. 1.838.184/RS, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 5/10/2021, DJe de 26/11/2021.
[220] AgInt no REsp n. 1.342.846/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 19/3/2019, DJe de 26/3/2019.

> **IPSA**. SÚMULA 168/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. 1. **É remansosa a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que o dano moral coletivo é aferível in re ipsa, dispensando a demonstração de prejuízos concretos e de aspectos de ordem subjetiva.** O referido dano será decorrente do próprio fato apontado como violador dos direitos coletivos e difusos, por essência, de natureza extrapatrimonial, sendo o fato, por si mesmo, passível de avaliação objetiva quanto a ter ou não aptidão para caracterizar o prejuízo moral coletivo, este sim nitidamente subjetivo e insindicável. 2. **O dano moral coletivo somente se configurará se houver grave ofensa à moralidade pública, objetivamente considerada, causando lesão a valores fundamentais da sociedade e transbordando da tolerabilidade.** A violação aos interesses transindividuais deve ocorrer de maneira inescusável e injusta, percebida dentro de uma apreciação predominantemente objetiva, de modo a não trivializar, banalizar a configuração do aludido dano moral coletivo.[221]

Basta, portanto, a ofensa a valores fundamentais e caros à sociedade, que transcenda a esfera da moralidade pública, para a operacionalização o dano moral coletivo, sendo o fato, *per si,* **indenizável objetivamente**, independente da demonstração do prejuízo moral experimentado pela coletividade.

O conceito de moralidade, intrinsecamente relacionado à justiça em seu sentido mais amplo, fundamenta-se na ética, probidade, honestidade, legalidade, lealdade, boa-fé e honestidade; pilares que buscam orientar comportamentos de forma a evitar ações que confundam, dificultem ou minimizem os direitos coletivos.

Não obstante, o descumprimento de deveres essenciais para com os beneficiários da previdência social também pode ser considerada uma imoralidade, especialmente quando se considera que a moralidade é sustentada pela ordem jurídica e amparada pela lei e preceitos constitucionais. **Assim, uma violação à lei, às regulações administrativas e ao texto constitucional é, por extensão, uma violação à moral**. Esta relação íntima entre moralidade e legalidade reflete uma compreensão substancial e sistemática do direito, que rejeita a

---

[221] EREsp n. 1.342.846/RS, Relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 16/6/2021, DJe de 3/8/2021.

possibilidade de comportamentos baseados em padrões morais que contrariem princípios constitucionais, o que seria inadmissível[222].

Assim, no âmago do caso *sub judice*, ao exigir de aposentados e pensionistas um valor mensal, como contribuição à filiação de uma entidade associativa jamais consentida, o INSS, a Dataprev e as entidades de classe perpetram uma **flagrante violação dos princípios de moralidade e justiça**, que não apenas erode a estabilidade financeira dos envolvidos, mas, de maneira mais grave e direta, coloca em risco a própria **dignidade da pessoa humana**, pilar sobre o qual se funda nosso Estado Democrático de Direito.

A devastação silenciosa que se infiltra na vida daqueles que dependem dos benefícios previdenciários é algo muito mais do que uma simples questão de valores retirados de suas contas. **Não se trata apenas de números a serem ajustados ou de uma falha administrativa** que, por um momento, os impede de acessar o que é devido. O verdadeiro dano reside no impacto humano profundo e irreparável causado pelos descontos indevidos perpetrados pelo INSS, pela Dataprev e por entidades sem fins lucrativos, que despojam, de maneira injusta, a **única fonte de renda** de milhões de cidadãos, já fragilizados pelas dificuldades naturais da idade.

O que começa como um pequeno desfalque, uma quantia retirada sem aviso ou consentimento, se torna um obstáculo significativo na vida daqueles que, já exauridos pelos desafios diários, tentam sobreviver com os poucos recursos que recebem.

Para os aposentados e pensionistas, que já enfrentam uma vida de limitações, esses valores são muito mais do que dinheiro; **são a base sobre a qual constroem suas vidas**. São os proventos que garantem o mínimo necessário para a sua sobrevivência. **São a alimentação, o remédio, o pagamento das contas básicas.** São, em sua essência, a materialização do direito à existência digna, direito este que, ao ser violado, ameaça não só a sobrevivência física individual, mas também a coletividade, que assenta bases constitucionais no sistema da previdência.

Entretanto, **o que vemos é uma pilhagem implacável de descontos indevidos** que atinge, sobretudo, os mais vulneráveis: idosos, pessoas com doenças

---

[222] MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança. 31. ed. atual. e compl. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 133.

graves, aqueles que, em muitos casos, não possuem o suporte necessário para lutar contra um sistema que deveria protegê-los, mas que, em vez disso, os agride de forma sistemática e sem perspectiva de melhora.

Enquanto os milhões de aposentados e pensionistas lutam diariamente pela própria sobrevivência, esperando, impotentes, pelo fim do mês, temendo que o dinheiro não seja suficiente para o básico, os demandados parecem agir de maneira a **maximizar seus próprios interesses**, em detrimento do interesse público pelo qual deveriam lutar.

Trata-se, na essência, de uma situação em que a subsistência e o bem-estar de inúmeras famílias estão precariamente pendentes na balança da justiça, ameaçados por uma ação institucional que parece desconsiderar as mais fundamentais garantias humanas e constitucionais, que acarreta não apenas um prejuízo individual ao beneficiário lesado, mas um ataque à coletividade de aposentados e pensionistas, que compartilham uma condição comum: **a dependência de um benefício previdenciário para garantir sobrevivência e, por consequência, dignidade.**

De fato, todos os aposentados e pensionistas do INSS, mesmo aqueles que não têm descontos associativos ativos, **estão expostos a um risco** constante de terem uma quota de seus benefícios subtraída, de forma ilegal e arbitrária, por meio de práticas que vulnerabilizam ainda mais aqueles que já vivem com o mínimo necessário para a sua subsistência. Essa realidade, que atinge os 32.002.330 de aposentados e pensionistas, não é uma questão isolada, mas sim uma **problemática estrutural**, que afeta a todos, em maior ou menor grau, e que, por sua natureza, exige uma reparação que transcenda o âmbito individual e se estenda ao coletivo.

É nesse contexto que se justifica a necessidade de reparação por danos morais coletivos. O risco de sofrer descontos indevidos não é um problema isolado de cada indivíduo, mas um **fenômeno que atinge toda a categoria**, exposta ao arbítrio de um sistema que deveria ser justo e transparente, mas que, de forma reiterada, age de forma prejudicial contra quem deveria proteger.

O panorama que se descortina revela um paradoxo perturbador: a **previdência social**, que deveria servir como um vetor de inclusão social e estabilização econômica, acaba por perpetuar e até intensificar a vulnerabilidade de seus beneficiários. A ilusão de que estão protegidos pela regularidade de seus

benefícios é desfeita pela realidade de um sistema que falha em garantir seus direitos mais básicos.

Face a este cenário e considerando a negligência do órgão regulador – INSS – em rescindir os Acordos de Cooperação Técnica sabidamente utilizados para fins fraudulentos, a responsabilidade de arbitrar limites de conduta em vistas ao restabelecimento da normalidade social recai, primordialmente, sobre o **Judiciário**, como órgão de controle, para, sobretudo, minimizar os impactos sociais aos beneficiários, visando resguardar o direito à dignidade, à liberdade e à livre associação.

Para tanto, necessária a imposição de condenações pecuniárias que realmente pressionem os infratores a reavaliarem suas práticas, garantindo que a leniência nas consequências judiciais não resulte na **desvalorização da norma jurídica**. Se o ilícito se mostrar economicamente vantajoso, o ciclo de danos à sociedade brasileira, tanto difusos quanto coletivos *stricto sensu*, inevitavelmente persistirá.

A quantificação dos danos morais coletivos deve ser adequada à extensão e gravidade do dano causado; uma indenização insuficiente conduz, necessariamente, ao fenômeno da **ilicitude lucrativa**, onde a dissuasão é imperfeita, já que as entidades podem ser incentivadas para tornar a cometer transgressões coletivas se perceberem que os lucros obtidos com a conduta ilícita superam os custos associados à punição. Em outras palavras, se os benefícios econômicos superarem os custos legais, os transgressores encontrariam razões econômicas para persistir na delinquência, dado que, diante de uma análise custo-benefício racional, a infração compensaria financeiramente.

Logo, é necessária uma atuação marcante do poder judiciário para influenciar os comportamentos individuais e empresariais, disseminando valores culturais e normativos para que sejam assegurados os direitos transindividuais e evitados novos danos difusos, coletivos e individuais homogêneos de enorme gravidade social, uma vez percebida a irradiação de efeitos que a ação coletiva ostenta, capaz de alcançar elevada ressonância nas culturas e práticas vigentes.

A influência e autoridade do judiciário pode e deve estender-se para além das penalidades e compensações simbólicas, atuando como um verdadeiro agente de mudança cultural, dado o risco que o país e o bem-estar social da população corre na eventual ausência de respostas jurídicas firmes que contribuiriam, em última análise, para a perpetuação do ciclo de violações, onde a

economia da ilegalidade se torna um modelo de negócio viável, em vez de ser uma **exceção punível**.

Por conseguinte, a abordagem para a quantificação dos danos morais coletivos adotará uma perspectiva analítica, considerando o fenômeno da ilicitude lucrativa como uma face a se evitar, assegurando que as sanções aplicadas sejam suficientemente severas para desmotivar a reincidência no cometimento de ilícitos, alterando a análise de custo-benefício dos órgãos e entidades que ponderam entre seguir a lei ou auferir ganhos ilícitos; evitando, ao fim, que o ilícito compense.

a) EXTENSÃO DO DANO:

A natureza compensatória e pedagógica do dano moral coletivo, que busca preservar valores fundamentais da coletividade, sublinha a urgência de um engajamento incisivo do Poder Judiciário para enfrentar e superar as práticas ilícitas perpetradas pelas entidades de classe, em conluio com o INSS e a Dataprev, particularmente na operacionalização de descontos associativos em benefícios previdenciários, que são efetuados na ausência de qualquer manifestação de vontade dos segurados.

Essas práticas, marcadas pelo descaso com os anos arduamente trabalhados de milhões de aposentados e pensionistas para garantir um futuro financeiro, que hoje são negligentemente corroídos por descontos indevidos, maculam a integridade e a ética do sistema previdenciário. Este sistema, que todos, inevitavelmente, terão de integrar em algum momento de suas vidas, dada sua natureza compulsória, não pode ser tratado como um mero aparato administrativo. Ao contrário, ele representa um pilar fundamental da estrutura social, sobre o qual repousa o direito à dignidade, à sobrevivência e à justiça social de milhões de cidadãos.

O que está em jogo não é apenas a reparação dos danos individuais, mas a própria manutenção da confiança da sociedade em um sistema que deveria ser sinônimo de segurança e amparo. O fato de que essa confiança foi violentada, afetando, de forma generalizada, os aposentados e pensionistas, impõe a necessidade de uma resposta judicial que vá além da penalização pontual dos envolvidos. O que se requer, urgentemente, é uma reafirmação dos valores

fundamentais que sustentam a convivência social, como a justiça, a transparência e, acima de tudo, o respeito aos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Nesta senda, a compreensão do dano moral coletivo, como **compensação justa àqueles expostos à prática lesiva**, encontra assento no entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, tal como debatido no aresto abaixo colacionado:

> **RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO**. [...] 1. O **dano moral coletivo** caracteriza-se pela prática de conduta antijurídica que, de forma absolutamente injusta e intolerável, viola valores éticos essenciais da sociedade, implicando um dever de reparação, que tem por finalidade prevenir novas condutas antissociais (função dissuasória), punir o comportamento ilícito (função sancionatório-pedagógica) e reverter, em favor da comunidade, o eventual proveito patrimonial obtido pelo ofensor (função compensatória indireta). 2. Tal categoria de **dano moral** - que não se confunde com a indenização por **dano** extrapatrimonial decorrente de tutela de direitos individuais homogêneos - **é aferível in re ipsa**, pois dimana da lesão em si a "**interesses** essencialmente **coletivos**" (**interesses** difusos ou **coletivos stricto sensu**) que "atinja um alto grau de reprovabilidade e transborde os lindes do individualismo, afetando, por sua gravidade e repercussão, o círculo primordial de valores sociais" (REsp 1.473.846/SP , Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21.02.2017, DJe 24.02.2017), revelando-se despicienda a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo à integridade psicofísica da coletividade. [...] 6. Nesse contexto, afigura-se evidente o caráter reprovável da conduta perpetrada pelos réus **em detrimento do direito transindividual da coletividade de não ser ludibriada, exposta à oferta fraudulenta ou à publicidade enganosa ou abusiva, motivo pelo qual a condenação ao pagamento de indenização por dano extrapatrimonial coletivo é medida de rigor,** a fim de evitar a banalização do ato reprovável e inibir a ocorrência de novas e similares lesões. [...][223]

A compensação requerida, portanto, não apenas é justa e razoável, mas também necessária, pois o dano causado, apesar da compensação econômica, é intrinsecamente **social, psicológico e ético**. Ele mina a confiança na própria

---

[223] STJ - REsp: 1539056 MG 2015/0144640-6, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 06/04/2021, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/05/2021.

estrutura que deveria proporcionar a segurança e o amparo a quem contribuiu para o sistema.

Trata-se de uma perda que ultrapassa os limites individuais e afeta a coletividade como um todo- uma vez que a lesão atinge todos os aposentados e pensionistas do RGPS -, gerando um clima de insegurança, indignação e desesperança entre aqueles que dedicaram uma vida inteira ao trabalho e, por isso, têm o direito de contar com o benefício como um meio de garantir sua subsistência digna na aposentadoria.

A reparação de danos morais coletivos, face a este cenário, não significa apenas uma compensação econômica, mas uma medida indispensável para **restabelecer a justiça e a confiança no sistema previdenciário**. Ela se impõe como forma de proteger a integridade dos direitos dos aposentados e pensionistas do INSS, corrigindo a distorção que atinge a totalidade dessa categoria e reforçando a necessidade de mudança estrutural no sistema previdenciário, impedindo a perpetuação de práticas lesivas que continuam a prejudicar os cidadãos que, por direito, dependem dos seus benefícios para garantir uma vida digna.

Assim, atentos à **gravidade** e a **persistência** da ofensa (o desconto indevido nos benefícios previdenciários de milhões de aposentados e pensionistas ao longo dos últimos dez anos), o grau de **reprovabilidade social** da conduta adotada e o **nível de culpa** do envolvido (o dolo de agir das entidades demandadas, a inércia do INSS e a negligência da Dataprev, em escancarado prejuízo às normas civis, constitucionais e regulatórias aplicáveis) e, essencialmente, a **relevância do bem jurídico** protegido (o direito à liberdade, à dignidade e, primordialmente, o direito à um benefício previdenciário justo e coerente com os anos de contribuição trabalhados), torna-se absolutamente coerente multiplicar o valor teto da mensalidade associativa que pode ser consignada em benefício – equivalente a 1% do teto máximo da previdência social[224], hoje no valor de R$77,86 – pelo número de aposentados e pensionistas beneficiários do RGPS, atualmente cerca de 32.002.330 cidadãos[225].

Assim procedendo, o cálculo resulta no valor mínimo devido a título de danos morais coletivos, no importe de **R$2.427.696.753,80** (dois bilhões,

[224] *"Art. 4º A averbação do desconto no benefício de que trata esta Instrução Normativa ocorrerá desde que: § 3º* ***O desconto de mensalidade associativa não poderá exceder 1% (um por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS****."* – Instrução Normativa PRES-INSS 162/24.

[225] NUP 18800.250466/2024-80. Lei de Acesso à Informação. Anexo 7.

quatrocentos e vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) – quantificação que, ainda que robusta, subestima o proveito econômico obtido pelas entidades demandadas com esta conduta ilícita, cuja estimativa atual é de aproximadamente R$8,7 bilhões[226].

12.4. DO DANO SOCIAL:

Indiscutível, ainda, que a conduta ilegal das entidades demandadas, do INSS e da Dataprev gerou repercussões prejudiciais que transcenderam os valores individuais passíveis de restauração, mitigação e compensação unicamente no plano moral, material e moral coletivo. Com os mais de R$8,7 bilhões arrecadados de forma indevida até então, todo o tecido social foi frontalmente afetado por uma abrupta redução da qualidade de vida da população, como decorrência direta da diminuição gradativa do poderio econômico de milhões de aposentados e pensionistas ao longo dos últimos anos.

À tutela destes direitos atingidos dirige-se o dano social, consubstanciado na **proteção de toda a sociedade brasileira** contra patentes afrontas e violações a direitos comuns e caros à coletividade, como o direito à livre associação. Este direito, consagrado e protegido tanto por normativas nacionais quanto por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, representa mais do que uma mera formalidade legal; ele encarna um dos alicerces essenciais para a garantia da dignidade humana.

Para Antônio Junqueira, os danos sociais são caracterizados por "lesões à sociedade", como se ente personalizado fosse, gerando o dever de indenizar quando os atos reduzirem as condições coletivas de segurança, causarem diminuição da qualidade de vida ou o nível de tranquilidade populacional. Portanto, pela repercussão difusa que ostenta, o dano social decorre de um rebaixamento imediato do nível de vida da população[227], que diminui a tranquilidade social, ultrapassam o mero dissabor e são passíveis de indenização, seja para coibir, seja para punir a conduta do ofensor.

Importante destacar que o dano social, embora relativamente novo em nosso ordenamento, já tem aplicação prática através do chamado *dumping* social

---

[226] Anexo 6.

[227] AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social*. Revista Trimestral de Direito Civil, Rio de Janeiro, 2004, p. 378.

na área trabalhista que, apesar de ser ramo do direito individual por excelência, tem sido um dos primeiros a reconhecer o dano social como forma de reparação de danos à coletividade.

A **aplicabilidade do dano social** difundiu-se, ainda, a outras áreas do direito, inclusive no ramo consumerista, conforme se denota dos julgados a seguir colacionados:

> AÇÃO CIVIL PÚBLICA - **DANO SOCIAL** - ACESSIBILIDADE - VALOR. **Ocorre dano social quando o ato lesivo ultrapassa o patrimônio material e moral da vítima atingindo a coletividade.** A falta de investimento por parte do locatário, comerciante, em infraestrutura durante o período em que exerceu atividade comercial no local, gerando prejuízo para a qualidade de vida do deficiente físico, deve ser condenado a ressarcir os danos sociais. **O dano social deve ser fixado com razoabilidade, considerando-se a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos.**[228]
>
> APELAÇÃO CIVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - ESTABELECIMENTO COMERCIAL - AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA - SITUAÇÃO DEMONSTRADA - DANO MORAL COLETIVO **E DANO SOCIAL** - VALOR DA INDENIZAÇÃO - PRECEDENTES - SITUAÇÃO ANÁLOGA (MESMA EMPRESA). 1. A Lei n. 13.146, de 2015, dispõe que "a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social" (art. 53). [...] 4. A mesma situação violadora do direito à acessibilidade pode, também, configurar dano social, pois é assente doutrinariamente que **os danos sociais são lesões à sociedade, no seu nível de vida, tanto por rebaixamento de seu patrimônio moral - principalmente a respeito da segurança - quanto por diminuição na qualidade de vida: portanto, trata-se de uma nova espécie de dano reparável que é inconfundível com os danos materiais e com os danos morais.** [...][229]

---

[228] TJMG - Apelação Cível 1.0000.18.005228-4/002, Relator(a): Des.(a) Alberto Henrique, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/10/0019, publicação da súmula em 04/10/2019.

[229] Apelação Cível n.º 1.000.21.208931-2/001, Rel. Des. Manoel dos Reis Morais. Julgamento: 06/01/2022. DJe: 27/01/2022.

> EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PANDEMIA DO COVID-19 - IMUNIZAÇÃO - ANTECIPAÇÃO INDEVIDA DA APLICAÇÃO DA SEGUNDA DOSE DA VACINA - FRAUDE NO CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO - COMPROMETIMENTO DA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE ESTABELECIDAS PARA O CONTROLE DA PANDEMIA - **DANOS SOCIAIS CONFIGURADOS** - VALOR INDENIZATÓRIO - FIXAÇÃO À LUZ DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE - DANOS MORAIS COLETIVOS NÃO CARACTERIZADOS - VEDAÇÃO À IMPOSIÇÃO DE DUPLA INDENIZAÇÃO SOB O MESMO FUNDAMENTO - "BIS IN IDEM" - SENTNEÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO - A indevida antecipação promovida pela ré quanto à aplicação da segunda dose de imunizante, em inobservâncias às balizas fixadas pelas autoridades sanitárias e em notório comprometimento da concretização das políticas públicas de saúde estabelecidas no contexto pandêmico **é fato que ocasiona prejuízos à sociedade de um modo geral, aptos a configurar danos sociais indenizáveis** - Constatado que, no caso concreto, a indenização pelos danos sociais foi arbitrada em estrita consonância aos prejuízos demonstrados nos autos, à luz das particularidades do caso concreto, e ausente qualquer elemento hábil a justificar a majoração indenizatória pretendida, há de ser mantida a fixação exarada pelo magistrado primevo, em prestigio à sua maior proximidade em relação aos fatos e aos envolvidos [...][230]

Trata-se, na bem da verdade, de uma nova espécie de dano, que, com viés eminentemente punitivo, **tutela a coletividade**, possuindo objeto diverso do dano moral, estético ou material por não ser possível (e, sequer, devida) a determinação dos sujeitos que sofreram o prejuízo. O íntimo objetivo desta nova espécie de dano é reprimir o ato ilegal para que a parte infratora pare de prejudicar a sociedade, visando, portanto, reprimir integralmente o mal causado por dolo ou culpa grave.

Nesse sentir, o dolo (ou culpa grave) das **entidades de classe**, ao firmarem acordos de cooperação com o INSS, consubstancia-se na forma fraudulenta com que operaram os descontos mensais nos benefícios de aposentados e pensionistas, enviando dados para averbações à Dataprev sem o prévio consentimento do respectivo beneficiário. Não se tratou de um erro de interpretação ou de uma falha burocrática; essas entidades sabiam exatamente o que estavam fazendo ao

---

[230] Apelação Cível n.º 1.000.22.282818-8/001, Rel. Des. Renan Chaves Carreira Machado. Julgamento: 09/05/2023, DJe: 12/05/2023.

criar um vínculo direto com o sistema previdenciário para efetuar descontos em contas de cidadãos que não possuíam qualquer ciência das fraudes. A prática foi deliberada, voltada unicamente para o interesse financeiro próprio, sem qualquer consideração sobre o impacto devastador que causaria àqueles que, ao longo de suas vidas de trabalho, confiaram no sistema de seguridade social.

O **dolo** das entidades de classe reside, portanto, na intenção de se beneficiar com os recursos que pertencem aos aposentados e pensionistas, utilizando-se de uma estrutura institucionalizada para aplicar esses descontos de forma sistemática e camuflada. Mesmo cientes de que os beneficiários não estavam adequadamente informados sobre os descontos, e muito menos consentiam com eles, as entidades continuaram a realizar essa prática de maneira impune, já que possuíam acesso e influência sobre a estrutura que gerenciava os benefícios.

Não obstante, o **INSS**, como órgão responsável pela fiscalização e implementação do sistema previdenciário, não apenas se omitiu, mas foi conivente com a prática ao permitir que tais acordos de cooperação permanecessem ativos, apesar de ser evidente a ilegalidade dos descontos realizados. O dolo do INSS está na sua omissão deliberada: o órgão sabia, ou deveria saber, das irregularidades que estavam sendo praticadas. Em vez de utilizar o seu poder e autoridade para auditar e interromper os descontos indevidos, optou por estabelecer novas normativas, postergando qualquer tipo de ação concreta. Essa inação constitui patente dolo, pois o INSS sabia que os aposentados e pensionistas estavam sendo lesados e escolheu não agir, priorizando a manutenção do sistema falho e o favorecimento das entidades de classe.

A **Dataprev**, empresa pública responsável pelo processamento dos dados e a operacionalização do pagamento de benefícios, também desempenha um papel central nesse esquema ilegal. A empresa, ao ser responsável pela gestão das informações que viabilizam os pagamentos, deveria garantir que os benefícios fossem pagos de forma transparente e de acordo com a lei. No entanto, a Dataprev se omitiu de seu papel fiscalizador, não identificando, nem impedindo, a realização dos descontos indevidos. O dolo da Dataprev está em sua recusa em auditar os repasses e realizar as devidas verificações, permitindo que entidades externas manipulem os dados para retirar dinheiro dos benefícios dos aposentados sem que houvesse qualquer transparência ou consentimento. A falha da Dataprev não foi apenas administrativa, foi uma falha ética, pois, ao não impedir esse esquema, a empresa se tornou cúmplice do processo de espoliação dos cidadãos.

O conjunto de ações e omissões das entidades de classe, do INSS e da Dataprev, caracterizado por um **dolo coletivo**, tem como finalidade única o benefício próprio à custa da exploração de milhões de aposentados e pensionistas. A grande gravidade dessa situação está no fato de que a vítima deste esquema não é apenas um indivíduo isolado, mas sim uma classe inteira de pessoas que, ao longo de suas vidas, dedicaram-se ao trabalho e confiaram em um sistema previdenciário que deveria ser seu maior aliado na velhice.

O dano social causado por práticas lesivas no sistema previdenciário reside justamente neste aspecto. O prejuízo causado não se limita aos indivíduos diretamente afetados pelos descontos indevidos; na verdade, **ele se estende a toda a população brasileira, contribuinte ou não**, pois o caráter **compulsório** da contribuição previdenciária atinge, em algum momento, todos os cidadãos. Este sistema, que deveria ser sinônimo de segurança, amparo e justiça social, se vê contaminado por práticas que distorcem seus princípios fundadores, prejudicando, em última instância, a confiança coletiva nele depositada.

O sistema previdenciário brasileiro, enquanto instrumento essencial para a manutenção da dignidade dos trabalhadores ao longo de sua vida e na aposentadoria, tem uma **função social** que transcende o benefício individual. Ele é, antes de tudo, um pacto coletivo, uma **política pública de transferência de renda** que visa garantir o mínimo de subsistência a todos os cidadãos, fundamentado em um princípio de **solidariedade intergeracional**. Essa lógica, que é a espinha dorsal da previdência social, exige que o sistema seja não apenas eficiente, mas, acima de tudo, ético e íntegro.

Quando práticas lesivas como descontos indevidos se infiltram nesse sistema, elas não apenas afetam diretamente os aposentados e pensionistas, mas também minam a confiança da sociedade como um todo. O dano não é local, nem individual; ele é **social**, pois **atinge todos os brasileiros**, uma vez que todos estão sujeitos a contribuir, em algum ponto de suas vidas, para o sistema. O que está em jogo é a **credibilidade** de um sistema que, por sua natureza compulsória, exige de todos os cidadãos o respeito a seus princípios fundadores, como a justiça, a equidade e a transparência.

Sabendo da precária e ilegal situação que se apresenta, em vez do INSS exercer o papel que lhe cabe — o de proteger os direitos dos trabalhadores que contribuíram por anos a fio para garantir seu sustento na velhice — acabou por agravar o sofrimento de quem já enfrenta limitações financeiras, de saúde e,

muitas vezes, de dignidade. O que deveria ser um sistema de amparo, por meio de recursos pagos com base no direito fundamental à previdência, se transformou em um mecanismo de espoliação, operando contra aqueles que, ironicamente, mais necessitam de proteção.

O desconto indevido, uma prática que atinge não apenas a qualidade de vida dos beneficiários, mas sua própria dignidade humana, representa a **negação do princípio básico da previdência**: garantir o mínimo existencial daqueles que contribuíram para o sistema. Quando o INSS permite que esses descontos ocorram de forma sistemática, com a conivência de entidades de classe e da própria Dataprev, o dano não é meramente financeiro. Ele é psíquico, social e moral. **Ele destrói a confiança no próprio sistema que deveria ser pilar de segurança para todos os trabalhadores.**

Mas o que torna esse cenário ainda mais cruel e desolador é a omissão evidente da própria instituição responsável pela fiscalização e proteção dos direitos previdenciários: o INSS. Com o poder e a responsabilidade de resgatar os aposentados e pensionistas dessas práticas abusivas, **o INSS poderia e deveria ter agido prontamente para interromper os descontos indevidos e rescindir os acordos de cooperação técnica que permitem essa exploração**. Contudo, o que se observa é uma inércia vergonhosa.

A cada alerta, a cada manifestação de insatisfação, a cada denúncia, o INSS se limita a editar novas normativas sem eficácia social alguma ou argumentar que encaminharia o caso para as autoridades competentes para investigar a legalidade da prática. No entanto, a despeito de sua responsabilidade, nunca tomou medidas efetivas para cessar a ilegalidade, e nunca fez o que se esperaria de um órgão que tem o dever de zelar pelo bem-estar dos cidadãos: **interromper** as práticas fraudulentas antes que elas se alastrassem ainda mais, corrigindo a situação e devolvendo a justiça aos lesados.

É a **omissão ativa**, é a recusa em exercer a função de fiscalização que confere ao INSS a sua pior face: a de um ente que, em vez de proteger, reforça a exploração e perpetua a injustiça. A instituição se omite ao não tomar as providências que, enquanto agente fiscalizador, poderia e deveria ter tomado de imediato. Este poder, que a lei lhe confere, foi negligenciado repetidamente, permitindo que milhões de aposentados e pensionistas tivessem suas vidas defasadas, sem sequer oferecer uma resposta concreta e satisfatória para suas angústias. O mais grave é que, com esse silêncio, o INSS se afasta de sua função

social, traindo a confiança que os cidadãos depositam no sistema, e, pior, tornando-se cúmplice de uma prática que prejudica os mais vulneráveis.

A verdade é que não se pode tratar essa situação como um simples erro administrativo ou uma falha isolada. Estamos diante de uma questão sistêmica, onde a **omissão do INSS**, a **falta de responsabilidade** de suas entidades parceiras, como a **Dataprev**, e o **dolo das entidades associativas** se combinam para causar danos irreparáveis a uma grande parcela da população; e o dano que repercute é irreparável em termos emocionais e sociais.

O que essas vítimas enfrentam não é apenas o impacto financeiro de um desconto que retira o pouco que têm para sobreviver, mas o profundo sentimento de impotência que advém da percepção de que a própria instituição encarregada de zelar por seus direitos está permitindo, ativamente, que sejam exploradas. O INSS, com sua falta de ação, e a Dataprev, com a falta de tratamento adequado dos dados de milhões de aposentados e pensionistas, não apenas falharam em sua função fiscalizadora, mas, ao agir com negligência, **deslegitimaram o próprio sistema previdenciário**, tornando-o, aos olhos da sociedade, um campo de injustiça e impunidade.

Quando o sistema previdenciário se desvia de sua função original e passa a ser manipulado por práticas fraudulentas ou ilegais, o efeito não se restringe aos que já contribuíram; **ele reverbera em todos**, gerando um ciclo de desconfiança que atinge as futuras gerações de trabalhadores e contribuintes.

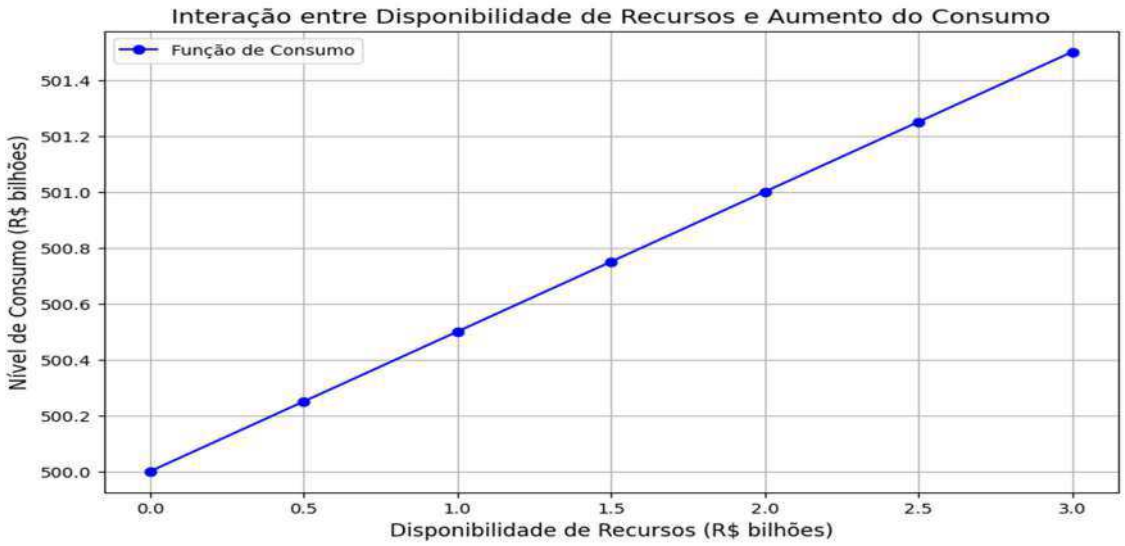
Evidente, pois, que os reflexos dos descontos indevidos reverberam impactos que **transcendem o âmbito individual para afetar a vivência coletiva**, prejudicando a coesão social e a estabilidade, vez que a coletividade, apesar de ente despersonalizado, é regida por direitos e deveres que merecem proteção jurídica e social. Essa conjuntura evidencia a imperiosa necessidade de uma resposta jurídica que não apenas penalize os atos lesivos, mas também reafirme o imperativo ético e legal de proteção aos direitos fundamentais e, por extensão, à integridade e ao bem-estar de cada cidadão, validando o compromisso com a tutela da dignidade da pessoa humana e valores morais compartilhados por toda a sociedade.

Assim, devida a imposição de **danos sociais** pelos reflexos prejudiciais causados pela conduta ilegal perpetrada pelas entidades de classe ora demandadas, em conluio com o INSS e a Dataprev ao longo dos anos, devendo o valor apurado ser revertido ao fundo criado pelo artigo 13, da Lei n.º 7.347/85.

a) EXTENSÃO DO DANO

A dinâmica das práticas ilícitas perpetradas pelo INSS, em conluio com a Dataprev e as entidades demandadas, ao realizar descontos associativos ilegais nos benefícios de mais de **7 milhões de aposentados e pensionistas** no Brasil, resulta em uma transferência ilícita de recursos, cujos valores, caso não tivessem sido decotados indevidamente, permaneceriam na circulação econômica, impulsionando o consumo de bens e serviços essenciais.

A **relação entre a disponibilidade de recursos e o consumo** é evidenciada pela curva de consumo, com inclinação determinada pela **propensão marginal a consumir (PMC),** a qual demonstra como o aumento da renda disponível leva a um aumento proporcional no consumo, ampliado pelo efeito multiplicador[231].



A **PMC**, que representa a fração da renda adicional que os indivíduos destinam ao consumo, é uma variável crucial para a determinação do nível de atividade econômica. Pesquisas quantitativas de economistas como **Walberti Saith** indicam que um aumento de R$ 1 na Renda Nacional Bruta provoca, em média, um aumento de R$ 0,64 no consumo das famílias, mostrando a forte correlação entre a renda disponível e o consumo[232]. No contexto brasileiro, caracterizado

[231] VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Economia: micro e macro. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

[232]SOUZA, Thaiane Cristino; SAITH, Walberti; CARDOSO, Jonas. Análise econométrica da relação entre a renda nacional bruta e o consumo das famílias brasileiras no período de 2000 a 2017. VI NORTEPET/UFAC- 2019.

por desigualdades sociais profundas, juristas como **Paulo Machado** entendem que a PMC é ainda mais elevada, **superando 0,9**, o que significa que a maior parte da renda adicional é consumida, e não poupada, dificultando o processo de poupança e restringindo a capacidade de investimento[233].

A análise de **Neves** e **Crocomo**[234], que apontam para uma PMC, no Brasil, **superior a 50%**, reforça a ideia de um consumo reprimido devido à insuficiência de renda, o que limita o potencial de crescimento econômico inclusivo no país.

A compreensão desta dinâmica é essencial para sustentar a ascensão econômico, conforme indicado por **Keynes**, que considera a demanda agregada, composta em grande parte pelo consumo das famílias, um dos **pilares para a estabilidade econômica**. **Mankiw** aprofunda essa análise ao destacar como a disponibilidade de recursos afeta diretamente as decisões de consumo e poupança, especialmente em um contexto de desigualdade social, como o observado no Brasil[235].

Inegável, neste aspecto, que a subtração de **mais de R$ 8 bilhões** da renda disponível de aposentados e pensionistas ao longo da última década resultou em uma redução direta na demanda agregada, comprometendo o custo de oportunidade no mercado de consumo. Em um país com altas taxas de desigualdade, a alta propensão ao consumo amplifica o impacto negativo da retenção indevida de recursos destinados ao mínimo existencial dos segurados – cenário que é agravado pela estagnação econômica observada no Brasil, com o PIB entrando em recessão técnica em 2021 e a inflação fechando o ano em 10,06%.

A teoria do efeito multiplicador, calculado pela fórmula $\boldsymbol{M}\frac{\mathbf{1}}{\mathbf{1-PMC}}$, de Neves e Crocomo, quantifica este impacto no PIB. Com uma **PMC de 50%, cada real desviado** do consumo **resulta em uma redução de dois reais no Produto Interno Bruto**, demonstrando o quanto esses desvios prejudicam a economia.

No contexto das práticas ilícitas dos demandados, que realizam descontos indevidos nos benefícios previdenciários, o efeito multiplicador é alarmante. Em

---

[233] MACHADO, Paulo Fernando Pinheiro Machado. Por que a economia brasileira sofre do chamado Paradoxo da Parcimônia?. Disponível em https://www.jota.info/artigos/paradoxo-da-parcimonia.

[234] CROCOMO, Francisco Constantin; NEVES, Ednalva Felix das. A relação entre a pobreza e o crescimento econômico do brasil: uma análise via a propensão marginal a consumir. Anais da Amostra Acadêmica. https://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/546.pdf.

[235] MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

um cenário moderado, considerando uma **PMC de 50%,** cada real desviado dos aposentados e pensionistas resulta em uma contração de dois reais no PIB, ou seja, o desvio de R$ 8,7 bilhões poderia levar a uma **redução potencial de R$ 17,4 bilhões na economia**.

Isso representa uma **perda substancial de recursos** que poderiam ter sido destinados ao consumo, impulsionando o crescimento econômico e a geração de empregos.

A distorção causada pelo desvio de recursos tem repercussões além das dimensões macroeconômicas. A transferência ilícita de valores compromete a **capacidade do governo** de implementar políticas públicas eficazes, já que a redução do consumo diminui a arrecadação tributária e limita os investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura. A **eficácia do Estado** como agente redistributivo é **enfraquecida**, perpetuando as desigualdades sociais e retardando o progresso econômico.

Além disso, essas práticas afetam diretamente a **confiança das famílias no sistema previdenciário**, criando um ciclo vicioso de redução da demanda por bens e serviços. O **comércio varejista e o setor de serviços**, que dependem do poder de compra das famílias, são diretamente impactados pela diminuição da capacidade de consumo, levando a uma desaceleração na produção e ao aumento do desemprego. Esse efeito exacerbado nas disparidades econômicas e sociais gera, indubitavelmente, instabilidade econômica e social.

Denota-se, assim, que a concentração de **lucros ilícitos** nas mãos de entidades de classe, patrocinadas pelo INSS e pela Dataprev, distorce a distribuição da renda, prejudicando a eficiência do sistema previdenciário e o bem-estar da população. Em vez de reinvestir esses lucros na economia real, as entidades acumulam recursos de maneira ineficiente, **exacerbando as desigualdades e limitando o crescimento econômico inclusivo**. Portanto, é urgente a implementação de medidas corretivas para mitigar os impactos dessas práticas ilícitas, com base nos estudos de Neves e Crocomo – que indicam que o desvio de recursos de R$ 8,7 bilhões pode resultar em uma contração de até R$ 17,4 bilhões no PIB – razão pela qual se requer a **condenação solidária dos demandados** à reparação dos **danos sociais** causados no importe de **R$17.400.000.000,00** (dezessete bilhões e quatrocentos milhões de reais), a ser revertido ao fundo mencionado no art. 13 da Lei da Ação Civil Pública.

13. DA TUTELA DE URGÊNCIA

A exata subsunção dos fatos aos fundamentos expostos anuncia a necessidade premente de correção das práticas lesivas mantidas pelos demandados ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, coadunando com os pedidos de mérito da presente demanda, a Associação autora requer a concessão de tutela antecipada de urgência para que este MM. Juízo determine:

a) a imediata **interrupção de todos os descontos associativos em vigor**, oriundos dos Acordos de Cooperação Técnica mantidos entre o INSS e as entidades demandadas, sob pena de imposição de multa no valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais) para cada descumprimento, contada a partir da intimação da autarquia previdenciária acerca do deferimento desta medida liminar;

b) a imediata **devolução aos beneficiários de todos os valores já descontados de seus benefícios previdenciários no último mês, mas ainda não repassados às entidades de classe**, sob pena de imposição de multa no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) ao INSS em caso de descumprimento da medida; e

c) a **proibição da formalização de qualquer novo Acordo de Cooperação Técnica para desconto de mensalidade associativa pelo INSS**, até que a autarquia comprove, por meio idôneo, sua adequada e satisfatória aptidão para a operacionalização das consignações, responsabilizando-se, objetiva e solidariamente às entidades de classe, pela reparação de quaisquer danos porventura causados, sob pena de multa no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) por cada descumprimento.

Sabe-se que o Microssistema Processual Coletivo se estrutura a partir da intersecção de diversas normativas internas, uma intersecção de normativas que incluem não apenas a Lei da Ação Civil Pública, mas também o Código de Defesa do Consumidor, o Código de Processo Civil, a Lei da Ação Popular, entre outros diplomas legais, em um verdadeiro diálogo das fontes.

O Código de Processo Civil faz menção à duas modalidades de tutelas provisórias: a tutela de evidência, fundamentada no elevado grau de probabilidade do direito invocado; e a **tutela de urgência**, destinada a afastar o dano ou o ilícito quando há probabilidade do direito associada ao risco de demora, como no caso dos autos.

Não discrepa da previsão processual a Lei da Ação Civil Pública, ao dispor expressamente, em seu artigo 12, acerca da possibilidade de concessão de medida liminar em ações desta natureza.

Nesse contexto, a legislação brasileira estabelece critérios específicos, amplamente reconhecidos no meio jurídico, que devem ser satisfeitos para a concessão da **tutela antecipada de urgência**, previstos no artigo 300 do CPC. São eles: a) a probabilidade do direito alegado; b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; e c) a reversibilidade da medida.

No caso concreto apresentado nesta demanda, todos os requisitos encontram-se plenamente satisfeitos. A ***probabilidade do direito*** alegado é patente: o desconto associativo em benefícios previdenciários apenas é legítimo quando **precedido de termo de filiação e autorização específico do segurado**, conforme estabelecido pela Instrução Normativa PRES-INSS 162/24; fato que, no entanto, não encontra respaldo na prática.

Mais de sete milhões de aposentados e pensionistas vem figurado, há anos, como **vítimas** desta fraude peculiar, sofrendo mês a mês com **descontos indevidos** imputados por entidades de classe que **nunca tiveram contato, sequer usufruindo de algum benefício por elas ofertado**; pragmática ilegal que, como se não bastasse, ainda é **permitida e incentivada**, direta ou indiretamente, pelos órgãos que deveriam resguardar os direitos dos beneficiários da seguridade social: o **INSS** e a **Dataprev**.

Trata-se de uma prática prejudicial cuja gravidade é reconhecida pelo próprio INSS, quando da realização de auditoria independente ainda neste ano de 2024.

Como prova da reiteração da conduta, a Associação autora juntou centenas de reclamações, denúncias, sentenças nos últimos anos que condenam as entidades de classe, ora demandadas, e os órgãos previdenciários a indenizar pelos descontos indevidos efetuados. **A matéria debatida é de conhecimento diário dos foros judiciais brasileiros** e os requeridos **conhecedores de suas práticas ilícitas**. Contudo, ainda que face a todo esse contexto, os demandados permanecem sem maiores limitações para suas condutas, reiterando atos prejudiciais aos aposentados e pensionistas ao longo de todo o território nacional.

A razão para essa persistência é clara: **a prática lesiva constitui uma significativa fonte de receita para as entidades de classe, para a Dataprev e para**

o INSS, que também se beneficiam dessa conduta, evidenciando o interesse financeiro subjacente que perpetua o ilícito.

Em apuração preliminar, apenas nos últimos dez anos, período que se limita a pretensão autoral, foram mais de oito bilhões desviados dos benefícios de aposentados e pensionistas em virtude de descontos associativos, num contexto de afetação de **mais de 7 milhões de pessoas**.

Tudo está documentado no vasto acervo probatório anexado aos autos, com reclamações, denúncias, auditorias e documentos de ações judiciais que atestam a ocorrência contumaz do ilícito, de modo que a probabilidade do direito está cabalmente demonstrada.

O ***perigo de dano*** também resta evidente, posto que a continuidade da prática lesiva perpetrada pelos demandados, da forma que vem sendo continuamente aplicada nos últimos anos, torna evidente a **alta probabilidade aumentar**, cada dia mais, **o número de vítimas do ato ilícito**, sujeitando cada vez mais aposentados e pensionistas a descontos indevidos em seus benefícios previdenciários, dos quais nunca consentiram.

O elevado número de (mais de) **62 mil ações em trâmite em todo o território nacional** reflete a magnitude do problema e a urgência de se buscar uma solução rápida e efetiva. Todo o rol probatório ora anexado, precipuamente as auditorias catalogadas, demonstram não só o caráter generalizado da ilegalidade, mas também a incapacidade do sistema atual em assegurar a proteção efetiva dos direitos dos segurados, gerando um prejuízo contínuo e irreparável à parcela mais vulnerável da população.

Não obstante, a interrupção dos descontos associativos também implicará na diminuição do valor de ressarcimento imposto aos demandados quando da prolação de sentença definitiva do mérito, que reconhecer a ilegalidade das consignações e acolher os pedidos formulados nesta exordial. Na prática, a concessão da tutela trata benefícios – ou, ao menos, diminuirá os prejuízos – tanto para as vítimas do evento, aposentados e pensionistas, quanto para os lesantes, entidade de classe, INSS e Dataprev.

A concessão da tutela, por sua vez, é ***plenamente reversível*****,** uma vez que sua natureza cautelar não implica antecipação de mérito, mas sim a suspensão dos débitos decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica, até que a demanda alcance sua devida instrução e o Judiciário possa consolidar o entendimento

sobre a ilegalidade que compromete os proventos de milhões de segurados em todo o país.

Observe-se que os efeitos da medida ***não são irreversíveis para o INSS***, uma vez que sua função precípua, estabelecida pela Constituição e pela legislação previdenciária, é garantir a **proteção integral dos direitos de seus beneficiários**. Nesse contexto, não há qualquer obstáculo a uma medida que visa assegurar aos segurados **um benefício justo e pleno**, conforme lhes é devido. Pelo contrário, a interrupção dos descontos indevidos permitirá ao INSS concentrar esforços na regularização de pendências administrativas de maior complexidade, promovendo maior eficiência e beneficiando um número considerável de cidadãos, em vez de continuar a dedicar tempo e recursos a pendências que se demonstram **irremediáveis**.

No que tange à **Dataprev**, igualmente, a medida ***não acarreta irreversibilidade***. Pelo contrário, ao reduzir a demanda específica relacionada ao tratamento de dados de aposentados e pensionistas para a cobrança das mensalidades associativas, a medida alivia a carga de trabalho do órgão, sem representar ônus adicional. O impacto será mínimo, sendo restrito à interrupção de uma atividade particular, sem comprometer as demais atribuições do órgão. A reversibilidade, portanto, é clara e total.

Quanto às **entidades de classe**, também ***não se configura qualquer irreversibilidade***. A tutela de urgência, assim como os pedidos de mérito da presente demanda, não visa à extinção das entidades, mas apenas à *cessação* da prática de consignação de mensalidades associativas diretamente dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas. **Tal medida não impede a cobrança da contribuição mensal – quando legítima e exigível, que pode ser realizada por meios alternativos, como boleto bancário, débito em conta, PIX, cartão de crédito, entre outros, garantindo a continuidade da arrecadação sem os vícios do procedimento questionado.**

Constata-se, assim, que as medidas pleiteadas buscam, apenas, **garantir o cumprimento da legislação vigente e das normativas regulatórias aplicáveis**, que impõem a observância dos direitos dos aposentados e pensionistas. Não se trata, portanto, de um pedido desproporcional ou impertinente, mas de uma ação simples e necessária para evitar a continuidade de um ciclo de lucratividade ilícita em detrimento da parte mais vulnerável da sociedade.

Diante do exposto, evidencia-se que a probabilidade do direito e o risco iminente de dano, somados à complexidade do caso e à gravidade dos prejuízos causados aos aposentados e pensionistas pela prática abusiva e predatória, justificam de forma incontestável a concessão da tutela antecipatória, consubstanciada em um verdadeiro mecanismo de distribuição isonômica do ônus temporal do processo.

12.1 DA IMEDIATA INTERRUPÇÃO DE TODOS OS DESCONTOS ASSOCIATIVOS EM BENEFÍCIO, ORIUNDOS DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MANTIDOS ENTRE INSS E AS ENTIDADES DEMANDADAS

O pleito de **interrupção de todos os descontos associativos ativos sobre os benefícios previdenciários**, por prazo indeterminado, encontra respaldo na gravidade das irregularidades reconhecidas e amplamente documentadas no conjunto probatório que segue anexo[236].

As irregularidades catalogadas pela Associação autora demonstram, de forma inequívoca, a necessidade urgente de cessação dos danos causados aos **mais de 7 milhões de aposentados e pensionistas** que há anos veem seus contracheques desfalcados por mensalidades associativas não anuídas; o que somente poderá se efetivar com a **interrupção dos respectivos descontos**, que servirá para preservar os direitos dos beneficiários da seguridade social e, precipuamente, evitar a continuidade de prejuízos decorrentes de atos administrativos e financeiros descomprometidos com o interesse público.

Há de se considerar que, recentemente, em 03 de dezembro de 2024, a plataforma Metrópoles[237] divulgou, com base em auditoria da Controladoria Geral da União, que **100% dos descontos** realizados nas seguintes entidades eram **indevidos**:

1. Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP)
2. Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap)
3. Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec)

---

[236] Anexo 9.

[237] Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/farra-do-inss-desconto-indevido-atinge-98-dos-aposentados-diz-cgu>. Acesso em 04/12/2024.

4. Associação de Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB)
5. União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Unsbras)
6. Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (Conafer)
7. Associação Universo (AAPS)
8. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)
9. Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (Abapen)
10. União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (Unaspub)
11. Associação dos Aposentados do Brasil (AAB)
12. Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionista e Idosos (Asbrapi, também conhecida como PrevAbrap)
13. Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT (Sindiapi)
14. União Brasileira de Aposentados da Previdência (UNIBAP)
15. Associação de Benefícios e Previdência (Abenprev)
16. Circulo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas (CINAAP)
17. Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social (Abrasprev)
18. Associação de Suporte Assistencial e Beneficente Para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (Asabasp Brasil)
19. Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos (Riaam Brasil)
20. Sindicato dos Aposentados do Brasil (Sinab)

Não obstante mais da metade das entidades demandadas constarem da lista acima, **todas as demais também atuam de forma fraudulenta na operacionalização dos ACTs junto ao INSS e à Dataprev**. São elas, diariamente, objeto de litígios judiciais, registros de reclamações em plataformas digitais e de constatações de irregularidades tanto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) quanto pelas auditorias realizadas pelo próprio INSS, conforme amplamente demonstrado nesta exordial.

Atualmente, **mais de 7 milhões de aposentados e pensionistas são vítimas de abusos contínuos**, com descontos indevidos em seus proventos — valores dos quais dependem integralmente para cobrir suas despesas essenciais, como alimentação, medicamentos e demais necessidades básicas para uma vida digna – não podendo ser aceito qualquer argumento contrário ao **deferimento da medida**, sob pena de estar-se coadunando com práticas ilícitas que, mensalmente, violam os direitos mais fundamentais daqueles que, pelas limitações inerente à idade, não tem onde se socorrer.

Além disso, ficou plenamente evidenciada a **ineficiência do INSS** diante dessas graves infrações, o que torna impossível esperar que o órgão regulador tome medidas efetivas para sanar a questão. Nesse contexto, compete ao Judiciário garantir a proteção dos direitos fundamentais da parcela mais vulnerável da população, que, frequentemente, devido à sua inerente vulnerabilidade e seu baixo letramento digital, não tem conhecimento ou meios para buscar ajuda.

Portanto, não restam razões para obstruir o deferimento da medida, pois ela não impede que as entidades demandadas continuem operando, mas exige que cobrem suas mensalidades por outro meio lícito, tal como é seu dever, à luz do artigo 21 da Instrução Normativa PRES-INSS 162/24.

Por fim, visando conferir maior eficácia na aplicação da medida, requer-se a imposição de **astreintes no valor de R$ 100.000,00** (cem mil reais) por dia de descumprimento, a contar da intimação da autarquia previdenciária sobre o deferimento da liminar, vez que incumbe a ela a operacionalização – ou não – dos descontos associativos em benefício previdenciário.

12.2 DA DEVOLUÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS DE TODOS OS VALORES JÁ DESCONTADOS DE SEUS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NO ÚLTIMO MÊS, MAS AINDA NÃO REPASSADOS ÀS ENTIDADES DEMANDADAS

Para dar efetividade ao pedido exposto anteriormente, requer-se que o Instituto Nacional do Seguro Social efetue a **imediata devolução dos valores de mensalidades associativas consignados nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas** aos respectivos segurados, NÃO os repassando às entidades demandadas, como normalmente o faz.

Sabe-se que incumbe à autarquia previdenciária, como gestora dos benefícios previdenciários de milhões de aposentados, efetivar os descontos de

mensalidades associativas em folha para, posteriormente, repassá-los às entidades de classe. Justamente neste limbo, **entre a retenção e o repasse**, é que se encontra a presente pretensão.

Tal medida é revestida de uma urgência imperiosa, dada a **gravidade das consequências que demora** no reembolso dos valores pode acarretar aos respectivos beneficiários, muitos dos quais, já idosos e com saúde debilitada, precisam *hoje* do dinheiro que lhes foi descontado *ontem*. Sabe-se que uma ação como esta, **coletiva**, voltada à proteção dos direitos de uma parcela difusa da população, pode levar décadas até alcançar uma decisão de mérito.

No entanto, as vítimas não podem mais aguardar. Algumas, em **estágio avançado de idade**, enfrentam uma **necessidade premente de reembolso**, ainda que seja de uma única parcela, para que possa usufruir da integralidade de seu benefício previdenciário, que, como sua única fonte de sustento, é o que lhes assegura a dignidade e a sobrevivência em um contexto de carência material.

O pedido cautelar visa, portanto, **interromper o ciclo de prejuízos que se perpetua no sistema de seguridade social**, assegurando que a ilegalidade não continue a afetar aqueles que não consentiram com os descontos associativos em benefício. Ao adotar uma abordagem **preventiva**, será possível restituir com maior **celeridade** os valores retidos aos respectivos beneficiários, evitando-se a exposição dos idosos, em situação de extrema vulnerabilidade, a uma espera irrazoável.

Na remota hipótese em que haja segurados que efetivamente sejam filiados às entidades e que autorizaram o desconto da verba em benefício, ser-lhes-á possibilitado, com o valor reembolsado, cumprir com o pagamento da mensalidade associativa de forma distinta, conforme as alternativas oferecidas pela própria entidade, a despeito da obrigatoriedade de, ao menos, possuir uma segunda via para pagamento, estampada no art. 21 da Instrução Normativa PRES-INSS 162/24.

A **relevância deste pedido cautelar** concentra-se, ainda, no expressivo volume de receitas repassadas mensalmente às entidades de classe, apenas no último mês catalogada em torno de **R$300.238.764,00** (trezentos milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais). A cifra, significativa em si, evidencia o elevado prejuízo que poderá ser causado aos beneficiários que estão sendo lesados **em caso de indeferimento da pretensão liminar**,

que não poderá ser desconsiderado por este MM. Juízo quando de sua oportuna apreciação.

Portanto, requer-se que a autarquia previdenciária seja expressamente determinada a efetuar a **devolução**, aos respectivos segurados, **dos valores consignados de seus benefícios previdenciários** e ainda não repassados às entidades demandadas, a fim de evitar a ocorrência de danos irreversíveis e garantir a segurança jurídica necessária para o prosseguimento da ação.

O não cumprimento dessa determinação poderá acarretar sérios prejuízos aos beneficiários, que, em muitos casos, dependem de seus proventos para a manutenção de sua dignidade e subsistência, razão pela qual urge o pleito dissuasório de imposição de uma multa diária no valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais) à autarquia no caso de descumprimento da decisão judicial, a fim de desestimular qualquer ato de omissão ou desobediência.

12.3 DA PROIBIÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE NOVOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA DESCONTO DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA

Em face das evidentes irregularidades e ilegalidades detectadas na execução dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que permitem o desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários, impõe-se, como medida preventiva, a proibição da formalização de novos acordos entre o INSS e outras entidades de classe, até que se resolvam as questões estruturais e de fiscalização que permeiam a atual situação, comprovada de forma idônea, nos autos, pela autarquia previdenciária.

Busca-se, por meio desta medida, evitar a perpetuação de uma **ineficácia sistêmica**, que poderia se estender a futuras parcerias que, na ausência de controle efetivo, continuariam a violar os direitos dos beneficiários previdenciários. Rescindir os Acordos de Cooperação Técnica com as entidades já demandadas não resolve, de fato, a questão fundamental, se não forem adotadas medidas que **impeçam a celebração de novos convênios** que sigam a mesma dinâmica viciada.

Ou seja, a efetividade da medida não pode ser parcial, devendo abranger, de maneira abrangente, **a cessação de qualquer possibilidade de novos contratos** até que seja devidamente restabelecida a capacidade do INSS de realizar

a fiscalização adequada dos acordos celebrados, de forma ordinária e/ou extraordinária[238], responsabilizando-se o órgão objetiva e solidariamente pela reparação de qualquer dano fortuito à celebração de um novo Acordo de Cooperação Técnica.

Em reflexão mais profunda sobre a questão, é necessário observar que o INSS, até o momento, **não demonstrou possuir qualquer resquício de aptidão técnica ou administrativa para a operacionalização dos descontos associativos**, conforme exigido pela regulamentação vigente. As falhas de fiscalização, que caracterizam a ausência de supervisão efetiva e tempestiva dos ACTs em vigor, colocam em xeque a capacidade do órgão previdenciário de assegurar a conformidade dos acordos com a legislação aplicável.

A ineficácia das regulações, que se arrasta pelo descaso na fiscalização, não pode ser ignorada. Ao contrário, impõe-se que o INSS reavalie sua competência e infraestrutura antes de formalizar novos convênios. Não é aceitável que o órgão responsável pela gestão e fiscalização de um sistema de tamanha importância social, como o previdenciário, adote uma postura que negligencie ou sequer reconheça as falhas de sua própria operacionalização.

Portanto, **não é razoável permitir a celebração de novos acordos enquanto o INSS continua a alegar falta de capacidade técnica e estrutural** para realizar a supervisão adequada dos atos que envolvem diretamente milhões de aposentados e pensionistas, cuja subsistência depende, na maioria das vezes, desses recursos.

Esta realidade foi atestada pela própria auditoria interna do INSS, que concluiu pela falta de conveniência e oportunidade de manutenção das parcerias entre o INSS e as entidades de classe:

> Portanto, há um descompasso entre a justificativa adotada para formalização dos ACT (comodidade para o titular do benefício previdenciário no desconto automático para propiciar o usufruto dos serviços/atividades oferecidas pelas entidades) e a realidade fática (realização de descontos sem autorização com potencial prejuízo aos interessados), **o que fragiliza**, à luz do ß1º do art. 154 do Decreto nº 3.048/99 e do art. 1º da Lei nº 13.019/2014, **a conveniência e**

[238] Portaria conjunta INSS-DIRBEN 51/24.

> **oportunidade de manutenção das parcerias entre o INSS e as entidades.**[239]

Ora, se a falta de conveniência e oportunidade, princípios que orientam a função social da administração pública, é comprometida pelos ACTs atualmente em vigor, torna-se **implausível supor que tais princípios se concretizarão nos eventuais acordos futuros**, o que justifica a **razoabilidade** do pleito de proibição ora formulado.

O cenário delineado evidencia a complexidade e a persistente dificuldade em erradicar a prática sistemática de descontos indevidos nos benefícios previdenciários, especialmente em relação aos aposentados e pensionistas, na sua maioria de idosos. A situação é agravada pela capilaridade e pela facilidade com que as entidades associativas podem realizar tais descontos, facilitados pela omissão da autarquia previdenciária, o INSS, e pela insuficiente segurança no tratamento de dados sensíveis por parte da Dataprev. Essa combinação de falhas cria um ambiente fértil para a perpetuação de abusos, sem que haja mecanismos adequados para sua contenção.

Diante desse quadro, requer-se que este Juízo determine, como medida preventiva, a **proibição do INSS de formalizar novos Acordos de Cooperação Técnica** até que, por meio idôneo, a autarquia comprove qualificada aptidão para a execução e fiscalização de descontos de mensalidades associativas em benefícios previdenciários conforme as regulamentações vigentes.

O INSS deverá comprovar, em particular, sua capacidade de implementar as modificações necessárias em sua estrutura, seja por meio de uma reestruturação interna do seu quadro pessoal, seja por meio da capacitação adequada dos servidores responsáveis pela gestão desses descontos, a fim de **assegurar o cumprimento dos comandos de verificação ordinária e extraordinária**[240] dos ACTs firmados, **responsabilizando-se, expressamente, de forma objetiva e solidária pelo ressarcimento dos danos eventualmente causados** àqueles lesados por fraudes futuras.

O objetivo é assegurar que o INSS tenha condições de conferir maior eficácia às regulamentações que publica, com ênfase na transparência e à conformidade legal.

---

[239] Anexo 5.
[240] Nos moldes da Portaria Conjunta DIRBEN-INSS 51/24.

Para assegurar o cumprimento da medida e desestimular o descumprimento por parte da autarquia, requer-se que seja imposta uma multa no valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais) para cada violação da ordem judicial, ou seja, por cada novo Acordo de Cooperação Técnica para desconto de mensalidade associativa formalizado após a intimação da autarquia do deferimento da medida liminar, de modo a garantir que o INSS se abstenha de possibilitar a consignação de quaisquer mensalidades associativas enquanto não atender aos requisitos mínimos de aptidão e eficácia.

14. DAS PROVAS

Dado o ato ilícito cometido pela demandados, a significativa importância da questão em discussão e o potencial impacto social e transformador desta demanda, é apropriado dedicar uma seção específica para tratar das provas que a Associação requerente pretende apresentar. Este procedimento visa não apenas elucidar os fatos, mas também beneficiar-se da inversão do ônus da prova que esta ação pode suscitar.

A **ABRADEB** anexou ao processo mais de **1.100 reclamações** e mais de **2.110** sentenças, relatórios, laudos grafotécnicos e extratos de descontos realizados em todo o país **que reconheceram expressamente a ocorrência, reiterada e institucionalizada, de consignações indevidas em benefícios previdenciários impostas pelos demandados aos beneficiários do RGPS**; tudo isso além dos Relatórios oriundos do Tribunal de Contas da União e de auditoria interna do próprio INSS, que também constatam a ocorrência de ilegalidades na operacionalização das mensalidades associativas em benefício previdenciário.

Estes documentos são representativos da amplitude do problema e servem como base inicial para a argumentação.

No entanto, embora a documentação provida pela Associação seja robusta ao subsídio dos direitos e medidas requeridas nesta ação, ainda se faz necessária a apresentação de documentação adicional e específica fornecida pelo INSS, pela Dataprev e pelas entidades de classe demandadas, atualmente inacessíveis à parte requerente.

Esta exigência é justificada pela provisão legal de **inversão do ônus da prova** *ope judicis*, conforme delineado no parágrafo único do art. 373 do Código

de Processo Civil, que faculta ao magistrado a reatribuição do ônus probatório diante da complexidade ou dificuldade de acesso às provas necessárias por uma das partes[241].

Há de se ressaltar que os documentos requeridos estão exclusivamente sob posse dos demandados, tornando inviável o acesso por parte da Associação. Neste cenário, tratando-se de **documentos imprescindíveis para o deslinde do feito**, somados ao fato de estarem estes em poder único e exclusivo dos requeridos, o artigo 396 do Código de Processo Civil[242] oferece substrato legal para que o juízo determine às contrapartes a exibição dos documentos demandados, dado que tal ação é não meramente viável para os requeridos, mas, impreterivelmente, mais acessível.

Tal medida é essencial para embasar solidamente as reivindicações por uma compensação justa e apropriada, em conformidade com as normativas legais vigentes.

14.1. DO ÔNUS DA PROVA E SUA INVERSÃO

Para que o Poder Judiciário possa lançar luz sobre todos os aspectos desta demanda, é imprescindível que os demandados apresentem, no curso da dilação probatória, os seguintes documentos:

I) Pelo **INSS**, requer-se a apresentação de:

I.a Todos os Acordos de Cooperação Técnica, para desconto em benefício de mensalidade associativa, formalizados até hoje, ainda que em período pretérito[243], dada a continuidade e permanência dos contratos no longo do tempo;

I.b. Todas as verificações, ordinárias e extraordinárias, empreendidas pela autarquia nas entidades demandadas durante a

---

[241] "*Art. 373. O ônus da prova incumbe: § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*" – Código de Processo Civil.

[242] "*Art. 396. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder.*" – Código de Processo Civil.

[243] À exemplo da CONTAG, que desde 1994 opera desconto associativo em benefícios previdenciários.

vigência dos Acordos de Cooperação Técnica, incluindo auditorias, fiscalizações e inspeções realizadas;

I.c. Todos os pedidos de "exclusão de mensalidade associativa" processados desde a implementação da funcionalidade no aplicativo "MEU INSS", abrangendo tanto os pedidos formulados pelos beneficiários quanto os procedimentos administrativos subsequentes;

I.d. Informações sobre as medidas adotadas pela autarquia previdenciária após a ciência dos elevados índices de pedidos de exclusão de mensalidade associativa no aplicativo "MEU INSS", bem como as providências adotadas após ciência das reportagens, com frequência quase diária, que denunciam a ocorrência de fraudes nas consignações de mensalidade associativa nos benefícios previdenciários, associadas às entidades de classe demandadas;

I.e. Informações sobre as medidas adotadas pela autarquia previdenciária após a ciência dos resultados obtidos pelo Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)[244] e pelo Relatório de Apuração do INSS[245].

II) Pela **Dataprev**, requer-se a apresentação de:

II.a Todos os contratos formalizados com entidades de classe para operacionalização de descontos associativos em benefício, juntamente com o respectivo "Modelo de Negócio";

III) Pelas **entidades de classe**, requer-se a apresentação do(a) respectivo(a):

III.a Relatório de todas as auditorias efetivadas no decorrer da vigência do(s) Acordo(s) de Cooperação Técnica[246] celebrados com a autarquia previdenciária, a fim de demonstrar cumprimento mínimo dos termos acordados;

---

[244] Anexo 4.

[245] Anexo 5.

[246] Fala-se em Acordo(s), no plural, tendo em vista a existência de entidades que, ao longo dos anos, renovaram os acordos anteriormente formalizados com o INSS.

III.b O inteiro teor de todas as reclamações recebidas pelas plataformas Consumidor.gov, Reclame Aqui e demais ouvidorias governamentais, nos últimos dez anos;

III.c Informação e comprovação de todos os meios que utiliza para o recebimento de mensalidade associativa, além do desconto em benefício;

III.d Informação e comprovação de todos os meios que utiliza para obter as autorizações dos segurados para o desconto das mensalidades associativas em benefício;

III.e Relatório mensal, desde a criação da entidade, do número de filiados, identificando os optantes pelo desconto associativo em benefício;

III.f Todos os termos de filiação e de autorização de desconto associativo dos últimos 10 anos, acompanhados do respectivo documento pessoal do aposentado ou pensionista.

Tais documentos são cruciais para uma avaliação precisa da amplitude dos prejuízos causados, até como forma de melhor adequar a quantificação dos danos sofridos pela coletividade. Esta exigência é justificada pela provisão legal de inversão do ônus da prova *ope judicis* delineada no parágrafo único do art. 373 do Código de Processo Civil, que faculta ao magistrado a reatribuição do ônus probatório diante da complexidade ou dificuldade de acesso às provas necessárias por uma das partes[247].

Em relação ao **item I.a**, requer-se que o **INSS** seja compelido a anexar ao processo todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) celebrados até o momento para desconto de mensalidade associativa em benefício previdenciário, independentemente do período em que foram formalizados[248], dada a continuidade e permanência desses contratos ao longo do tempo.

Essa medida é essencial para proporcionar ao Juízo uma visão clara e abrangente sobre os termos e compromissos estabelecidos por tais instrumentos,

---

[247] "*Art. 373. O ônus da prova incumbe: § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*" – Código de Processo Civil.

[248] À exemplo da CONTAG, que desde 1994 opera desconto associativo em benefícios previdenciários.

permitindo a verificação de eventual descumprimento de suas cláusulas e a identificação de todas as entidades que firmaram ACT com a autarquia. Além disso, possibilitará a comprovação da existência de acordos vigentes com o INSS, facilitando a análise do impacto dessas parcerias na concessão de descontos indevidos.

Quanto ao **item I.b**, requer-se que a autarquia previdenciária apresente os relatórios detalhados de todas as verificações, tanto ordinárias quanto extraordinárias, realizadas nas entidades demandadas durante a vigência dos Acordos de Cooperação Técnica. A apresentação desses documentos é imprescindível para que se possa avaliar a extensão e a profundidade das fiscalizações realizadas, a fim de verificar a eficácia das ações da autarquia em face das patentes irregularidades na atuação das entidades demandadas.

O pedido constante do **item I.c** justifica-se pela necessidade de avaliar a expressividade das reclamações e denúncias recebidas pelo INSS, como forma de apurar se o órgão dispunha de capacidade para identificar e corrigir as irregularidades envolvendo as entidades de classe, auferindo, assim, o grau de diligência adotado na análise das falhas.

No que tange aos **itens I.d** e **I.e**, requer-se ao INSS que forneça informações detalhadas sobre as medidas adotadas após a ciência, pelos mais diversos meios, das ilegalidades envolvidas nas atividades das entidades de classe que firmaram os Acordos de Cooperação Técnica, a fim de averiguar as falhas/omissões da autarquia face às patentes provas de fraudes.

Visa-se, por tudo, instigar uma postura mais cooperativa e proativa do INSS na resolução do presente feito, para que o órgão demonstre, de forma clara e transparente, a compatibilidade entre sua função constitucional e sua atuação prática, buscando, assim, evitar a perpetuação do estado de coisas inconstitucional que atualmente se observa.

No que tange ao **item II.a**, requer-se que a **Dataprev** seja, também, compelida a juntar aos autos todos os contratos firmados com entidades de classe para a operacionalização dos descontos associativos nos benefícios previdenciários, acompanhados do respectivo "Modelo de Negócio".

Como já mencionado, para que as entidades de classe possam efetuar as consignações de suas mensalidades nos benefícios, é necessário que, além da formalização do ACT com o INSS, sejam cumpridos outros requisitos, incluindo

a assinatura de contrato com a Dataprev, conforme estabelecido no §1º do artigo 1º da Instrução Normativa PRES-INSS 162/24.

A obtenção desses documentos será crucial para esclarecer as responsabilidades da empresa de tecnologia e da entidade de classe, fundamentação a adequação ou ilegalidade das práticas adotadas. Além disso, o "Modelo de Negócio", anexo aos contratos formalizados entre as partes, possibilitará a verificação do valor da contraprestação cobrada e recebida pela Dataprev pela operacionalização das consignações. Esse exame permitirá, portanto, confirmar se os descontos foram efetuados dentro dos parâmetros legais e se as contrapartidas estabelecidas nos contratos foram devidamente observadas, fornecendo elementos fundamentais para a análise da legalidade dos atos praticados.

No que se refere ao **item III.a**, requer-se que este Juízo determine às **entidades de classe** demandadas a apresentação de todas as **auditorias independentes** realizadas durante a vigência dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), incluindo aquelas posteriormente rescindidas. O objetivo é conferir a legalidade das operações realizadas, verificando a conformidade com os dispositivos legais e regulatórios que fundamentam a prática de descontos associativos nos benefícios previdenciários.

A Instrução Normativa PRES-INSS nº 162/24, em seu artigo 25, exige a realização de **auditorias externas anuais**, enquanto a Portaria Conjunta DIRBEN-INSS, no artigo 10, inciso II, alínea "b", estabelece que os relatórios dessas auditorias sejam usados para a verificação extraordinária das operações. Com o pedido formulado, será possível averiguar se as auditorias foram realizadas na periodicidade prevista e se atendem aos critérios de conformidade estabelecidos pela normativa.

No **item III.b**, requer-se que as entidades de classe apresentem todas as intimações, notificações e registros de reclamações, na íntegra, recebidas por plataformas de ouvidoria de consumidores, como o **Consumidor.gov, Reclame Aqui** e outros canais oficiais de denúncia, nos últimos dez anos. A medida visa demonstrar a ciência das entidades sobre a ilegalidade de suas práticas e os danos causados aos beneficiários do INSS, que, mesmo cientes, não se abstiveram de manter suas condutas lesivas.

O **item III.c**, que requer das entidades demandadas a apresentação de todos os meios utilizados para o recebimento da mensalidade associativa encontra respaldo na exigência constante no artigo 21 da Instrução Normativa PRES-INSS

162/24. O dispositivo impõe às entidades de classe a obrigação de disponibilizar formas alternativas de pagamento da mensalidade associativa, além da consignação em folha, para garantir a continuidade do vínculo associativo sem que o beneficiário do INSS seja involuntariamente submetido a descontos indevidos.

Sendo uma obrigação legal, por certo que a existência de alternativas para o pagamento da mensalidade associativa possibilitará que as entidades de classe, mesmo as mais prejudiciais, possam manter suas operações ativas e o vínculo com seus filiados de forma regular, vez que o pedido ora formulado não versa sobre a extinção da associação, mas apenas de um de seus métodos de cobrança.

Requereu-se também, no **item III.d**, a prestação de informação, com a respectiva comprovação, dos meios que as entidades demandadas utilizam para captar a autorização para desconto associativo em benefício de seus filiados, de forma a permitir, nos autos, uma análise minuciosa da conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, particularmente a **Instrução Normativa PRES-INSS 162/24**, que impõe requisitos rigorosos para a realização de dos descontos. Tal exigência busca impedir a perpetuação de práticas abusivas, como o uso de métodos enganosos ou fraudulentos para obter a anuência dos segurados, garantindo que os acordos de cooperação técnica (ACTs) respeitem os direitos dos aposentados e pensionistas e a ética do sistema previdenciário.

Não obstante, a requisição contida no **item III.e** reveste-se de extrema pertinência, uma vez que, ao aportar ao Juízo os **relatórios mensais** desde a criação da entidade, contendo o **número de filiados** e a **identificação dos optantes pelo desconto associativo em benefício**, será possível traçar um panorama detalhado e minucioso sobre a regularidade dos processos de adesão e autorização dos descontos efetuados, precipuamente quando postos face aos documentos requeridos no **item III.f**, referente à apresentação dos **termos de filiação e autorização de desconto associativo em benefício previdenciário**, juntamente com os respectivos **documentos pessoais dos aposentados ou pensionistas**.

Todas essas medidas visam identificar, principalmente, a análise da conformidade dos descontos em folha, de modo a verificar se foram realizados de maneira transparente, consentida e legal. Além disso, é imprescindível para a identificação de **possíveis fraudes**, que, ao serem confrontadas com os meios de obtenção de autorização para os descontos (conforme requerido no item III.d), podem evidenciar práticas ilícitas ou abusivas. A exigência de tais documentos e relatórios, portanto, é fundamental não apenas para garantir a regularidade dos

procedimentos adotados, mas também para proteger os direitos dos segurados, assegurando que não haja prejuízo a quem contribuiu de boa-fé para o sistema previdenciário.

Tratando-se de documentos essenciais para o deslinde da causa, somado ao fato de estarem exclusivamente em poder dos requeridos, o artigo 396 do Código de Processo Civil[249] confere o amparo legal necessário para que este Juízo determine à parte adversa a **exibição dos documentos solicitados**, dado que tal ação é não meramente viável para os demandados, mas impreterivelmente mais acessível.

Na prática, **sem acesso a todos os documentos requeridos**, qualquer tentativa de quantificação de danos, seja moral, coletivo ou social, **correria o risco de se basear em suposições**. A especulação pode levar a decisões judiciais que, por falta de fundamentação concreta, não refletem a realidade dos prejuízos sofridos pelos envolvidos. Assim, ao examinar cada prova individualmente e, após, em seu conjunto, o magistrado poderá aferir o número exato de pessoas afetadas e o montante de prejuízos causados, fundamentando suas decisões em dados concretos e não em meras estimativas.

Destaca-se, também, que todas as informações e os documentos requeridos serão extremamente relevantes para os fins do artigo 93 do CDC, quanto a execução individual da sentença coletiva (*fluid recovery*), posto que, se no prazo de um ano, os milhões de indivíduos lesados, não a executarem, requerendo os danos individuais que especificamente fizerem jus, os legitimados do art. 5º, poderão promover a execução, em nome próprio, permitindo assim que a requerida não fique impune e se enriqueça sem causa.

Não obstante, como consectário à relação consumerista, imprescindível invocar o imperativo legal contido no **artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor**, que estabelece a possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor quando a alegação do direito se mostrar verossímil ou quando o consumidor se encontrar em posição de evidente hipossuficiência.

A **inversão do ônus da prova é ferramenta vital ao sistema consumerista**, vez que visa diminuir as disparidades inerentes às relações de consumo através da facilitação da defesa dos consumidores em juízo, assegurando uma

---

[249] "*Art. 396. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder.*" – Código de Processo Civil.

maior equidade no processo judicial ao reconhecer e considerar a sua natural vulnerabilidade técnica, jurídica, econômica e informacional diante dos fornecedores de bens e serviços. A respeito da possibilidade da inversão do ônus da prova em ação coletiva, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito de sua possibilidade não encontrando nenhum óbice, veja-se:

> PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**. SUPERMERCADOS. TEMPO DE ESPERA EM FILA. LEI N.º MUNICIPAL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**. PROVA NEGATIVA. IMPOSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. CONTRADITÓRIO. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.
>
> [...] 2. Segundo a jurisprudência desta Corte, **é possível a inversão do ônus da prova em ação coletiva de consumo**, ainda que se cuide de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, dependendo da constatação, pelas instâncias ordinárias, da presença ou não da verossimilhança das alegações e da hipossuficiência do consumidor. Precedentes. [...] 5. Agravo interno a que se dá parcial provimento, para anular a sentença determinando o retorno dos autos à instância de origem para instrução processual, com observância do devido processo legal. (**STJ** – AgInt no AREsp n.º 935.811/SE, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/11/2023, DJe de 23/11/**2023**.)

Ressalta-se, ainda, que tal precedente ocorreu em Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público, que possui maiores recursos a sua disposição e contam com a força estatal para consecução de seus objetivos, prerrogativas não extensíveis a esta Associação.

Para possibilitar a inversão do ônus probatório, a lei parte de dois pressupostos alternativos aferidos com base nos aspectos fático-probatórios peculiares do caso concreto: a) a demonstração de verossimilhança das alegações; **ou** b) a constatação de hipossuficiência do consumidor.

A **verossimilhança** das alegações é evidenciada pela correlação entre os fatos e fundamentos expostos e o vasto acervo probatório apresentado, que evidenciam e provam fatalmente a ocorrência de descontos associativos indevidos de forma reiterada nos benefícios previdenciários de milhões de aposentados e pensionistas ao longo dos anos. Junto à esta inicial, encontram-se anexados **mais de dois mil pronunciamentos judiciais**, transitados em julgado, que

comprovam, de maneira irrefutável, a conduta lesiva imputada aos demandados, evidenciando a extensão da prática nociva em todo o território nacional. A verossimilhança, neste caso, não se limita a meros indícios ou conjecturas; ela é respaldada por provas substanciais e incontestáveis, que demonstram de forma clara a atuação ilícita do INSS, da Dataprev e das entidades de classe ao longo dos últimos anos.

Ademais, o requisito de **hipossuficiência** dos aposentados e pensionistas, diretamente afetados pelas práticas lesivas ora expostas, é satisfeito quando posto face à realidade por eles enfrentada, caracterizada pela **dependência de benefícios previdenciários muitas vezes aquém das suas necessidades mínimas**, sendo compelidos a submeter-se à vontade do órgão previdenciário para garantir a sua própria sobrevivência. A condição de vulnerabilidade dos beneficiários foi amplamente detalhada no tópico 10.1.1, razão pela qual, para evitar tautologia, não se faz necessária a repetição de sua fundamentação neste momento.

Assim, evidenciados e preenchidos os pressupostos para a inversão do ônus da prova, requer-se que os demandados apresentem aos autos os dados e documentos especificados anteriormente, a fim de possibilitar uma análise aprofundada e detalhada da ilegalidade que se narra, permitindo ao Juízo um exame mais minucioso e amplo das condutas lesivas que causaram danos substanciais aos beneficiários do sistema previdenciário.

15. DO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA

Dado o considerável valor atribuído à causa, faz-se pertinente uma elucidação de sua composição, visando uma melhor compreensão do juízo. Explica-se:

I. DANO MATERIAL INDIVIDUAL

Foi realizado pedido de **danos materiais individuais**, com a **repetição do indébito em dobro**, relativos aos valores descontados indevidamente dos proventos de milhões de aposentados e pensionistas nos últimos dez anos.

Como expressão do valor a ser buscado a título de danos materiais individuais, em uma perspectiva coletiva, utilizar-se-á os dados constantes do Portal

da Transparência[250] referentes aos repasses mensais realizados pelo INSS às entidades de classe ora demandadas nos últimos dez anos. Por meio dos dados, observou-se que, ao longo da última década, as entidades demandadas auferiram o montante aproximado de **R$8.736.543.149,60** em proventos provenientes de mensalidades associativas consignadas diretamente nos benefícios previdenciários.

Por sua vez, o Relatório de Auditoria Interna do INSS[251], realizado em 2024, revelou que cerca de 90,78% dos pedidos de exclusão de mensalidade associativa no aplicativo "MEU INSS" eram concernentes a descontos associativos não consentidos, ou seja, indevidos. Neste contexto, os valores repassados às entidades demandadas, decotado o percentual de aparente legalidade referentes a descontos associativo indevidos em benefícios previdenciários, representa o valor dos danos materiais a serem ressarcidos.

Com base nestas estimativas, que, certamente, sofrerão alterações para maior após a apresentação dos documentos requeridos aos demandados nesta exordial, reputa-se que o valor a ser buscado a título de danos materiais, a nível coletivo, soma a cifra de R$7.931.033.871,20 (sete bilhões, novecentos e trinta e um milhões, trinta e três mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte centavos).

Considerando a duplicação desse valor, em razão da **repetição em dobro do indébito**, o valor total devido a título de dano material individual, observado a nível coletivo, ascende a **R$15.862.067.742,41** (quinze bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos), a ser ressarcido solidariamente pelos demandados em sua totalidade, atualizado monetariamente em cada execução individual de sentença coletiva, desde os pagamentos indevidos, segundo o índice IPCA, acrescido de juros de mora de acordo com a taxa SELIC desde a citação nesta ação coletiva, conforme Tema 685 do STJ.

II. DANO MORAL INDIVIDUAL

Requereu-se, ainda, a compensação pelos **danos morais individuais** causados no valor mínimo de **R$10.000,00** (dez mil reais) à cada beneficiário vítima da prática predatória ora narrada, destinando, ainda, o valor mínimo de

[250] Anexo 6.
[251] Anexo 5.

R$20.000,00 (vinte mil reais) àqueles que, na execução individual da sentença coletiva, comprovarem sua situação de **hipervulnerabilidade**.

Visando espelhar a correta extensão dos danos no valor da causa da presente demanda, considerando que os danos morais individuais ora tratados são individuais homogêneos, mas afetos a uma coletividade unida pela mesma relação jurídica base, faremos uso dos dados empíricos obtidos por meio do relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União, que esclarecem que, até maio de 2024, havia um total de **7.662.564 aposentados e pensionistas**[252] com descontos associativos ativos em seus benefícios previdenciários.

Assim, considerando um universo mínimo de 7.662.564 indivíduos lesados, e a compensação por danos morais individuais no valor de R$10.000,00 para cada caso (excetuando-se os hipervulneráveis), a extensão total do valor da compensação por danos morais individuais atinge o montante mínimo de **R$76.625.640.000,00** (setenta e seis bilhões, seiscentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil reais).

Embora esse valor seja, à primeira vista, substancial, ele representa apenas a superfície de uma problemática muito mais profunda e sistêmica. A cifra, por mais significativa que seja, reflete apenas uma fração dos prejuízos reais e tangíveis sofridos pelos aposentados e pensionistas ao longo dos anos, que dependem de seus benefícios para a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Portanto, não se trata apenas de uma estimativa de justiça compensatória; o valor proposto reflete uma reparação necessária e fundamentada no princípio da responsabilidade civil, buscando garantir que os direitos dos aposentados e pensionistas sejam devidamente resguardados e com vistas à assegurar a integridade do sistema de seguridade social, livre de práticas predatórias e eticamente questionáveis.

III. DANO MORAL COLETIVO

Refletindo uma estratégia robusta de avaliação que busca encapsular adequadamente a amplitude e profundidade dos prejuízos causados ao grupo de aposentados e pensionistas, ao **dano moral coletivo** foi atribuída uma quantificação

[252] Relatório TCU. Anexo 4.

de **R$2.427.696.753,80** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), tudo a ser revertido ao fundo criado pelo artigo 13, da Lei n.º 7.347/85.

IV. DANO SOCIAL

Por fim, em relação ao **dano social**, com base em critérios sólidos e premissas verificáveis, requereu-se sua fixação no montante de **R$17.400.000.000,00** (dezessete bilhões e quatrocentos milhões de reais), que deverá ser destinado a **fundo público próprio**, previsto no art. 13 da Lei n.º 7.347/85, espelhando a gravidade, natureza e extensão da ofensa perpetrada ao tecido social como um todo.

Por todo exposto, obteve-se o valor total da causa em **R$112.315.404.496,21** (cento e doze bilhões, trezentos e quinze milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos), refletindo muito além de um mero número, mas um indicativo dos significativos prejuízos causados à estrutura social pela conduta danosa de entidades de classe e, precipuamente, pelos órgãos responsáveis pela probidade da previdência social: INSS e Dataprev.

Essa quantificação sublinha a necessidade de uma compensação justa e proporcional que aborde todos os níveis de impacto gerados pelas práticas ilícitas observadas, que transcendem as perdas individuais e atingem a coletividade como um todo. O impacto à comunidade, na bem da verdade, é imensurável, indo muito além dos valores aqui pleiteados, tendo a Associação autora que arbitrar uma quantia específica aos danos como uma tentativa de mitigar a insegurança instaurada face ao sistema previdenciário e a instabilidade econômica dos indivíduos afetados.

A extensão dos efeitos negativos dessas práticas ilegais destaca a necessidade urgente de responsabilização dos demandados por meio de medidas corretivas e compensatórias que assegurem a integridade da Previdência Social e protejam os direitos fundamentais dos beneficiários, chamando à reflexão sobre a importância de uma administração pública com maior transparência e rigor, de forma a prevenir futuras violações que possam afetar tão gravemente o tecido social.

16. DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Diante da magnitude desta Ação Civil Pública, que se propõe a salvaguardar os direitos de uma coletividade indiscriminada de pessoas, urge a necessidade de uma definição criteriosa de verba sucumbencial, como forma de assegurar uma compensação justa e suficiente pelos esforços legais despendidos na proteção dos direitos violados e pela relevância deste instrumento na promoção da justiça social.

A atribuição de deveres sucumbenciais se ancora no ordenamento legal vigente. Conforme estipula o artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil, os honorários de sucumbência, destinados ao advogado da parte vencedora, devem ser fixados por sentença, oscilando entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, o proveito econômico obtido ou sobre o valor atualizado da causa, orientando-se pela complexidade e o mérito da demanda.

A substancial importância desta demanda para o reequilíbrio das relações previdenciárias, a nível nacional, atesta a sua excepcional complexidade. De fato, a Associação autora, fundada em seu compromisso ético e jurídico de proteção aos direitos tutelados pelo microssistema coletivo, assumiu a defesa de um amplo espectro de consumidores que foram direta ou indiretamente afetados pela conduta arbitrária dos demandados, viabilizando um amplo acesso à justiça para a sociedade civil organizada e validando seu papel como vetor dissuasório contra a perpetuação de práticas lesivas à ordem social.

Dado o impacto social desta ação, se impõe a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência no patamar de **20% do proveito econômico obtido ou do valor da condenação**, conforme permitido por lei. Esta fixação não apenas reconhece a seriedade das responsabilidades assumidas pelos procuradores desta Associação na gestão do litígio, mas também valoriza o labor jurídico dedicado à defesa dos interesses coletivos afetados, em estrita consonância com os objetivos projetados pela Lei n.º 7.347/1985.

Assim, pautado no princípio de equidade e com base na legislação vigente, requer-se a **condenação solidaria dos demandados** ao pagamento de **honorários advocatícios de sucumbência**, fixados em **20% sobre o proveito econômico obtido ou do valor da condenação**, como forma de refletir uma penalização apropriada pelo comportamento nocivo das partes requeridas e destinar uma justa compensação pelo árduo trabalho advocatício dos procuradores desta Associação, reforçando o papel vital destas entidades sem fins lucrativos

na condução de um litígio de tal envergadura e na realização dos objetivos estipulados pela Lei da Ação Civil Pública.

17. DAS CUSTAS PROCESSUAIS

As ações coletivas desempenham um papel crucial na proteção dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, tendo uma importante função social. Nesse contexto, tanto a Lei nº 7.347, conhecida como Lei da Ação Civil Pública, quanto o Código de Defesa do Consumidor, estabelecem medidas para facilitar o acesso à justiça nessas ações, assegurando a gratuidade dos procedimentos judiciais envolvidos.

De acordo com o Artigo 87 do Código de Defesa do Consumidor, nas ações coletivas abordadas pelo código, não é exigido o adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e outras despesas. Além disso, a associação autora não será condenada ao pagamento de honorários de advogados, custas e despesas processuais, a menos que seja comprovada sua má-fé. Essa disposição foi reiterada e ampliada com a alteração do artigo 18 da Lei da Ação Civil Pública, alinhando-o às normativas do CDC através da mesma Lei nº 8.078/90.

O artigo 21 da Lei da Ação Civil Pública reforça essa integração, aplicando ao âmbito da defesa dos direitos e interesses mencionados as disposições pertinentes do Título III do Código de Defesa do Consumidor. Portanto, é evidente que, na presente ação, é indevido o pagamento de custas e outras despesas processuais, garantindo-se assim o acesso à justiça sem barreiras financeiras, o que é essencial para a efetiva tutela dos direitos coletivos e a promoção da justiça social.

18. DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, amparada no melhor direito e firme nas razões apresentadas, a Associação Brasileira de Defesa dos Clientes e Consumidores de Operações Financeiras e Bancárias (ABRADEB), requer:

a. O recebimento, conhecimento e processamento desta Ação Civil Pública, devendo seu mérito ser analisado à luz da Constituição Federal, da Lei n.º 7.347/85 (Lei das Ações Civis Públicas), da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), da Lei n.º 10.406/02 (Código Civil) e da Lei n.º 13.105/15 (Código de Processo Civil);

b. O **reconhecimento da continência** entre a presente demanda e a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal do Espírito Santo, autuada sob o **n.º 5009610-04.2024.4.02.5001**, devendo esta demanda ser declarada como ação **continente**, e a segunda, que tramita perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Vitória, como ação **contida**, a qual **deverá ser suspensa** e os autos reunidos para decisão conjunta;

c. A concessão de Tutela Provisória Antecipada de Urgência, determinando ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS):

I) a **imediata interrupção de todos os descontos associativos em vigor**, oriundos dos Acordos de Cooperação Técnica mantidos entre o INSS e as entidades demandadas, sob pena de imposição de multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada descumprimento, contada a partir da intimação da autarquia previdenciária acerca do deferimento desta medida liminar;

II) a **imediata devolução aos beneficiários** de todos os valores já descontados de seus benefícios previdenciários no último mês, mas ainda não repassados às entidades de classe, sob pena de imposição de multa no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) em caso de descumprimento da medida; e

III) a **proibição da formalização de qualquer novo Acordo de Cooperação Técnica para desconto de mensalidade associativa**, até que a autarquia comprove, por meio idôneo, sua adequada e satisfatória aptidão para a operacionalização das consignações, responsabilizando-se solidária e objetivamente pelos danos que porventura venham a ser causados, sob pena de multa no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) por cada descumprimento.

d. Seja determinada a inversão do ônus da prova, como autoriza o artigo 373 do Código de Processo Civil e artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor;

e. Sejam citadas as entidades de classe, o INSS e a Dataprev para, querendo, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de revelia e presunção de veracidade da pretensão autoral;

f. A emissão de ordem ao **INSS** para que, quando da instrução probatória, apresente aos autos:

I) **Todos os Acordos de Cooperação Técnica**, para desconto em benefício de mensalidade associativa, formalizados até hoje, ainda que em período pretérito, visto a continuidade e permanência dos contratos no longo do tempo;

II. **Todas as verificações**, ordinárias e extraordinárias, empreendidas pela autarquia nas entidades demandadas durante a vigência dos Acordos de Cooperação Técnica, incluindo auditorias, fiscalizações e inspeções realizadas;

III. **Todos os pedidos de "exclusão de mensalidade associativa"** processados desde a implementação da funcionalidade no aplicativo "MEU INSS", abrangendo tanto os pedidos formulados pelos beneficiários quanto os procedimentos administrativos subsequentes;

IV. Informações sobre as **medidas adotadas** pela autarquia previdenciária **após a ciência dos elevados índices de pedidos de exclusão de mensalidade associativa** no aplicativo "MEU INSS", bem como as providências adotadas **após ciência das reportagens, com frequência quase diária, que denunciam a ocorrência de fraudes** nas consignações de mensalidade associativa nos benefícios previdenciários, associadas às entidades de classe demandadas;

V. Informações sobre as **medidas adotadas** pela autarquia previdenciária **após a ciência dos resultados obtidos pelo Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)[253] e pelo Relatório de Apuração do INSS[254].**

g. A emissão de ordem à **Dataprev** para que, quando da instrução probatória, apresente aos autos todos os **contratos** formalizados com entidades de classe para operacionalização de descontos associativos em benefício, juntamente com o respectivo **"Modelo de Negócio"**;

h. A emissão de ordem às **entidades de classe** para que, quando da instrução probatória, apresente aos autos:

[253] Anexo 4.
[254] Anexo 5.

I) Relatório de **todas as auditorias efetivadas** no decorrer da vigência do(s) Acordo(s) de Cooperação Técnica[255] celebrados com a autarquia previdenciária, a fim de demonstrar cumprimento mínimo dos termos acordados;

II) O **inteiro teor de todas as reclamações** recebidas pelas plataformas Consumidor.gov, Reclame Aqui e demais ouvidorias governamentais, nos últimos dez anos;

III) Informação e comprovação de todos os **meios que utiliza para o recebimento de mensalidade associativa**, além do desconto em benefício;

IV) Informação e comprovação de todos os **meios que utiliza para obter as autorizações** dos segurados para o desconto das mensalidades associativas em benefício;

V) Relatório mensal, desde a criação da entidade, do **número de filiados**, identificando os optantes pelo desconto associativo em benefício;

VI) **Todos os termos de filiação e de autorização de desconto associativo** dos últimos 10 anos, acompanhados do respectivo documento pessoal do aposentado ou pensionista.

i. A intimação do Ministério Público Federal, em nome de seu representante, para que intervenha no feito no prazo de trinta dias como *custos legis,* como consta do artigo 127 da Constituição Federal, artigo 178 do Código de Defesa do Consumidor e artigo 5º, §1º da Lei n.º 7.347/85;

j. Seja reconhecida a gratuidade de custas processuais e despesas sucumbenciais à Associação, nos moldes do artigo 87 do Código de Defesa do Consumidor;

k. Ao final do regular processamento do feito, a **TOTAL PROCEDÊNCIA** da ação, com a confirmação da tutela antecipada concedida, para que:

I) se declare a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso, face à relação de consumo existente entre beneficiários/filiados e as entidades de classe, estabelecendo a

[255] Fala-se em Acordo(s), no plural, tendo em vista a existência de entidades que, ao longo dos anos, renovaram os acordos anteriormente formalizados com o INSS.

responsabilidade objetiva dos demandados na reparação dos prejuízos causados;

II) seja declarada a **rescisão de todos os Acordos de Cooperação Técnica** para desconto de mensalidade associativa atualmente vigentes, celebrados entre INSS e as entidades de classe demandadas, com a consequente **rescisão dos respectivos contratos** de tratamento de dados mantidos com a **Dataprev**;

III) sejam condenados os demandados, solidariamente, ao ressarcimento dos prejuízos causados pelo ilícito perpetrado, consolidados em **danos** de ordem:

a) **material individual**, a fim de resguardar interesses individuais homogêneos, a ser ressarcido em dobro aos segurados lesados pelos descontos associativos indevidos em benefício previdenciário, **que poderão ser objetivamente reconhecidos** quando constatada:

I. Ausência ou falsificação da assinatura do beneficiário no termo de autorização para o desconto associativo em benefício;

II. Autorização que tenha se dado de forma remota, por meio de gravação de voz, mensagem, telefonema, e-mail, dentre outros, incapazes de preencher o requisito de não repúdio;

III. Autorização concedida de forma induzida, em que o beneficiário foi levado a erro que viciou sua vontade;

IV. Ausência de documentação comprobatória que acompanha o termo de filiação e/ou de autorização, tal como termo de adesão à entidade e cópia do documento pessoal do beneficiário.

Tudo a ser reconhecido e liquidado quando da execução individual da sentença coletiva.

b) **moral individual**, a fim de resguardar interesses individuais homogêneos, no valor mínimo de R$10.000,00 para cada vítima do evento, e R$20.000,00 para aqueles que comprovarem, em demanda individual, sua **hipervulnerabilidade**;

d) **moral coletivo**, a fim de resguardar interesses coletivos *stricto sensu,* no importe de R$2.427.696.753,80, a ser revertido ao fundo criado pelo art. 13 da LACP;

e) **sociais**, a fim de resguardar interesses difusos, no montante de R$17.400.000.000,00, a ser revertido ao fundo criado pelo art. 13 da LACP;

IV) que o valor das indenizações seja atualizado até a data do efetivo pagamento conforme o índice IPCA, desde o evento danoso para os danos de cunho material e desde a data do arbitramento para os danos morais, de acordo com o parágrafo único do art. 389 do Código Civil, e que os juros de mora sejam auferidos de acordo com a taxa SELIC a partir da citação nesta ação coletiva, conforme estabelecido pelo Tema 685 do STJ.

l. Com a total procedência da ação, que as entidades demandadas, solidariamente com a Dataprev e o INSS, sejam condenadas ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no importe de 20% do proveito econômico obtido ou do valor da condenação, tendo em vista a complexidade da demanda e o grau de empenho no trato das questões aqui narradas;

m. Que sejam publicados editais nos órgãos oficiais, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de Defesa do Consumidor, conforme artigo 94 do Código de Defesa do Consumidor.

Requer, finalmente, provar o alegado por todos os meios em direito permitidos.

Dá-se à presente causa o valor de R$112.315.404.496,21 (cento e doze bilhões, trezentos e quinze milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos).

É como espera deferimento.

Vitória, 15 de dezembro de 2024.

João Domingos da Costa Filho
OAB/GO. 7.181

Leandro Marmo Carneiro Costa
OAB/GO. 35.021

Nathália Morais Welter
OAB/RS. 122.173

Gabriela Ataides Almeida
OAB/GO. 59.633